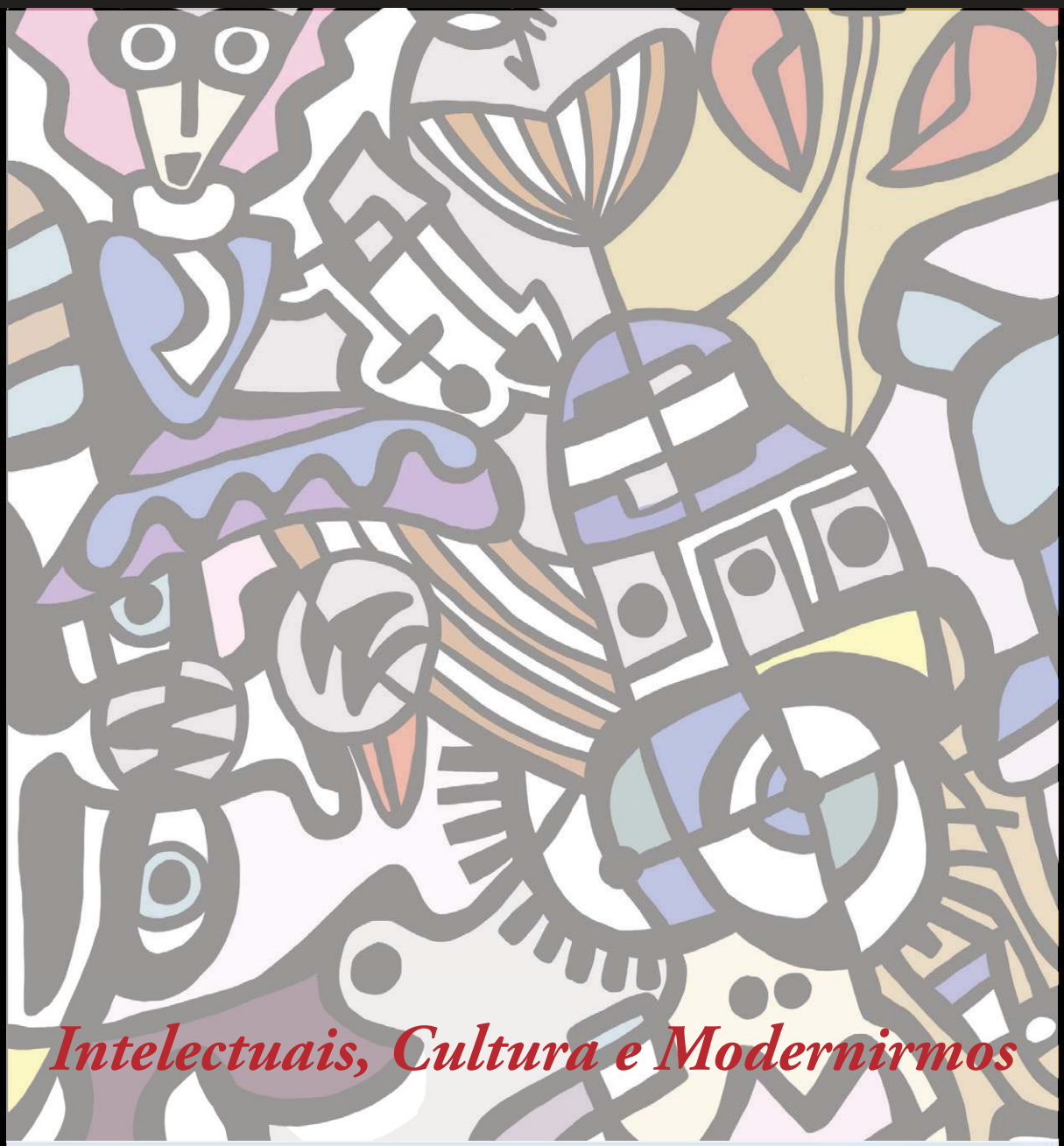
Revista Eletrônica

História em reflexão



Intelectuais, Cultura e Modernirmos

latindex
UFGD Universidade Federal da Grande Dourados
ibict

REHR

v. 11, n. 21

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
REHR, Dourados, MS, v. 11, n. 21 – jan./jul. 2017

UFGD
Reitora: Liane Maria Calarge
Vice- Reitor: Marcio Eduardo de Barros

COED
Coordenador Editorial: Rodrigo Garófallo Garcia
Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

FCH
Diretor: Prof. Dr. Jones Dari Goettert
Vice-diretora: Prof. Drª. Alzira Salete Menegat

É autorizada a reprodução dos artigos publicados, desde que não se alterem seus conteúdos e seja citada a fonte.

REHR: Revista Eletrônica História em Reflexão / Universidade Federal da Grande Dourados (v. 11, n. 21, jan./jun. 2017) -. Dourados, MS : UFGD, 2017.

Semestral

ISSN 1981-2434

1. História, Moderna. 2. Cultura. 3. Cinema.

Conselho Consultivo

Os editores responsáveis são discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD), nível Mestrado e Doutorado, encarregados de tarefas administrativas do Periódico, bem como de sua política editorial. Compõem o quadro do Conselho Editorial professores/as do PPGH, da UFGD e demais instituições que apoiam com pareceres e acompanhamento nos trabalhos.

Professor Dr. Robert Wilton Wilcox – Northern Kentucky University (EUA)
Professora Drª. Encarnacion Medina Arjona – Universidad de Jaén (España)
Professor Dr. Enrico Bocciolesi – Università e-Campus (Como-Italia)
Professor Dr. Aníbal Herib Caballero Campos – Universidad Nacional de Canindeyú, UNICAN – (Paraguay)
Professora Drª. Maria Fernanda Bicalho – UFF
Professor Dr. Antonio Paulo Benatte – UEPG
Professora Drª. Maria Celma Borges – UFMS
Professor Dr. Pedro Paulo Funari – UNICAM
Professor Dr. Robson Laverdi – UEPG
Professor Dr. José D' Assunção Barros – UFRRJ
Professor Dr. Francisco J.Calazans Falcon – USO/UFF/UFRJ
Professor Dr. Vitor Wagner de Oliveira Neto – UFMS
Professor Dr. Jerri Roberto Marin – UFMS
Professora Drª. Márcia Maria de Medeiros – UEMS
Professor Dr. Lyndon de Araújo Santos – UFMA
Professor Dr. Daniel de Pinho Barreiros – IE/UFRJ
Professor Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges - UFMT
Professora Drª. Eliane Cristina D. Fleck – UNISINOS
Professor Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá – UFS
Professor Dr. Ademir Gebara - Unicamp
Professora Drª. Maria Bernardete Ramos Flores – UFSC
Professora Drª. Ana Maria Colling – UNILASALLE/UFGD
Professora Drª. Thereza Martha Presotti Guimarães – UFMT
Professor Dr. Mario Sá – UFGD
Professora Drª. Nauk Maria de Jesus - UFGD
Professor Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz – UFGD
Professor Dr. Domingos S. Cunha Garcia – UNEMAT
Professor Dr. Gilmar Arruda – UEL
Professora Drª. Tânia Regina Zimmermann – UEMS
Professora Drª. Teresa Malatian – UNESP/FRANCA
Professor Dr. Paulo Fontes – UNICAMP
Professor Dr. Edvaldo Sotana - UFMS

Conselho *Ad Hoc* (XIX Edição)

Professora Dr.ª Cintia Diallo - UFGD
Prof. Mestre Carlos Gomez Florentín – Universidad del Estado de Nova York, Stony Brook
Professor Dr. Josemar de Campos Maciel – UCDB
Professor Dr. Fabiano Coelho – UFGD
Professor Dr. Jiani Fernando Langaro – UFU
Professora Dr.ª Elenita Pereira – UFSC
Professor Dr. Juan Facundo Rojas – Universidad Nacional de Cuyo
Professor Dr. Victor Miranda – UFMS
Professora Dr.ª Ilsyane do Rocio Kmitta – UEMS

Diagramação versão word
Fábio Luiz de Arruda Herrig (PPGH/UFGD)
Maiara Laís Pinto (PPGH/UFGD);

Produção Editorial
Fábio Luiz de Arruda Herrig (PPGH/UFGD)
Maiara Laís Pinto (PPGH/UFGD)
Lucia de Moura Santos (PPGH/UFGD)
Kelen Katia Prates Silva (PPGH/UFGD)
Danilo Leite Moreira (PPGH/UFGD)

Logotipo
Jamil Martins Melo

Arte/desing da capa
Fábio Luiz de Arruda Herrig

REHR

v. 11, n. 21

UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
REHR, Dourados, MS, v. 11, n. 21– jan./jun. 2017

REHR
v. 11, n. 21, – jan./jun. 2017

EDITORES DESTE NÚMERO
Fábio Luiz de Arruda Herrig (PPGH/UFGD)
Maiara Laís Pinto (PPGH/UFGD)
Lucia de Moura Santos (PPGH/UFGD)
Kelen Katia Prates Silva (PPGH/UFGD)
Danilo Leite Moreira (PPGH/UFGD)

REVISÃO
A revisão e o conteúdo dos artigos são de total responsabilidade
dos autores e não expressam necessariamente a opinião do Conselho Editorial.

MCP DA COSTA DESIGN EDITORIAL
Diagramação e Editoração Eletrônica

Correspondências para:
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA / UFGD
Rua João Rosa Goes nº 1761, Vila Progresso
Caixa Postal 322 - CEP 79825-070 - Dourados-MS
Fones: +55 67 3410-2015 / Fax: +55 67 3410-2011

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PARTE I – DOSSIÊ

1APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ 13
Luciana Lilian de Miranda
Julierme Morais

2 CRÍTICA LITERÁRIA E MEDIAÇÃO CULTURAL: NESTOR VÍTOR E O SEU PAPEL NA DIVULGAÇÃO DA OBRA DE CRUZ E SOUSA 17
José Fábio Silva

3 O HISTORIADOR COMO INTELECTUAL MEDIADOR DA CULTURA..... 33
Alex Fernandes Borges

4 MEDIADOR CULTURAL OU ANTROPÓLOGO DO MAL: BRUCE ALBERT E O CASO DE "A QUEDA DO CÉU" 47
Karla de Souza Ferreira

5 UM TICO PARA FORMAR ADULTOS 64
Edson Mendes de Almeida

6 CINEMA NOVO E SUA RELAÇÃO COM O MODERNISMO LITERÁRIO: REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS SIMILARES 80
Julierme Morais

PARTE II – ARTIGOS LIVRES

7 A IDEIA DE NAÇÃO PARA A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL..... 95
Thaís Fleck Olegário

8 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS QUILOMBOS, SUAS ROÇAS E SEUS CONFLITOS NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO (1839-1878) 112
José Walter Cracco Junior

9 DIREITO OU DISCURSO? REFLEXÕES SOBRE O "SONHO" DA CASA PRÓPRIA NO BRASIL E EM FORTALEZA-CE (1930-1974) 124
Angerlania da Costa Barros

10 FORÇA PARA DANÇAR, FORÇA PARA LUTAR: A MÚSICA E A DANÇA COMO INSTRUMENTOS DE RESISTÊNCIA FÍSICA E POLÍTICA ENTRE POVOS INDÍGENAS 144
Fernando Lucas Garcia de Souza

11 HISTÓRIA, REGIÃO E NATUREZA: DELIMITAÇÃO REGIONAL EM HISTÓRIA AMBIENTAL 156
Caroline Lisboa dos Santos de Lima

12 "NATURALMENTE O COLONO DEVERÁ COOPERAR": A PRODUÇÃO DO DISCURSO DE ATRASO AGRÍCOLA DE ITAPIRANGA (SC) 169
Douglas Orestes Franzen

PARTE III – RESENHA

13 MOTA, CRISTIANE LOPES DA. **O GOLPE DE 1964 E SUAS REVERBERAÇÕES EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS**. SALVADOR, BA: SAGGA, 2016, 144 P.....192
Ary Albuquerque Cavalcanti Júnior

APRESENTAÇÃO

Revista Eletrônica História em Reflexão

n. 11, v. 21 jan/jun 2017

A Revista Eletrônica História em Reflexão, neste ano de 2017, tem a dupla satisfação de oferecer mais uma edição aos seus leitores e comemorar dez anos de sua criação, no ano de 2007. Em nome da REHR, dirigida pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados, gostaríamos de agradecer, por essa década de intenso trabalho, a todos e todas que colaboram: aos alunos do PPGH, que com o auxílio dos professores criaram e tocaram esse projeto adiante; aos autores que colaboraram com sua produção; aos pareceristas (integrantes do conselho consultivo, mas aos *ad hoc* também) que de maneira séria e eficiente colaboram para o crescimento da qualidade da REHR; ao técnicos que assistiram-nos em face dos problemas; e, em absoluto, ao leitores.

Cheios de orgulho, portanto, apresentamos a Edição n° 11, v. 21 jan/jun 2017, que conta, em sua primeira sessão com um dossiê organizado pela Professora Dra. Luciana Lilian de Miranda, do Programa de Pós-Graduação da UFG e do Professor Dr. Julierme Morais, da UEG, a quem deixamos a cargo a apresentação do respectivo Dossiê, intitulado *Intelectuais, Cultura e Modernismo*, que se encaixa na esteira das frutíferas discussões que tratam da História Intelectual e das relações entre História, Literatura e Cinema, campos caros à Historia contemporânea. Depois, contamos com a sessão de artigos livres, na qual poderemos encontrar o texto "A ideia de nação para a Doutrina de Segurança Nacional no Brasil", de Thaís Fleck Olegário, que discute o conceito de nação em face da Ditadura Militar no Brasil, trabalho pertinente no contexto da atual polarização política vivida no Brasil.

Em "Breves considerações acerca dos quilombos, suas roças e seus conflitos na Província de Mato Grosso (1839-1878)", José Walter Cracco Junior destaca o protagonismo dos quilombolas na construção de suas próprias histórias. Constrói, assim, uma perspectiva ativa desses agentes, demonstrando como eles tornaram-se 'temidos pelos condutores da 'ordem'". O texto de Angerlania da Costa Barros, "Direito ou discurso? Reflexões sobre o "sonho" da casa própria no Brasil e em Fortaleza-CE (1930-1974)", adentrando ao campo da História das Representações e da Análise do Discurso, reflete sobre a construção ideológica que permeou as expectativas da população de Fortaleza, acerca da tão sonhada casa própria. Novamente, a observação destinada a fonte volta à cena para demonstrar que a História está crivada de interesses e que a crítica e a análise profunda são essenciais para a construção do conhecimento histórico.

O texto de Fernando Lucas Garcia de Souza, "Força para dançar, força para lutar: a música e a dança como instrumentos de resistência física e política entre povos indígenas" enveredando-se por uma história do corpo, apresenta como a música e a dança se

consubstanciam em duas formas diferentes de resistência: a física e a política, dando vasão a um dado empírico e a um dado simbólico, respectivamente. No texto seguinte, Caroline Lisboa dos Santos de Lima, com "História, Região e Natureza: Delimitação regional em História Ambiental", em uma área de fronteira entre a História e a Geografia, trata do conceito de região, buscando esclarecer as nuances que atravessam a sua construção.

Para finalizar a sessão de artigos livres, *Douglas Orestes Franzen*, no texto "'Naturalmente o colono deverá cooperar': a produção do discurso de atraso agrícola de Itapiranga (SC)", desenvolve uma análise dos discursos que foram produzidos em Itapiranga nas décadas de 1950 e 1960 em face do processo de modernização do campo que produziu uma imagem de atraso das condições de ocupação e de vida vivenciadas no período e não condizentes com o dito projeto desenvolvimentista então em voga.

Em nossa última sessão, ainda contamos com a resenha de Ary Albuquerque Cavalcanti Júnior sobre o texto *O golpe de 1964* e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus, de Cristiane Lopes da Mota.

Mais uma vez, em nome da REHR, gostaríamos de externar nossos agradecimentos e desejar uma ótima leitura a todos e todas.

Dourados, MS
PPGH-UFGD

Fábio Luiz de Arruda Herrig
Maiara Laís Pinto



PARTE I
DOSSIÊ

DOSSIÊ: INTELECTUAIS, CULTURA E MODERNISMOS

Luciana Lilian de Miranda
Julierme Morais

A temática deste dossiê nasceu de um projeto coletivo fruto das discussões de um Seminário entre docentes e discentes do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, em colaboração com a Universidade Estadual de Goiás. O nosso objetivo foi o de propor reflexões em torno da figura do intelectual enquanto mediador cultural, destacando-se o seu papel na formação de importantes grupos literários no contexto das correntes modernistas brasileiras das primeiras décadas do século XX. Nessa perspectiva, buscamos ainda problematizar a categoria de intelectual e os seus desdobramentos no conjunto dos debates da História Cultural e das relações entre História, Literatura e Cinema. Somos gratos à acolhida da nossa proposta pelos editores da *Revista Eletrônica História em Reflexão*, os quais viabilizaram um espaço privilegiado para a publicação dos nossos textos.

Diante da aguda crise política vigente no país, evidenciada por uma polarização radical entre discursos tidos como de direita ou de esquerda e o avanço de um pensamento e práticas conservadoras, faz-se importante os debates em torno do papel dos intelectuais e dos meios de mediação cultural. A coletânea organizada por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016), *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*, traz uma importante contribuição acerca dessas questões e novos olhares no interior do debate historiográfico. Numa acepção mais ampla contemplada pelas autoras, os intelectuais são

> [...] homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social (2016, p. 10).

Uma dimensão importante no que concerne ao conceito de mediação cultural é o seu significado para a História Cultural, visto que a mesma busca compreender as operações de apreensão da realidade social a partir dos sentidos atribuídos pelos sujeitos. Nessa perspectiva, analisar as práticas de mediação torna-se estratégico para o entendimento das dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais, pois as mesmas envolvem mudanças de sentidos nas intenções de seus produtores (GOMES; HANSEN, 2016, pp.12-13).

A categoria de intelectual mediador permite ampliar a noção de redes de atuação desses sujeitos, pois tais homens "duplos", segundo definição de Christophe Charle, assumem o papel de intermediadores, ao circularem entre os produtores da cultura e o

público. Os mesmos servem como meio de passagem (*passeurs*) entre a cultura popular e a erudita, frequentemente analisadas como separadas, estabelecendo um elo fundamental na disseminação da novidade cultural (CHARLE, 1992, pp. 72-75). Algumas ocupações são emblemáticas nesse tipo de mediação, permitindo a aproximação entre os diferentes públicos e os bens culturais, tais como: tradutores, educadores e críticos de música, literatura, cinema, televisão, teatro e artes plásticas.

À luz disso, o conjunto de artigos selecionados para o dossiê contempla textos de docente e discentes de pós-graduação em História (mestrandos e doutorandos), com vistas a ampliar as possibilidades de debate acadêmico e dar maior visibilidade às pesquisas em andamento. Os três primeiros estabelecem uma discussão que amplia a reflexão em torno dos intelectuais mediadores, assim como das práticas de mediação cultural, e os dois últimos colocam em foco as relações entre História, Literatura, Cinema e Periódicos.

O texto de José Fábio Silva, *Crítica literária e mediação cultural: Nestor Vítor e o seu papel na divulgação da obra de Cruz e Sousa*, analisa o papel exercido pela crítica literária, com destaque para a produção de Nestor Vítor, na difusão e canonização da obra do poeta Cruz e Sousa na virada do século XIX para o século XX. Num primeiro momento, o autor recupera a trajetória intelectual do crítico literário e a sua atuação junto ao grupo de escritores simbolistas brasileiros. Dedica-se ainda a evidenciar a atuação de Vítor como mediador cultural, pois como crítico literário dedicou-se a publicar e disseminar a obra de Cruz e Sousa. Nesse percurso, destacou-se as querelas no meio literário em torno da recepção e rejeições à obra do poeta. Por último, recuperou-se o percurso de consolidação de Cruz e Sousa no cânone literário brasileiro, ao lado do legado de Vítor nesse processo e no campo da crítica literária.

Alex Fernandes Borges, no artigo *O Historiador como Intelectual Mediador da Cultura*, estabelece uma análise teórica acerca da possibilidade de se qualificar o historiador como um intelectual mediador, com base no conceito proposto pelos estudos de mediação cultural elaborados por Jesús Martín-Barbero e sistematizado no estudo de Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen. Borges buscou pensar a figura do historiador – como um tipo ideal – à luz das concepções formuladas na teoria de Jörn Rüsen, problematizando-o como mediador cultural, bem como caracterizando-o como um criador de conteúdos e, também, um divulgador, um tradutor capaz de construir sínteses entre as carências de orientação difusas no campo da experiência política, sociocultural e econômica. Dessa maneira, o autor chega à ideia segundo a qual os historiadores propõem narrativas que permitem dar sentido ao agir e contribuem para a formação de identidades, utilizando-se de conhecimentos de sua área e dialogando interdisciplinarmente com todos os campos das chamadas Ciências Humanas, mediando ideais e projetos políticos.

O artigo de Karla de Souza Ferreira, *Mediador Cultural ou Antropólogo do Mal: Bruce Albert e o caso de "A Queda do Céu"*, propõe uma análise crítica sobre o fragmento "Postscriptum, quando eu é um outro (e vice-versa)", apresentado na obra *A Queda do céu: palavras de um xamã yanomami*; livro pensado por um xamã yanomami, Davi Kopenawa, e produzido pelo etnólogo francês Bruce Albert. Souza Ferreira reflete acerca do processo de produção do livro, no qual dois universos culturais se encontram. Sob este

prisma, apresenta-se uma produção literária indígena do povo Yanomami, cuja importância para a construção da História Indígena é fundamental, porém, trata-se de um trabalho produzido em coautoria entre personagens com diferentes formações culturais. Por esse motivo, a autora questiona o papel de Albert no processo de elaboração do livro – seria o mesmo um mediador cultural ou um "antropólogo do mal"? – visando estabelecer um cotejamento e reflexões acerca do ato tradutório e suas implicações, destacando-se os desafios e contribuições apresentadas nesse processo.

Por seu turno, Edson Mendes de Almeida no texto *Um Tico para formar adultos* estabelece uma discussão acerca da revista Tico-Tico, fundada em 1905 no Rio de Janeiro, realçando o seu papel no tocante à formação e educação do público infantil. A mesma era publicada como um Suplemento na revista O Malho, trazendo em seu conteúdo histórias em quadrinhos, lendas, contos, galeria de fotos dos leitores, além das seções do Dr. Sabetudo e das Lições do Vovô. A publicação foi pioneira no âmbito de se direcionar às crianças, enquanto veículo de mediação cultural, com a proposta de estimular o gosto pelo conhecimento e pela leitura. Em vista disso, Almeida selecionou o período 1920 a 1922 do periódico, com vistas a promover um diálogo com o movimento modernista referenciado na Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922.

Já no artigo intitulado *Cinema Novo e sua relação com o Modernismo literário: reflexões sobre aspectos similares*, o historiador Julierme Morais propõe uma discussão acerca da relação entre as matrizes culturais que aproximaram os movimentos do Cinema Novo e o Modernismo literário brasileiro, buscando explicitar como o movimento cinematográfico,evidenciado nos anos de 1960, apresenta algumas características similares ao movimento literário, cujo marco construiu-se em torno da Semana de Arte Moderna de 1922. Segundo Morais, a aproximação entre Modernismo e o Cinema Novo pode ser pensada a partir dos questionamentos e desconstrução da linguagem artística tradicional, conduzidos pelo desejo da invenção e de discutir o brasileiro. Esses movimentos buscavam, inspirados nas vanguardas europeias de suas respectivas épocas, uma autonomia no ato da criação, assim como a possibilidade de inventar um instrumental capaz de forjar uma expressão artística que pudesse ser considerada nacional.

Por fim, cabe ressaltar que somos gratos à acolhida da nossa proposta pelos editores da *Revista Eletrônica História em Reflexão*, os quais viabilizaram um espaço privilegiado para a publicação dos nossos textos. Nesta medida, esperamos que os temas analisados neste dossiê possam contribuir para a edição deste volume do periódico, que constitui um importante espaço de divulgação e diálogo acadêmico, com vistas a fomentar a produção do conhecimento histórico.

Goiânia–Morrinhos, GO, setembro de 2017.

Prof. Dra. Luciana Lilian de Miranda (PPGH–UFG)
Prof. Dr. Julierme Morais (UEG).

REFERÊNCIAS

CHARLE, Cristophe. Le tempsdeshommes doublés. Revue d' HistoireModerne et Contemporaine, n 39, pp. 73-85, jan./mars. 1992. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-d-histoire-moderne-et-contemporaine-1992-1.htm#summary>. Acesso em: 28 ago. 2017.

GOMES, Ângela de C; HANSEN, Patrícia S. Apresentação. In: _____ (org). Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 7-37.

CRÍTICA LITERÁRIA E MEDIAÇÃO CULTURAL: NESTOR VÍTOR E O SEU PAPEL NA DIVULGAÇÃO DA OBRA DE CRUZ E SOUSA

LITERARYCRITICISMAND CULTURAL MEDIATION: NESTOR VITOR ANDHIS ROLE IN THEDISSEMINATIONOF CRUZ E SOUSA'SWORK

José Fábio Silva[1]

RESUMO: O artigo aborda o papel exercido pela crítica literária na propagação e canonização da obra do poeta João da Cruz e Sousa na virada do século XIX para o século XX. Para tanto, partiremos da trajetória intelectual do crítico literário Nestor Vítor e de sua atuação junto ao grupo de escritores simbolistas brasileiros. Abordaremos não só seu trabalho como crítico literário, mas também a ação como intelectual mediador, atuante na publicação e na disseminação da obra de Cruz e Sousa. Intelectual é aqui compreendido como o sujeito responsável tanto pela produção como pela disseminação de ideias, visando ou não uma intervenção política ou social.

PALAVRAS-CHAVE: História Intelectual; Crítica literária; Simbolismo.

ABSTRACT: The article discusses the role played by literary criticism in the propagation and canonization of the work of the poet João da Cruz e Sousa at the turn of the 19th century to the 20th century. To do so, we will start from the intellectual trajectory of the literary critic Nestor Vítor and his performance with the group of Brazilian symbolist writers. We will approach not only his work as a literary critic, but also the action as a mediator, acting in the publication and dissemination of Cruz e Sousa's work. Intellectual is understood as the subject responsible for both the production and the dissemination of ideas, with or without a political or social intervention.

KEYWORDS: Intellectual History; Literary criticism; Symbolism.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No mês de abril de 1927, uma "polêmica" envolvendo o poeta Alberto de Oliveira (1857-1937) e o crítico literário Nestor Vítor (1868-1932) circulou nas páginas do jornal *O Globo*. Os fatores que motivaram a questão envolviam o reconhecimento de Cruz e Sousa (1861-1898) como um dos grandes poetas brasileiros. A polêmica desenvolveu-se em três artigos: *A infantilidade de um príncipe* (11-4-1927), de Nestor Vitor; *À propósito*

[1] Doutorando em História pelo PPGH da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista CAPES. E-mail: fabiojfs_@hotmail.com

de Cruz e Sousa: uma comunicação do poeta Alberto de Oliveira (18-4-1927); e a tréplica do primeiro, *Nestor Vitor explica e insiste* (25-4-1927). Essa discussão, à primeira vista, poderia ser interpretada como um resquício da oposição entre parnasianos e simbolistas que marcou a vida literária brasileira na virada do século XIX para o século XX. Essa tese ganha ainda maior respaldo ao lembrarmos que Alberto de Oliveira, membro da tríade parnasiana brasileira junto com Olavo Bilac (1865-1918) e Raimundo Correa (1859-1911), era considerado o *Príncipe dos poetas brasileiros* e Nestor Vítor, amigo de Cruz e Sousa, figurava como o *crítico oficial do simbolismo no Brasil*.

Ao observarmos mais de perto o conteúdo das supracitadas publicações, entretanto, percebemos mais do que uma disputa "anacrônica" entre parnasianos e simbolistas. O conteúdo da discussão envolveu não só a veracidade de uma história, mas também o papel exercido pela crítica literária na propagação e canonização da obra de Cruz e Sousa. O papel de Nestor Vítor nesse processo envolve bem mais do que o seu trabalho como intelectual, mas também a função que tomou para si de divulgador da obra do Poeta Negro.

O objetivo deste trabalho é pensar a mediação crítica da obra de Cruz e Sousa, a partir da trajetória intelectual de Nestor Vítor e de sua atuação no grupo dos ***novos.*** Abordaremos não só seu trabalho como crítico literário, mas também a ação como intelectual mediador, atuante na publicação e na disseminação da obra de Cruz e Sousa. Compreendemos intelectual como sujeito responsável tanto pela produção como pela disseminação de ideias, visando ou não uma intervenção política ou social. "Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social" (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10).

2 UMA POLÊMICA ANACRÔNICA

O estopim da polêmica supracitada se deu devido a uma história contada por Alberto de Oliveira em roda de amigos e em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, "*que dava como sendo a gênese da glória e celebridade que o nome de Cruz e Sousa vinha alcançando*" (VITOR, 1979, p. 190). Nestor Vítor assim relata a anedota:

> Dizia ele que a princípio, até depois da morte do poeta, Sílvio Romero o tinha em conta de burro. Mas que uma vez, encontrando-me eu com o grande crítico em casa de Melo de Morais Filho, seu grande amigo, casa em que ele estava passando alguns dias, consegui persuadi-lo de que ele incorria em erro. Mas de que modo? Antes de tudo enchendo-o de comiseração por Cruz. Pintando a vida desgraçada do poeta. A miséria partilhada por ele com sua mulher e quatro filhos, toda essa gente sustentada por ganhos ridículos, numa secção da Estrada de Ferro Central, onde pouca era a consideração tributada ao pobre homem.
>
> Então Sílvio ficara comovido, pedira-me que eu lesse os versos de Cruz e Sousa e na proporção que os lia ouvindo arrebatava-se, tocado, no fundo, pela piedade, que lhe obnubilara o espírito por completo.
>
> Mais tarde, Romero – explica Alberto – escrevendo um ensaio sobre literatura para o *Livro do Centenário*, elevava então ao último céu o poeta.
>
> E foi daí – concluía o maldoso – que veio propriamente a voga de Cruz e Sousa (VITOR, 1979, p. 190).

Nestor Vítor não negou tal encontro com Sílvio Romero, mas ressaltou que não leu "verso nenhum" na ocasião. Para enfatizar o seu ponto de vista, levantou a questão: se, caso Sílvio Romero, fez uma crítica positiva a Cruz e Sousa por comiseração, "*por que é que em toda a sua vasta obra crítica não se encontra outro caso?*" (VITOR, 1979, p. 192). E ainda, "se fora por sentimentalismo que Sílvio se rendera, devia no seu juízo crítico figurar qualquer conceito que a crítica dos outros não sancionasse antes ou depois". Em defesa de Cruz e Sousa, busca esclarecer o chamou de "*grosseiro erro histórico em que redundava essa gênese inventada*" (VITOR, 1979,191-192). Sem negar a importância da crítica feita por Sílvio Romero, afirma que "*Cruz e Sousa é a muitos respeitos o melhor poeta que o Brasil tem produzido*" e que "*nele se acha o ponto culminante da lírica brasileira após 400 anos de existência*" (VITOR, 1979, 192-193) – enfatiza que o poeta "*há muito conquistara o entusiasmo de quase toda a mocidade brasileira nas letras*" e "*vinha fazendo o seu caminho, lento, mas com segurança, como acontece com quase todos os grandes inovadores*". E completa adiante "*sem ele [Silvio Romero], ou sem mim, como sem outros, o grande Negro chegaria aonde está*" (VITOR, 1979, 191). Em relação a condição financeira de poeta, Nestor Vítor alfineta ao lembrar que, naquela época, "*Alberto de Oliveira se irmanava mais ou menos com ele na mesma gloriosa pobreza*" (VITOR, 1979, p. 192).

Em resposta, Alberto de Oliveira cita trecho de *Páginas de crítica* (1920), de Medeiros e Albuquerque, no qual estava reproduzida a supracitada anedota. Na obra em questão, Medeiros e Albuquerque expõe duramente o seu ponto de vista em relação a Sílvio Romero ao afirmar que este era um "*critico excellente para as largas idéias, as amplas generalisações. Critico instável, parcialissimo para as apreciações individuaes*" [2] (1920, p. 08). Alberto de Oliveira ainda acrescenta:

> Este mesmo conceito, mais alongadamente e com pormenores, sobre Silvio Romero ou sobre até onde o levava seu coração, ouvi-o eu a Melo Morais Filho; Medeiros ouviu-o por sua vez ou diretamente do mesmo velho cronista, de quem, como eu, era amigo, ou a mim, que talvez lho comunicasse (OLIVEIRA, 1979, p. 356).

O Príncipe dos poetas, assim, coloca em dúvida de quem partiu a autoria da história, mas não nega o seu conteúdo. Em sua tréplica, Nestor Vítor admite que não leu o citado livro de Medeiros e Albuquerque. "*Em todo caso, quem forneceu a fábula a Medeiros? Foi provavelmente o próprio Sr. Alberto, como este é o primeiro a admitir*" (VITOR, 1979, p. 194). Em relação a Medeiros e Albuquerque acrescenta que "*não há quem ignore como é paradoxal e cheio de singularidade em seus gostos*", em relação a Cruz e Sousa "*acha-o quase que absolutamente sem ideias, por conseguinte oco*" (VITOR, 1979, p. 194). Apesar de tal opinião "*uma vez me contou que os livros de Cruz eram dos que andam à sua cabeceira, pela extraordinária musicalidade, própria daqueles versos, que lhe fazia bem antes de dormir*". Por fim, Nestor Vítor ironiza "*basta saber que ele [Medeiros e Albuquerque] acha irrisório afirmar-se ter Cruz e Sousa aberto uma nova época na história da nossa literatura*" (VITOR, 1979, 195). Posteriormente, busca demonstrar que o Poeta Negro não obteve destaque e importância na literatura nacional graças a Silvio Romero, mas ao contrário, os elogios

[2] Optou-se por manter a grafia da época nas citações.

por parte de Romero só foram feitos devido à importância junto ao meio literário da qual já gozava o autor de *Broquéis*.

> Está vendo, pois, o Sr. Alberto que o caso Cruz e Sousa-Sílvio Romero só ganhou real importância por sua causa. Porque o Sr. Alberto é Príncipe e um dos chefes do parnasianismo no Brasil. É feio, nessas condições, vir atacar um morto como o Poeta Negro (VITOR, 1979, p. 195).

Ao tentar desmentir o conteúdo da história contada por Alberto de Oliveira, Nestor Vítor não partia só em defesa do seu falecido amigo, mas, sobretudo, do legado que ele e outros integrantes do movimento associado ao simbolismo e ao decadismo buscaram construir nas letras do Brasil. Comparado ao parnasianismo, o movimento simbolista obteve pouca repercussão no cenário brasileiro. "*Para grande parte dos escritores e críticos que viveram nos primeiros decênios do século XX, a poesia simbolista não interpretava elementos brasileiros, locais, como fizeram nossos românticos*" (BRANDÃO, 2010, 119). Outra acusação feita ao movimento é o de não continuidade, por não possuir "*o potencial emancipatório do simbolismo (decadismo) francês, o movimento simbolista brasileiro permaneceu estagnado, sem repercussões profundas nas estéticas imediatamente posteriores*". (BRANDÃO, 2010, p. 129). Exceção a tal afirmação é o caso da revista *Festa*, na qual os seus idealizadores "*fossem críticos literários, poetas, contistas, folcloristas ou cronistas, assinavam a raiz simbolista de sua formação e entendendo-a como signo de brasilidade e modernidade*". (GOMES, 2004, 95). A atuação de Nestor Vítor durante o modernismo, o mostrará "*como crítico atento aos novos valores e, inclusive, participando das atividades do grupo 'Festa' onde aparece como mestre da nova geração*" (CAROLLO, 1981, pp. 2-3).

A polêmica acima descrita se mostra uma oportunidade de pensar tanto as relações pessoais e profissionais estabelecidas entre intelectuais daquele período, quanto as formas de produção, recepção e mediação do que eles próprios produziam. Ou seja, o papel do intelectual como mediador cultural da produção artística. Dessa forma, muito mais do que apontar a "verdadeira" versão de uma anedota envolvendo literatos, poderemos vislumbrar, em meio a essa complexa teia de relações e posições intelectuais, o papel exercido pelo simbolismo no desenvolvimento da literatura brasileira. Assim como ocorreu com o simbolismo, a obra de Cruz e Sousa também passou por um lento processo de aceitação por parte da crítica literária. Dessa forma, podemos pensar a recepção de sua obra pela crítica em três momentos distintos. O primeiro (1883-1898), abrange a fase "heroica" de implantação do simbolismo no Brasil (CAROLLO, 1981), se estende do lançamento de *Missal* e de *Broquéis* até a morte do poeta. Com raras exceções, somente os intelectuais ligados ao grupo dos simbolistas reconheceram incondicionalmente a obra do poeta. O segundo (1898-1930), marca o período em que a sua obra passou gradativamente a ser reconhecida e comentada no meio literário brasileiro e o autor firmou-se no cânone literário brasileiro.

Evidencia-se a atuação de Nestor Vítor que, além de divulgar a obra do poeta, dialogou com as interpretações feitas pela crítica. Nessa fase de "serenidade", segundo definição do próprio Nestor Vitor, "*o crítico passa a apontar para a 'caduquice do simbolismo' e a perceber as possíveis qualidades de seus epílogos a partir do descomprometimento de 'escola', ou seja,*

das exterioridades e extravagâncias" (CAROLLO, 1981, p. 02).Destacam-se, também, o lançamento de livros inéditos de Cruz e Sousa, de sua obra completa em 1923, a menção de Sílvio Romero no *Livro do centenário*(1900), o discurso de posse de Félix de Pacheco na Academia Brasileira de Letras (1913), a citação de Ronald de Carvalho em *Pequena história da literatura brasileira* (1918). O terceiro, a partir de 1930, compreende o momento em que Nestor Vítor encerrou a sua produção intelectual. Destaca-se a atuação de Andrade Murici e Tasso da Silveira na constante revisão da obra de Cruz e Sousa e do simbolismo em geral, pela crítica e estudos acadêmicos sobre a obra do poeta. Essa divisão visa apenas organizar teoricamente a maneira como a obra do poeta foi recebida pela crítica e o meio intelectual, não coincidindo necessariamente com a recepção de suas obras pelo público leitor em geral.

3 OS PRECURSORES DO SIMBOLISMO BRASILEIRO E O MOVIMENTO LITERÁRIO DE 1893

Ao deixar o seu estado natal, o Paraná, e mudar-se definitivamente para o Rio de Janeiro em 1891, Nestor Vítor encontrou um ambiente intelectual que ensaiava gritos de renovação, diferente da primeira vez que esteve na cidade, em 1888, na qual "*o parnasianismo, no verso, e o naturalismo, na prosa, dominavam sem contraste*" (VITOR, 1979, p. 76). Influenciados "*pelos sinais de inquietação cultural que inserem notícias e informações divulgando as últimas transformações operadas na literatura europeia*" (CAROLLO, 1980, p. 81) os rapazes que, em 1891, se agruparam em torno da *Folha Popular "foram os primeiros a introduzir a nova moda poética no Brasil*". (GARCEZ, 1983, 100). Esses rapazes se auto intitulavam grupo dos *novos* e militavam também em revistas de curta circulação e não representavam um todo homogêneo. Com cartas de apresentação assinadas por seu conterrâneo Emílio de Meneses, Nestor Vítor passou a colaborar com revistas e jornais do Rio e do Paraná. Exerceu também, a convite de Fanor Cumplido, as funções secretário da Companhia Metropolitana do Paraná. Conheceu também nesse período Alberto de Oliveira, Medeiros e Albuquerque e Olavo Bilac, estreitando relações principalmente com Maurício Jubim, Virgílio Várzea, Gonzaga Duque, Tibúrcio de Freitas e outros que vieram a ser os seus companheiros junto ao movimento simbolista.

Antes, porém, da formação do grupo dos *Novos*, a ideia dessa nova estética literária promovida pelo *manifesto do simbolista* publicado, em 1886 por Jean Moréas, havia chegado em outras regiões do país. No próprio Rio de Janeiro, ainda em 1887, o responsável pelas primeiras notícias em relação a tal concepção estética foi Medeiros de Albuquerque ao trazer obras de "*Rimbaud, Verlaine, Mallarmé e outros 'decadentes' (como então se chamavam), (...) proporcionara com notícias a respeito e as suas malsinadas* Canções da Decadência*, completamente alheias ao verdadeiro espírito daquele grupo francês*" (VITOR, 1979, p. 78). No Paraná, especialmente em Curitiba, os escritos dos simbolistas franceses e belgas eram divulgados por João Itiberê da Cunha (Jean Itibere), que estudava em Bruxelas desde 1880 e cultivava amizade com integrantes do movimento na Europa. São Paulo também se constitui como local de divulgação das ideias simbolistas, sobretudo por meio dos jornais

O Mercantil, *Correio Paulistano* e *Estado de São Paulo* e de pequenas revistas surgidas entre 1881 e 1889, "*a maioria produções de estudantes de Direito*" (CAROLLO, 1980, p. 217).

Antes de ser conhecido no Rio de Janeiro, Baudelaire já era lido em São Paulo entre esses estudantes. Por meio de um deles, o seu amigo Emiliano Perneta, Nestor Vítor entrou em contato com o autor de *Flores do Mal*. O crítico confessa que nem a ele e nem a Emiliano Perneta *"esse grande precursor do simbolismo [Baudelaire] contaminou desde logo a ponto de levar-nos a evitar contato com os representantes do único verso ainda então tido por moderno entre nós*". (VITOR, 1979, 76). Nessa época, estendeu "*suas relações e passou a conhecer grande parte da roda literária e jornalística do momento, circulando entre eles ainda como um simples observador*". (CARVALHO, 1997, p. 07). Nomeado vice-diretor do Internato do Ginásio Nacional, posteriormente, Colégio Dom Pedro II, lecionou disciplinas do curso de Letras ao lado de Sílvio Romero e João Ribeiro. José Veríssimo, que não era simpático às ideias simbolistas, era diretor do Externato do Ginásio Nacional. A pedido de Quintino Bocaiúva, passou a colaborar no jornal *O País*.

Até por volta de 1893, o movimento simbolista (ou o grupo que pode ser vinculado ao que se compreende como o simbolismo) estava em formação e carecia de fundamentação das ideias por eles defendidas. Os representantes da literatura consagrada utilizavam termos como "*novos*", "*decadentes*" ou "*nefelibatas*" pejorativamente para designar os integrantes da, então, nova estética literária. Estes, por sua vez, acusavam os "*velhos"* de defensores de valores ultrapassados. Os ataques ficavam mais ao nível pessoal "*uma vez que a discussão pouco contém de ideias e teorias de ordem literária*" (CAROLLO, 1980, p. 326). Segundo Carvalho, "*a importância do simbolismo verificou-se mais no terreno da vida literária do que da literatura, uma vez que criou hábitos, costumes, modas que produziram uma sensível modificação na paisagem do chamado mundo das letras*". (1997, p. 53). O grupo simbolista tornava-se cada vez mais complexo, conforme surgiam novas figuras, não só no Rio, mas também no Norte e no Sul do país, mas entre tudo o que se produzia por toda parte, destacava-se a novidade sugerida pela obra de Cruz e Sousa. O poeta redefiniria os rumos do simbolismo no Brasil e, também, marcaria a vida intelectual de Nestor Vítor.

Nestor Vítor conheceu Cruz e Sousa no Rio de Janeiro, em 1889, antes de ambos mudarem-se definitivamente para a cidade, "*no Café Londres, apresentado por Oscar Rosas. Cruz e Sousa estava de passagem no Rio, em suas andanças como ponto da Companhia Ismênia dos Santos*" (MURICY, 1969, p. X). De volta a Curitiba, declinou ao convite para assumir o cargo de oficial de gabinete do Governo do Estado e passou a dirigir o *Diário do Paraná*, órgão oposicionista. No mesmo ano, em viagem à Desterro, atual Florianópolis, tornou a se encontrar com Cruz e Sousa na redação do jornal *Tribuna Popular*. Em 1893, já no Rio de Janeiro, estreita laços de amizade com Cruz e Sousa e decide "*tomar parte na verdade ativa em nosso movimento literário*" (VITOR, 1979, p. 79). "*Essa amizade passaria a ser a tônica emocional, com poderosas conotações estéticas e morais, de sua vida e espírito*". (MURICY, 1969, XI).Anos mais tarde, Nestor Vítor confessaria que de "*quantos amigos intelectuais tenho podido contar, nenhum como Cruz e Sousa, por exemplo, concorreu principalmente para me dar estímulo e inspirar-me paixão na minha fase de combate aqui no Rio*" (RIO, 2013,99).Enquanto Nestor Vitor firmava-se como professor e crítico literário,

Cruz e Sousa sem perspectivas na imprensa e com a ajuda de amigos "*obtêm emprego de praticante de arquivista na Estrada de Ferro Central do Brasil, (...) emprego que, embora necessário para a sobrevivência, era-lhe torturante*" (JUNKES, 2008, p. 33).

O ano de 1893 tradicionalmente é considerado o marco fundador do simbolismo no Brasil com o lançamento de *Missal* e *Broquéis*. Adolfo Caminha, no mesmo ano, escreveu nas páginas do *Gazeta de Notícias*: "*eu vejo em Cruz e Sousa um poeta originalíssimo, de uma rara sensibilidade estética, sabendo compreender a Arte e respeitá-la*" (CAMINHA, 1980, p. 186). Recusa-se, todavia, a encaixar o poeta em alguma escola literária, "*sua escola é seu temperamento, a sua índole, e este é o maior elogio que se pode fazer*" (CAMINHA, 1980, p. 187). No ano seguinte, o crítico Araripe Jr., ressaltava a importância do lançamento dos livros de Cruz e Sousa para a literatura brasileira no texto *O movimento literário de 1893*:

> O fato mais interessante que aconteceu durante o ano passado no acampamento das letras, foi a tentativa de adaptação do decadismo à poesia brasileira. A responsabilidade deste cometimento cabe a Cruz e Sousa, autor do *Missal* e dos *Broquéis*. Essa transplantação literária tornou-se tanto mais curiosa quando se trata de um artista de sangue africano, cujo temperamento tépido parecia o menos apropriado para veicular a flacidez e frialdade da nova escola (ARARIPE JR., 1963, p. 135).

Para Araripe Jr. "*o decadismo ou simbolismo constitui um simples acidente literário, um sintoma de fenômenos de ordem mais elevada*" (ARARIPE JR., 1963, p. 138). Tocando na questão racial, muito em voga na época, destaca:

> No Brasil grande quantidade de mestiços tem aparecido e brilhado, tanto nas letras e nas artes, como na política e na administração; negros, porém, sem mescla, é o primeiro que se torna notório pelo talento. Era o que faltava para complemento de paridade com os irmãos da América do Norte (ARARIPE JR., 1963, p. 147).

Mesmo com algumas críticas positivas advindas de intelectuais não pertencentes ao grupo simbolista, a obra de Cruz e Sousa permaneceu à margem dos meios literários oficiais. Excetuando os integrantes do próprio movimento, aos quais Cruz e Sousa era reverenciado como um mestre. João do Rio ironiza essa relação aludindo a Félix Pacheco: "*Em tempos que já lá vão, o bizarro poeta foi quase o sacerdote magno de uma igreja que tinha por Deus Cruz e Sousa*". (RIO, 2013, p. 136). O próprio Félix Pacheco, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1913, lembrou que na estreia de Cruz e Sousa em livro, com exceção de Araripe Jr., "*todos se conclamaram contra o esteta novo e estranho, apedrejando-o como um vazio e campanudo arrumador de frases*". (PACHECO, 1981, p. 93). A dicotomia *velhos* e *novos* se fazia presente e direcionava as agressões e/ou defesas a Cruz e Sousa, "*alvo dos ataques mais fortes dos velhos é também o exemplo do rumo tomado pela luta: poucas indagações literárias, ofensas pessoais e zombarias*" (CAROLLO, 1980, p. 327). Desde que se mudou para o Rio de Janeiro, Cruz e Sousa teve dificuldades para manter-se financeiramente. *"Seu drama tornava-se insuperável: excluído da boa sociedade; excluído das redações jornalísticas e, na mais sentida das exclusões, não reconhecido em sua arte poética*". (JUNKES, 2008, p. 34). O trabalho de arquivista na *Estrada de Ferro Central do Brasil*, além de não agradar ao poeta, mal dava para prover as necessidades básicas de sua família. Via-se obrigado muitas vezes a recorrer à ajuda de amigos. Como ele mesmo destaca em carta enderença a Alberto Costa, em 8 de maio de 1896:

> Ouso insistir no pedido que lhe fiz por carta, pois acho-me na maior angústia e não tenho outro recurso senão importuná-lo ainda uma vez. Peço-lhe encarecidamente que me sirva, se não em toda ao menos na metade da importância que eu lhe solicitei. As minhas contrariedades e aflições avolumam-se cada vez mais. O amigo não pode calcular certamente nem a metade da situação por que estou passando (SOUSA, 2008, p. 649).

O poeta e ensaísta Saturnino de Meireles, um "*dos mais dedicados discípulos de Cruz e Sousa. Durante certo tempo, dos Rs250$000 que ganhava, entregava Rs50$000 a Cruz e Sousa*[3]".Além das dificuldades financeiras, Gavita Rosa Gonçalves, com quem se casara em 1893, enfrentava graves problemas psicológicos desde 1896.Tuberculoso, Cruz e Sousa relata a sua condição a Nestor Vítor em carta datada de 27 de dezembro de 1897: "*Não sei se estará chegando realmente o meu fim; – mas hoje pela manhã tive uma síncope tão longa que supus ser a morte*" (SOUSA, 2008, p. 650). Em janeiro de 1898, obrigado a pedir licença no trabalho, mais uma vez, buscou auxílio ao fiel amigo. "*Peço-te para ires ao Escritório da Linha, em S. Diogo, entregar o meu requerimento pedindo licença, por que os dias estão passando e eles já reclamaram esse papel. Qualquer demora me pode prejudicar muito*" (SOUSA, 2008, p. 651). Com a piora de sua condição de saúde, Cruz e Sousa partiu, então, para Minas Gerais, convencido pelo próprio Nestor Vítor e amigos próximos, em busca de tratamento para tuberculose. Antes da viagem preocupou-se em deixar com o amigo uma "*procuração ou cousa que o valha para poderes todos os meses receber os meus pingues ordenados; como também deixar feito por antecedência o novo requerimento pedindo prorrogação da minha licença*" (SOUSA, 2008, p. 653). Três dias antes de morrer em um vagão de trem da EFCB, Cruz e Sousa enviou a sua última carta ao amigo anunciando a sua chegada.

A morte de Cruz e Sousa, em 19 de março de 1898, foi um duro golpe para Nestor Vítor. Em poema homenageando o amigo escreveu: "*A Cidade a agitar-se, as Igrejas, os Portos, / – Estes dando p'ra o Mundo, aqueles para Cima / O nada da Cidade, – a miséria e os confortos, – / Ele tudo viveu e refletiu na Rima*". Os integrantes do movimento simbolista também expressaram em poemas os seus pêsames. A morte do poeta é "*considerada marco da cisão de grupos e da formação de revistas com programas voltadas para a divulgação de sua obra*" (CAROLLO, 1980, p. 216). Dentre essas revistas, merece destaque a *Rosa-Cruz*, idealizada por Saturlino Meireles e dedicada à memória de Cruz e Sousa. A revista publicou quatro números em 1901 e dois em 1904.Ainda conforme Carollo, "*pelas revistas e grupos aparecidos no Rio de Janeiro e nas províncias, sobretudo nas últimas, o movimento simbolista continua efervescente, a despeito de certos anacronismos, até a primeira década deste século*". (1981, p. 01). Mario Pederneiras, integrante do grupo dos *novos*, salienta que com a morte de Cruz e Sousa, "*o simbolismo enfraqueceu consideravelmente. Os líricos desapareceram do mundo, e se por aí ainda algum existe, dorme comodamente na doce paz de um emprego público, sonhando apenas com o regalo das aposentadorias*" (RIO, 2013, 183).

Ainda em 1898, foi publicado o livro *Evocações*. O próprio Cruz e Sousa começou a organizar a sua publicação, a qual foi levada a cabo por Saturnino de Meireles a quem

[3] Catálogo da *Exposição comemorativa do centenário de nascimento de Cruz e Sousa (1861-1961)* promovida pela Biblioteca Nacional (p. 17).

Nestor Vítor confiou os manuscritos que estavam em sua posse, "*tendo-se ele offerecido para assumir a responsabilidade material da edição*" (VITOR, 1900, p. 183). Podemos perceber aqui, o papel de destaque de Nestor Vítor, dentre os admiradores de Cruz e Sousa, tanto na divulgação quanto na defesa da obra do poeta.

4 A CONSOLIDAÇÃO DE CRUZ E SOUSA NO CÂNONE LITERÁRIO BRASILEIRO E O LEGADO DE NESTOR VÍTOR PARA CRÍTICA LITERÁRIA

Nestor Vítor, a pedido do próprio poeta, passou a ser o detentor de sua obra não publicada. Além de publicar e divulgar a obra do amigo, militou junto a crítica literária por seu legado. É dele o primeiro estudo mais extenso sobre a obra de Cruz e Sousa. A monografia *Cruz e Sousa*, escrita em 1896, mas publicada somente após a morte do poeta. A demora na publicação do texto se deu devido ao fato do autor aguardar primeiramente a publicação do livro *Evocações* que inspirou parte de sua elaboração.

> O foco central deste primeiro ensaio, a poesia de Cruz e Sousa, será mantido como uma constante durante toda a produção crítica de Nestor Vítor, haja vista que na Obra Crítica de Nestor Vítor, publicada pela Fundação Casa de Rui Barbosa, dos 187 textos reunidos, em 42 há referências à produção de Cruz e Sousa, em textos que vão desde 1898 até 1930. É o autor mais constantemente citado por Nestor Vítor (SILVEIRA, 2010, p. 37).

Logo no início do texto, Nestor Vitor exalta a sua singularidade, ao afirmar "*que até hoje ainda não existiu um artista com qualidades particularmente suas do que Cruz e Sousa*" (VITOR, 1969, p. 04). A tônica permanece pelo restante do texto: "*Nunca outro escritor conheci de uma estética tão exclusivista, tão direta, um escritor tão inimigo de se fazer solidário com paixões humanas para com elas efeito, como êste*" (VITOR, 1969, p. 10). Sobre a pouca aceitação que até então, a crítica oficial dava a obra, na visão de Nestor Vitor, era devido a genialidade do autor; o gênio, em sua acepção, era aquele capaz de ler o futuro, assim proclamava:

> Reserve o futuro a êste artista o triângulo no espaço espiritual que melhor lhe aprouver. Restrinja ou dilate sua influência sôbre o Tempo, como mais justo lhe parecer. O que, porém, será impossível negar-lhe é que êle houvesse conquistado legitimamente um domínio, porque estava vazio e pedia um soberano, que fêz dele, portanto, um domínio propriamente seu (VITOR, 1969, p. 14).

Outro ponto defende que a não aceitação da obra do poeta se deu também devido ao preconceito racial:

> Cruz e Sousa é um homem prêto, e por tal é a essa qualidade que o mundo lhe há de atribuir muitas das qualidades extraordinárias que são defeitos aos olhos vulgares, e todos os defeitos e deficiências que êle tenha e que tem realmente em sua obra.
>
> Como se os homens de outras raças, por maiores que sejam, não fôssem deficientes e defeituosos também (VITOR, 1969, p. 21).

A questão racial, aliás, é um ponto reincidente quando se fala em Cruz e Sousa. Araripe Jr., ao descrever a sua linguagem poética o chamou de "*naufrágo de uma raça*"

(1963, p. 147) e, posteriromente, Sílvio Romero destacouser ele "*o caso único de um negro, um negro puro, verdadeiramente superior no desenvolvimento da cultura brasileira*" (1981, p. 81).

Nestor Vítor buscou também divulgar a obra do amigo entre os artistas da época. Em 1899, por exemplo, correspondendo-se com Maurice Maeterlinck, lhe enviou a monografia *Cruz e Sousa* e solicitou licença para traduzir *La Sagesse et La Destinée*. Maeterlinck não só concedeu a licença como também "*propôs-se a apresentar ao mundo de língua francesa o nosso Cisne Negro, caso lhe fosse enviada tradução de suas obras, a qual – João Itiberê da Cunha, antigo colega de Maertelinck, não chegou a efetuar*" (MURICY, 1969, XII). Nesse período, apresentou a Sílvio Romero os escritos inéditos de Cruz e Sousa. O fato é narrado, pelo próprio Sílvio Romero: "*Devemos à delicadeza do sr. Nestor Victor, grande amigo do poeta e que se encarregou de publicar-lhe as obras póstumas, a ventura de ler os manuscritos do ilustre morto, que nos é hoje plenamente conhecido*" (1981, p. 80).

Em 1900, pronunciou "*em Belo Horizonte, a convite, conferência sobre Cruz e Sousa*" (MURICY, 1969, p. XII). Promoveu com o auxílio de Gustavo Santiago e Oliveira Gomes a publicação de *Faróis*. Ele mesmo revisou e escolheu o título do livro, já que o poeta "*ainda não havia deliberado definitivamente sobre o nome que daria à collecção, em todo caso este que resolvi adoptar foi lembrado por elle, embora n'um tom consultivo, em conversa, horas antes de sua partida*[4]" (VITOR, 1900, p. 183).

> Ainda sensibilizado pela morte de Cruz e Sousa, desempregado, sentindo-se isolado entre os grupos simbolistas que se aquela morte deixara sem seu fulcro catalizador, resolve partir para a Europa, no que foi auxiliado financeiramente pelo seu irmão Francisco Norberto (MURICY, 1969, p. XIII).

Residindo em Paris, foi correspondente dos jornais *O País* e *Correio Paulistano*. Obteve modesta colocação no Consulado do Brasil e solicitado pelo amigo Barão do Rio Branco foi professor dos seus filhos. Realizou algumas traduções e revisões para a Editora Garnier. Ao retornar ao Brasil em 1905, trouxe consigo a primeira edição *Últimos Sonetos*, de Cruz e Sousa, impressa em Paris pelo editor Aillaud. Esse volume foi organizado pelo próprio Nestor Vítor com versos esparsos e inéditos do poeta. Os poemas que compõem este volume lhe foram entregues por Cruz e Sousa "*sem título geral, apenas com a declaração do próprio punho do autor de que eram os seus* últimos sonetos*. Tal declaração foi que sugeriu o título adoptado*" (VITOR, 1900, p. 183).

A função de Nestor Vítor, assim, supera a de mero responsável pela publicação do poeta, apresentando-se como intérprete das próprias intenções do autor. Conforme Chartier, se faz necessário distinguir esses dois conjuntos de dispositivos: "*os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão*" (1991, p. 182). Encontramos aqui um esforço por parte de Nestor Vítor em interferir o menos possível nas intenções do poeta. Todavia, isso não deixar de influir na forma de distribuição da obra. Principalmente, devido ao

[4] Cruz e Sousa partia para Minas Gerais para tratamento. Da conversa também participou Artur Miranda.

fato do crítico se recusar a divulgar poesias esparsas, entregues a ele pela viúva do poeta. "*Conservo-as como documentos preciosos, mas me parece que deixando de publicá-las como trabalhos de Arte sou fiel às intenções do autor e correspondo melhor à confiança que elle em mim depositou*" (VITOR, 1900, p. 183).

João do Rio relata que ao recebê-lo para uma entrevista em seu retorno para o Brasil, o encontrou transformado. "*A violência, aquele ar de pedagogo zangado com que procurava convencer os discípulos, desapareceu*" (2013, p. 96). E ainda ironiza: "*Três anos antes faria reflexões a propósito do meu inquérito, reflexões onde haveria decerto alguns desaforos, alguns axiomas, algumas ironias e muito talento. No momento em que lhe pedia as suas ideias, entretanto, sorriu*". (RIO, 2013, p. 96).

A viagem à Europa estabelece um novo rumo em suas ideias, marcado por "*reflexões ligadas à pátria e sobretudo à missão do Brasil como país dos herdeiros dos latinos*" (CAROLLO, 1981, p. 42). Em 1906, assumiu a seção de crítica literária da revista *Os Anais*, de Domingos Olímpio (autor de Luzia Homem, sob o pseudônimo de Nunes Vidal). Passou a lecionar na Escola Normal e no Colégio Dom Pedro II. Durante a Primeira Guerra Mundial, em 1914, promoveu com Rui Barbosa, José Veríssimo e outros, a Liga Brasileira pelos Aliados.Com a morte de Veríssimo, em 1916, substituiu-o na cadeira de História do Lycée Français (Instituto Franco-Brasileiro). Foi eleito deputado estadual, no Paraná, em 1917. Aceitou, em 1918, uma cadeira na Escola Superior de Comércio (onde chegou a vice-diretor) e teve o seu mandato de deputado renovado em 1919.

Com a publicação das obras póstumas de Cruz e Sousa surgem novas interpretações em relação à sua obra. *Vultos do meu caminho* (1918), por exemplo, livro de João Pinto da Silva dedicados a nomes importantes da literatura nacional, como Euclides da Cunha e Olavo Bilac, aparece com um capítulo dedicado à Cruz e Sousa. O autor defende que Cruz e Sousa é uma "anomalia" na literatura nacional, um expatriado dentro da própria pátria. "*Sob todos os aspectos é um poeta francez, pelo cérebro, escrevendo em nossa língua algumas páginas que só por isso não são universaes*" (SILVA, 1927, p. 52). Desse aspecto, segundo o autor, surge a indiferença de muitos contemporâneos em relação ao poeta. Para além da dificuldade de se compreender a escrita de Cruz e Sousa, o autor ressalta o preconceito racial como um dos principais motivos pelo qual permaneceria às margens da literatura brasileira.

> Nas rodas officiaes da literatura nacional, Cruz e Souza não passou nunca de um ruidoso autor de coisas bizarras e sem nexo, onde a riqueza iriada, sonora do vocabulário, o abundante verbalismo, serve, unicamente, para dar a illusão dum sentido occulto, a fugidia imagem duma trama philosophica, enffim, que ellas não têm. Para a maioria, sempre foi um negro pernostico, intolerável como todos os negros dessa especie.
>
> Dispensa qualquer comentário essa injustiça, tão revoltante é ella e tão absurda (SILVA, 1927, pp.53-54).

Similar a visão de outros críticos observa que "*a sua prosa é inferior a seu verso*" (SILVA, 1927, 67). Por fim, lamenta o isolamento e baixo reconhecimento sofrido pelo poeta e proclama que "*de nós todos é que deve partir um movimento unanime de justiça, reivindicando*

para esse extranho e magnifico poeta um alto posto de destaque na longa, intorcível cadeia da evolução artística universal" (SILVA, 1927, p. 72).

Nas primeiras décadas do século XX foram lançadas duas obras fundamentais para a historiografia literária brasileira: *História da literatura brasileira* (1916) de José Veríssimo e *Pequena História da literatura brasileira* (1919) de Ronald de Carvalho. No primeiro, não há menções a Cruz e Sousa ou aos integrantes do grupo dos *novos*.

> José Veríssimo terá atuação decisiva na apreciação das obras dos "novos", atividade que exercerá de 1900 a 1917 aproximadamente em posição quase que isolada. Seus *Estudos de literatura brasileira* englobam uma série de trabalhos de apreciação de simbolistas e decadentes reveladores de uma série de preconceitos de formação e informação sem que, contudo, justifiquem a posição hostil dos "novos" em relação ao seu julgamento (CAROLLO, 1980, p. 81).

Nestor Vitor destaca que José Veríssimo, por questão pessoais, tinha o pé atrás "*com todos os bôhemios ou simplesmente 'malcreados' irregulares*" (1924, 187). A *História da literatura brasileira* de Veríssimo, tornou-se junto com a obra homônima de Sílvio Romero, lançada em 1888, uma das principais referências para se pensar os modelos nos quais foram construídos os cânones da literatura nacional. Já o trabalho de Ronald de Carvalho reserva um tópico específico para *Cruz e Sousa e os decadentes*. Ao analisar a obra do Poeta Negro, o autor afirma que sua obra "*não é, todavia, simplesmente um grande ensaio falhado, como já se tem dito, nem tampouco a maior expressão da poesia lírica no Brasil, como já se escreveu*" (CARVALHO, 1938, p. 348). Destaca que em sua poesia "*as obscuridades, os illogismos, a falta de transparência de alguns symbolos são amplamente compensados pela agudeza da sua emoção, pela honestidade da sua queixa immensa de humilhado*" (CARVALHO, 1938, p. 350). Discorda de João Pinto da Silva que defendeu que "*as palavras e as imagens, imagens intuitivas, de Cruz e Sousa, sob apparente impropriedade, exprimem, em geral, tudo quanto o artista teve em mira quando as escreveu*" (SILVA, 1927, p. 54). Para Ronald de Carvalho, poeta possui falhas e vacila no uso de termos que se repetem. Destaca, todavia, que:

> Ha em Cruz e Souza, apesar de todas as suas insufficiencias, a força de um precursor. Elle introduzio em nossas letras *aquelle horror da forma concreta*, de que já o grande Goethe se lastimava no fim do século XVIII. E tal serviço, em verdade, não é pequeno, em um paiz onde a poesia flue mais da ponta dos dedos que do coração (CARVALHO, 1938, 352).

No que concerne à prosa simbolista, o autor em um curto parágrafo a define como "*despicienda e de valor duvidoso*" (CARVALHO, 1938, p. 360). E ressalta que apesar de nenhum prosador se comparar a Cruz e Sousa, o que se tem de mais significativo no simbolismo se encontra na poesia. Os defeitos presentes na obra do poeta, "*não justificam o despreso em que ainda o têm as 'rodas officiaes da literatura nacional'*" (CARVALHO, 1938, p. 352).

Nestor Vítor não ficou indiferente as obras supracitadas e as suas interpretações. Responde brevemente em carta a João Pinto da Silva "*que há mérito incontestável de crítico em quem escreveu páginas como as que o senhor nos dá sobre José Enrique Rodó, Cruz e Sousa, Euclydes da Cunha*" (VITOR, 1924, p. 79). Em Ronald de Carvalho aponta certa

superficialidade em alguns pontos de sua análise, não deixa de elogiar, todavia, a atitude perante o "ambiente que respiravam" ainda alheio ao simbolismo.

> Fazendo crítica ao poeta negro refere-se o meu amigo apenas por cima aos intuitos heróicos do papel que Cruz e Sousa propôs a representar na vida. Não reconhece explicitamente que, pelo relevo que aquele temperamento selvagem deu a tal atitude que, ela começa a marcar mais nitidamente uma nova ética nas nossas letras (VITOR, 1924, p. 197).

Em 1923, Nestor Vítor organizou para a editora Anuário do Brasil, a primeira edição, em dois volumes, das *Obras Completas de Cruz e Sousa*. "*A 19 de março, pronuncia discurso no túmulo de Cruz e Sousa, em romaria realizada por motivo do 25º aniversário de seu falecimento*" (MURICY, 1969, p. XVI). No ano seguinte, a convite de Irineu Marinho, passou a contribuir com *O Globo*, periódico no qual ocorreu a polêmica com Alberto de Oliveira. Em 1928, foi eleito membro da Academia Paranaense de Letras. No ano seguinte, passou a colaborar em *O Estado de São Paulo* e recebeu o título de Doutor em Ciências Jurídicas e Comerciais, pela Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro. Deixou a crítica do *O Globo* em 1931. Continuou a lecionar no Instituto de Educação, na Escola Superior de Comércio e no Liceu Francês. Faleceu no Rio de Janeiro, na tarde de 13 de outubro de 1932, aos 64 anos de idade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestor Vítor aparece como o primeiro nome a partir em defesa do Poeta Negro e do valor estético de sua obra. Entretanto, "*a sua posição como crítico não pode ser limitada a esta preocupação e a sua atividade de crítica não pode ser comprometida pela aparente parcialidade com que teria defendido o amigo*" (CAROLLO, 1980, p. 321). O crítico paranaense, com exceção da polêmica com Alberto de Oliveira, mostrava-se um crítico equilibrado em seu trabalho. A produção intelectual de Nestor Vitor é composta por sete volumes de crítica: *Cruz e Sousa* (1899), *A Hora* (1901), *Três Romancistas do Norte* (1915), *Farias Brito* (1917), *A Crítica de Ontem* (1919), *Cartas à Gente Nova* (1924) e *Os de Hoje: Figuras do Movimento Modernista Brasileiro*(1938); três ensaios: *O Elogio da Criança* (1915), *Folhas que ficam* e *O Elogio do Amigo* (1921); dois volumes de viagem: *Paris: Impressões de um Brasileiro* (1912) e *A Terra do Futuro: Impressões do Paraná* (1913); os livros de poemas *A Cruz e Sousa* (1900) e *Transfigurações* (1902); o de contos *Signos* (1897); o romance *Amigos* (1900) e a novela *Parasita* (1928). Além de artigos em jornais e revistas e cartas enviadas aos seus interlocutores reunidas em *Obra Crítica de Nestor Vítor* organizada pela Fundação Casa Rui Barbosa em três volumes (1969, 1973 e 1979).

Após a sua morte, a maior parte de seu acervo ficou em posse de Andrade Murici, considerado o seu herdeiro intelectual. Junto a Tasso da Silveira, encarregaram-se de exercer em relação à obra de Nestor Vitor papel similar ao que ele fez à Cruz e Sousa. Ambos também continuaram o trabalho de divulgação dos escritos do Poeta Negro. No decorrer do século XX, a obra de Cruz e Sousa passou, gradativamente, a ser fonte de estudos em trabalhos acadêmicos. Um ponto marcante dessa série de estudos foi protagonizado pelo antropólogo francês Roger Bastide, que em seus quatro estudos sobre Cruz e Sousa,

publicado em 1943 em *A Poesia Afro-Brasileira*, situou o Poeta Negro na tríade harmoniosa do simbolismo junto à Mallarmé e Stefan George.

Atualmente, Cruz e Sousa tem o seu lugar garantido no cânone literário brasileiro. A obra de Nestor Vítor, por sua vez, salvo o seu uso como documento em trabalhos acadêmicos, encontra-se à margem da história da crítica da literatura brasileira. O trabalho do crítico, no entanto, como ressalta Clóvis Lopes, é o de "*ensinar a ler, ajudar a ler*" (1978, 119) e de trabalhar em função da literatura, para "*revitalização constante do seu acervo*" (1978, 120). Se essa afirmação estiver correta, o intelectual paranaense exerceu o seu papel. No final de 2007, os restos mortais de Cruz e Sousa foram transferidos do cemitério Francisco Xavier, no Rio de Janeiro, para Florianópolis, cidade natal do poeta. Também foi editada em dois volumes, custeado pelo governo de Santa Catarina, a sua obra completa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Medeiros e. **Páginas de crítica**. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro & Maurillo, 1920.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão Alencar. O movimento literário do ano de 1893. In: **Obra Crítica de Araripe Júnior**. v. 2 (1895-1900). Rio de Janeiro: fundação Casa Rui Barbosa, pp. 101-193, 1963.

BRANDÃO, Gilda Vilela. Notas sobre a recepção do simbolismo na França e no Brasil. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 12, n.17, pp. 107-132, 2010.

CAMINHA, Adolfo. Novos e Velhos. In: CAROLLO, Cassiana Lacerda. **Decadentismo e simbolismo no Brasil: crítica e poética (vol. 1)**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; Brasília: INL, pp. 181-187, 1980.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. **Decadentismo e simbolismo no Brasil: crítica e poética (vol. 1)**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; Brasília: INL, 1980.

_____. **Decadentismo e simbolismo no Brasil: crítica e poética (vol. 2)**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; Brasília: INL, 1981.

CARVALHO, Alessandra Izabel. ***Nestor Vitor: um intelectual e as ideias de seu tempo (1890-1930)***. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1997.

CARVALHO, Ronald de. **Pequena História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Briguiet e Cia editores, 1937.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 11, pp. 173-191, 1991.

GARCEZ, M. H. N. Posfácio: Do simbolismo em Portugal e no Brasil. In: PEYRE, Henri. **A literatura simbolista**. Trad. Maria Helena Nery Garcez e Maria Clara Rezende Teixeira Constatino. – São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, pp. 91-106, 1983.

GOMES, A. M. C. Intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa. **Luso-Brazilian Review**, v. 41, n. 1, pp. 80-106, 2004.

GOMES, A. M. C.; HANSEN, P. S. Apresentação: Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: **Intelectuais mediadores: práticas sociais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 07-37, 2016.

JUNKES, Lauro. Cruz e Sousa: da paixão à paixão. In: SOUSA, João da Cruz e. **Obra completa: poesia**. Jaraguá do Sul: Avenida; pp. 27-62, 2008.

LOPES, Clóvis. **A situação do escritor e do livro no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978.

MURICY, Andrade. Introdução. In: **Obra crítica de Nestor Vítor**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, pp. IX-XVIII, 1969.

OLIVEIRA, Alberto de. A propósito de Cruz e Sousa: uma comunicação do poeta Alberto de Oliveira. In: VITOR, Nestor. **Obra crítica de Nestor Vítor**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, pp. 355-356, 1973.

PACHECO, Félix. Discurso de recepção na Academia. In: CAROLLO, Cassiana Lacerda. *Decadentismo e simbolismo no Brasil: crítica e poética (vol. 2)*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; Brasília: INL, pp. 85-94, 1981.

RIO, João do. **O momento literário**. [S.l.]: Obliqpres, 2013. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=oYpcAAAAQBAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PP1. Acesso em: 20 de ago. 2017.

ROMERO, Silvio. A literatura 1500-1900. In: CAROLLO, Cassiana Lacerda. **Decadentismo e simbolismo no Brasil: crítica e poética (vol. 2)**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; Brasília: INL, pp. 79-82, 1981.

SILVA, João Pinto. **Vultos do meu Caminho**. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1927.

SILVEIRA, Alan Valezan. **Diálogos críticos de Nestor Vitor**. 2010. Tese (Doutorado em Letras), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2010.

SOUSA, João da Cruz e. **Obra completa: poesia**. Jaraguá do Sul: Avenida; 2008.

_____. **Obra completa: prosa**. Jaraguá do Sul: Avenida; 2008.

VÍTOR, Nestor. **Cartas à Gente Nova**. Rio de Janeiro: Annuário do Brasil, 1924.

_____. Nota. In: SOUSA, João da Cruz e. **Pharóes**. Rio de Janeiro: Laemmert, p.183, 1900.

_____. **Obra crítica de Nestor Vítor**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1969.

_____. **Obra crítica de Nestor Vítor**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1973.

_____. **Obra crítica de Nestor Vítor**. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1979.

Recebido: 31/9/2017

Aceito: 6/10/2017

O HISTORIADOR COMO INTELECTUAL MEDIADOR DA CULTURA

THE HISTORIAN AS A MEDIATOR INTELLECTUAL OF THE CULTURE

Alex Fernandes Borges[1]

RESUMO: O presente artigo visa analisar teoricamente a possibilidade de se qualificar o historiador, tomando por base uma tipologia ideal extraída da teoria da história de Jörn Rüsen, como um intelectual mediador, notadamente com base no conceito proposto a partir dos estudos de mediação cultural desenvolvido por Jesús Martín-Barbero e recentemente sistematizado no país por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen. Diante disso, articulou-se as hipóteses em três eixos: caracterização do intelectual mediador da cultura como uma categoria de análise compreensiva; instituição de um tipo ideal de historiador nos moldes weberianos e; a subsunção deste àquela.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da História; Historiador; Intelectual Mediador.

ABSTRACT: This article aims to analyze theoretically the possibility of qualifying the historian, based on an ideal typology extracted from the theory of the history of Jörn Rüsen, as an intellectual mediator, notably based on the concept proposed from the studies of cultural mediation developed by Jesus Martín-Barbero and recently systematized in the country by Ângela de Castro Gomes and Patrícia Hansen. Thus, it was articulated as hypotheses in three axes: characterization of the intellectual mediator of culture as a category of comprehensive analysis; institution of an ideal type of historian in the Weberian way of thinking and; a subsumption of this to that.

KEYWORDS: Theory of History; Historian; Mediator intellectual.

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1958, numa cabana às margens do lago Yanarina nos arredores de Pucallpa, região incrustada no coração da Amazônia peruana, o então jovem escritor Mario Vargas Llosa teve um encontro que mudaria sua visão de mundo. Esse encontro, narrado pelo próprio Llosa em seu ensaio sobre a obra de Juan Carlos Onetti (LLOSA, 2008), aconteceu entre o futuro escritor e um personagem central para os povos daquelas regiões baixo-andinas do vale do Urubamba: o *kenkitsararsirira*, um ser social fundamental da

1 Mestrando em História pelo PPGH da Universidade Federal de Goiás (UFG), na linha de pesquisa: Ideias, Saberes e Escrita da (e na) História. E-mail: borgesvicco@gmail.com

cultura daquele povo cujo nome fora traduzido para o espanhol como *el hablador* (aquele que fala, o falador ou, no sentido que em breve interessará aqui, o narrador, o contador de histórias).

Essa figura, *el hablador,* geralmente um nativo do povo Machiguenga ou de etnias próximas, percorria toda a região, de aldeamento a aldeamento e durante todo o ano, vencendo as longas distâncias daquelas florestas e vales, levando notícias, contanto histórias e saberes ancestrais, anedotas culturais e relatos de guerra, trazendo e levando informações, de um modo que pareceria ao homem médio ocidental moderno como completamente desorganizado, já que seu relato misturava e sobrepunha assuntos e quase nunca se preocupava com o que se chamaria de "veracidade" dos fatos narrados.

Mas o realmente significativo para Llosa nesse encontro, segundo seu próprio testemunho, foi perceber o fascínio que a figura do narrador, daquele ser que contava histórias de outros tempos e de outros lugares, de outras *topias* e outras *cronias,* exercia sobre os ouvintes que, naquele episódio belamente narrado por ele, passaram a noite inteira, insones e em postura de extrema reverência, ouvindo *el hablador* discorrer sobre as glórias passadas, sobre guerras longínquas, alianças e traições, sobre chefes corajosos e povos traiçoeiros, sobre espíritos, amores e ódios, sobre o sangue, o suor e as lágrimas derramados por homens e mulheres a quem seus ouvintes nunca viram e a quem nunca iriam ver. Aquela figura quase prosaica parecia conformar a visão de mundo daquele povo ao mundo maior para além da sua aldeia, conformá-la a um tempo maior e mais expansivo do que o da vida cotidiana naquelas paragens.

O aldeamento Machiguenga, que no seio do qual se produziu esse encontro, é representante de uma etnia que hoje vive principalmente no *Parque Nacional del Manú*, a leste de Machu Picchu e nos limites entre Brasil e Bolívia (RUSSO, 2002), em grande parte já é aculturada pelo contato com o homem branco mas que então, meados dos anos 1950, era uma nação predominantemente de caçadores-coletores e que era considerada pelos etnólogos como uma sociedade ainda primitiva (LLOSA, 2008). Esses fatos, notadamente o caráter primitivo de organização e o papel central do narrador no imaginário social desse povo, não passaram despercebidos por Llosa, que nos anos 1980 lançaria uma novela com o título *El Hablador* e cuja trama é baseada nessa sua experiência. Mas que se deixe o escritor e a literatura de lado, ao menos por enquanto, e passe-se à História e ao historiador, verdadeiras razões deste texto.

A razão para iniciar-se esse texto com Mario Vargas Llossa é fazer com que as informações colhidas da narrativa pessoal de um escritor literário tenham a pretensão de funcionar aqui como ponto de partida das reflexões teóricas que visarão melhor compreender o papel que ocupa hoje o narrador contemporâneo, o historiador, dentro da sociedade e da cultura ocidental moderna e científica. Mais que isso, tentar-se-á examinar se é como o historiador pode ser detentor de um lugar (até certo ponto) privilegiado no diálogo e na corporificação da organização sócio-político-cultural da sociedade contemporânea. As perguntas de fundo são: será o historiador um intelectual mediador, mais importante, um mediador da cultura na sociedade ocidental contemporânea? Em quê e em qual medida

ele se diferencia de outra importantíssima vertente do narrador contemporâneo, isto é, do escritor ficcional, nos tempos atuais? Ou, posto o problema em termos menos personificados, em que sentido a história cientificamente produzida se distingue da literatura e da tradição enquanto função narrativa capaz de captar a atenção social e funcionar como orientadora para a *práxis* cotidiana dentro dessa mesma sociedade? No limite, qual a relação do *hablador*, do contador de histórias, com os rebentos de Tucídides, dentro da sua atual pretensão de validade científica?

Como se percebe essa problemática não é ampla e sim amplíssima e, de uma forma ou de outra, já foi tratada por praticamente todos os grandes teóricos da história. Portanto, tal gama de questões não pode ser o escopo de um estudo curto como o que ora se propõe. É hora, então, de recortar, de delimitar melhor do que se pretende falar nas páginas seguintes: o papel do historiador na cultura ocidental contemporânea à luz de um determinado conceito, qual seja, *intelectual mediador.* Espera-se assim que, embora o problema permaneça grande, possa-se ao menos melhor delimitar a pretensão responsiva objetiva a essa questão. Nesta senda é preciso acautelar que, longe de se apontar uma resposta ou respostas a tais questionamentos, propor-se-á algo muito mais modesto e possível: hipóteses e possibilidades com base em determinadas leituras, que serão agora indicadas.

1 O HISTORIADOR COMO INTELECTUAL MEDIADOR

Chega-se assim à primeira hipótese levantada neste texto: a partir do conceito de intelectual mediador da cultura, delimitado teoricamente por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016), pode-se inferir na figura do historiador, reconstituída por meio de uma tipologia ideal nos moldes weberianos, as características fundamentais desse intelectual de modo permitam sua subsunção kantiana a tal conceito. Corresponde a afirmar aqui que o historiador, caracterizado por meio de uma teoria da história delimitada a partir de uma matriz disciplinar clara, pode ser considerado um mediador intelectual da cultura dentro da nossa atual sociedade.

Contudo, para que essa caracterização seja possível é preciso que se entenda, primeiro, o que é mediação cultural e intelectualidade nos sentidos que serão aqui adotados, isto é, entendidos como resultantes do exercício volitivo de um agente específico sobre uma determinada configuração social e temporal, sobre uma determinada cultura. Em seguida, faz-se necessário que se busque identificar como é possível uma caracterização do historiador, ainda quem termos gerais ou ideais, de modo a permitir sua vinculação com a ideia de intelectual mediador. Por tudo isso torna-se imperiosa uma análise, ainda que breve, sobre tais conceitos, pois não por acaso nesse campo o emaranhado teórico é considerável.

O conceito de mediação cultural tem ganhado força dentro do campo de saber das Ciências Humanas desde, pelo menos, meados dos anos 1980, sobretudo nos estudos culturais desenvolvidos na América Latina pelo filósofo, semiólogo e antropólogo colombiano Jesús Martín-Barbero a partir de sua obra *Dos meios às Mediações,* que veio à lume em 1986. O livro, escrito para lidar com problemas afetos às relações comunicacionais, notadamente à recepção, tornou-se influente sobre toda a comunidade das ciências

humanas nas décadas seguintes, influenciando a maneira de se pensar a sociedade e suas relações de forças simbólicas (DANTAS, 2008).

Isso aconteceu porque Martín-Barbero buscou romper com uma dicotomia quase maniqueísta presente nos estudos comunicacionais que se detinham em encarar a figura do receptor (ouvinte, espectador ou leitor interagente com as mensagens) de forma a caracterizá-lo quase que exclusivamente (ou sobre determinadamente) como sujeito passivo na relação comunicacional, isto é, investido no papel social de "ser dominado", sem voz ativa, enquanto que no outro lado dessa relação estaria o emissor, socialmente fixado como "ser dominante", de onde exerceria livremente o seu papel de protagonista na manipulação das audiências, tendo por sua vez voz ativa.

Não por acaso o foco central de tais estudos, até então, só poderia ser os meios de comunicação e não as relações sociais subjacentes a eles. Martín-Barbero, visando sair desse jogo de forças, desloca o eixo de compreensão em seus estudos dos meios (comunicacionais) para as mediações (culturais).

> O modelo comunicacional barberiano estabelece a recepção midiática como um processo de interação, em que entre o emissor e o receptor há um espaço de natureza representativa ou simbólica que é preenchido pela mensagem, a qual é configurada com múltiplas variáveis. Essa complexidade de fatores que envolve a mensagem faz com que a intenção inicial emitida pelo emissor possa não vir a ser a mesma captada e recebida pelo receptor" (DANTAS, 2008, pp. 2-3).

Isso representava não apenas uma maneira nova de se responder à questão da relação, sempre tensa, entre emissor e receptor, aqui simbolizado não apenas dois polos da relação comunicativa, mas duas esferas sociais em disputa; significava antes a necessidade de se trazer novas questões para essa análise. Como em suas palavras, significava sobretudo uma tentativa de

> [...] mudar o lugar das perguntas, para tornar investigáveis os processos de constituição do massivo para além da chantagem culturalista que os converte inevitavelmente em processos de degradação cultural. *E para isso, investigá-los a partir das mediações e dos sujeitos, isto é, a partir das articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais*. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 17, grifou-se)

Nesse caminho teórico, o uso do conceito gramsciniano de hegemonia foi fundamental, pois incorpora na perspectiva da dominação não apenas a relação de imposição de uma ideologia por parte de uma cultura dominante (que, por sua vez, seria reflexo de uma relação econômica igualmente dominante). Incorpora também aquilo que Étienne de La Boétie[2] já suspeitava: a parte que toca aos receptores, aos dominados, no exercício efetivo de sua própria dominação. Assim, a percepção de Martín-Barbero é a de que as mensagens não são apenas recebidas passivamente, mas são interpretadas conforme os valores sociais que defende o receptor. Sua teoria resgata, desse modo, a criatividade dos sujeitos, delineando a complexidade da vida e o caráter circular-interativo exercido pelos meios comunicacionais (DANTAS, 2008).

2 Refere-se aqui à obra *Discurso da servidão voluntária.*

As análises empreendidas por Martín-Barbero apontam, dessa forma, para uma certa estruturalidade dos processos de mediação cultural, os quais ele classifica de diversas maneiras nas revisões que sua obra sofreu durante os anos. Em *Ofício de Cartógrafo*, livro lançado em 2002, o teórico aponta para quatro tipos estruturais de medição comunicativa da cultura: institucionalidade, tecnicidade, socialidade e ritualidade. Sua teoria articula tais estruturas em dois eixos, um diacrônico e outro sincrônico, promovendo interações que configurariam as mediações culturais dentro da sociedade (RONSINI, 2010, pp. 8-10).

Entretanto, a conexão desse aparato teórico com os estudos históricos dá-se, ao menos para os fins buscados aqui, de modo menos estrutural, já que se conectam por meio dos estudos ligados à história cultural, mais especificamente acerca dos avanços da história intelectual, embora muitas vezes seja controversa essa diferenciação entre uma e outra (SEBRIAN, 2007). É dessa perspectiva que Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016) apontam com clareza os processos de apropriação desses conceitos dentro da prática da história cultural, sobretudo na ideia do intelectual mediador.

Repare-se, desde já, que o foco de análise sai da estruturalidade das categorias de mediação (tecnicidade, ritualidade, sociabilidade etc) para uma proto-personificação na figura conceitual de intelectual, que emerge de um longo sono como categoria de análise sociocultural com validade reconhecida. Isso porque, desde que surgiu na França de finais do século XIX como Émile Zola, o conceito vem sendo atacado como suspeito por quase todas as grandes correntes de pensamento em ciência social desde então.

A categoria de "Intelectual", de acordo com as autoras, é um termo que pode ser definido como incluindo homens e mulheres voltados para a produção de conhecimentos ou comunicação de ideias que estão, direta ou indiretamente, vinculados a uma possibilidade de intervenção sociopolítica mais ou menos definida no horizonte de sentido de determinada sociedade (GOMES; HANSEN, 2016, pp. 10-11). Durante muito tempo, por seu papel de relativo destaque político, o intelectual foi considerado ou um agente da dominação capitalista, ou um mero reflexo das estruturas mentais (mentalidade) de uma época. Assim, tanto o marxismo quanto o estruturalismo e os *annalles* (e sua longa duração) relegaram uma desconfiança ao papel histórico efetivamente desempenhado pelo intelectual.

Ainda de acordo com Gomes e Hansen (2016), não é antes dos anos 1980 que o intelectual, como categoria de análise, emerge nos estudos sociais de um modo novo, integrado dentro da história cultural como relevante para se compreender o quadro geral das condições de produção político-sociais de ideias. Desde então, há um esforço de se compreender melhor essa figura como elemento fundamental da mediação cultural. Embora tais esforços possam ter resultado em um conceito polissêmico, fica decantado que o intelectual não pode ser entendido como o emissor supremo de conteúdos a receptores absolutamente passivos dentro de uma lógica dicotômica. Aqui se demarca a influência central de Martín-Barbero ao (re) situar essa relação para a ideia de mediação. Afinal

> O ato de mediar significa fixar entre duas partes um ponto de referência comum, mas equidistante, que a uma e a outra faculte o estabelecimento de algum tipo de inter-relação, ou seja, as mediações seriam estratégias de comunicação em que, ao participar, o ser humano

> representa a si próprio e o seu entorno, proporcionando uma *significativa produção e troca de sentidos* (DANTAS, 2008, p. 4, grifou-se).

Gomes e Hansen têm clara percepção disso, principalmente porque entendem que a história cultural se preocupa não só com os processos de apreensão dos sentidos da realidade social, mas também com os processos de produção dos bens culturais, sendo, portanto, fundamental que se atenha para os processos de mediação cultural (2016, pp. 12-13). Preocupam-se, assim, com o complexo de dinâmicas de emissão, circulação e recepção desses sentidos sociais, transmitidos, difundidos, fundidos, confundidos (por que não?) no seio da interação comunicacional entre os atores sociais.

Ainda de acordo com as autoras já citadas, é fundamental para a história o conceito de apropriação cultural desenvolvido pelo historiador francês Roger Chartier, no qual o papel ativo do receptor das mensagens culturais se destaca. Entende Chartier que os sentidos de tais mensagens não se inscrevem somente nos bens culturais que as veiculam, nem somente na intenção de quem as produziu, mas também nas práticas de recepção, consumo e apropriação de tais bens pelo público (ou públicos).

Assim, não há público passivo. Todo público é um público, por assim dizer, interessado, predisposto, partícipe na atribuição constitutiva de sentido específica que, como se assinalará adiante, pode ter raiz em suas próprias vivências, em sua própria *práxis* e representação cotidiana, em seu próprio *lebenswelt.*[3]

Do mesmo modo, o intelectual mediador não pode ser confundido com um simples emissor ou condutor isento, um elo entre a mensagem e seu público, sem ser também alguém que interaja, que agregue valores e discursos ao produto cultural que media. Ou seja, não se pode esperar que seja apenas meio, geralmente simplificado, de expressão. Ao contrário, o intelectual mediador não é apenas passivo, mas também sujeito ativo, um ordenador de conteúdo, um produtor de sentidos, ainda que via mediação, de um bem cultural singular. E é precisamente aqui que se esclarece outro ponto: não se distinguem hierarquicamente, ou ao menos não deve se distinguir para fins analíticos, o intelectual mediador e o intelectual criador, já que em uma mesma figura, em um mesmo sujeito histórico, podem se manifestar e conviver as duas formas de intelectualidade. Mais do que isso, a hierarquização só funciona com ideologização e escolha política de um em detrimento do outro já que, a rigor, não se pode categorizá-los rigidamente. Por isso, é improdutivo esse caminho diferenciador.

Afinal, e aqui se aproxima de uma definição de mediação cultural que interessa mais diretamente a este estudo, sabe-se com Espagne, Bénat-Tachor e Gruzynski que, primeiro, mesmo em um microcosmo em tese partilhado exclusivamente por intelectuais criadores, como o meio acadêmico por exemplo, há um exercício constante de mediação entre tais intelectuais, em última análise por meio de vinculação a legados ou heranças, aceitos ou rejeitados nos debates acadêmicos.

3 Este termo geralmente é traduzido como "mundo da vida" e tem sua definição com Edmund Husserl. Segundo Nicola Abbagnano (2000, p.689) é um termo introduzido no vocabulário filosófico para designar o mundo em que vivemos intuitivamente, com as suas realidades, contrapondo-o ao mundo da ciência.

> Um segundo aspecto é que essa "transmissão cultural" envolve, por excelência, intenções e projetos políticos de intelectuais que objetivam o espraiamento das ideias e valores que defendem, pela sociedade mais ampla. [...] Esse ponto é valioso por relacionar claramente práticas de mediação cultural e construção de memórias de grupos sociais e comunidades, inclusive nacionais, incidindo fortemente em processos de construção de identidades (GOMES; HANSEN, 2016, p. 28).

Essa percepção abre a possibilidade de se vincular, ou antes perceber os vínculos, entre interesses (ou carências de orientação) e projetos socioculturais e políticos dos intelectuais que os desenvolvem e defendem. Ao mesmo tempo, institui uma brecha para intersubjetividade que se insere como reguladora de discursos nos quadros mesmos da mediação cultural, seja no debate intramuros da academia, na multiplicidade da sociedade mais ampla na qual tal debate se insere ou, por fim, na própria constituição de espaço dialógico entre sociedades e culturas distintas, como parece sugerir um determinado aspecto do conceito de *passeur*[4] desenvolvido por Christophe Charle, que se passa agora a examinar.

Tal aspecto diz respeito à compreensão do autor acerca do papel de representação política exercido pelo intelectual mediador, com todas as implicações de se analisá-lo sem se abrir mão da percepção do seu sentido simbólico, por um lado, nem de seu potencial descritivo, por outro. Simbólico porque representar, assim como o faz todo signo ou símbolo, opera no sentido de tornar presente o ausente por meio de uma substituição que, no caso, é efetuada no e pelo mediador intelectual. Descritivo porque rastreia a operacionalização da expressão e da possibilidade de ação política por parte daqueles que se sentem representados e que de outra forma não conseguiriam se mobilizar.

> Para Charle, o mediador seria ele mesmo um tipo específico de representante político e, ainda por isso, um "homem duplo". Nessa posição, ele divulga para o público novas tendências e descobertas da arte e da ciência, por exemplo. Quer dizer, ele representa, por meio de sua ação mediadora, a "alta cultura" para a sociedade mais ampla. Ao mesmo tempo, para os "produtores/criadores/autores", ele acompanha, registra e indica os gostos e interesses do público (*apud* GOMES; HANSEN, 2016, p. 30).

Um último enfoque, para os objetivos aqui perseguidos, deve ser ressaltado na utilização da ideia de *passeur* como mediador cultural. Enfoque esse vislumbrado no uso do termo por Espagne e Gruzinski de modo a entendê-lo como centrado nos processos de transferências culturais entre espaços simbólicos delimitados, sejam eles culturas, sociedades, etnias, religiões ou estados-nação. Ou seja, como promotores de uma mestiçagem, da criação de um terceiro elemento misto, capaz de se comunicar com mais de uma identidade, mais de uma cultura. Logo, colocando o mediador cultural como um ser de entre lugar, como um ser de fronteira, construtor de discursos que possibilitem a integração.

Chega-se assim a uma possibilidade de definição do conceito de intelectual mediador que nos seja útil nas discussões para as quais se encaminha este texto, pois o que interessa aqui não é perceber como funcionam as estruturas que põem em marcha os processos de

4 Como já alertado por Gomes e Hansen (2016, p. 29) a tradução desse termo para o português é problemática. As autoras o tomam como sinônimo essencial do que elas tratam como mediadores culturais, sentido que se adota também neste texto.

mediação cultural, tais como as definiram Martín-Barbero, ou seja, o seu aspecto estrutural. Nem interessa aqui identificar a mediação cultural como descrição das atividades desenvolvidas por sujeitos históricos isoláveis, isto é, com seu aspecto 'personalístico'. De modo distinto, interessa por uma outra possibilidade, meramente teórica, nem estruturada nem personificada, mas que pretende se situar em um ponto imaginado entre elas: a mediação cultural que pode ser atribuída teoricamente a uma figura ideal de intelectual, fundamentalmente um criador-mediador, um narrador específico, o historiador.

Para isso define-se intelectual mediador, com base nas leituras feitas, como um sujeito produtor de conhecimento e comunicador de ideias que, por estar incrustado na tessitura sociocultural na qual produz, é cruzado por interesses, carências e sentidos que permeiam a produção e divulgação dos bens culturais (Gruzinski; Espagne), catalisando e difundindo, recebendo e emitindo mensagens, sendo emissor-receptor, influenciador e influenciado (Martín-Barbero), sempre considerando a maneira como seus discursos são apropriados pelo público a que se destina e, por fim, ajustando e reajustando suas emissões considerando tanto os interesses, as carências e os projetos políticos já afetados pelo seu próprio discurso. Ser mediador intelectual da cultura, no sentido que ora se dá, é antes representar um *modus operandi* do que cristalizar-se um estável *status quo.* Precisamente por isso tal conceito permite sua articulação com o conceito de contador de histórias, de narrador, de historiador, desenvolvido por uma teoria da história específica, valendo-se de um fundo weberiano.

Trata-se, assim, da segunda hipótese deste texto, condicionante da primeira, de que um tal tipo ideal de narrador histórico pode ser sem muita dificuldade localizado na obra de Jörn Rüsen, notadamente na sua caracterização do historiador como catalisador de interesses e como propositor de orientação realizada em sua teoria da história. Passa-se a ela. O historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen, ao escrever sua trilogia sobre a teoria da história como ciência, parte da concepção, partilhada também por Jürgen Habermas, de que todo conhecimento científico tem sua origem no campo extracientífico da vida prática. Isso porque

> O pensamento é um processo genérico e habitual da vida humana. A ciência é um modo particular de realizar este processo. *O homem não pensa porque a ciência existe, ele faz ciência porque pensa*. Se se puder estabelecer que esse modo particular, científico, do pensamento humano está enraizado no pensamento humano em geral, ter-se-á um ponto de partida para responder à pergunta: por que o pensamento se dá e se deve dar no modo científico (RÜSEN, 2001, 54-55, grifou-se).

Por isso, ao analisar a tarefa e a função da teoria da história como ciência ele destaca que seu objeto não é outro senão a sua *matriz disciplinar*, conceito que permite articular mundo da vida e conhecimento científico de modo dinâmico. Pegando de empréstimo, criticamente, esse termo da teoria da ciência de Thomas S Khun,[5] Rüsen busca com ele

5 A ideia de matriz disciplinar, bem como sua correlata de paradigma, é retirada por Jörn Rüsen de sua leitura da obra de Thomas S. Khun, *A estrutura das revoluções científicas*, fato apontado pelo próprio Rüsen (2001, p. 29; 2015, p. 72).

evidenciar os fundamentos da história como ciência, vinculando-a ao contexto da vida humana cotidiana e, portanto, justificando-a a partir dele.

De modo geral, tal matriz disciplinar da história é concebida como composta de cinco momentos totalmente interdependentes e dinâmicos que, por Rüsen, foram denominados de: interesses, ideias, métodos, formas e funções (RÜSEN, 2001, 35). Posteriormente, Rüsen renomearia tais etapas conservando, contudo, seu valor semântico.

> Representando o pensamento histórico como um processo linear (o que, naturalmente, é unilateral, mas pode, não obstante, caracterizar sua dinâmica evolutiva), os cinco fatores podem ser entendidos como uma sequência. O pensamento histórico é disparado pelas *carências de orientação*. Em seguida, ele transforma essas carências, no processo de sua satisfação mental, em perspectiva acerca da experiência do passado – em uma *perspectiva de interpretação.* Nessa perspectiva são inseridos, então, metodicamente, *conteúdos experienciais* concretos. O saber acerca do que aconteceu no passado, assim obtido, torna-se representação do passado em *forma historiográfica.* Assim formatado, o saber histórico adquirido torna-se *ativo* nos processos atuais da orientação histórica (RÜSEN, 2015, p. 74, grifos no original).

Ressalte-se, em tempo, que tal matriz disciplinar pode ser entendida como uma reformulação científica daquilo que o próprio Rüsen chama de *formas elementares da constituição histórica de sentido*, que, por sua vez, seriam dotadas dos momentos de motivação, percepção, interpretação, orientação externa (*práxis*) e orientação interna (identidade), sendo estas duas últimas faces de um mesmo momento (RÜSEN, 2015, pp. 41-42).

Essa representação teórica (matriz disciplinar) tem função didática para compreensão do funcionamento da constituição do conhecimento histórico, por isso pode ser dividida em etapas delimitadas o que, na vida e prática real, não é possível, uma vez que tudo encontra-se integrado, de forma que as carências de orientação são elas próprias produtos de constante síntese entre a percepção da realidade e a percepção de suficiência orientativa disponibilizada pelas histórias. Em caso de defasagem entre carência e orientação, novas histórias deverão ser produzidas, mantendo o que Weber chamou de a *eterna juventude* das disciplinas históricas.[6]

Instituído como o ponto de partida dessa matriz da história como ciência, tem-se o momento definido por Rüsen (valendo-se de seu amplo estudo sobre a teoria histórica de J. G. Droysen) como *interesses* ou *carências de orientação*. Tal momento é dependente de uma assunção de cunho antropológica, explicitada por Rüsen no primeiro volume de sua teoria, chamado *Razão Histórica,* lançado em 1983. Nessa obra, Rüsen assume como ponto de partida o fato de que o homem é um ser que age intencionalmente e visando além do tempo presente. A isso ele chamou de *superávit de intencionalidade do agir humano*, ou seja, o projetar-se para além do seu tempo e do seu mundo. O homem só pode viver em uma determinada temporalidade, denominada de natural, se interpretá-la e relê-la com fito a projetar-se nela, transformando-a em uma temporalidade humana por meio de seu agir. A esse esforço contínuo, bem como ao seu resultado sempre mutante, o

6 "Existem Ciências dotadas de eterna juventude. É o caso, por exemplo, de todas as disciplinas históricas, de todas aquelas para as quais o fluxo constantemente progressivo da cultura continuamente suscita novos problemas" (WEBER apud RÜSEN, 2015, p. 75).

autor denomina como

> O ato constitutivo da *consciência histórica*, que consiste na interpretação da experiência do tempo com respeito à intenção quanto ao tempo, pode ser descrito, por recurso à distinção básica entre as duas qualidades temporais, como transformação do tempo natural em tempo humano (RÜSEN, 2001, p. 60, grifou-se).

A consciência histórica é aqui entendida como a percepção humana (e até onde se sabe, apenas humana) da finitude da própria existência e, mais do que isso, instaura-se justamente na convergência dos esforços de reação a essa inexorável pressão temporal que se exerce sobre a vivência desses seres que conhecem o florescer e o murchar das coisas[7], invejando secretamente as bestas[8]. Assim, o homem desenvolve certas estratégias que lhe permitam realizar, de modo mais efetivo e dinâmico, essa conversão entre os tempos natural e humano. Rüsen vai identificar a principal estratégia por meio da qual se dá esse processo em um determinado *ato de fala*.

> Em um ato de fala desse tipo, no qual se sintetizam, em uma unidade estrutural, as operações mentais constitutivas da consciência histórica, no qual a consciência histórica se realiza, com efeito existe: *a narrativa* (histórica). *Com essa expressão, designa-se o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência histórica se forma e, por conseguinte fundamenta decisivamente todo pensamento-histórico e todo conhecimento histórico científico*" (RÜSEN, 2001, p. 61, grifos no original).

Desta forma, para o professor Rüsen, a narrativa histórica é o vínculo essencial entre a consciência histórica e o mundo da vida. Esta constituição narrativa tem sua etiologia quando, na *práxis* cotidiana, recorremos a lembranças, e não a dados fictícios, para interpretarmos as experiências do tempo, traduzidas para o homem como carências de orientação para seu agir intencional, como já visto. Com isso, a narrativa cria uma noção de dependência e continuidade entre passado e presente, formando um panorama prospectivo, isto é, instrumentalizando uma perspectiva de futuro. Assim a narrativa forja um elo entre as três dimensões do tempo (passado, presente e futuro), em termos de continuidade (encadeamento), possibilitando uma consciência histórica, pois ela não é uma consciência do passado, e sim uma consciência dos vínculos entre ele e o futuro, passando pelo presente.

Assim, como se percebe, o jogo de tais carências e interesses, que surge do esforço da consciência histórica, não tem em si nada de especificamente *científico*, apenas de *histórico* no sentido *lato* do termo. Não estão em um plano distinto do *lebenswelt* mas, ao contrário, imbricados nele. Por isso, em determinadas sociedades, sujeitos históricos narradores, contadores de histórias, como *el hablador* que encontramos descrito pelas palavras de Mario Vargas Llosa nas primeiras páginas deste texto, podem ter uma centralidade fundamental

7 Em referência ao poema *Quarta Elegia*, de Rainer Maria Rilke, onde se lê nos versos iniciais "Conhecemos igualmente florescer e o murchar. No entanto, em alguma parte, vagueiam leões ainda, alheios ao desamparo enquanto vivem seu esplendor" (RILKE, 2001, p. 41).

8 Referência ao trecho de Friedrich Nietzsche em *Second Untimely Meditation*: *Man cannot see them without regret, for even in the pride of his humanity he looks enviously on the beast's happiness* (NIETZSCHE *apud* RÜSEN, 2005, p. 1).

para a constituição da consciência histórica e para a consequência condicionante da sua própria operabilidade, isto é, a formação e a manutenção de identidades dentro daqueles grupos sociais específicos. Vale frisar: centralidade, já que a experiência temporal deles não exige outro tipo de mediação narrativa. Desde já, vislumbra-se que tal figura é, também, um mediador cultural importante, já que fundamental para os modos de reprodução social daquelas sociedades peruanas, ao menos no período descrito pelo autor. Mas, adiantam-se conclusões aqui.

A narrativa histórica, como dito, não se reduz apenas a sua versão científica. Ela é antes o primeiro esforço rumo a uma consciência histórica, que surge justamente quando a principal fonte de orientação nas sociedades, a tradição, não satisfaz mais as carências de orientação, instituindo um *déficit* que clama pela narrativa como forma de reequilíbrio. Com base em J. G. Droysen, Rüsen aponta seu conceito para esse fenômeno da experiência humana.

> Tradição é, pois, o modo pelo qual o passado humano está presente nas referências de orientação da vida humana prática, antes da intervenção interpretativa específica da consciência histórica [...] na tradição, já está presente a orientação que a consciência histórica quer produzir mediante o esforço adicional da narrativa (RÜSEN, 2001, p. 77).

E essa narrativa torna-se necessária porque o homem é um ser histórico, ou seja, é um ser que se projeta, através do superávit de intencionalidade que lhe é intrínseco, para além do tempo que lhe é próprio. A cada época o homem é confrontado com novos problemas com os quais se familiariza através da tradição, mas que não os *transcende* por meio dela. Assim Rüsen (2001) aponta a história como crítica da tradição, pois, apesar de basear-se nela como primeiro contato com o passado, a supera através da pesquisa e de questionamentos racionalmente formulados. Quando a tradição não responde mais aos questionamentos estruturalmente carentes de orientação, frente a contingências inéditas, ou que assim parecem, experimenta-se uma dissociação da síntese primeira, ou seja, a articulação entre as três dimensões do tempo embutidas nos enunciados da tradição.

A razão para que esta crítica se dê de modo científico é creditada por Rüsen ao fato de que a consciência histórica enuncia pretensões de validade não apenas para o meio acadêmico estrito, mas para toda a sociedade, o que traz o problema do consenso. O que se é depende sempre do que os demais o deixam ser e do que se quer ser, na relação com os outros. Identidade é, por conseguinte, um processo social de interação recíproca de sujeitos que agem entre si (RÜSEN, 2001, p. 87).

Para que se atinja esse consenso, ou antes para que ele seja possível, faz-se necessária a adoção de critérios de reconhecida validade intersubjetiva, que são o controle factual (fontes), a instituição dos significados (as normas e valores) e a dotação de sentido (dado como síntese entre os dois precedentes, através da narrativa autorreferente). Neste quadro a validade de uma história teria que ter "pertinência empírica", no que tange seu conteúdo experiencial; "pertinência normativa", no que se refere aos significados e "pertinência narrativa", que se efetua quando a ideia orientadora do texto é pertinente. Tais critérios são determinantes da validade consensual e intersubjetiva do conhecimento pois, caso contrário, não

seriam aceitos como críticas coerentes frente à tradição e sucumbiriam, sujeitando-se ou à refutação geral, ou à sua identificação com a literatura ou a propaganda política.

Desta forma, a constituição metódica da ciência da história tem como pano de fundo, portanto, o fato de que a História como ciência é a forma peculiar de garantir a validade que as histórias, em geral, pretendem ter (RÜSEN, 2001, p. 97). Assim, ao instaurar-se no campo científico, regulado metodicamente através da objetividade de fundamentação, que se refere ao seu conteúdo experiencial obtido pela pesquisa metódica, ela garante um terreno inicial propenso ao consenso.

> Objetividade metódica significa a propriedade de as histórias valerem, com respeito aos seus conteúdos empíricos, independentemente do significado que lhes seja atribuído ou que sentido tenham na orientação temporal da vida prática contemporânea" (RÜSEN, 2001, pp. 138-139).

Ou seja, a maneira científica é apenas mais uma maneira de se narrar uma história. O que a torna distinta da forma como antigos contadores de história, para os quais ela exercia a mesma função, é precisamente a adoção de critérios e métodos que permitam sua maior pretensão de validade intersubjetiva, funcionando como orientadora das ações, individuais e coletivas, dentro das sociedades contemporâneas complexas, polifônicas e dinâmicas. Por isso, figuras como o *el hablador* não podem mais ter o papel de orientador dentro de nossas sociedades, não podem ser o *agente duplo* de que nos fala Christopher Charle, mas aqui não mediando dominantes e dominados, mas carências e orientações. Tal papel pode ser, então, do historiador. O que não quer dizer que, necessariamente, o seja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, pelo visto até aqui o historiador poderia ser muito bem caracterizado como um sujeito produtor de conhecimento e, ao mesmo tempo, um comunicador de ideais que, por estar incrustado na tessitura sociocultural na qual produz e se produz, é um ser cruzado por interesses, carências e sentidos que permeiam a produção e divulgação dos bens culturais (GRUZINSKI; ESPAGNE), catalisando e difundindo, recebendo e emitindo mensagens, sendo emissor-receptor, influenciador e influenciado (Martín-Barbero), sempre considerando a maneira como seus discursos são apropriados pelo público a que se destina e, por fim, reajustando suas emissões reconsiderando tanto os interesses, as carências e os projetos políticos já afetados pelo próprio discurso, ou discursos, já emitidos. Não por acaso, a mesma definição que se deu neste texto ao intelectual mediador.

Assim se chega à seguinte conclusão deste breve ensaio: o historiador como um tipo ideal intuído a partir de elementos conceituais retirados da teoria da história de Jörn Rüsen (2001; 2005; 2015) pode ser enquadrado dentro do conceito de intelectual mediador ou mediador cultural, uma vez que é um criador de conteúdos e, ao mesmo tempo, um divulgador, um tradutor, um *passeur* capaz de construir sínteses entre as carências de orientação difusas no campo social, propondo narrativas que permitam a intuição de orientações capazes de dar sentido ao agir e para a formação/manutenção de identidades.

Para isso, utiliza-se de conhecimentos de sua área, mas não só, já que está em constante diálogo com praticamente todos os campos das chamadas ciências humanas, mediando ideais e projetos políticos, e funcionando como mediador cultural em muitos aspectos.

Claro está que o aqui proposto como reflexão permanece apenas no campo da teoria e das tipologias ideais, uma vez que o ofício de historiador, as atividades múltiplas a que podem ser atribuídas o papel de mediação cultural, bem como o funcionamento real de toda sociedade, por definição complexo, não podem ser reduzidos a poucas linhas escritas com intenção sistematizante como o aqui realizado. Contudo, crê-se que perceber o historiador como um mediador da cultura explicite melhor os porquês de sua importância crescer juntamente quando as sociedades se deparam com uma temporalidade natural dura (como a que se passa no país nesse momento). Tentou-se demonstrar brevemente aqui que um desses porquês pode ser o seu papel como mediador cultural ou, como preferem Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen, como intelectual mediador.

REFERÊNCIAS

DANTAS, José G. D. Teoria das Mediações Culturais: uma proposta de Jesús Martín-Barbero. **Anais do X Congresso de Comunicação da Região Nordeste.** São Luís/MA, 12 a 14 jun. 2008. 12p. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0015-1.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2017.

GOMES, Ângela de C; HANSEN, Patrícia S. Apresentação. In: _____ (org). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 7-37.

LLOSA, Mário V. El viaje a la ficción. In: _____. **El Viaje a la ficción: El mundo de Juan Carlos Onetti**. Madrid: Santillana Ed. Generales, 2008, pp. 11-32.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Introdução. In: _____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, pp. 11-23.

RILKE, Rainer M. **Elegias de Duíno**. Tradução Dora Ferreira. São Paulo: Ed. Globo, 2001.

RONSINI, Veneza V. Mayora. A perspectiva das mediações de Jesús Martin-Barbero. **XIX Encontro da Compós, PUC-RJ**. Rio de Janeiro, junho de 2010, pp. 1-16. Disponível em: <compos.com.puc-rio.br/media/gt12_veneza_ronsini.pdf>. Acesso em: 02 de ago.2017.

RÜSEN, Jörn. **History: Narration, Interpretation, Orientation**. New York, Oxford: Ed. Berghahn Books, 2005.

_____. **Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 194 p.

_____. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Tradução Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015. 324p.

RUSSO, Ethan. **Machiguenga: Peruvian Hunter-Gatherers**. Disponível em <https://goo.gl/scNb7F> Acesso em 13 jul. 2017.

SEBRIAN, Rafael N. N. História Intelectual, Cultura e Política: um estudo dos Primeiros Tempos de "Punto de Vista" (1978 – 1985). **Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior"**. São Paulo, set 2007. Disponível em: <https://goo.gl/Dc3Kz4> Acesso: 13 jul. 2017.

MEDIADOR CULTURAL OU ANTROPÓLOGO DO MAL: BRUCE ALBERT E O CASO DE "A QUEDA DO CÉU"

CULTURAL MEDIATOR OR ANTHROPOLOGIST OF EVIL: BRUCE ALBERT AND THE CASE OF "THE FALL OF HEAVEN"

Karla Alessandra Alves de Souza Ferreira[1]

RESUMO: Este estudo desenvolve uma análise crítica sobre o fragmento "*Postscriptum, quando eu é um outro (e vice-versa)*", apresentado na obra *A Queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. O livro foi pensado por um xamã yanomami; Davi Kopenawa, e produzido por um etnólogo francês Bruce Albert. Problematizo o processo de produção do livro onde dois universos culturais se encontram, uma produção literária indígena do povo Yanomami que apresenta uma coautoria. Essa análise busca investigar a postura epistêmica de Bruce Albert como mediador cultural ou "antropólogo do mal" no processo de elaboração do livro, a fim de levantar questionamentos sobre o ato tradutório e suas implicações, destacando os desafios e contribuições apresentadas nesse processo. Nesta direção, esse artigo se fundamenta nos pensamentos da história cultural.

PALAVRAS-CHAVE: intelectual mediador, apropriação cultural, história Yanomami.

ABSTRACT: This study develops a critical analysis on the fragment "Postscriptum: when I am another (and vice versa)", introduced in the work "The Fall of Heaven: words of a Yanomami shaman" The book was thought by the Yanomami shaman, Davi Kopenawa, and produced by the French ethnologist, Bruce Albert. I problematize the book producing process, in which two cultural universes meet, an indigenous literary production of the Yanomami people, that presents a co-author. This analysis aims to investigate the epistemic posture of Bruce Albert as cultural mediator or "anthropologist of evil" in the book-making process, in order to raise questions about the translation act and its implications, highlighting the challenges and contributions presented in this process. In this direction, this article is based on the cultural history thoughts.

KEYWORDS: intellectual mediator, cultural appropriation, Yanomami history.

1 INTRODUÇÃO

A lógica colonial de enunciação sobre os povos indígenas é algo que sempre questionei ao longo de meus estudos e em minha prática como professora de História da rede pública do Estado de Goiás. O processo de invisibilidade violenta contra os povos indígenas é algo que

[1] Mestranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Goiás (UFG) e bolsista Capes. E-mail: angoladekiaia@gmail.com

vem sendo alimentado pela ciência eurocêntrica que tradicionalmente percebe os indígenas como objeto de estudo situado num passado cristalizado, construído pela visão eurocêntrica de mundo que nega a contemporaneidade indígena. É, assim, este posicionamento ético e político que motiva as reflexões aqui apresentadas.

Desde a colonização Europeia no Brasil até a primeira metade do século XX, os grupos indígenas foram mantidos em uma condição de subalternidade na dinâmica social brasileira.

É notório que a temática indígena percorre a literatura brasileira desde suas primeiras manifestações. No período colonial as descrições iniciais figuram o índio como bárbaro, primitivo, exótico ou puro, dependendo dos interesses que estivessem em voga: exploratórios, religiosos ou políticos. De acordo com Martins, *"no século XIX, durante o período romântico, com a necessidade da formação de uma identidade nacional, o indígena adquiriu o status na literatura de "bom selvagem",*[2] *segundo a concepção de Rousseau* (2016, p. 121). Foi dessa forma idealizado e caracterizado como portador das particularidades pertencentes aos cavaleiros medievais como a bondade, a coragem a honra e a nobreza.

Na primeira geração do Modernismo, com Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Raul Bopp, por meio do Movimento Pau-Brasil e Antropofágico, desenvolveu-se uma crítica à colonização e à defesa de uma independência mental brasileira. O índio, autêntico e nacional, foi celebrado em contraposição aos valores europeus. Trata-se ainda de uma idealização, diferente da romântica, mas que vê positivamente o índio na medida em que o dota de uma consciência crítica que é fruto de outra tradição cultural (PEREIRA, 2002).

Na quarta geração do Modernismo desaparece tanto o índio idealizado negativamente pelos românticos, como aquele ideário positivo cultivado pelo modernismo primitivista. Depois dos anos 1970, revela-se um novo olhar, no qual as comunidades indígenas aparecem retratadas por uma perspectiva simultaneamente jornalística e antropológica. O tom é de denúncia acerca do genocídio e do etnocídio vivenciado pelos povos indígenas (OLIVEIRA, 2005, pp. 95-103).

De acordo com Almeida: *"é somente na década de 1980 que começamos a ver as primeiras produções de autoria nativa no Brasil"* (2008, p. 19). Dentre estes novos autores encontramos Olívio Jekupé, Eliane Potiguara, Graça Graúna, Daniel Munduruku, Luiz Karai, Giselda Jera, Kerexu Mirim, dentre outros. De acordo com Daniel Munduruku (2008), estas produções de origem nativa são literaturas de ficção baseadas em sua experiência na aldeia e os memorialistas que escrevem a partir da vivência de sua gente.

Na segunda metade do século XX, ocorreram transformações sociais que favoreceram os povos indígenas brasileiros. Os mesmos passaram a ser sujeitos de políticas indigenistas, as quais buscavam defender as características nativas da sua cultura, fundamentada na oralidade. Com a Constituição Federal de 1988, esses povos obtiveram o reconhecimento dos seus direitos representados pela preservação dos seus costumes, da sua organização social, da garantia da educação básica em sua língua materna e dos direitos originários sobre a terra que ocupavam (FRANCA, 2016, p. 14).

[2] A esse respeito consultar LEOPOLDI (2002, pp. 158-182).

Nesse contexto, segundo Franca, a educação escolar indígena passava por outro momento de compreensão e interpretação. Com o Decreto n.º 26,[3] aprovado em 4 de fevereiro de 1991, o MEC; Ministério da Educação, passou a estruturar as ações referentes à educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades de ensino, em colaboração com a FUNAI; Fundação Nacional do Índio (2016, pp. 14-15).

Foi também elaborado o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas,[4] com o propósito de assegurar uma educação escolar diferenciada que colaborasse para a afirmação étnica e cultural, direcionada pelo reconhecimento das línguas nativas e dos saberes milenares desses povos. Esta ação teve ainda como objetivo oferecer subsídios para a formação de educadores indígenas capazes de assumir essas tarefas (FRANCA, 2016, p. 15).

Como relata Franca: *"a demanda por materiais didáticos e paradidáticos a serem utilizados pelas escolas nas aldeias foi o passo inicial para os autores indígenas"* (2016, p. 15). No entanto, a produção bibliográfica destes grupos se diversificou quanto ao seu propósito inicial, a fim de assumir outras formas de expressão, e atualmente compreende diferentes gêneros textuais como poesia, contos literários, textos informativos, históricos, entre outros.

Dentre as suas diferentes formas, a autoria pode assumir caráter individual ou coletivo, de acordo com a atuação dos sujeitos envolvidos no processo criativo. A prática da escrita nas sociedades indígenas apresentou-se como alternativa de manutenção da memória do grupo, um canal de comunicação com outros grupos sociais e, posteriormente, como ferramenta de resistência cultural.

Considerando o tempo histórico, para Franca: *"a produção bibliográfica dos povos indígenas pode ser descrita como um fenômeno relativamente recente para a realidade brasileira"* (2016, p. 15). Entretanto, o crescente número de autores e publicações evidenciam não só a força criativa desses povos, como também sua habilidade em se apropriar de elementos culturalmente característicos de outros grupos em benefício próprio. Neste ponto, o benefício direto a que se faz referência é a utilização da linguagem escrita, como meio de comunicação com as parcelas não indígenas da sociedade civil.

Ao falarmos de autoria indígena destacamos o livro *A Queda do Céu: palavra de um xamã yanomami,* publicado originalmente em francês no ano de 2010, na prestigiosa coleção Terre Humaine. A tradução em inglês foi publicada pela *Harvard University Press* em 2013. No Brasil a obra foi lançada pela editora Companhia das Letras em setembro de 2015, após cinco anos de seu lançamento na França.

---

3 BRASIL, *Decreto n. 26, de 4 de fevereiro de 1991*. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil, 1991.

4 BRASIL, Ministério da Educação. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas.* Brasília: MEC/SEF, 1998 a. Disponível em: http://www.ufpe.br/remdipe/imagens/documentos/edu_escolar/ml_07.pdf. Acesso em 28 abril.2017.

Colocam-se algumas questões: sendo Kopenawa[5] um brasileiro, seu livro não foi lançado primeiro no Brasil por quê? O livro se apresenta como uma coautoria e foi escrito a partir das palavras de Davi Kopenawa Yanomami, contadas a um etnólogo francês, Bruce Albert. Assim, pode-se indagar quais os desafios ou empecilhos encontrados no Brasil para que o livro de Kopenawa e Albert fossem lançados primeiro na França?

Ao refletirmos sobre o processo de tradução de *A Queda do Céu,* nos deparamos com muitas inquietações. Uma delas é como esse produto cultural pode desafiar os discursos hegemônicos e não os reforçar? É possível a tarefa que Albert se propôs ao traduzir e montar o livro, objetivando dar voz a história do xamã Yanomami?

Spivak questiona *"a posição do intelectual pós-colonial ao explicitar que nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemônico"* (2010, p. 12). Dessa forma, a autora desvela o lugar incômodo e a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência.

Nesta direção, analiso o fragmento "Postscriptum, quando eu é um outro (e vice-versa)", apresentado na obra A Queda do céu, onde o antropólogo Albert descreve os processos de mediação que dá origem a obra. O livro foi pensado por um xamã yanomami Davi Kopenawa e produzido pelo etnólogo francês Bruce Albert. Problematizo o processo de produção do livro onde dois universos culturais se encontram por meio de uma coautoria. Essa análise busca investigar o papel do etnólogo Bruce Albert como mediador cultural ou antropólogo do mal no processo de elaboração do livro, a fim de levantar questionamentos sobre o ato tradutório e suas implicações destacando os desafios e contribuições apresentadas nesse processo para o fim do silenciamento epistêmico indígena. Nesta direção, esse artigo se fundamenta nos pensamentos da história cultural.

2 POSICIONAMENTO TEÓRICO – METODOLÓGICO

Ao analisar o papel do etnólogo Bruce Albert como mediador cultural ou antropólogo do mal no processo de elaboração e produção do livro *A Queda do Céu*, esse artigo se fundamenta nos pensamentos da história cultural.

O estudo proposto se fundamenta nos conceitos discutidos na história cultural, como ela se interessa pelas operações de apreensão da realidade social, priorizando os sentidos assumidos por essa realidade em função dos pontos de vista de seus sujeitos históricos, ou seja, das percepções cognitivas e afetivas desses sujeitos. Para Chartier: *"a história cultural, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler"* (1987, pp. 16-17). As lutas

[5] Davi Kopenawa nasceu por volta de 1956, em *Marakana*, grande casa comunal situada na floresta tropical de piemonte do alto rio Toototobi, no norte do estado do Amazonas, próximo à fronteira com a Venezuela. Desde 2004, é presidente fundador da associação Hutukara, que representa a maioria dos Yanomami no Brasil.

de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, valores e domínios. Segundo Pesavento; *"as representações são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de forças integradoras e coesivas, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade"* (2005, p. 39).

De acordo com GOMES e HANSEN (2016, p. 13): *"a história cultural prioriza as preocupações com as dinâmicas de produção dos bens culturais, sendo, portanto, fundamental atentar para os fenômenos de sua mediação"*[6]. Ao analisar o processo de produção da obra A Queda do céu, por meio da problematização do fragmento: *"Postscriptum": Quando eu é um outro (e vice-versa).* Buscamos compreender como o etnólogo francês relata o desafio do processo de escrita da obra, destacando o pacto político e "literário" que acordou com o xamã yanomami para o desenvolvimento do livro e suas particularidades como: os bastidores da primeira pessoa, a fabricação do texto entre gravações, transcrição, tradução e a montagem e composição do mesmo. Chartier acredita que há uma série de interpretações e apropriações que fazem com que seja necessário fazer uma história destas formas de leitura. Relata ainda: *"a leitura não é somente uma operação abstrata da ação de entender: é pôr em jogo o corpo; é inscrição num espaço; relação consigo e com o outro"* (CHARTIER, 2002, p. 181). Nesse sentido, a apropriação seria a maneira pela qual o indivíduo recebe as condicionantes do meio social e as interpreta, norteando posteriormente suas ações. De acordo com GOMES e HANSEN:

> Os significados e valores atribuídos aos bens culturais, no marco do conceito de apropriação, podem ser encontrados no processo de produção – o qual, vale lembrar, também resulta de apropriação da parte de seus produtores -, nas "senhas" por eles inscritas, que devem funcionar como chaves de interpretação, e, finalmente, na sua apropriação pelo receptor "final", sendo assim, eminentemente, mutantes e múltiplos (2016, p. 15).

Os estudos de recepção cultural reforçam a ideia de que ao insistir que *"não há sujeito ou público passivo [...] o receptor nada passivo, é um sujeito que, simultaneamente, pode aderir e subverter os sentidos de uma mensagem"*, por estratégias de seleção de uso, dialogando na maioria das vezes sem saber, com as intenções dos criadores (GOMES; HANSEN, 2016, pp.15-16).

O antropólogo Albert trabalha com o conhecimento oral do povo yanomami transformando-o em escrita, que vem da oralidade yanomami para a escrita na língua francesa. Esse processo de tradução cultural se faz muito delicado quanto ao sentido e recepção dessa obra. Como mediador cultural, Albert ressignifica e se apropria da epistemologia yanomami passada por Kopenawa, cujo objetivo é contar a história de seu povo aos "brancos". Como afirma SPIVAK (2010, p.17): *"não são os corpos de sentido que são transferidos nas traduções", mas sim a linguagem e seu papel para um determinado agente.*

---

6 Segundo conceito discutido por Martín Barbero: "As mediações passam a ser transformação do tempo e do espaço a partir de dois grandes eixos, migrações, fluxos de imagens e, como consequência as duas mediações fundamentais para pensar o processo de mutação cultural são, para ele, a identidade e a tecnicidade" (2009, p. 14).

Ao questionar a necessidade desse "agenciamento" apresentado em *A Queda do Céu* entre o xamã yanomami Kopenawa e o antropólogo Albert, nos perguntamos: a qual representação esse livro serve? Sua construção de sentido inova ou reafirma os lugares de poder da escrita hegemônica? Como relata MIGNOLO (2008, p. 253).

> Em primeiro lugar, é necessária a descolonização epistemológica, para em seguida passar para uma nova comunicação inter-cultural a um intercâmbio de experiências e de significações, com a base de outra racionalidade que possa afirmar com legitimidade alguma universalidade [...].

Segundo GOMES e HANSEN (2016, p. 9): *"as práticas de mediação cultural podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores, cujas presença e importância nas várias sociedades e culturas têm grande relevância, porém, nem sempre reconhecimento"*. Tais mediadores não são identificados e nem tão pouco se identificam pela categoria de intelectual. Os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexões com outros atores sociais e organizações intelectuais ou não, tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político. Nessa acepção, o conceito de intelectual é como todos os conceitos políticos e sociais, fluído e polissêmico (KOSELLECK, apud GOMES; HANSEN, 2016, p. 12).

Há uma busca de conceitos e categorias para compreender as práticas e meios comunicativos envolvidos na produção cultural. Assim como nos respectivos produtos, o caso fornece em particular essas explanações quando se quer observar sua ocorrência entre sujeitos pertencentes a diferentes matrizes culturais (GOMES; HANSEN, 2016, p. 16). Na interpretação crítica desse processo vai se configurando o chamado intelectual mediador, o qual não deve ser entendido como um mero transmissor, isto é, aquele sujeito que não agrega valor ao produto cultural em questão. Segundo GOMES e HANSEN:

> O intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual "mediou" torna-se, efetivamente, "outro produto": um bem cultural singular (2016, p. 18).

O intelectual mediador de nossa análise é um antropólogo francês Bruce Albert, nascido no Marrocos, em 1952. É doutor em antropologia pela University de Paris X-Nanterre e pesquisador sênior do *Institut de Recherche pour le Développemen*t (IRD, Paris). Participou em 1978 da fundação da ONG Comissão Pró-Yanomami (CCPY), que conduziu com Davi Kopenawa uma campanha de catorze anos até obter em 1992, a homologação da Terra Indígena Yanomami.

Assim clivamos algumas inquietações relacionadas ao desenvolvimento e o resultado final que é o livro *A Queda do Céu*. Experimento de coautoria, onde temos um xamã yanomami que quer e precisa falar sobre a história de seu povo e um antropólogo francês que aceita a empreitada dessa mediação cultural, buscando dar voz a Kopenawa yanomami.

Qual o papel desse mediador cultural para a descolonização epistemológica da história do povo yanomami? Ao produzir um bem "cultural singular" nos moldes eurocêntricos, Albert possibilita a articulação de um discurso de resistência ao povo yanomami?

Devemos ressaltar que A *Queda do Céu* foi escrito a partir das palavras de Davi Kopenawa Yanomami, contadas a um antropólogo com quem nutre uma longa amizade, foram mais de trinta anos de convivência entre os signatários e quarenta anos de contato entre Bruce Albert, o etnólogo-escritor, e o povo de Davi Kopenawa, o xamã-narrador.

O livro é estruturado em três pilares: a vocação de xamã desde a primeira infância, fruto de um saber cosmológico adquirido graças ao uso de potentes alucinógenos, é o primeiro dos três pilares. O segundo é o relato do avanço dos *brancos* pela floresta e seu cortejo de epidemias, violência e destruição. Por fim, os autores trazem a odisseia do líder indígena para denunciar a destruição de seu povo.

A análise aqui abordada se desenvolve a partir da leitura do livro *A Queda do Céu* com delimitação de parte dessa obra, que se configura em "*Postscriptum": Quando eu é um outro (e vice-versa), em* que Albert relata o desafio do processo de escrita da obra destacando o pacto político e "literário" que deu origem ao livro.

Os bastidores da primeira pessoa, a fabricação do texto entre gravações, transcrição e tradução e a montagem e composição do mesmo foram selecionadas após minuciosas horas de leituras interpretativas do livro de Kopenawa, com o objetivo de problematizar os caminhos percorridos pelo antropólogo Albert nesse experimento de tradução como mediador cultural ou antropólogo do mal, ao se enveredar nesse experimento de transcrição e tradução, o antropólogo busca dar voz ao xamã yanomami, entretanto, SPIVAK, "*alerta para o perigo de constituir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro"* (2010, p. 13).

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A interpretação proposta do livro *A Queda do Céu*s e pauta no elemento do texto *Postscriptum : Quando eu é um outro (e vice-versa)*, no qual Albert nos explica os primeiros passos de seu itinerário como etnólogo, tendo como objetivo principal apresentar o contexto em que foi registrado e redigido o depoimento excepcional de Kopenawa. Segundo Albert:

> [...] Espero que esses modestos fragmentos de "ego-história" contribuam para esclarecer, tanto possível, as situações e peripécias que levaram o nosso encontro, as afinidades que condicionaram a escuta apaixonada que devotei a suas palavras e ainda escolhas que orientaram sua restituição na forma escrita (2015, p. 513).

Os caminhos percorridos para esse experimento de mediação cultural vão se configurando na medida que Albert, por meio do pacto etnográfico,[7] busca e firma um caminho de realização desse projeto. Como relata Albert (2015, p. 521):

[7] Em um artigo publicado anos atrás, Albert define ali o que chama de *pacto etnográfico.* O "pacto" começa pelo respeito aos três imperativos básicos de todo engajamento do antropólogo com um povo indígena: "Em primeiro lugar, evidentemente, fazer justiça de modo escrupuloso à imaginação conceitual de [seus] anfitriões; em seguida, levar em conta com todo o rigor o contexto sociopolítico, local e global, com o qual sua [deles] sociedade está confrontada; e, por fim, manter um olhar crítico sobre o quadro da pesquisa etnográfica em si" (1997, p. 520).

> O etnógrafo deve estar preparado para compreender que o objetivo principal dos seus interlocutores indígenas e o fundamento de sua cooperação é o de converte o pesquisador em um aliado político, em seu representante diplomático ou intérprete junto à sociedade de onde ele provém, invertendo assim, tanto quanto possível, os termos da "troca desigual subjacente à relação etnográfica".

Segundo Viveiro de Castro: "a obra A Queda do céu, teve a capacidade de abrir uma fenda na muralha dialógica erguida entre índios e brancos" (2015, p. 33). A formação teórica de Albert, sua "curiosidade intelectual" de base 'estruturalista', é responsável pela sintonização do ouvido analítico do antropólogo na frequência de onda da imaginação conceitual de Kopenawa.

Temos um intelectual mediador, que após ganhar confiança dos yanomami, imbrica-se na imensa tarefa de começar a avaliar sua aptidão para servir de intermediário na comunicação entre dois mundos. O material etnográfico registrado a partir de então é ao mesmo tempo o alicerce e o produto desse pacto.

Ao oferecerem seu saber ao etnógrafo Albert, o povo yanomami aceita a incumbência de ressocializá-lo numa forma que lhes parece mais adequada à condição humana. Ao procurar o antropólogo Albert para escrever um livro sobre a história do povo yanomami, Kopenawa demonstra a dificuldade de falar e ser ouvido, assim recorre ao discurso hegemônico para fazê-lo. De acordo com Albert, para o povo yanomami as palavras escritas são:

> Os Yanomami chamam as páginas escritas e, de modo mais geral, os documentos impressos contendo ilustrações (revistas, livros, jornais) de utupasiki ("peles de imagens"). Para o papel, utilizam a expressão papeosiki, "peles de papel". Referem-se à escrita com termos que descrevem certos motivos de sua pintura corporal: oni (séries de traços curtos), turu (conjunto de pontos grossos) e yáikano (sinusoides). Escrever é, assim, "desenhar traços", "desenhar pontos" ou "desenhar sinusoides", e a escrita, tRê ã oni, é um "desenho de palavras"(2015, p. 610).

A história do povo Yanomami[8] há muito tempo já vem sendo escrita por antropólogos europeus e norte-americanos. Um livro recente, Yanomamö: *The Fierce People* (Yanomamö: O Povo Feroz), de Napoleon Chagnon, causou um grande impacto entre os Yanomami e a ciência ocidental, uma vez que o antropólogo construiu uma imagem sensacionalista do povo, descrevendo-o como *"manhoso, agressivo, e intimidador", "feroz", "guerreando continuamente entre si", e vivendo em um "estado de guerra crônica"* (TIERNEY, 2002, p. 416).

Chagnon afirmou no artigo" Life histories, blood revenge, and warf are in a tribal population", publicado pela revista Science em 1988, que dentro da sociedade Yanomami, aqueles membros que praticaram algum tipo de assassinato têm maior facilidade para conseguir parceiras sexuais. Segundo ele, "em muitas sociedades, atingir o sucesso cultural parece levar ao sucesso biológico (genético)". *Yanomamö: the fierce people* vendeu desde seu primeiro lançamento, em 1970, mais de um milhão de cópias.

[8] "Yanomami" é uma simplificação do etnômio *Yanõmami*, termo que, seguido do plural *tëpë,* significa "seres humanos" em yanomami ocidental (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 609).

Um dos aspectos a serem destacados na análise foi o fato de que os Yanomami reais não participaram dos debates acerca de seu próprio povo. A repercussão se deu muito mais por conta da briga entre os antropólogos Napoleon Chagnon, Jared Diamond e Steven Pinker que sustentam em suas teses o mito do "selvagem brutal"[9] contra Kenneth Good, Marhall Sahlins, Philippe Decola que condenam as caracterizações de Chagnon sobre os Yanomami.

O documentário "Segredos da Tribo" de José Padilha, produzido para a BBC inglesa e a HBO americana, em janeiro de 2010, expõe de forma inédita as entranhas deste universo, tanto os resultados desastrosos que provocaram estas pesquisas realizadas em território venezuelano, quanto a brutal troca de ofensas e acusações entre diferentes antropólogos formados pelas melhores universidades do mundo (STYCER, 2010).

Há também um relato autobiográfico importante, o de Helena Valero, cativa dos Yanomami durante 24 anos. O livro *Yanoama* descreve as experiências de uma menina brasileira capturada pelos índios aos treze anos, em 1932, numa época em que os guerreiros yanomami lutavam para expulsar os coletores de produtos da floresta que estavam invadindo suas terras. A história foi editada pelo biólogo italiano Ettore Biocca em 1965.

Historicamente os povos indígenas foram alvo de diferentes percepções e julgamentos referentes a seu comportamento e forma de lidar com o mundo, foram assim caracterizados a uma totalidade homogênea a partir da visão etnocêntrica predominante no mundo ocidental europeu.

Conforme Mignolo: "no processo de desenvolvimento da "consciência moderna de tempo", as sociedades "atrasadas" são aquelas que não respondem aos estilos e exigências dos modos de vida europeus (2010, p. 64). Assim, a invenção do "primitivo" e da "tradição" foram os primeiros passos para tradução contemporânea de povos e áreas subdesenvolvidas. Como descreve Baniwa:

> [...] Dessa visão limitada e discriminatória, que pautou a relação entre índios e brancos no Brasil desde 1500, resultou uma série de ambiguidades e contradições ainda hoje presentes no imaginário da sociedade brasileira e dos próprios povos indígenas. A sociedade brasileira majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas, continua considerando os povos indígenas como culturas em estágios inferiores, cuja única perspectiva é a integração e a assimilação à cultura global. Os povos indígenas, com forte sentimento de inferioridade, enfrentam duplo desafio: lutar pela autoafirmação identitária e pela conquista de direitos e de cidadania nacional e global (2006, p. 34).

Diante do exposto, analisamos fragmento *"Postscriptum": Quando eu é um outro (e vice-versa),* de um livro que nasceu no decorrer de diferentes episódios que marcaram a luta em defesa dos direitos yanomami nas décadas de 1980 e 1990, que formando entre Davi Kopenawa e Bruce Albert, a estima e a cumplicidade que constituem a base do projeto que desembocou na redação deste livro. "O Postscriptum retraça a história do pacto entre o coautor e Davi Kopenawa que desembocou neste livro; rememora

[9] "Descreve o povo Yanomami como agressivo, intimidador, "feroz", guerreando continuamente entre si, e vivendo em um "estado de guerra crônica" (CHAGNON, 1968, p. 37).

(memorializa) as peripécias de uma vocação e as vicissitudes de uma pesquisa de campo realizada, em larga medida, durante os negros tempos de nossa ditadura militar" (CASTRO,2015, pp. 28-29).

No ano de 1989, Davi Kopenawa envia 03 fitas gravadas para o etnólogo Albert, onde fazia um relato angustiado em sua língua, das doenças, mortes, da violência e estragos provocados pela cobiça desenfreada dos garimpeiros. No final, segundo Albert: "o xamã yanomami pedia que eu o ajudasse a divulgar suas palavras. A gravação dessa mensagem me parece ser, retrospectivamente, o evento fundador que selou entre nós o pacto político e "literário" que deu origem a este livro" (2015, p. 531).

Assim várias entrevistas foram traduzidas em textos e publicados na França e no Brasil, sobre a situação do povo yanomami, o impacto da divulgação desses primeiros ensaios políticos-xamânicos a quatro mãos, fez com que Kopenawa "pedisse a Albert para ir além dos trabalhos de pesquisa costumeiros e ajudá-lo a transformar suas palavras em um livro" (2015, p. 532).

No começo de 1993, a toque de caixa, a redação de um primeiro manuscrito, a partir de quinhentas páginas de transcrições (43 horas de gravação) com a necessidade de aprofundar e suprir lacunas e esclarecer determinados pontos cronológicos, biográficos ou etnógrafos, Albert reinicia a pesquisa abrindo uma linha de entrevistas sobre vocação e iniciação no xamanismo yanomami, enquanto isso, continuava publicando, conforme as demandas e os eventos indigenistas, várias traduções de trechos das falas de Davi Kopenawa, isso já nos anos 1990.

Sobre esse novo momento da pesquisa resultam daí como descreve Albert: "sem contar as notas documentais, mais de seiscentas novas páginas de transcrição (cinquenta horas de gravação) que, juntando-se ao corpus anterior, me obrigaram a reformular completamente o manuscrito inicial" (2015, p. 533). A interpretação e os processos de articulação e complexidade através do ato tradutório em que o antropólogo Albert se propôs nos leva a pensar sobre a história da prática tradutória.

Interpretar, implica uma posição diferente do tradutor (ORDINE, 2009).O intérprete deve levar em conta a descrição do processo, no qual o texto da cultura original é reinterpretado, manipulado e até mesmo subvertido quando incorporado na cultura do Centro; e a possibilidade de uma metodologia na qual o significado possa ser trabalhado sem a usurpação da função significativa – proveniente da cultura da qual o texto emergiu (lembrando que essa própria cultura não é uma cultura homogênea, mas sim fruto de um processo de hibridismo).

Esses pontos podem ser melhor clarificados conforme colocações de Said: o oriente é um espaço imaginário construído por uma ideologia, segundo as normas da cultura do ocidente, i. e., "na imaginary geography "where the Orientis orientalized", pictured as it ought to be, rather as it actuallyis" (1979, 67). Logo, o oriente é criado, ou orientalizado, fazendo com que haja coincidência das ideias ocidentais sobre o oriente.

De acordo com Ordine: "para evitar essa posição de homogeneidade, o olhar postcolonial, [...] utiliza-se de vozes postcolonial que tentam re-escrever sua história, como

também mostrar sua posição no contexto do cânone ocidental" (2009, p. 3). Tudo isso sendo confrontado com os tópicos da tradução cultural.

Segundo Burke, a expressão "tradução cultural" foi cunhada por antropólogos do círculo de Edward Evans Pritchard[10] para descrever o que ocorre em encontros culturais quando cada lado tenta compreender as ações do outro (2009, p. 14). Nesse trecho, o etnólogo Albert descreve sobre o processo de transcrição e tradução da obra:

> A tradução justalinear integral de todas as transcrições na ordem das gravações mais de mil páginas teria sido tarefa demasiadamente desgastante. Resolvi, portanto, traduzir as sessões temáticas indexadas à medida que se mostravam pertinentes no fluxo de minha redação, fundindo as diferentes versões dos mesmos relatos e comentários, de modo a tornar o texto ao mesmo tempo mais denso e mais conciso. Ao longo desse trabalho de tradução e condensação, respeitei sempre a proposta de me manter o mais próximo possível da fala de Davi Kopenawa. Mas estava fora de questão propor uma tradução palavra por palavra, que, em nome da exatidão, teria desembocado não apenas na produção de um texto totalmente ilegível como também na inadmissível folclorização de sua palavra. Meu conhecimento da língua e da sociedade yanomami já era, na época em que redigi a primeira versão do manuscrito, bastante aceitável para um branco[...] Além de nossas relações de amizade, desenvolvi uma grande familiaridade com o modo de falar característico de Davi Kopenawa, que escutei durante centenas de horas dedicadas à transcrição meticulosa de nossas conversas. Essa bagagem permitiu que eu me considerasse autorizado a propor uma tradução de seu testemunho situada "a meio caminho"[11] entre uma literalidade que poderia tornar-se caricatural e uma transposição literária que se afastaria demais das construções da língua yanomami (2015, pp. 544-545).

De acordo com Burke: "os tradutores têm seus próprios fins que podem deferir daqueles do escrito original e que mesmo quando os tradutores tentavam ser neutros, a língua que utilizava não era" e o autor adverte sobre o fato de que "algo é sempre perdido" (2009, p. 46). A fim de problematizar sobre o processo de transcrição e tradução do livro *A Queda do Céu*, seguiremos com algumas questões: quem traduz? Com que intensão? O que? Para quem? De que maneira? Com que consequência? (BURKE, 2009, p. 17).

Os "*Bastidores da primeira pessoa"* é o título dado ao momento que Albert descreve a estratégia de escrita adotada no livro, que foi escrito por iniciativa de seu narrador, Davi Kopenawa, que o assinou como primeiro coautor. A divisão do trabalho entre narrador e redator foi, além disso, claramente definida e acordada.

A redação do texto é produto de uma longa colaboração fundada num contrato de redação explicito, apoiado por relações de amizade e por um esforço de pesquisa de mais de trinta anos: "Davi Kopenawa me incumbiu de dar maior divulgação possível a suas palavras, através da escrita em uso em meu próprio mundo" (ALBERT, 2015, p. 536). Na escrita "um tanto experimental deste livro", o antropólogo Albert relata:

---

10 Antropólogo britânico cujo trabalho revelou-se determinante para o desenvolvimento da antropologia social no século XX, (1902-1973).

11 Para uma discussão dos modos de tradução "mais próxima" e "à meia distância", contrapostas a estratégias de elaboração literária mais distanciada, ver Lejeune (1980, pp. 290-300).

> Este livro, composto de relatos autobiográficos e reflexões xamânicas, está escrito na primeira pessoa, a pessoa que com vigor e inspiração carrega a voz de Davi Kopenawa. No entanto, essa primeira pessoa contém assumidamente um duplo "eu". A fala que se faz ouvir no texto, resultante de um vasto corpus de gravações, é a de seu autor, transcrita com a maior fidelidade possível. Contudo, dada a sua pouca familiaridade com a escrita," o "eu" desta narrativa é também o de um outro, um alter ego redator – eu mesmo. De modo que este livro é afinal um "texto escrito/falado a dois". Trata-se de uma obra de colaboração na qual duas pessoas - o autor das palavras transcritas (que precedem e transcendem sua transferência à escrita) e o autor da redação (que recompõe esta produção oral, fixada a um dado momento, para fazê-la texto) - empenham-se em ser um só (2015, p. 537).

A estratégia de redação adotada por Albert se apresenta como uma brecha nas convenções da escrita etnográfica usual para dar a ouvir de modo mais direto a voz de Davi Kopenawa. Masde acordo com Spivak: "o processo de fala se caracteriza por uma posição discursiva, uma transação entre o falante e ouvinte" e, nesse sentido, conclui a autora afirmando que "esse espaço dialógico de interação não se concretiza jamais para o sujeito subalterno[12] que, desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de fato, não pode falar" (2010, p. 13).

Sobre a fabricação do texto, o trabalho de redação em francês de um depoimento oral tão rico e complexo quanto o de Davi Kopenawa, inteiramente feito em sua língua, se mostrou uma tarefa delicada e cheia de desafios. O redator está diante de um vasto e profuso pré-texto oral, ao mesmo tempo multifragmentado e proteiforme, produzido no bojo de um diálogo de longa duração.

É nesse imenso e buscar uma coerência e fazer surgir uma voz escrita. Segundo Albert: "caberá ao leitor julgar o resultado desta aventura narrativa e a pertinência das escolhas que a orientaram" (2015, p. 541).

O processo de construção dessa obra aqui apresentada se configura, conforme finaliza Albert: "em março de 2008 confirmei com Kopenawa, em longas sessões de revisão conjunta em Watoriki,[13] que estávamos perfeitamente de acordo quanto à sua versão final e às modalidades de sua publicação" (2010, p. 548).

Após essas últimas sessões de trabalho o texto foi finalizado em francês, e enquadrado em um conjunto formado pelos 24 capítulos com duas "introduções" (meu prólogo e o de Davi Kopenawa, intitulado "Palavras dadas") e duas "conclusões" (a de Davi Kopenawa, "Palavras de *Omama",* e meu *"Postscriptum"),* composto de 729 páginas (ALBERT, 2015, p. 548).

[12] Para Spivak (2010, p. 12), o termo subalterno deve ser resgatado o significado que Gramsci lhe atribuiu ao se referir ao "proletariado", ou seja aquele que a voz não pode ser ouvida. O termo subalterno descreve as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão do mercado, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estado social dominante.

[13] Montanha do vento, região do nascimento de Davi Kopenawa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das clivagens expostas referentes ao trabalho de mediação cultural, desenvolvidas pelo antropólogo Bruce Albert, na tradução, transcrição e edição do livro a presentado como uma obra de coautoria entre o antropólogo Albert e Davi Kopenawa, *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami.* Buscamos compreender se esse trabalho mediado por Albert reverberou de forma positiva, representando conquistas referentes as lutas travadas pelos indígenas no meio social, político e cultural. Derrubando os silêncios epistêmicos construídos e mantidos pela "colonialidade do saber"[14] ou se esse produto cultural, reinterpretado, manipulado pelo antropólogo Albert no processo de mediação cultural em sua nova significância se subverteu quando foi incorporado na cultura do tradutor, usurpando significados provenientes da cultura do qual o texto emergiu (ORDINE, 2009).

De acordo com Mignolo: "o discurso hegemônico (...) criou a ilusão de que o conhecimento é des-incorporado e des-localizado e que é necessário, em todas as regiões do planeta, "subir à epistemologia da Modernidade" (2003, 2). Além disso, "a história universal é universal no enunciado, mas é local na enunciação (...), que está sempre localizada" (MIGNOLO, 2003, p. 4).

O corpo indígena pensa, sente e produz conhecimento desde outro lócus de anunciação, desse modo, é necessário se desprender do conhecimento geopoliticamente situado, mover-se para corpo-político do conhecimento que denuncia a pretendida universalidade de uma etnicidade particular (biopolítica), localizada em uma região específica do planeta (geopolítica).

Obviamente, ao procurar o antropólogo Albert afim de poder escrever um livro que relatasse a história do povo Yanomami, Kopenawa explicita a dificuldade de falar e ser ouvido, assim recorre ao discurso hegemônico para fazê-lo. Spivak,"refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que coloca em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(o)" (2010, p. 14).Esse argumento destaca, acima de tudo, a ilusão e a cumplicidade do intelectual que o mesmo crê poder falar pelo outro(a).

[14] A colonialidade do saber está inserida no conceito Colonialidade do poder, cunhado pelo peruano Aníbal Quijano, em 1989. O conceito de *colonialidade* foi estendido para outros âmbitos que não só o do poder. Assim, Mignolo (2010, 12) sugere que a matriz colonial do poder "é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados", como: o controle da economia, da autoridade, natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. A colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. Segundo Tirado (2009, 5),a teoria de Quijano sobre a colonialidade propõe uma concepção da diferenciação colonial e epistêmica, na qual a colonialidade se transfere do âmbito do poder para o campo do saber, construindo a colonialidade do saber que age de forma a manter a hegemonia eurocêntrica como perspectiva superior do conhecimento. As ciências sociais se constroem neste espaço de dominação e são atravessadas por essas relações de poder. O conhecimento se desenvolve dentro do espaço que lhe é "disponibilizado", e a partir da episteme "oferecida". Essa episteme está sustentada numa estrutura de poder que garante a hegemonia dos dominantes, ao mesmo tempo que deslegitima as manifestações contra-hegemônicas. Desta forma, o conhecimento está organizado segundo os centros de poder e subordina as regiões periféricas.

Quando o antropólogo Albert busca dar voz a Kopenawa na primeira pessoa da narrativa do livro; por meio processo de tradução do Yanomami para o francês; ele reproduz as estruturas de poder e opressão, mantendo Kopenawa silenciado.

Ao desenvolver sua escrita experimental no processo de mediação do livro *A Queda do Céu,* o antropólogo recorre a sua língua; o francês, postura essa que reafirma o caminho convencional que é o da escrita hegemônica, mesmo se utilizando de inovações metodológicas como relata Castro:

> Invenção de uma narrativa etnográfica ao mesmo tempo poética e filosófica, crítica e reflexiva que desloca, inverte e renova o discurso da antropologia sobre os povos ameríndios, redefinindo suas condições metodológicas e pragmáticas de enunciação (2015, p. 12).

O que temos é um produto cultural singular, no qual, mais uma vez, um antropólogo conta a história dos povos indígenas sob a perspectiva dominante. Assim, diante do exposto, a mediação desenvolvida por Albert no projeto do livro não inverteu os polos do discurso desigual em relação aos povos indígenas do Brasil.

Os povos indígenas escrevem sua história para o urgente fim do silenciamento, visto e reproduzido em muitas páginas da historiografia nacional. Nas quais a participação indígena é sistematicamente ocultada e inferiorizada.

A história indígena ensinada nas escolas perpetua o silenciamento epistêmico construído e mantido pela colonialidade do saber. Como afirmou (Cunha,1992), durante muito tempo os indígenas não foram vítimas apenas da eliminação física, mas também foram eliminados enquanto sujeitos históricos.

Como relata Kopenawa: "Antigamente, os brancos falavam de nós à nossa revelia e nossas verdadeiras palavras permaneciam escondidas na floresta. Ninguém, além de nós, podia escutá-las" (2015, p. 389). Escutar e entender as verdadeiras palavras que vem da floresta é uma forma de ruptura possível da subalternização do conhecimento indígena, de acordo com Spivak:

> A tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido (a). Não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar "contra" a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequências, possa também ser ouvido (2010, p.14).

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. Situation ethnographique et mouvements et hniques: Réflexionssur le terrain post malinowskien. In: AGIER, Michel (Org).**Anthropoloques en danger. L' engagement sur le terrain.** Paris: Jean-Michel Place, 1997.

ALMEIDA, Sandy Anne Czoupinski. **Histórias de índio, de Daniel Munduruku, e Wills Garden, de Lee Maracle: afirmando a identidade indígena pela literatura**. Monografia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

ALMEIDA, Sandra Regina G. **Prefácio.** In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.

BANIWA, Gerson dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Edições MEC/UNESCO. Brasília, novembro de 2006.

BURKE, Peter E R. Po-hsia HSIA (orgs). **A tradução cultural nos primórdios da Europa moderna.** Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http: //www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 28 abril.2017.

BRASIL, **Decreto n.26, de 4 de fevereiro de 1991**.Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil.1991. Disponível em: http://.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm. Acesso em 28 de abril. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas.** Brasília: MEC/SEF, 1998 a. Disponível em: http://www.ufpe.br/remdipe/imagens/documentos/edu_escolar/ml_07.pdf. Acesso em 28 abril. 2017.

CARBONEL, O. **The exotic space of Cultural Translation.** In: ÁLVAREZ, R.; VIDAL, M. Carmem-África. Translation, Power and Subversion. London: Multilingual Matter LTD. pp. 79-98, 1996.

CASTRO, Eduardo Viveiro de. **Prefácio**. In: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do céu: palavras de um xamã Yanomami.**1ºed., São Paulo: Companhia das Letras,2015.

CHAGNON, Napoleon. **Yanomamö: The Fierce People.** 1. ed., New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc, 1968.

CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1987.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados.** São Paulo: USP, 11(5), pp.173-191,1991.

CHARTIER, Roger. **Á beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CUNHA, M. C. (Orgs). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

FRANCA, Aline da Silva. **Do Cocar ao Catálogo: a representação bibliográfica da autoria indígena no Brasil.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patricia Santos (org). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política.** 1 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B.**A Queda do céu: palavras de um xamã Yanomami.**1ºed., São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas.** ColecciónSurSur, CLACSO, Cuidad Autónoma de Bueno Aires-Argentina, setembro, 2005.

LEJEUNE, Philippe. **Je est unautre: L'autobiographie, de lalittératureaux médias.** Paris: Seuil. (Coleção Poétique),1980.

LEOPOLDI, José Sávio. Rousseau – estado de natureza, o "bom selvagem" e as sociedades indígenas. **Alceu**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, v.2, n.4, p. 158-172, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=19>. Acesso em: 2017-08-29.

MARTÍN, Jesús Barbero. **Dos meios ás mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Tradução de Ronaldo Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. As formas mestiças da mídia. Entrevista concedida à Mariluce Moura**. Pesquisa FAPESP Online**. São Paulo: Edição 163, p. 10-15, set. 2009. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/09/01/as-formas-mesticas-da-midia/>. Acesso em: 28 ago. 2017.

MARTINS, Andrea Castelaci. A temática indígena na literatura infantil e juvenil – um percurso. **Literartes**, São Paulo, n. 5, p. 120-149, oct. 2016. ISSN 2316-9826. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/literartes/article/view/112222>. Acesso em: 30ago. 2017.

MIGNOLO, D. Walter. **Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

_____. **La opción De-colonial: Desprendimiento y Apertura. Um Manifiesto y Un Caso.** Duke University, Durham, p. 245-281, USA, 2008.

_____. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Argentina: Edicionesdel signo, 2010.

MUNDURUKU, Daniel. **Todas as coisas são pequenas.** São Paulo: Arx, 2008.

OLIVEIRA, Manoela Freire de. **Significações Históricas do Índio: Leituras da Mídia Impressa e da Literatura**. (2005). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10830>.Acesso em: 02 de jul.2017.

ORDINE, Rodrigo. A tradução cultural de Aké. **DARANDINA revist eletronica**- UFJF. Comunicação do Simpósio internacional Literatura, crítica, cultura III: Interfaces, 2009.

PEREIRA, Maira Luiza Scher. O tema do índio e a consciência de nossa diferença. **Revista Brasil de Literatura**. Ano IV, 2002. Disponível em: <http://lfilipe.tripod.com/indio.htm>. Acesso em: 05 de ago. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2º ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RONSINI, Veneza V. Mayora. A perspectiva das mediações de Jesús Martin-Barbero. **XIX Encontro da Compós, PUC-RJ**. Rio de Janeiro, junho de 2010, pp. 1-16. Disponível em: <compos.com.puc-rio.br/media/gt12_veneza_ronsini.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

SAID, Edward. **Orientalism.** New York: Vintage, 1979.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.

STYCER, Mauricio. **Padilha expõe guerra entre antropólogos por causa dos Yanomami.** Disponível em:<http://cinema.uol.com.br/ultnot/2010/04/08/padilha-expoe-guerra-entre-antropologos-por-causa-dos-ianomami.jhtm>. Acesso em: 22 de jun. 2016.

TIERNEY, Patrick. **Trevas no eldorado: como os cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

_____. **Yanomami: um povo ameaçado.** Reportagens - Amazônia: interesses e conflitos. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz10.htm>. Acesso em: 17 jun.2016.

TIRADO, Genara Pulido. Violencia Epistémica y Descolonizacón del Conocimiento. **Sociocriticism**, vol. 24, nº. 1-2, pp. 173-201, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/19997/V/24>. Acesso em: 10 jun.2016.

Recebido: 31/9/2017
Aceito: 6/10/2017

UM TICO PARA FORMAR ADULTOS

A SMALL TO FORM ADULTS

Edson Wilson Mendes de Almeida[1]

RESUMO: A revista Tico-Tico foi lançada em 1905, com a intenção de ensinar as crianças. Era publicada como um suplemento na revista O Malho, mas que poderia ser adquirida separadamente. Em seu interior eram encontradas histórias em quadrinhos, inicialmente decalcadas dos jornais estadunidenses e posteriormente feitas por artistas nacionais, lendas e contos, galeria de fotos dos leitores, além das seções do Dr. Sabe-tudo e das Lições do Vovô. A publicação procurou desenvolver o hábito de leitura e gosto pelo conhecimento dos pequenos, que até então não tinham uma obra voltada para eles. O período estudado do periódico (1920-1922), perfaz outro movimento singular na época, o desenvolvimento da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Periódico. Quadrinhos. Leitor.

ABSTRACT: Tico-Tico magazine was launched in 1905 with the intention of teaching children. It was published as a supplement in O Malho magazine, but could be purchased separately. In the interior were found comics, initially copied of the American newspapers and later made by national artists, legends and tales, photo gallery of the readers, besides the sections of Dr. Sabe-tudo and the Lessons of the Grandpa. The publication sought to develop the habit of reading and taste for the knowledge of the little ones, who until then had not had a work turned to them. The studied period of the periodical (1920-1922), marks another unique movement at the time, the development of the Modern Art Week of 1922 in São Paulo.

KEYWORDS: Periodic. Comics. Reader.

INTRODUÇÃO

As histórias em quadrinhos nasceram nos jornais estadunidenses de Nova York no final do século XIX com o objetivo de atrair novos leitores. As duas criações de Richard F. Outcault mais conhecidas são *The Yellow Kid*, em 1986, e *Buster Brown,* em 1902. A primeira narra as aventuras de um grupo de crianças no bairro *Hogan's Alley*, enquanto a segunda as aventuras de um menino típico, pertencente ao que ficou conhecido como

[1] Mestrando em História no PPGH da Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado em História e Pós-Graduado em História Cultural pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: prof.edson.wilson@hotmail.com

W.A.S.P., *White, Anglo Saxonic, Protestant* (Branco, Anglo Saxônico, Protestante). As duas obras são distintas e singulares, e mesmo tendo como personagem principais dois meninos, que em certos momentos faziam estripulias, estão longe de ser semelhantes. As aventuras do menino amarelo eram mais críticas, e talvez por esse motivo não tivessem alcance nas terras brasileiras. *Buster Brown* foi lançado no Brasil, na revista Tico-Tico, com um alcance sem igual, porém com outro nome.

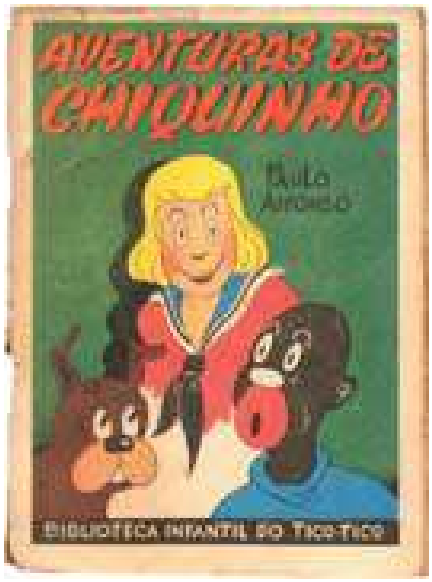
Figura 1: Buster Brown e seu fiel cão Tige



Fonte: Disponível em: https://michiganhumane.wordpress.com/2015/04/27/celebrating-the-pit-bull-tige/

Os autores nacionais se valiam da técnica de decalcar a obra original, publicada no *The New York Herald,* e assim, conseguiam modificá-la e apresentar uma realidade mais próxima à nacional. *Buster Brown* foi rebatizado para Chiquinho, assim como seu fiel cão, *Tige*, para Jagunço, que servia muitas vezes de consciência de seu dono, o primeiro cão falante das histórias em quadrinhos. O cenário suburbano e classe média estadunidense foi trocado pelo Rio de Janeiro. O personagem ganhou o público e se manteve nas páginas da revista Tico-Tico por décadas. Em 1915, Chiquinho ganhou um parceiro em suas aventuras, o jovem Benjamim, criação de Luís Gomes Loureiro, que Silva (2005, pp. 37-38) o define como "um 'pretinho de recados' que era muito comum naqueles tempos, nos lares brasileiros". Benjamim apreciava as traquinagens do jovem branco. Mesmo o autor mudando de jornais e levando seu personagem com ele, no Brasil, nada foi alterado. Com o cancelamento do jovem, por opção de Outcault, a revista nacional não parou de lançar histórias, neste período, os artistas nacionais já faziam suas ilustrações e não estavam mais dependentes dos decalques.

Figura 2: Chiquinho, seu fiel cão Jagunço e Benjamim



Fonte: Disponível em: https://omelete.uol.com.br/quadrinhos/artigo/ivoce-sabia-turma-da-monicai-uma-revista-de-quadrinhos-com-finalidades-educativas/

A revista Tico-Tico nasceu como um suplemento que acompanhava o jornal O Malho, de Luís Bartolomeu de Souza e Silva em 1905, toda quarta-feira. A mesma utilizou como molde publicações francesas e estadunidenses, principalmente no modelo gráfico da revista francesa *La Semaine de Suzette*.

Em seu relato, Diamantino Silva (2005, p. 37) revela que em "*um ano após seu lançamento, O Tico-Tico, já alcançava a expressiva tiragem de trinta mil exemplares*". A obra tinha a intenção de ser exclusiva aos pequenos, os ticos, que sofriam por não ter algo especifico e destinado a eles. Livros, músicas, festas e outras atividades sociais, na interpretação de Merlo (2004, 03) "eram apenas voltadas ao público adulto, urbano, politizado, elitista e intelectualizado". Assim, Hansen, apresenta "a imagem que se tinha da criança era, em larga medida, de 'homem pequeno', o até mesmo de homem incompleto", um universo fechado e concentrado (2007, p. 16).

Uma publicação como a revista Tico-Tico não tinha a intenção de apenas levar o "mundo adulto" para as crianças, mas sim, apresentar às crianças uma possibilidade de serem elas mesmas, como bem colocado em seu editorial na edição inaugural de 1905:

> Todos amam as crianças; não ha poeta que não celebre sua innocencia e a sua belleza... Entretanto, caso singular! nada se faz em favor dellas, para divertil-as, para distrahir e encantar a sua existência. Não organisamos festas alegres, em que ellas possam folgar e rir liberdade e não lhe damos uma litteratura especial, simples (...) ao alcance da sua inteligência. Ao contrario disso, as festas em que as crianças figuram são destinadas a divertir... os marmanjos, marchando ao sol em batalhões obrigadas a uma disciplina e a uma tenue que as fadiga e aborrece, ou representando comedias e dizendo monólogos que não compreendem, ellas vão a essas festas como a um sacrifício e a um castigo[2] (Tico-Tico, 1905, p. 3).

[2] Optou-se por manter a grafia da época nas citações.

A seção Tico-Tico Mundano trazia as ações dos ticos em sociedade, como batismos, nascimentos, aniversário, leilões para as crianças, outro ponto forte eram as fotos das crianças enviadas para serem publicadas na revista, na galeria d'o Tico-Tico. Mas o periódico não se limitava a somente um personagem, Chiquinho, nela eram encontrados: Reco-Reco, Bolão e Azeitona, Zé Macaco e Faustina, Tinoco, Caçador de Feras, Bolinha e Bolonha, Carrapicho e Lamparina. As seções procuravam ensinar as crianças onde se podia encontrar as Lições do Vovô, Correspondências do Dr. Sabe-tudo e Histórias e Lendas.

Figura 3: Logo da Primeira Edição de 11 de outubro de 1905



Disponível em: http://lagartonegroblog.blogspot.com.br/2013/12/rod-gonzales-os-primeiros-super-herois.html

1. QUADRINHOS, NARRATIVAS E LEITOR

Em sua introdução sobre narrativas gráficas, Einser (2005, p. 7), comenta o motivo dos quadrinhos sofrerem preconceito, "*as revistas em quadrinhos são de fácil leitura, sua utilidade vem sendo associada a uma parcela da população de baixo nível cultural e capacidade intelectual limitada*". Porém esta facilidade pode ser um recurso excepcional no quesito pedagógico, não apenas com as crianças, mas também com adultos na sua aprendizagem. A narrativa que o autor deseja imprimir a sua obra se torna o grande diferencial, pois os quadrinhos são nada mais, nada menos que uma plataforma, podendo ser usada para ensinar, entreter, alienar, disseminar o preconceito ou combater as indiferenças.

Analisando uma história, podemos ter vestígios de uma época, e nas histórias do Tico-Tico, a formação da criança nos abre frestas com a linguagem usada. O ficcional pode ser mais real que a própria realidade, devido a sua busca de convencer o leitor da verossimilhança existente entre ele e a obra. Esta condição de aproximação tornou-se fundamental para o sucesso de Chiquinho, de estadunidense típico para o típico brasileiro de classe média. Segundo Luyten (2005, 45); "*Luís Gomes Loureiro, 'pai' do Chiquinho no Brasil, deu-lhe características locais e argumentos brasileiros*", rebatizando o personagem. O jovem loiro com uniforme de marinheiro ganhou o público, não apenas por suas traquinagens, mas sim por se parecer com um menino normal e comum, distante da versão engessada que os adultos tinham das crianças.

Após as criações de Richard F. Outcault, os personagens infantis multiplicaram-se. Os sobrinhos do Capitão (*The Katzenjammer Kids*, no original), em 1897, de Rudolph Dirks; *Little Nemo in Slumberland*, em 1905, de Windsor Mc Cay; *Bécassine* de Gauthier-Maurice Languereau, em 1905, aparecem no *La Semaine de Suzette*, para citar alguns que ganharam o gosto do público, tanto em seus países quanto fora dele. Todas com características próprias, mas o que chama atenção são as artimanhas dos jovens, o modo criança de ser, levadas e criativas.

A narrativa era inocente, ingênua e sem dualismo de personalidades, as traquinagens não tinham a intenção de maldade pura e vil. Assim sendo, Sevcenko (2003, 20), afirma que "*todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo*". Esta colocação aproxima o público da obra, na qual a narrativa nos remete à forma em como as histórias em quadrinhos ganharam o gosto do grande público, pois sendo uma cultura de massa e destinada a todas as classes, a obra é posta ao alcance de todos, e no caso da revista, o primeiro contato viria com a aquisição monetária. Porém, uma pessoa poderia ter acesso de outras formas, por empréstimo ou por conta de uma vez consumida, poderia ser lançada ao lixo, mas o sucesso depende da aprovação e consumo pecuniário dela. Uma curiosidade sobre a maioria destes primeiros personagens é que são masculinos, quando se encontrava uma moça, eram em geral pudicas, recatadas, bem vestidas e distantes das artimanhas e espertezas das suas contrapartes.

Figura 4: Os gêmeos Hans e Fritz da publicação Os Sobrinhos do capitão de Rudolph Dirks



Disponíveis em: http://hqmaniacs.uol.com.br/Os_Sobrinhos_do_Capitao_em_edicao_de_luxo_9921.html

Para Eisner o diferencial entre as mídias, filmes, textos e quadrinhos, ao qual o autor irá chamar de arte sequencial, está centrada na figura do leitor e a sua interação com as obras, neste sentido, o autor observa algumas divergências, como um breve conhecimento prévio acerca do assunto e o ritmo da obra (2005, 73). Segundo o autor, nos filmes: "*o público é transportado por meio da narrativa. Ela não deixa tempo para contemplar ou saborear as passagens, o observador é um espectador da realidade artificial*" (EISNER, 2005, p. 73).

O cinema adentrou em várias temáticas em sua trajetória, abrindo espaços e vencendo resistências, mas vale lembrar que não estamos falando da modernidade ou tecnologia existente nos dias atuais, a análise se encontra nos cinemas, e não em *smartphones*,

computadores ou qualquer outra plataforma de exibição onde o expectador pode parar a exibição e retornar posteriormente. Por exemplo, para Eisner (2005, p. 73): "*Textos: a aquisição exige, requer a capacidade de ler, o que envolve pensamento, participação e lembranças... os leitores convergem palavras em imagens*". Ao se trabalhar com palavras, signos codificados, que necessitam serem decodificados, a literatura exige do leitor um conhecimento prévio acerca de alguns do assunto, é deveras complexo explicar algo abstrato para uma pessoa que nunca teve contato, seja visual ou tátil, com o que está sendo descrito. Eco "*esclarece que, para que haja uma troca de informações entre o autor e o leitor, é necessária uma enciclopédia, ou seja, uma bagagem de conhecimento suficiente para o entendimento da narrativa*" (ECO apud BARBOSA, 2009, p. 104).

Segundo Eisner, "a aquisição dos quadrinhos *exige menos do que o texto porque as imagens são fornecidas. A qualidade da narrativa depende da disposição de texto e imagem, espera-se que o leitor participe*" (2005, p. 73). União de imagético e textual fornece ao leitor uma gama de possibilidades para uma melhor compreensão da narrativa posta em quadros sequenciais. Para as crianças em período escolar, o auxílio dado ao cognitivo se faz presente e atuante.

As histórias em quadrinhos são antes de tudo uma narrativa, podendo ser apenas imagética em alguns casos, mas também escrita. A revista Tico-Tico usava de todas estas características para levar seu conteúdo aos leitores. Vergueiro (2009, 114) afirma que: "*cultivava o objetivo de formar um determinado tipo de cidadão e louvar um padrão de comportamento específico, aquele que ajudaria a construir a sociedade ideal imaginada pelos diretores da revista e pelas classes sociais que eles representavam*". Na maioria das histórias, temos a parte gráfica com a explicação da cena ou com a fala de algum personagem abaixo da imagem, assim como comenta Silveira sobre os primeiros anos das histórias em quadrinhos:

> Tal narrativa se assemelha com as histórias ilustradas de Hudolf Topffer e Wilhelm Bush, entre outros, utilizando as imagens fragmentadas seguidas de legendas, que guiavam toda a história. Essas histórias representam os primeiros passos da narrativa gráfica na imprensa e serviram de base para o desenvolvimento da linguagem dos quadrinhos como hoje a conhecemos (2013, p. 2).

Em algumas aventuras temos os famosos balões nas falas dos personagens, mas as explicações não deixam de existir, esta união entre texto e imagem é a base das revistas em quadrinhos, o leitor não precisa possuir um cabedal de informações para entender uma obra. O ritmo de obra é feito por ele, podendo "ler" as imagens antes de ler a parte escrita.

Como colocado por Diamantino Silva, a publicação tinha um objetivo claro e específico, bem colocado por Hansen (2007, p. 17):

> Ainda que fosse destinada a cumprir uma função pedagógica, chegando inclusive a estimular o aprendizado da leitura como informam muitas cartas publicadas pela revista, o periódico foi principalmente um empreendimento comercial que obteve enorme sucesso entre o público infantil.

Neste sentindo, alocamos a publicação como um produto da cultura de massa, ao qual, o público faz toda a diferença. Segundo Merlo (2004, p. 09):

> No entanto, é importante ressaltar que o público variado e extenso de *O Tico-Tico* – pois tanto crianças, como adultos se deliciavam com suas páginas – era formado basicamente de leitores de poder aquisitivo e que tivessem o raro acesso à educação existente no Brasil do início do século XX.

O alvo é a criança, sem sombra de dúvida, entretanto, alguns adultos poderiam fazer uso, visto que a revista tinha uma preocupação em informar seu público sobre diversos assuntos, o que poderia interessar a um adulto. Augusto (2005, 7) revela um "*Ruy Barbosa, que já era cinquentão no começo do século, encontrou nas coloridas páginas do Tico-Tico relaxante ideal para a azáfama política e as espessas leituras a que diariamente era submetido*", porém o fato do leitor ser obrigatoriamente letrado, pode ser uma afirmativa conduzida devido ao estilo da publicação.

Para apreciar todas as partes do periódico, existe a necessidade do domínio de codificação dos códigos de escrita, mas as iletradas, seja por conta da tenra idade ou por não ter conhecimento ou domínio sobre a escrita nacional, poderia apreciar uma parte da obra, ficando restritas a narrativa imagética, ilustrativa. A colocação de Silveira reforça a questão (2013, 5): "*Até então o texto mantinha uma relação de redundância comum nas HQs, uma vez que a legenda (texto posto em uma caixa de diálogo logo abaixo da imagem) era praticamente autônoma e as imagens continham a mesma mensagem trazida no texto*".

Para que se tenha uma história em quadrinhos, se faz necessário a sequência de dois ou mais quadros. McCloud oferece a definição precisa ao colocar nestes parâmetros a arte sequencial: "*Imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador*" (2005, 9). Com esta observação em mãos, um quadrinho pode ser dois ou mais quadros com uma sequência, sem a necessidade da escrita, porém se ela estiver, deve reforçar a continuidade da narrativa.

Distante da formação nacionalista e regional, a qual alguns artistas tinham no período, a revista procurava formar futuros cidadãos descentes e distintos, habilitados para discursar acerca de vários assuntos. Vergueiro estabelece que "*tinha histórias de conteúdo moral que visava ensinar aos meninos de sua época como as crianças boas deveriam se comportar*" (2009, 88). Este alcance se mostra amplo no quesito território nacional, e a melhor forma de apresentar esta colocação se encontra na sessão galeria d'o Tico-Tico, com fotos dos ticos de várias regiões do país. Porém vale salientar alguns detalhes que possuem uma relevância sobre as crianças apresentadas na sessão: a grande maioria dos pequenos são brancos.

Segundo Hansen; "*O público passa a ser considerado, ele mesmo, uma criação dos processos de produção e circulação de bens culturais*" (2016, 14). Podemos, entretanto, afirmar que era uma escolha dos editores da revista, a afirmação de que não tínhamos indivíduos afrodescendentes com condições de serem retratadas é infundada. Para a definição da classe social, seria necessário um estudo mais profundo, porém devemos acreditar que muitos são de classes média e alta, devido aos custos de vestimenta e produção fotográfica, vide que ainda possuía um alto custo. As crianças, em vários retratos, estão vestidos como pequenos adultos e apresentam vestimentas pouco usuais para o dia a dia. Neste ponto a observação de Hansen (2007, 12) sobre a condição da criança na sociedade brasileira

ter "*adquirido maior valor na sociedade e na família, da qual passam a ser o centro e para a qual também servem como uma espécie de vitrine, mostrando o seu grau de adequação ao novo modelo de civilidade*" faz um cruel sentido.

Na edição do Ano XVII, de 22 de novembro de 1922, as crianças que tiveram suas fotos publicadas eram de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Pouso Alegre, Minas Gerais e incluindo uma de Lisboa, deixando claro a amplitude da publicação. Segundo Gomes e Hansen (2016, 9): "*as práticas de mediações culturais podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores, cuja presença e importância nas várias sociedades e culturas têm grande relevância, porém nem sempre reconhecida*". A revista Tico-Tico agregava algo inédito no Brasil, uma revista voltada para a educação de jovens de forma lúdica, abrangendo o território nacional.

2. TICO-TICO: FORMADOR DE IDENTIDADE

Em geral, intelectual mediador são homens ou mulheres que patrocinam, atuando em alguns casos como mecenas, lançando ou mesmo divulgando uma obra, um artista ou um movimento. Mas, no caso da revista Tico-Tico, vamos considerar que sua posição fez o papel de um mediador, visto que sua função, além de obter sucesso financeiro, foi o de ensinar as crianças de forma lúdica, construindo uma identidade nacional. Para Hansen (2016, 9): "*outros mediadores culturais podem ser identificados como leitores, contadores de história, guias de instruções, pais e outros agentes educadores encarregados da socialização de crianças e jovens em diversas situações*". Trazendo Vergueiro (2005, p. 118) para reforçar este ideal formativo, pois a revista "*desde seu início, inclusive, a direção do seminário buscou também enfatizar esse aspecto de elemento complementar da educação formal*". Longe dos quadrinhos, as seções "Correspondência do Dr. Sabe-tudo" e "As lições do Vovô", procuravam ensinar as jovens almas, ou tirar dúvidas sobre os mais variados temas.

Nas Correspondências do Dr. Sabe-tudo as mais variadas perguntas eram enviadas por seus leitores à redação, que se propunha respondê-las. Vergueiro (2005, p. 116) relata a abrangência de assuntos tratados na sessão "conhecimentos gerais, moda, beleza, esportes, tratamento de saúde, exercícios físicos, etiqueta, orientação de leitura, culinária, e indicação de escolas e estudos". Como um exemplo da amplitude da revista, selecionamos três respostas aos questionamentos da revista, de 3 de maio de 1922, de Rosa Bianca de Santos, Nenê do Rio e de Aninoel da Bahia:

> ROSA BIANCA (Santos) – 1º – Remedio para queda de cabelo e caspa: Quina Panamá ou Petroleo Olivier. 2º – O horoscopo de 22 de Setembro é este: A mulher será tímida e casta, com bonitos olhos, feições regulares e o rosto oval. Será boa mãe de família, piedosa, delicada e compassiva. Casará cedo e rica terá mais filhas que filhos, as quaes, como sua mãe, serão de uma beleza rará.
>
> NENÊ (Rio) – Palavra de honra como cheguei a duvidar do que escreveu! Pois se já empregou pomada mercurial, mercurio em po com álcool, etc, etc, - como é que ainda não extinguiu esses parasitas de sua menina?!... Enfim, póde ser. E nesse caso, abandone o tratamento heroico e passe a usar um óleo qualquer na cabeça da paciente. Limpeza constante e meio oleosos – eis o remédio eficaz.

> ANINOEL (Bahia) – 1º - Quanto ás espinhas, faça o tratamento indicado a localidade, na primeira resposta. 2º - O remedio eficaz contra a caspa é lavar a cabeça com carbonoto de magnésia e usar o Petroleo Olivier, ou Jardy, ou Quina Panamá, de Silva Araujo. E, se puder tomar banhos de mar ou, pelo menos, usar loções diárias de agua do mar, acabará de vez com a caspa, sem outro auxilio. 3º - Não lhe posso dar os horóscopos. Esquece-se de dizer se eram para homem ou para mulher. Só falou em pessoas... (Dr. Sabe-tudo, 1922, 16).

Observamos que em nenhum momento o Dr. Sabe-tudo recomenda aos leitores procurarem um médico para fazer exames, algo fundamental nos dias atuais. Ele se baseava nas descrições dos leitores acerca das suas enfermidades e indicava os remédios a serem tomados. Outro fato curioso está no medicamento sugerido, pois aparecia nos anúncios na própria revista.

Na seção "As lições do Vovô", um nobre senhor respondia sobre os mais variados assuntos, fazendo uso da experiência e conhecimento que tal figura possui, e para criar um sentimento de intimidade familiar, chamava todos os leitores de netinhos. Segundo Vergueiro:

> Elaboradas de forma carinhosa, como uma conversa ao pé do ouvido, as Lições enfatizavam modelos desejáveis de comportamento, enfocando aspectos da sociedade brasileira sob o ponto de vista social, político, econômico e cultural e discorriam sobre temáticas ligadas ao currículo educacional formal (2005, p. 116).

Na edição de 06 de janeiro de 1920, o vovô explica aos netinhos sobre como uma planta se alimenta, o fato curioso é sobre quando uma planta bebe mais água:

> A planta, meus netinhos, bebe agua lentamente de manhã cedo, quanto o tempo está fresco, depois vae bebendo mais depressa, a proporção que há mais luz e o sol se vae tornando mais quente: ao partir do meio da tarde, quando a temperatura vae baixando, diminue a quantidade d'agua e á noite quase que não bebe agua nenhuma (As lições do Vovô, 1920, p. 5).

Na edição de, 26 de abril de 1922, a vovó comenta uma experiência do netinho Bento, que foi à praia e lhe questionou sobre os animais que se parecem com flores. No caso, a gentil senhora discorre sobre anêmonas e cravos do mar: "*seu tamanho attinge, ás vezes, á grossura do punho de um adulto e as pétalas, que tanto encanto dão aos nossos olhos maravilhosos, são tentaculos que cercam a abertura central que o corpo do animal possue*" (Lições do Vovô, 1922, p. 5).

Estas duas seções foram as mais tradicionais e frequentes nas edições, entretanto os escoteiros ganharam uma seção, a partir da edição Anno XVI, de 28 de dezembro de 1921. A abertura da seção iniciava fazendo lamento da lacuna que existia no jornalzinho, pois "*como vós sabeis, educa e instrui brincando; era, pois, lastimável, que ainda não houvessemos chamado a nós tão excellente auxiliar*" (1921, p. 14). A seção era dividia em três partes: I – não tinha a pretensão de ser um guia, porém tratava de técnicas e problemas ao qual um escoteiro poderia encontrar; II – as correspondências, dúvidas dos leitores; III – notícias, organizações, reuniões e festas realizadas pelos vários grupos que tinham no Brasil.

Na seção Histórias e Lendas eram encontradas os contos e lendas, presentes no periódico. Se valia tanto de contos clássicos, quanto de escritos inéditos, porém, todos

sempre voltados para os ticos, tendo sempre um carácter moralizante, assim como nos quadrinhos, e poucas ligações com patriotismo. Como já dito, o importante era formar um cidadão, não necessariamente um patriota. Segue uma pequena lista de obras publicadas no ano de 1922. A lebre e o ouriço[3]; A princesa e a rã;[4] A arvore de natal;[5] A vingança da infanta;[6] Quem com ferro fere...;[7] Os grandes animaes;[8] O lago azul,[9] escrito por Paulo Sauro. Fazendo uso das narrativas de contos, podemos observar a preocupação de dispor uma situação na qual um personagem pode tirar proveito de uma situação para assim obter algum sucesso, o que posteriormente sua ação fraudulenta lhe colocará em uma situação embaraçosa. O jovem leitor é ensinado a agir sempre fazendo o bem, para não ser punido por golpes ou trapaças. Mas esta colocação também era vista nas aventuras dos personagens das histórias em quadrinhos, quando aprontavam e eram pegos.

Na edição de novembro de 1920, na sessão "A melhor propaganda do Brasil", ao comentar sobre as edições de setembro e outubro, da Illustração Brasileira, temos uma colocação que melhor define a visão dos seus realizadores: "conta com a colaboração dos maiores escritores e artistas nacionais, honra o pais e, onde quer que vá, levará a melhor propaganda de nossa terra e da nossa gente". A preocupação seria a de elevar a condição do Brasil em países desenvolvidos.

Um pequeno fato curioso: quase todos os anos a luta contra os mosquitos se intensifica no território nacional. Uma luta incansável contra um inimigo diminuto, frágil, entretanto tão mortal e devastador, sendo que um deles ganhou um destaque em especial, o *aedesegiptys*, causador de moléstias nefastas sobre a população humana, que desconhece classe social, nível cultural, nacionalidade, etnias ou gênero sexual. Este vilão, já é conhecido de longa data, ou ao menos em partes. Na edição de 23 de fevereiro de 1921, os leitores são apresentados ao facínora, com seu ciclo de vida, foto em sua versão adulta e locais de procriação. Aqui, temos uma alfinetada no governo imperial, pois o autor da coluna inicia sua fala atacando os governos passados, *"Há cerca de uns vinte annos, os mosquitos não estavam sofisticadamente estudados*" (Tico-Tico, 1921, p. 9). A revista procurava esclarecer onde estes seres tão vis se procriavam e como combatê-los, para que pudéssemos eliminá-los e salvar o mundo, até a próxima estação climática quente e chuvosa.

Os artistas da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, procuraram integrar a sociedade brasileira, dar uma cara a nossa arte e assim, desvincular da arte vinda de outros países. Esta nacionalidade aproximava-se de um regionalismo, de um bairrismo

3 Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 3 de maio de 1922, nº 865, p. 7.

4 Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 26 de abril de 1922, nº 864, p. 9.

5 Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 19 de abril de 1922, nº 862, p. 7.

6 Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 12 de abril de 1922, nº 862, p. 9.

7 Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 1 de março de 1922, nº 856, p. 9.

8 Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de fevereiro de 1922, nº 855, p. 9.

9 Anno XVI, Rio de Janeiro, quarta-feira, 7 de dezembro de 1921, nº 844, p. 7.

latente e vigoroso. Em terras não tão distantes, a revista Tico-Tico transformava a sociedade nacional, não falando aos grandes, mas aos pequenos e que ganhara força e respeito com o passar das edições semanais, sempre sendo lançado nas quartas-feiras. Nesta disputa de forças, temos o cidadão brasileiro, formatado, moldado e elaborado, desde tenra idade, sob a égide da revista no modelo do cidadão sem um patriotismo latente contra o nacionalismo patriótico regionalista, que procura integrar o todo sob sua bandeira.

3. PARTINDO EM BUSCA DE UMA NACIONALIDADE

A música Trem das Onze não é do período estudado, mas possui relação com a questão posta no término do parágrafo acima. Composta por Adoniram Barbosa e imortalizada pelo grupo de samba paulistano Demônios da Garoa relata a condição de um rapaz que reside em Jaçanã, situado na zona norte da cidade de São Paulo, porém não diz onde ele se encontra, mas ele enfatiza categoricamente que "Se eu perder esse trem /Que sai agora às onze horas / Só amanhã de manhã". A música pertence ao cancioneiro popular brasileiro, ganhou um prêmio no Rio de Janeiro e é tida como uma das dez músicas mais populares de todos os tempos. Porém, algo pode às vezes passar despercebido, que a letra está ressaltando a condição de um paulistano, elevando sua condição de pessoa sem muitos recursos a ser cantada como se ele fosse a maioria dos cidadãos brasileiros, como se todos ou a grande maioria não pudesse ficar um pouco mais de tempo com outra pessoa devido a condição monetária. O regionalismo ou bairrismo paulistano adentrou as artes na Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922, principalmente na literatura e nas artes plásticas e foi conduzido a todo o território nacional, como se fosse natural do brasileiro, o patriotismo cercado do sotaque paulistano integrava a tudo e a todos.

Em um país agrário, o industrialismo de São Paulo destoava da condição nacional. A luta pela modernização abateu o espírito paulista em se olhar como uma ponta de lança com forte tendência a elevar o nível da condição nacional. O desejo desbravador avançou em cada alma paulistana, com a intenção clara de se observar como um ser iluminado pelo conhecimento e desenvolvimento. No Rio de Janeiro de 1822 ocorreu a independência política da nação, mas não ocorreu o desenvolvimento tão esperado, cem anos se passaram e o sonho da independência chegou à pauliceia. O modernismo avançará com força do ferro e aço, unido ao concreto, elevando a cidade, deixando para trás o agrário e buscando a industrialização.

O moderno se entende como o presente, e o Brasil não era moderno, não era desenvolvido aos olhos da elite brasileira. Velloso explica que "*o moderno necessita do antigo para adquirir sentido e apresenta-se como tal*" (2010, p. 12). O passado estava associado e impregnado de atrasos, o passado imperial, à força dos escravos, ao analfabetismo, ao campo, e principalmente a decadente e obsoleta capital do país, Rio de Janeiro. Ao visto que São Paulo despontava como bastião da modernidade, segundo Pinto: "*com seu dinamismo, suas fábricas seu progresso, espírito pragmático, sua realidade urbano-industrial, a*

incorporação das novas tecnologias da sociedade de massa e a imigração europeia representava a base" (2001, p. 436). Tornava-se, assim, o centro para se vencer o passado arcaico. Espíritos heroicos de um passado distante, precisavam fortalecer o ideal aventureiro desta capital da modernidade, se fazia necessário ajustar o passado com o presente, e neste ponto, o bandeirante aparecia como o grande herói, aquele que desbravava terras, avançava sobre um o sertão e vencia desafios.

Diferentemente da revista Tico-Tico, as elites paulistanas estavam inclinadas a delimitar uma unidade nacional, um modelo ao qual todos deveriam seguir, o ideário de formar um cidadão disciplinado não era o suficiente, se fazia necessário amoldar um cidadão brasileiro. Pinto declara que: "o coração do Brasil brasileiro e moderno seria São Paulo" (2001, 437). A região paulista deveria seguir a frente e liderar a nação, com seu exemplo e determinação. Vide que São Paulo sempre olhou para o sertão e não esperou do litoral o sucesso, do que vinha de fora, buscou o que tinha de melhor no Brasil para fazer sua fortuna. O desenvolvimento não deveria ficar distante do poder criativo, o mundo cultural deveria largar a decrépita capital fluminense, aportar na moderna pauliceia e singrar em direção ao restante do Brasil, em seguida. Como se bem observado, uma parte deste sonho foi realizado, pois as principais editoras do país desde então se encontram na terra da garoa. Deixou-se para trás a Rua do Ouvidor, caminhando-se todos para a Avenida Paulista.

Os intelectuais se apegaram ao ideário, buscando inspirações no modernismo que a metrópole bandeirante os apresentava. Exaltavam a fábrica, as chaminés, a vida corrida, a urbanização, mas neste *interim*, se mantinham no bairrismo. Observamos um fragmento do poema de Mario de Andrade, Inspiração de 1922:

São Paulo! Comoção da minha vida...
Os meus amores são flores feitas de original...
Arlequinal!... Traje de losangos... Cinza e Ouro...
Luz e bruma... Forno e inverno morno...
Elegâncias sutis sem escândalos, sem ciúmes...
Perfumes de Paria... Arys!
Bofetadas líricas no Trianon... Algodoal!
São Paulo! Comoção de minha vida...
Galicismo a berrar nos desertos da América!

A inspiração vem da São Paulo da vida do autor, cidade levada a todos e enaltecida, a cidade da transformação, da mudança, do modernismo. Pinto comenta que a "*Pauliceia Desvairada, símbolo da nova cultura nacional, escrito em 1921, é a oportunidade de casar seus anseios estéticos de dinamismo na poesia com a lição recebida dos unanimistas e dos futuristas*" (2001, p. 442).

Mas esta ação se concentra no adulto, no homem formado, letrado, culto. Toda ação da Semana de Arte Moderna encontra-se distante da criança. Procura unir os Brasis, mas já tocando o coração e alma dos adultos. Não sejamos tolos em ignorar o efeito devastador da mobilização de nobres almas em busca de uma unificação desta cultura nascente,

entretanto de forma concisa e mais presente, uma revista vinda da "decrépita" capital teve mais sucesso na formação de uma transformação, pois como coloca Merlo o Tico-Tico: "foi um veículo de transmissão de questões sociais e educacionais para o púbico leitor, além dos textos ilustrados e quadrinhos instrutivos e recreativos utilizados pelas crianças antes mesmos da idade escolar"(2005, p. 87).

4. CONCLUSÃO

Para se formar uma nação, deve-se pensar primeiro nos pequenos. Augusto comenta que a origem no nome da revista não está vinculada ao passarinho de mesmo nome: "mas nas escolas de primeiras letras, então chamadas 'escolas de tico-tico', a acepção registrada pelo Aurélio, que também aponta a palavra como sinônimo de gente miúda" (2005, 07). Esta ligação com os pequenos explica a importância do periódico semanal que vinha da Rua do Ouvidor quando se analisa a influência no ensino. Não devemos negar o objetivo financeiro, visto que sem a resposta do público, não poderia se ter tantos exemplares disponíveis.

Fica claro e evidente que tudo deveria ser voltado para o ensino lúdico, cada conto, cada lenda, cada quadrinho colocado, as respostas do Dr. Sabe-tudo, cada lição do Vovô, as seções, tudo deveria girar entorno da formação dos leitores. Mas, se por acaso, algum adulto aprendesse algo, seria então um grande lucro. O patriotismo deveria vir com o tempo, com o valor a nação, aos heróis, as grandes figuras que ajudaram a formar o grande Brasil.

Sem regionalismo, sem bairrismo, mas com a intenção maior e ampla. O ser adulto deveria levar consigo os ensinamentos da revista e assim, ao se deparar com uma atitude errada, assumir a posição de defender os bons costumes. Ao longe estamos da Semana de Arte Moderna, ao longe estamos do modernismo reinante na industrial paulistana, ao longe estamos de uma sociedade dita igualitária, mas que separa todos em bairros. Chiquinho e jagunço ganham um amigo, mesmo este sendo de uma condição inferior, a amizade foi formada, o menino referência da revista se despontava.

A superação do modernismo paulistano não ocorreu tão rapidamente, assim, como a revista, foi conquistando seu espaço e suplantando os adversários e precursores, os modernistas fizeram o mesmo. Entretanto sem o vanguardismo da revista, seria uma tarefa árdua para jovens intelectuais implantarem nas mentes consideradas incultas conceitos amplos e algumas vezes abstratos. O Tico-Tico ensinou a cultivar o hábito da leitura, de buscar entender o mundo que rodeava os pequenos e assim, entenderem conceitos mais amplos.

Se não era modernista, o Tico-Tico era moderno, um periódico voltado para sua época e condição, algo único e distinto. Olhava mais o presente do que para o futuro, pois esta é a condição daquele que procura trabalhar com o ensino dos pequenos. Feito o seu trabalho, o bastão é passado adiante e neste caso, os paulistas reclamaram para si a condição de continuar o trabalho iniciado, procurando a unicidade da nação, sob seus aspectos modernistas.

FONTES

Tico-Tico – Anno XV, Rio de Janeiro, quarta-feira, 6 de janeiro de 1920, nº 01. Acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
Tico-Tico - Anno XVI, Rio de Janeiro, quarta-feira, 23 de fevereiro de 1921, nº 803. Acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
Tico-Tico – Anno XVI, Rio de Janeiro, quarta-feira, 7 de dezembro de 1921, nº 844. Acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
Tico-Tico – Anno XVI, Rio de Janeiro, quarta-feira, 28 de dezembro de 1921, nº 847. Acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
Tico-Tico – Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de fevereiro de 1922, nº 855. Acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
Tico-Tico – Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 1 de março de 1922, nº 856. Acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
Tico-Tico – Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 12 de abril de 1922, nº 862. Acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
Tico-Tico – Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 19 de abril de 1922, nº 862. Acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
Tico-Tico – Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, 26 de abril de 1922, nº 864. Acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
Tico-Tico – Anno XVII, Rio de Janeiro, quarta-feira, de 3 de maio de 1922, nº 865. Acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario de. Pauliceia Desvairada. São Paulo: Landmark, 2003.

AUGUSTO, Sergio. O Tico-Tico sem fubá. In: VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. **O Tico Tico - Centenário da Primeira Revista de Quadrinhos do Brasil**. Vinhedo, SP: Opera Graphica Editora, 2005.

BARBOSA, Alexandre, História e Quadrinhos: A Coexistência da Ficção e da Realidade in VERGUEIRO, Waldomiro e RAMOS, Paulo (org). **Muito além dos quadrinhos**. São Paulo: Devir, 2009.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Narrativas Gráficas**, São Paulo: Devir, 2005.

GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. 1 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2016.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi: 10.11606/T.8.2007.tde-12022008-111516. Acesso em: 13 mar. 2017.

LUYTEN, 2005.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora LTDA, 2005.

MERLO, Maria Cristina. O Tico-Tico um marco nas histórias em quadrinhos no Brasil (1905-1962). **Anais do II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia – Alcar**. Florianópolis, UFSC, 2004. Disponível em:<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Urbes industrializada: o modernismo e a pauliceia como ícone da brasilidade. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 42, pp. 435-455, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000300009.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Diamantino. O Tico-Tico que Eu Conheci in: VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. **O Tico Tico - Centenário da Primeira Revista de Quadrinhos do Brasil**. Vinhedo, SP: Opera Graphica Editora, 2005.

SILVEIRA, Guilherme Lima Bruno. Os balões n'O Tico-Tico: esqueceram de desenhar? **A**

revista História, Movimento e Reflexão. Barretos, SP, v. 1, n. 1, pp. 1-15, 2013. Disponível em: <http://revistadigital.unibarretos.net/index.php/historia/issue/view/3>. Acesso em: 14 jul. 2017.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **História & Modernismo**. 1 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS Roberto Elísio dos. **O Tico Tico - Centenário da Primeira Revista de Quadrinhos do Brasil**. Vinhedo, SP: Opera Graphica Editora, 2005.

Recebido: 31/9/2017
Aceito: 6/10/2017

CINEMA NOVO E SUA RELAÇÃO COM O MODERNISMO LITERÁRIO: REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS SIMILARES

NEW CINEMA AND ITS RELATION WITH LITERARY MODERNISM: REFLECTIONS ON SIMILAR ASPECTS

Julierme Morais[1]

RESUMO: No presente artigo visamos problematizar a relação entre os movimentos culturais brasileiros do Cinema Novo e do Modernismo literário, buscando demonstrar como o movimento cinematográfico potencializado nos anos de 1960 possui alguns aspectos similares ao movimento literário iniciado oficialmente na Semana de Arte Moderna de 1922. Para tanto, abordamos dois aspectos fundamentais. A saber: a adoção das conquistas artísticas de vanguarda, acompanhada da desintegração da linguagem artística tradicional, e a busca da "legítima" expressão artística nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema novo. Modernismo literário. Aspectos similares.

ABSTRACT: In the present article we aim to problematize the relationship between the Brazilian cultural movements of New cinema and Literary modernism, trying to demonstrate how the cinematographic movement that has been potentialized in the 1960s has some aspects like the literary movement officially initiated in the Modern Art Week of 1922. For we address two fundamental aspects. Namely: the adoption of avant-garde artistic achievements, accompanied by the disintegration of traditional (or current) artistic language and the search for "legitimate" national artistic expression.

KEYWORDS: New cinema. Literary Modernism. Similar aspects.

INTRODUÇÃO

O Modernismo literário e o Cinema Novo brasileiros, desde que tornaram-se públicos, foram, indubitavelmente, os movimentos culturais nacionais mais debatidos e fruto das maiores controvérsias nos campos de abordagem que elegeram literatura e cinema, respectivamente, como objeto privilegiado de pesquisa no Brasil. Em face disso, nunca é tarefa fácil escrever uma linha sequer sobre eles sem que haja uma série de problemas envolvidos e que sistematicamente já foram matrizes de uma série de investigações, seja efetuada por estudiosos renomados, seja empreendida por neófitos no campo acadêmico, cujos interesses recaíram nos movimentos no propósito de resolverem questões que não

[1] Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); docente da área de Teoria e Metodologia da História da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e pesquisador do Núcleo de Estudos de História da Arte e da Cultura (NEHAC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do Grupo de Estudos de História e Imagem (GEHIM) da Universidade Estadual de Goiás (UFG). E-mail: juliermemorais27@gmail.com

foram esmiuçadas a contento.

Em entrevista publicada no ano de 2003, o pesquisador Randal Johnson[2], perguntado sobre as relações entre o movimento modernista de 1922 e o *Cinema Novo* brasileiro teceu consideração valiosa, afirmando:

> Pode-se pensar nesta relação em termos de analogia, e em termos de influência ou intertextualidade. Por analogia, o Cinema Novo representa no cinema brasileiro o que o movimento modernista representa na literatura. Os dois eram movimentos de vanguarda. Rejeitaram o tipo que produção que vinha antes e se engajaram na criação de novas formas de expressão artística e novos modos de pensar o Brasil (JOHNSON, 2003, s/p).

A asserção do estudioso norte-americano, por mais que à época não tenha sido novidade aos interessados na temática, possui seu valor porque pode ser tomada como chave de entrada no propósito fundamental do presente artigo. A saber: problematizar alguns aspectos estéticos e temáticos de congruência entre os movimentos culturais do modernismo literário[3] e do *Cinema Novo.* Nossa proposta se justifica devido ao fato de que grande parte das *investigações* que fazem dialogar modernismo literário e Cinema Novo enveredam-se na discussão da influência do primeiro sobre o segundo movimento, especialmente passando pela análise das transposições de obras literárias modernistas para a estética cinematográfica cinemanovista. Em vista disso, cabe ressaltar que o intuito aqui não é debater as influências do primeiro movimento no segundo, mas efetivamente extrair alguns aspectos de congruência entre eles[4], fator que eleva o nível de complexidade de nosso empreendimento, pois nos incumbimos de tal tarefa, não no sentido de resolver todas as questões, mas de colocá-las à luz dos leitores para reflexão e, quem sabe, incitar mais problematizações.

Para tanto, é necessário imediatamente adentrar no recorte temporal em que são enquadrados estes movimentos culturais. Sobre o modernismo, Afrânio Coutinho propõe que foi divido em uma primeira fase "heroica", de 1922 a 1930, quando ocorreu um processo de desconstrução e experimentação cultural; uma segunda de "consolidação", de 1930 a 1945, na qual o movimento se consolidou e politizou-se; e uma terceira "reflexiva", de 1945 em diante, cuja reflexão e universalidade temática foram marcas fundamentais (COUTINHO, 1976, p. 277).[5] Já o Cinema Novo pode ser dividido em um primeiro período, de meados de 1955 a 1964, cujas preocupações com a renovação da linguagem cinematográfica e aprofundamento na realidade política, social e econômica brasileira

---

2 Johnson publicou um brilhante trabalho acerca das relações entre modernismo e Cinema Novo tomando como objetos de análise o romance-rapsódia *Macunaíma,* de Mário de Andrade, e a película homônima, de Joaquim Pedro de Andrade, lançada em 1968. Cf. (JOHNSON, 1982).

3 A partir deste ponto tomaremos modernismo literário somente por modernismo ou modernismo brasileiro.

4 Nesse intento, sem querer fazer um levantamento exaustivo que a economia desse texto não permite, nos ateremos às interconexões mais gerais, de modo a introduzir o tema e sua complexidade.

5 Há controvérsias acerca desse recorte, porém, não compete-nos entrar em interpretações de diversas correntes que estudam o modernismo, pois o intuito aqui é abordar um contexto mais geral para dele extrair as similaridades com o Cinema Novo.

foram constantes; um segundo de reavaliação, de 1965 a 1968, em que buscou-se ajustar minimamente à linguagem narrativa mais convencional;[6] e um terceiro de radicalização, de 1969 a 1973, que deu origem ao "Cinema do lixo", pautado na anarquia como embate ao insucesso do projeto nacionalista e inovador.[7]

Em face das vicissitudes e da extensão temporal desses processos culturais, nosso recorte dará ênfase às respectivas primeiras fases dos movimentos em tela, pois acreditamos que, ao problematizá-las com base em nossa preocupação fundamental, será possível deixar mais clarividente os aspectos de intersecção entre as perspectivas estéticas e temáticas modernista e cinemanovista. Para tanto, nos deteremos em dois pontos dessa intersecção entre estas as primeiras fases: a adoção das conquistas artísticas de vanguarda, acompanhada da desintegração da linguagem artística tradicional, e a busca da "legítima" expressão artística nacional. Enfim, passemos à reflexão pretendida.

1. MODERNISMO E CINEMA NOVO: VANGUARDISMO E REFUTA DO TRADICIONAL

Tanto o modernismo de primeira hora (1922-1930) quanto o Cinema Novo em sua fase inicial (1955-1964), se constituíram com base no procedimento de adoção das conquistas artísticas de vanguarda europeia e, ao mesmo tempo, refutaram as linguagens artísticas tradicionalmente constituídas em seus momentos de eclosão. Fustigados pela intenção em construir uma "nova" linguagem com parâmetros nacionais, os intelectuais dos respectivos movimentos se inseriram na criação e reflexão dessa mesma criação à luz da aceleração do mundo moderno, concomitantemente antenados com as produções mundiais e parâmetros estabelecidos no sentido de novidade estética.

No caso do modernismo, Antonio Candido nos dá mostras da importância da adesão às vanguardas, quando enfatiza: "Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos" (CANDIDO, 2006, p. 117). Naturalmente, o teor de cosmopolitismo pode ser atribuído, em parte, ao seu débito estético para com as conquistas das vanguardas europeias. No contexto europeu dos três primeiros decênios do século XX, surgem Futurismo (1909), Cubismo (1913), Dadaísmo (1918) e Surrealismo (1924). Conforme expressa Antonio Candido, no período supracitado, aos modernistas,

> [...] colocava-se de modo indissolúvel o problema da sua expressão literária. No campo da pesquisa formal os modernistas vão inspirar-se em parte, de maneira algo desordenada, nas

6 Haja vista *Macunaíma* (1968), de Joaquim Pedro de Andrade, que obteve sucesso de público devido à incorporação de elementos estéticos do cinema mais popular da chanchada.

7 Cumpre ressaltar que esta periodização geralmente ganha diversas interpretações. Alguns, como Ismail Xavier, buscam na segunda metade do decênio de 1950 as origens do movimento cinemanovista com as películas de Nelson Pereira dos Santos. Apesar de acatarmos essa primeira perspectiva, refutamos a ideia de unidade defendida pelo historiador e crítico, que estabelece um recorte que vai até 1984, período de abertura política. Cf. XAVIER, 2001).

> correntes literárias de vanguarda na França e na Itália. [...] alguns estímulos da vanguarda artística europeia agiam também sobre nós: a velocidade, a mecanização crescente da vida nos impressionava em virtude do brusco surto industrial de 1914-1918, que rompeu nos maiores centros o ritmo tradicional. É impressionante a concordância com que um Apollinaire e um Cendrars ressurgem, por exemplo, em Oswald de Andrade. Desrecalque localista; assimilação da vanguarda europeia (CANDIDO, 2006, pp. 128-129).

O futurismo italiano foi o primeiro movimento de vanguarda a ditar as tendências modernistas. Seus principais princípios foram os de higiene mental na busca de uma definição de identidade nacional; de antimuseu na rejeição ao passado; de anticultura, sinalizando uma necessidade de retorno às origens; de antilógica, enfatizando o irracionalismo; de culto ao moderno, evidenciando o enquadramento artístico ao processo de mecanização e velocidade do mundo moderno; e de destruição da sintaxe, propugnando a necessidade de liberdade linguística. Por seu turno, o cubismo literário francês trabalhou com a questão da *destruição* e da *construção*, pois destruir os ideais de exotismo esnobe, da harmonia tipográfica, do sublime artístico e do tédio, todas características formais de um ideal de arte considerado ultrapassado, consistia, ao mesmo tempo, em construir o ilogismo, a simultaneidade, o instantaneísmo e o humor, e significava adquirir nuanças através do pensamento e da visão e não do sentimento antiquado. Já o Dadaísmo procurou ressaltar o caráter acidental, casual e lúdico da arte. Desse modo, repudiar o bom-senso fazendo uso do humor consistia em uma oposição frontal a qualquer hierarquização, bem como ao equilíbrio da forma e do conteúdo. Por fim, o Surrealismo pretendeu aprofundar-se em conteúdos ainda não explorados pelos movimentos artísticos que o antecederam, trabalhando a questão do inconsciente, do maravilhoso, do sonho, da loucura e dos estados alucinatórios. De modo geral, todos os conteúdos que vinham a contragosto da tradição lógica e racionalista (HELENA, 1986).

Em vista disso, todos esses movimentos de vanguarda, com seus manifestos inovadores dos códigos estéticos e a contrapelo dos moldes acadêmicos e conservadores de uma arte considerada envelhecida, serviram, de algum modo, como fontes de inspiração formal que ditaram uma renovação da linguagem artística brasileira proposta pelos nossos modernistas. Nesta medida, romper com o passado *pari pasu* à exaltação das formas geométricas e mecânicas do mundo moderno, desfrutando de maior liberdade de expressão artística na busca uma definição da identidade nacional e utilizando de humor e irracionalidade, consiste na grande influência das vanguardas européias nos modernistas brasileiros da primeira fase. Tal fase, de destruição dos modelos passadistas e construção de novos códigos estéticos, também sinalizava um corte abrupto na tradição europeizada acadêmica, cujos códigos artísticos davam ênfase ao academicismo, ao romantismo e ao parnasianismo literário.

Com efeito, este processo de rompimento com a "tradição" também significava que os modernistas tinham como ponto prioritário uma renovação da linguagem estética. O passado servia de exemplo daquilo que não deveria ser a expressão artística nacional, pois, por um lado, era considerado cerceador da liberdade criadora e, por outro, não permitia uma relação mais direta entre a arte e o cotidiano de seus interlocutores, promovendo assim uma "cópia" da realidade. Por exemplo, foi embebido desta atmosfera que Manuel

Bandeira parodiou, com *Os sapos* (BANDEIRA, 1976, p. 24), a *Profissão de fé* (BILAC, 1922, pp. 5-10), de Olavo Bilac, símbolo do parnasianismo literário, de profunda preocupação com a forma; e Mário e Oswald de Andrade contribuíram na revista *Klaxon*, trazendo ao público a concepção de que a arte não é uma "cópia da realidade" e o culto ao progresso (HELENA, 1986).

Em suma, como argumenta Antonio Candido, o movimento modernista no Brasil constituiu-se em um processo de retomada, no entanto aparece especialmente como ruptura (CANDIDO, 2006), cujo viés de despreocupação linguística, de inovação da tradição academicista vigente, de experimentalismo e individualismo vinha a contrapelo da linguagem formal e preocupada. Nesse passo, as vanguardas artísticas europeias contribuíram sensivelmente para uma libertação dos modelos de expressão vigentes e, ao mesmo tempo, moldaram as possibilidades de sua articulação com um novo considerado nacional.

De modo similar ao que ocorrera com os modernistas, obviamente resguardando sua historicidade, os cinemanovistas receberam profunda influência das vanguardas européias. Por um lado, o *Neo-realismo* (1943)[8] italiano e, por outro, a *Nouvelle Vague* (1958)[9] francesa

[8] Surgido no contexto da Segunda Guerra, tendo como marco o filme *Obsessão*, de Luchino Visconti, de 1942, o *Neorrealismo* italiano se diferenciava por inovar as técnicas do processo cinematográfico consagrados pelo cinema hollywoodiano. Suas principais características inovadoras foram: a utilização frequente dos planos de conjunto e dos planos médios e um enquadramento semelhante ao utilizado nos filmes de atualidades; a recusa dos efeitos visuais; a predileção por uma imagem acinzentada, seguindo a tradição dos documentários; uma montagem sem efeitos particulares; a filmagem em cenários reais; certa flexibilidade na decupagem, implicando um recurso frequente à improvisação; a utilização de atores não profissionais; a preocupação com diálogos simples e realistas; a filmagem de cenas sem gravação e a utilização de orçamentos modestos. Do ponto de vista ideológico, a cinematografia neo-realista se ocupou de denunciar o fascismo, as mazelas sociais italianas, tanto no campo como na cidade, e a discriminação de gênero (HENNEBELLE, 1978).

[9] Surgida na década de 1950, a *Nouvelle Vague* francesa constitui-se em um movimento intrinsecamente ligado à revista *Cahiers du Cinèma*, pois críticos como Jean-Luc Godard e François Truffaut se transformaram nos principais articulistas e diretores do movimento cinematográfico francês. Do ponto de vista estético, a concepção da *Nouvelle Vague* colocou em prática a teoria do "cinema de autor" elaborada e defendida pelo crítico André Bazin, que já era propugnada no *Cahiers du Cinèma*, enfatizando que o estilo de filme de um cineasta é atestado por uma visão de mundo particular que leva em consideração a unidade e coerência interna. Essa perspectiva possibilitou a valorização de cineastas inseridos no modo de produção hollywoodiano e outros que trabalhavam na indústria cinematográfica mundo afora, porém, ao salientar a idéia de autenticidade do diretor, tomado como "autor", valorizava um momento chave de criação: a *mise-en-scène*. Em outros termos, o diretor agiria como um autor, utilizando códigos estéticos em suas películas no sentido de criar um estilo. Guy Hennebelle, através das considerações de Claire Clouzot, resume as contribuições da *Nouvelle Vague* acerca da inovação do estilo: "Até 1958, o cinema francês se caracterizou tecnicamente por um cuidadoso trabalho de profissionais desprovidos de imaginação e a serviço de uma concepção muitas vezes teatral do cinema, o que significava utilização maciça de estúdios, câmara-parada, abuso do campo e contra-campo, utilização de procedimentos cinematográficos (flash-backs, transparências, encadeamentos, etc.), prioridade da interpretação e dos atores, ao invés de prioridade da mise-en-scène... Esteticamente, isto se traduziu por um novo estilo de imagens, uma gramática fílmica muito flexível (montagem, movimentos de câmara e uma direção de atores rejuvenescida...) A montagem não é para a Nouvelle Vague um meio de demonstração (ideológica ou de outro tipo) ou de explicação (psicológica, por exemplo). Obcecados pela noção de tempo, que haviam estudado e criticado nos filmes de outros diretores, os membros do Cahiers fabricaram um ritmo rápido de montagem narrativa, composto de numerosos cortes, o que acresce o número de planos nos filmes. Esta novidade é seguida pela supressão da obrigatória continuidade entre dois planos e das trucagens da montagem objetiva: véus, fusões, etc. Os diretores jogam ao mesmo tempo com a duração do plano... De modo geral, a montagem acelerada típica da Nouvelle Vague confere leveza à narrativa e tende a uma autenticidade maior que a montagem paralela ou em contraponto, que caracterizava o cinema tradicional. Ela assume, definitivamente, uma função semelhante à da reportagem televisada e se torna pura e simplesmente um meio de desenrolar a intriga. Os movimentos de câmera também denotam uma vontade de romper como o vocabulário do passado. O zoom, o "congelamento" da imagem, os travellings e as

sensivelmente ditaram os rumos da produção cinematográfica proposta pelos cineastas do Cinema Novo em sua primeira fase. Em um contexto de conscientização e debate acerca do caráter de transplante mimético das formas cinematográficas estrangeiras no país, sobretudo a hollywoodiana, assim como de malogro da tentativa paulista de industrializar o cinema brasileiro, o *Neorrealismo* italiano e a *Nouvelle Vague* francesa constituíram-se em modelos de renovação da linguagem vigente, desgarrada dos padrões industriais, que introduziam formas de expressão cinematográfica consideradas "alienadas", dado à crença em nossa conjuntura subdesenvolvida.

O *Neorrealismo* trouxe uma inovação na linguagem cinematográfica que implicava um enfoque humanista e realista do ambiente circundante, com maiores preocupações acerca das mazelas sociais e despreocupação com o profissionalismo dos atores. Filmes como *Obsessão*, de Luchino Visconti, *Roma, Cidade Aberta* (1945) e *Paisá* (1946), de Roberto Rosselini; e *Ladrão de Bicicleta* (1948), de Vittorio De Sica, transformaram-se em uma fonte propulsora do enfoque cotidiano e da desnecessidade de grandes orçamentos das grandes produções de até então. Por sua vez, a *Nouvelle Vague* repeliu o chamado "cinema de qualidade", comercial e acadêmico, promovendo um ideal de "cinema de autor", cuja maior liberdade de câmera e do diretor para realizar a *mise-en-scène*, bem como a profunda dose de existencialismo, se contrapunha ao ideal de cinema previsível, de narração rigorosa com relação ao fluxo temporal. Filmes como *Le Beau Serge* (1958), de Claude Chabrol, *Acossado* (1959), de Jean-Luc Godard, e *Os incompreendidos* (1959), de François Truffaut, rejeitavam o cinema de estúdio e o rigor narrativo, voltando-se para o descompasso e os conflitos internos das personagens, que poderiam ser identificadas no cotidiano francês.

Em uma visão de conjunto as experiências neorrealista e francesa apontavam para a necessidade de experimentações cinematográficas novas, desvinculadas do ideal de "qualidade artística e formal" estabelecido pelos grandes estúdios, que cerceava a liberdade do diretor (autor para as novas tendências), assim como impunham a desnecessidade de utilização de estúdios, atores profissionais, fluxo narrativo e enquadramentos rigorosos. Desse modo, romper com um passado cinematográfico recente sinalizava ao mesmo tempo se impor com um novo estilo, ou seja, revolucionar a linguagem cinematográfica vigente, e romper com os padrões impostos por uma indústria que estava se sobrepondo ao ideal de arte. O "espírito" renovador neorrealista influenciou Nelson Pereira dos Santos a filmar *Rio, 40 graus* (1955) e *Rio, Zona Norte* (1955) — considerados filmes dos quais se ramificou o Cinema Novo —, uma vez que a fuga do artístico facilitado pelos estúdios, acompanhada da predileção por ambientes, personagens e situações de uma realidade mais imediata são marcas profundas dessas películas. Como próprio cineasta assinalou com muita ênfase, "[...] a maior lição do neorrealismo aos cineastas do Terceiro Mundo foi provar que o cinema pode existir com poucos recursos, esquecendo os estúdios, as grandes estrelas e a cenografia. A idéia é ir para a rua e filmar o próprio povo" (SANTOS, 2007, pp. 236-237). Um pouco mais tarde o *Neorrealismo* ganhou companhia da *Nouvelle Vague* no débito de influências cinemanovistas.

panorâmicas prolongadas, os reenquadramentos visíveis, o tremular da câmara, estão entre as novas formas da sintaxe cinematográfica" (HENNEBELLE, 1978, p. 84).

Para não ser exaustivo, dessa junção surgiram *Vidas Secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, cuja ação menos compacta e escassa de som atribuíram dosagens de originalidade à obra; *Deus e Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha, no qual o cinema reflexivo de câmera tensa e móvel "na mão", com montagens de rupturas, desequilíbrios e contrastes foi consagrado nos meios intelectuais; e *Os Fuzis* (1964), de Ruy Guerra, de estrutura dramática estranha ao naturalismo conservador (XAVIER, 2001).

Ao cabo dessa análise atinente às influências do *Neo-realismo* e da *Nouvelle Vague* nos cinemanovistas, podemos recorrer a Ismail Xavier e sua concepção de "cinema de autor", especialmente em relação aos filmes de Glauber Rocha, ícone do Cinema Novo. De acordo com Xavier,

> "Cinema de autor" significa, ao mesmo tempo, independência frente aos mecanismos burocráticos da produção, independência frentes às convenções do filme narrativo usual e independência ideológica frente à censura ideológica da indústria. O autor [...] monta seus próprios esquemas de financiamento, via de regra torna-se produtor e, na base dos baixos orçamentos, tenta dar viabilidade ao projeto, dentro de condições em geral adversas, por diferentes motivos (XAVIER, 1983, p. 62).

Em última instância convém ressaltar que a adesão de vanguardas artísticas nitidamente logrou resultados tanto nos modernistas como nos cinemanovistas. Do mesmo modo que a concepção segundo a qual, do ponto de vista formal, os passados literários (para modernistas) e cinematográfico (para cinemanovistas), respectivamente, eram considerados desserviços às linguagens artísticas nacionais, a concepção de que a refuta desses passados sinalizava a necessidade de descarte para a construção de um novo código estético para se expressar. Nesse sentido, um novo "legitimamente" nacional surgiu no horizonte de expectativas dos agentes culturais dos movimentos.

2. MODERNISMO E CINEMA NOVO: A "LEGÍTIMA" EXPRESSÃO ARTÍSTICA NACIONAL

Como já dito, se a adesão às vanguardas engendra um fundo preciso de refutação do passado, por outro lado ela também congrega a necessidade de um "novo legitimamente nacional". Esse é o outro ponto de intersecção entre modernismo e Cinema novo a ser abordado, pois a busca da "legítima" expressão artística nacional constitui-se em um movimento em que o universal serviria de parâmetro, porém deveria ser "deglutido" e transformado em uma expressão artística considerada "verdadeiramente" brasileira. Vejamos esse aspecto no caso modernista.

O fato de o modernismo se propor a uma retomada do passado como ruptura, como dito por Antonio Candido, é emblemática para nossa análise. Em um país colonizado, a adesão das vanguardas possibilitou uma leitura peculiar da realidade brasileira, logrando um profundo mergulho no nacionalismo. Como expressou Lúcia Helena, tal fato se deve ao contexto brasileiro profundamente marcado pelo grande latifúndio, pela incipiente industrialização e pela desigualdade social promotora de um perene hibridismo cultural (HELENA, 1986). Concordando com Candido, pode-se asseverar que:

> Os nossos modernistas se informaram pois rapidamente da arte Européia de vanguarda, aprenderam a psicanálise e plasmaram um tipo ao mesmo tempo local e universal de expressão, reencontrando a influência européia por um mergulho no detalhe brasileiro (CANDIDO, 2006, pp. 128-129).

Nesta medida, surgiram diversas correntes representativas desse mergulho no detalhe brasileiro. De revistas como *Klaxon*, *Antropofagia* e *Terras Roxas e Outras Terras*, de São Paulo, *Estética* e *Festa,* do Rio, e *Revista*, de Minas, surgiram os movimentos *Pau-Brasil*, *Verde-Amarelo* e *Antropofágico*, bem como as correntes regionalista e espiritualista. Vale a pena destacar os movimentos *Pau-Brasil* e *Antropofágico*, que tiveram como arauto Oswald de Andrade, uma vez que a poesia Pau-Brasil e a Antropofagia exprimiram a atitude de devoração em face dos valores europeus (CANDIDO, 2006).

O *Manifesto Pau-Brasil* foi divulgado por Oswald nas páginas do jornal *Comércio da Manhã*, em 1924. De um modo geral, três temas formaram seu núcleo gerador: a valorização dos estados brutos da cultura coletiva, a decomposição irônico-paródica dos suportes intelectuais da cultura brasileira e a conciliação da cultura nativa brasileira com uma cultura intelectualizada (HELENA, 1986), ou seja, a renovação do modo de olhar a "legítima cultura nacional". Como bem aponta Lúcia Helena, no *Manifesto Pau-Brasil*, Oswald de Andrade

> [...] se propõe a sintetizar uma concepção da cultura brasileira: uma cultura de tradição européia, mas que possui originalidade nativa outrora marginalizada. Seu projeto é libertar esta originalidade — matéria-prima da poesia pau-brasil — através de novos recursos, digerindo o produto final, o que significava tentar alcançar um equilíbrio entre a tradição original e a arte contemporânea (HELENA, 1986, pp. 73-74).

Em outros termos, a nacionalidade aparece na forma de resgate primitivo da cultura original do brasileiro. Oswald de Andrade, desse modo, pretendia criar uma linguagem poética que expressasse nossa história e fosse desgarrada de qualquer artificialidade literária.

Já *Manifesto antropófago* foi publicado por Oswald no primeiro número da *Revista Antropofagia*, 1928. Em linhas gerais, o ideal de nacionalidade se opunha a uma estrutura política, econômica e cultural implantada pelo colonizador e sob a qual se formara a sociedade brasileira, questionando a sociedade patriarcal com seus repressivos padrões de conduta, refutando sensivelmente a imitação "não digerida" das influências da metrópole colonizadora e constrangendo o indianismo ufanista e romântico encabeçado pelas elites conservadoras (HELENA, 1986). Na esteira dessas pretensões, Oswald criou uma metáfora da História e do Brasil, onde a sociedade de "Pindorama" conheceu dois regimes: o precedente "Matriarcado" (positivo) e o sucessório "Patriarcado" (negativo). Nessa metáfora as origens primitivas matriarcais cederam lugar ao regime patriarcal, no entanto o processo de gênese matriarcal tende a voltar no fluxo histórico de maneira renovada, liberto do ufanismo conservador e do mimetismo de padrões culturais que regem as condutas no "Patriarcado". Salta aos olhos uma intenção crítica diante do processo cultural brasileiro, no qual os padrões culturais do "Patriarcado" impostos pelo colonizador tendem a ficar obsoletos no processo utópico de retorno à matriz matriarcal. Essa, por sua vez, quando reposta, apresentar-se-ia de maneira renovada, assimilando o progresso técnico e político

do "Patriarcado", porém evidenciando, sem ufanismo, a "legítima" identidade nacional, de origens matriarcais.

Como o próprio Oswald a definiu, a antropofagia seria o culto à estética instintiva da terra nova. Neste sentido, conforme argumenta Lúcia Helena, a antropofagia é uma *metáfora* porque demonstra o que deveríamos repudiar, assimilar e superar em benefício de nossa independência cultural; um *diagnóstico*, à medida que aponta a repressão imposta pela colonização predatória na sociedade brasileira; e uma *medida terapêutica*, porque era encarada como modelo eficaz contra a violência social, política, econômica e cultural praticada pelo processo colonizador (HELENA, 1986). Desse modo, Oswald recuperou as origens primitivas nacionais, articulando-as com uma reflexão anarquista e contestadora para estabelecer a necessidade utópica de recuperação da "verdadeira" brasilidade. Como expressou Antonio Candido,

> O nosso Modernismo importa essencialmente, em sua fase heróica, na libertação de uma série de recalques históricos, sociais, étnicos, que são trazidos triunfalmente à tona da consciência literária. [...] As nossas *deficiências,* supostas ou reais, são reinterpretadas como *superioridades.* [...] Não se precisaria mais dizer e escrever, como no tempo de Bilac ou do conde Afonso Celso, que tudo é aqui belo e risonho: acentuam-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura (CANDIDO, 2006, pp. 126-127).

Em suma, corroborando com a assertiva acima, Roberto Schwarz apontou:

> Foi profunda, portanto, a viravolta valorativa operada pelo Modernismo [...] Em lugar de embasbacamento, Oswald propunha uma postura cultural irreverente e sem sentimento de inferioridade, metaforizado na deglutição do alheio: cópia sim, mas regeneradora (SCHWARZ, 1987, pp. 37-38).

No caso do Cinema Novo, também não há como negar que a influência do *Neorrealismo* e da *Nouvelle Vague* ensejou uma proposta estética contrária ao ideal "tradicional de cinema convencional", considerado expressão dominadora e cerceadora da "legítima expressão nacional". Por esse motivo, se propunha um rompimento formal que se desdobrava no próprio rompimento com os conteúdos da linguagem artística anterior ao cinemanovismo. Tal rompimento era tomado por Glauber Rocha e os demais cineastas cinemanovistas como uma "revolução". O cineasta afirmava com veemência:

> Os valores da cultura monárquica e burguesa do mundo desenvolvido devem ser criticados em seu próprio contexto e em seguida transportar em instrumentos de aplicação úteis à compreensão do subdesenvolvimento. A cultura colonial *informa* o colonizado sobre sua própria condição. O autoconhecimento total deve provocar em seguida uma atitude anticolonial, isto é, negação da cultura colonial e do elemento *inconsciente da cultura nacional*, erradamente considerados valores pela tradição nacionalista. [...] A revolução elevará a sociedade subdesenvolvida à categoria desenvolvida e aí surgirá uma nova necessidade: a ação desmistificadora dos nacionalismos culturais, a ação civilizadora contra mitos e tradições conservadoras; a ação substituta de valores integrais de colaboração humana, que se limita pelas reminiscências do falho significado burguês da individualidade (ROCHA, 1981, pp. 66-68).

Em poucas palavras, romper com o "subdesenvolvimento" desmitificando uma

imagem maculada do homem brasileiro passada por uma cultura colonizadora ensejava um aprofundamento na "legítima" identidade nacional. Nesse sentido, a arte revolucionária cinemanovista passava diretamente pelo ideal nacional-popular, pois os cineastas afirmaram mergulhar em nossa nacionalidade, na expressão "legítima" do homem brasileiro, articulando, num só tempo, questões políticas, sociais, econômicas e culturais nacionais.

Com efeito, o homem brasileiro, o "verdadeiro" homem brasileiro, agora era exposto em suas contradições, inquietudes e precariedades, em sintonia com a necessidade de transformação política e social. Como salientou Ismail Xavier, isso se constituiu em um movimento de totalização da experiência, no qual:

> [...] a idéia de experiência assume uma conotação particular, identificando-se com a idéia de "realidade brasileira". A contestação do universal abstrato (convencional vigente) traduz-se num projeto cultural anticolonialista porque a particularidade vivida a que se quer dar expressão mais autêntica é a do "subdesenvolvimento", e o lugar dessa autenticidade é a ideologia da "revolução brasileira", por oposição à "mentira" do cinema colonizador (XAVIER, 1993, p. 63).

Ou seja, de acordo com o pesquisador, tal autenticidade não se traduziu essencialmente naquilo que era mostrado em nossas telas até o surgimento do Cinema Novo. Nesta medida, o ambiente urbano de classe média, tomado como exemplo de colonização em todos os sentidos, cedeu lugar às favelas e subúrbios, e o sertão, tão explorado e pobre, também ganhou ênfase na estética cinemanovista. Mostrar o autêntico homem brasileiro, em suas lutas, vicissitudes, miséria, exploração, em suma, flagelo, seria expor as vísceras de uma sociedade desigual, inconsciente e passiva, que precisa se voltar contra o *status quo*. Nesta medida precisa, em sua "estética da fome", Glauber Rocha deixava isso muito claro, ao enfatizar:

> Do Cinema Novo: uma estética da violência antes de ser primitiva é revolucionária, eis aí o ponto inicial para que o colonizador compreenda a existência do colonizado; somente conscientizando sua possibilidade única, a violência, o colonizador pode compreender, pelo horror, a força da cultura que ele explora [...] (ROCHA, 1981, pp. 31-32).

Num contexto político populista de expectativa pelas reformas de base, o influxo neorrealista e do "cinema de autor" foi absorvido sob a perspectiva nacional-popular, cuja linguagem estética revolucionária definiu o embate contra os conservadores-colonizadores. Exatamente nesse sentido, *Barravento* (1961) e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber, *Vidas Secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, e os *Fuzis* (1964), de Ruy Guerra, sinalizavam, no mínimo, a necessidade de revolução social, política, econômica e cultural. Do mesmo modo, o norte e o nordeste brasileiros passaram a ser, concomitantemente, locação cinematográfica e mais alta representação simbólica da realidade nacional, cujo regime de latifúndio e exploração camponesa se demonstrava perene.

De um modo geral, por mais que pese sua passionalidade com o movimento cinemanovista, Ismail Xavier colabora bem ao cabo dessa análise, enfatizando:

> Assumindo uma forte tônica de recusa do cinema industrial — terreno do colonizador, espaço de censura ideológica e estética —, o cinema Novo foi a versão brasileira de uma política

> de autor [e do neo-realismo] que procurou destruir o mito da técnica e da burocracia da produção, em nome da vida, da atualidade e da criação. Aqui, atualidade era a realidade brasileira, vida era engajamento ideológico, criação era buscar uma linguagem adequada às condições precárias e capaz de exprimir uma visão desalienadora, crítica, da experiência social (XAVIER, 2001, p. 57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o pesquisador José Carlos Avelar, o que uniu o modernismo e o Cinema Novo brasileiro pode ser pensado pelo sentimento da vontade de inventar, de discutir o brasileiro, isto é, na vontade de inventar um instrumental capaz de nos revelar melhor para nós mesmos, pois:

> É como se parte da inquietude e criatividade de 22, abafada depois de 30 e especialmente depois de 37, tivesse renascido em forma de cinema em 60. É como se a expressão dilacerada por uma intervenção de forças tivesse se rearmado. E ao nascer de novo indicou caminhos semelhantes (AVELAR, 1986, p. 224).

Tomados neste sentido, pode-se asseverar que o movimento cultural do Cinema Novo representou para o cinema nacional aquilo que os modernistas de 1922 representaram para a literatura brasileira. Dessa forma, parece não ter sido inócuo o posicionamento de Glauber Rocha ao avaliar que a *Bienal de São Paulo*, de 1961, teve para o movimento cinemanovista a mesma carga de importância que a *Semana de Arte Moderna*, de 1922, teve para o modernismo brasileiro (ROCHA, 1981).

Em face disso, não há como passar ao largo dos aspectos similares existentes nas primeiras fases dos respectivos movimentos culturais — a adoção das conquistas artísticas de vanguarda, acompanhada da desintegração da linguagem artística tradicional, e a busca da "legítima" expressão artística nacional , pois, a partir deles, tanto ao modernismo quanto ao Cinema Novo, se tornou possível a problematização e a prática de uma legítima expressão cultural nacional, cuja forma moderna e o conteúdo "legitimamente" brasileiro compusessem uma totalidade significante de profundo valor artístico nacional, bem como fossem representados, respectivamente, em nossa linguagem poética escrita e nas telas de nossas salas de cinema.

Em linhas conclusivas, cabe ressaltar que a problematização da intersecção de perspectivas estéticas e temáticas existente entre modernismo e cinemanovismo, como se percebe, não foi esgotada no presente texto. Todavia, acreditamos que ele cumpre um papel interessante, sobretudo ao lançar os indícios de um problema mais profundo que merece ser pesquisado com maior fôlego. Em suma, agora a ponta do iceberg está à vista, restando mergulhos mais profundos para entender como é o funcionamento de sua base.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELLAR, José Carlos. **O cinema dilacerado**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1986.

BANDEIRA, Manuel. **Antologia Poética**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: J. Olympo, 1976.

BILAC, Olavo. **Poesias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922, pp. 5-10.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura no Brasil**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HELENA, Lúcia. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. Rio de Janeiro: Ática, 1986.

HENNEBELLE, Guy. **Os cinemas nacionais contra Hollywood**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

JOHNSON, Randal. Entrevista — Randal Johnson. Rio de Janeiro: **Diagrama – Revista acadêmica de cinema**, ano 1, n. 1, primeiro semestre de 2003. Entrevista concedida à Angélica Coutinho. Disponível em: http://www.estacio.br/graduacao/cinema/digitagrama.

_____. **Literatura e cinema. Macunaíma:** do modernismo na literatura ao Cinema Novo. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

ROCHA, Glauber. **Cartas ao mundo**. Ivana Bentes (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Revolução do cinema novo**. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme,1981.

SANTOS, Nelson Pereira dos. Nelson Pereira dos Santos: resistência e esperança de um cinema. **Estudos Avançados**, 21 (59), 2007, pp. 236-237. Entrevista concedida a Paulo Roberto Ramos.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são? Ensaios.** São Paulo: Companhia das letras, 1987.

XAVIER, Ismail. **Cinema brasileiro moderno.** 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

Recebido: 31/9/2017

Aceito: 6/10/2017



PARTE II
ARTIGOS LIVRES

A IDEIA DE NAÇÃO PARA A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL[1]

THE CONCEPT OF NATION FOR THE NATIONAL SECURITY DOCTRINE IN BRAZIL

Thaís Fleck Olegário[2]

RESUMO: O objetivo desse trabalho é apontar a concepção de nação para a Doutrina de Segurança Nacional. Na primeira parte, são analisados os aspectos constitutivos da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, como o alargamento do conceito de guerra e o estabelecimento do "inimigo interno". Na segunda parte, é apresentado brevemente, o exemplo do Brasil, demonstrando o processo de refundação nacional após o golpe de Estado, ou seja, a retomada de elementos de um passado nacional como instrumento de legitimação do regime ditatorial.

PALAVRAS-CHAVE: Nação; Doutrina de Segurança Nacional; Brasil.

ABSTRACT: This paper aims analyze the concept of nation for the National Security Doctrine. In the first part, the constitutive aspects of the National Security Doctrine in Brazil are analyzed, such as the extension of the concept of war and establishment of the "internal enemy". In the second part, we will show the example of Brazil and the process of national refunding after the coup, this is the resumption of elements of a national past as an instrument for legitimation the dictatorship.

KEYWORDS: Nation; National Security Doctrine; Brazil.

INTRODUÇÃO

Os países do Cone Sul enfrentaram a partir da década de 1960 um longo período de ditaduras marcadas pelo terror institucionalizado.[3] A historiografia recente adjetiva tais ditaduras como de segurança nacional.[4] A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), fundamento ideológico base aos regimes ditatoriais latino-americanos, foi formulada a partir dos Estados Unidos (EUA) no contexto da Guerra Fria, especialmente a partir da Doutrina Truman em 1947.

---

1 A vertente brasileira é correntemente denominada como Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento pelo binômio: segurança nacional atrelada ao desenvolvimento econômico.

2 Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Bolsista do CNPq. E-mail: fleckolegario@gmail.com

3 "O Terrorismo de Estado se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. Em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo" (PADRÓS, 2005, p. 64).

4 Referimo-nos principalmente as obras *Ditaduras Militares na América Latina* (2004) e *Cone Sul em Tempos de Ditadura* (2013), obras organizadas por Cláudia Wasserman, César Guazzelli e Enrique Serra Padrós respectivamente.

No Brasil, a Doutrina foi consolidada através da Escola Superior de Guerra (ESG), que por sua vez foi fundada em 1949 após com a assistência de consultores franceses e norte-americanos – através do *National War College* – (ALVES, 1984, p. 24).[5] A ESG contou, desde o seu surgimento, com a participação de civis especialistas como alunos.[6] Outra particularidade latino-americana foi o foco dado ao ataque "indireto" da União Soviética, que operaria através das guerras subversiva e revolucionária, este elemento foi essencial no desenvolvimento da ideia de "inimigo interno" (ALVES, 1984, p. 24). Não obstante, constituiu um elemento característico da Escola brasileira a dedicação para além da política externa e sua dedicação ao projeto que aliava um projeto de desenvolvimento econômico e segurança nacional.

Dessa forma, pode-se definir que a segurança nacional, nas linhas da DSN, fundamentava a necessidade de salvaguarda das "nações livres" ou ocidentais frente à ameaça comunista. Entre os pressupostos da Doutrina, a nação existia como um organismo, cuja sobrevivência estava ameaçada pela subversão.[7] Nessa perspectiva a vontade nacional não era nada além que o impulso da nação personificada reduzida à lógica da guerra.

Recuando um pouco a análise, podemos destacar um movimento que precede a consolidação da Doutrina no Brasil. Tratam-se dos dois projetos de nacionalismo que disputavam os discursos sobre a nação desde finais da década de 1950. De um lado a conjunção do nacionalismo com a participação popular, que se desenvolveu a partir de dois episódios principais: "a campanha que culminou na criação da Petrobrás, [...] e a emoção desencadeada pelo suicídio de Vargas" (PÉCAUT, 1990, p. 99). Assim:

> A campanha "O petróleo é nosso" propiciou a oportunidade para a convergência de diversos setores nacionalistas que se colocavam contra o projeto inicial apresentado por Vargas, por considerá-lo excessivamente moderado: a fracção do Exército liderada pelo general Estillac Leal, ministro do Exército de 1950 a 1952 e que contribuiu para criar o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEPDEN); os comunistas; os numerosos intelectuais; membros do PTB mas também da UDN [...]. Com maior razão, o contexto no qual ocorreu o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, instituiu o nacionalismo como modalidade de cidadania popular (PÉCAUT, 1990, p. 100).

Como aponta Daniel Pécaut, esse tipo de nacionalismo passa a significar "ativação das massas e resistência ao imperialismo" (PÉCAUT, 1990, p. 101). Em suas fileiras agrupava a esquerda intelectual, entre os quais figuravam membros de organizações como o

---

5 Cf ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), p. 24, 1984.

6 Entretanto, como ressalva Gilvan Dockhorn não eram todos os civis que poderiam participar dos quadros da ESG, pois a "exigência de curso superior e posição de destaque em sua área praticamente afastou a possibilidade de militantes sindicais, operários, camponeses e estudantes participarem da Escola" (DOCKHORN, 2002, p. 61).

7 Em outras palavras: "refletindo a lógica bipolar da Guerra Fria e as novas estratégias de dominação dos EUA sobre a América Latina, a DSN disseminou-se através das Academias e Escolas de Guerra, formando quadros especializados a partir de uma série de preceitos básicos: a lógica da bipolaridade, a delimitação de zonas de influência pelas superpotências: a satanização do inimigo; a introdução de que o Estado e a Nação são organismos vivos passíveis de contaminação pelo vírus comunista (o que, por sua vez justifica um virulento anticomunismo)" (PADRÓS, 2005, p. 184).

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os Centros de Cultura Popular (CPC), o Movimento de Educação de Base (MEB), entre outros (PÉCAUT, 1990, pp. 107-189).

De outro lado, estavam os nacionalistas simpáticos à penetração de capitais estrangeiros no país compostos por: empresariado nacional associado às multinacionais, banqueiros, comerciantes, setores ruralistas proprietários de grande porte e os tecnocratas urbanos vinculados aos interesses multinacionais formados em escolas técnicas (como o Instituto Brasileiro de Economia e a Fundação Getúlio Vargas) articulados através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IBAD foi criado em 1959 por grupos do empresariado industrial brasileiro e tinha por objetivo agir em favor da "defesa da democracia". Entretanto, pode-se apontar que tal instituição estava destinada à divulgação de conteúdo anticomunista. A entidade foi fechada em 1963, durante as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a ilegalidade de suas ações nas eleições de 1962, através da Ação Democrática Parlamentar (ADP) e o financiamento recebido de corporações estadunidenses. Neste sentido, René A. Dreifuss destaca:

> Os interesses multinacionais e associados consideraram outras formas de representação de interesses além do controle da administração paralela ou do uso de lobbying sobre o Executivo. Eles desejavam compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política e ideológica. O primeiro desses grupos a ter notoriedade nacional em fins da década de cinqüenta foi o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática. (DREIFUSS, 1981, p. 102).

O IPES foi lançado um mês após a posse de João Goulart como presidente da República, como justificativa para sua criação estava o "[...] interesse das classes conservadoras de inteirar-se das flutuações da realidade social, cultural, política e econômica do Brasil" (RAMOS,1963, p. 32). Em sua composição contava com quadros da CONSULTEC; do Conselho Nacional de Economia; da Fundação Getúlio Vergas; da Associação Comercial; do Centro Industrial do Rio de Janeiro; do CONCLAP; da Federação das Indústrias da Guanabara; das empresas do Grupo Light; da SOMBRAMIL (United States Steel); Lafter-Klabin; da COMAC; do grupo Guinle-Galdeano e do Banco do Estado da Guanabara (RAMOS, 1963, p. 34).[8] Vale reter ainda que havia relações estreitas entre o IPES/IBAD e a ESG, tendo eles compartilhado membros.

Este grupo defendia que o desenvolvimento da nação somente era possível através da derrota do comunismo, eram também favoráveis à presença do capital multinacional no Brasil, inclusive em empresas públicas. Desse modo, vinculados à DSN passaram a influir na opinião pública através de publicações em jornais e revistas bem como por meio de programas de rádio.

Do ponto de vista econômico o primeiro grupo, de um nacionalismo de caráter popular e voltado à autonomia nacional, defendia o desenvolvimento através de empresas estatais e o crescimento independente do país, desse modo:

[8] Para um levantamento minucioso sobre as atividades e componentes do IPES Cf. DREIFUSS, René Armand. 1964 A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

> Celso Furtado e outros economistas divulgariam no Brasil, visando a colocar o Estado a serviço de um processo acelerado de substituição de importações, graças à ampliação do mercado interno e às medidas para contrabalancear a deterioração nos termos de trocas. Essa teorização, porém, era inseparável a uma meta política emancipadora, segundo a qual a cidadania política deveria ampliar-se à medida que a modernização econômica promovesse a independência nacional (PÉCAUT, 1990, p. 101).

Do outro lado, convergiam dois discursos: o impetrado pelo IPES/IBAD que apresentava a necessidade de desenvolvimento baseado na entrada de capitais estrangeiros no país e aquele teorizado pela ESG em que se preconizava um tipo de capitalismo baseado na forte interferência do Estado, bem como estava incluída nessa concepção um projeto de industrialização para o Brasil. Em suma, segundo Alves, tratava-se de desenvolver setores infraestruturas – redes de comunicação, rodovias, ferrovias, entre outros –; principalmente em áreas consideradas geopoliticamente importantes como as fronteiriças, consolidando assim a integração nacional e, sobretudo, promover "uma rápida arrancada do desenvolvimento econômico, para obter o apoio da população". Contudo, "é fundamental ter em mente que, na Doutrina de Segurança Nacional, a defesa militar, mais que as necessidades materiais básicas da população, é considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico" (ALVES, 1984, p. 49).

Ambos os discursos foram formulados a partir de uma realidade latente: a subordinação do país a uma situação de dependência econômica. Neste sentido, Alves aponta que a situação de dependência está relacionada à capacidade de "criar novas tecnologias, de expandir o setor de bens de capital e de controlar seu sistema financeiro e bancário" (ALVES, 1984, p. 21). No caso de economias dependentes essa capacidade é subordinada a um elemento externo, a outro país, criando assim, um elo de subordinação. No entanto, Alves dispõe que a condição de dependência não implica em um subdesenvolvimento permanente, mas resulta, por outro lado, em um processo de desenvolvimento distorcido, através do qual "mantêm-se sem solução consideráveis problemas sociais como as desigualdades regionais, graves disparidades na distribuição de renda, altos índices de desemprego e níveis de vida abertamente baixos para a maioria da população" (ALVES, 1984, p. 22).

O aprofundamento do desenvolvimento de tipo dependente, ocorrido durante o período ditatorial, reflete a vitória de um dos discursos apontados: o dos nacionalistas vinculados à DSN. Portanto, o que se torna vitorioso, através do golpe de 1964 no Brasil, é o discurso de uma classe encouraçado sob a égide de vontade nacional. A passagem do discurso de interesse de um grupo ao interesse nacional se dá a partir da reformulação do próprio Estado, levada a efeito através da coerção e de uma transformação normativa. Neste sentido, a seguir faremos a análise de como se constitui no Brasil o discurso sobre a nação dentro das linhas da Doutrina de Segurança Nacional.

SOBRE A DEFINIÇÃO DE NAÇÃO

Hobsbawm evidencia que o conceito de "nação" é historicamente recente e considera, assim como Gellner, que o nacionalismo vem antes da nação e não o oposto. Outros

pontos são destacáveis na concepção do autor: que não se deve analisar a nação a partir de uma concepção de sua existência dada *a priori*; que os fenômenos que constituem as nações não podem ser reduzidos a apenas elementos culturais e sociais, devem ser considerados também: as condições econômicas, administrativas, técnicas e políticas; e que as nações constituem fenômenos duais – construídos pelo alto e de baixo – por isso só podem ser apreendidas através da observação não só do postulado de "ideologias oficiais de Estado e movimentos", mas, em "termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas" (HOBSBAWM, 1990, p. 19). Através da análise da transformação do significado da palavra "nação" no dicionário da Real Academia Espanhola, Hobsbawm expõe que antes do século XIX:

> A palavra *nación* significava simplesmente "o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino" e também "um estrangeiro". Mas agora era dada como "um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum", e também "o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo" (HOBSBAWM, 1990, p. 27).

Assim como Hobsbawm, Anne-Marie Thiesse indica que as "identidades nacionais não existiam em 1800. Sua criação foi uma das grandes obras européias do século XIX, da qual participaram massivamente intelectuais, artistas e escritores". (THIESSE, 2001/2002 p. 7). Neste sentido, o primeiro elemento que exploramos é o da inexistência de naturalidade na nação, ou seja, as nações não são espontâneas, tratam-se antes de criações históricas recentes (RENAN, 1997, p.162). As nações são por outro lado, constituídas através de um processo de construções políticas e simbólicas, do qual o sucesso resulta a existência da nação como externa a sua própria origem. A nação passa a existir por si só como algo além daquilo que lhe compõe, como um dado eterno e imutável. Neste sentido, Ernest Gellner adverte "é o nacionalismo que dá origem as nações, e não o contrário" (GELLNER, 1993, p. 89).

Por seu turno, Benedict Anderson propõe o entendimento da nação como uma comunidade política imaginada, que é imaginada à medida que seus membros não possuem contato direto uns com os outros, "embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles" (ANDERSON, 2008, p. 32). No campo de definições dispostas pelo autor, ressalta-se: "[...] ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal" (ANDERSON, 2008, p. 34). Ainda para o autor, são questões importantes para o surgimento das consciências nacionais: a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa que possibilitou a divulgação da língua vernácula impressa – sobretudo, com a ascensão de jornais e romances –, o que também permitiu a percepção de simultaneidade entre os membros de dada comunidade.

Para Gellner "o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas" (GELLNER, 1993, p. 12). Em suma, a essência política, neste caso, é superior ao conteúdo étnico, ou seja, à

medida que uma nação estabelece quem são os seus membros todos aqueles que não correspondem a este grupo deverão ser excluídos ou assimilados.

Portanto, o primeiro e mais relevante questionamento para entender a questão proposta neste trabalho é: o que define uma nação? Com base na reflexão clássica de Ernest Renan, o único princípio legítimo que rege a nação é a vontade. Renan refuta que as nações se originem de itens como dinastia, raça, língua, religião, interesses ou geografia e estabelece que "a essência de uma nação está em que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas" (RENAN, 1997, p. 162). A nação, para Renan, tem suporte em um passado comum – composto tanto de lembranças gloriosas quanto de amnésias seletivas –, e em um presente marcado pelo consenso, ou seja:

> Uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum. A existência de uma nação é (perdoem-me a metáfora) um plebiscito de todos os dias (RENAN, 1997, p. 174).

Por outro lado, Ernest Gellner acrescenta que os grupos não se mantêm unidos apenas pautados na vontade – entendida como lealdade, identificação e adesão voluntária –, mas sim através de dois pólos: a vontade e o medo. A coerção e o constrangimento assim como a vontade formam e sustentam o grupo. Neste sentido, em relação à esfera coercitiva Gellner expõe que:

> Entre as várias sanções implicadas pela manutenção da ordem, a mais radical de todas – a força – só pode ser aplicada por uma instituição social específica claramente identificada, bem centralizada e disciplinada. Essa instituição, ou conjunto de instituições, é o *Estado.* [...] [No entanto] existem Estados que carecem de vontade e meios para efetivarem o monopólio da violência legítima e que, apesar disso, continuam a ser, em muitos aspectos, "Estados" reconhecíveis (GELLNER, 1993, p. 14-15).

Daí o postulado do autor de que "o nacionalismo não se coloca para as sociedades sem Estado" (GELLNER, 1993, p. 15). O Estado não só detém o monopólio da violência e dessa forma os meios de coerção, como também é responsável por outras instituições que funcionam como mecanismos de disciplina social, como é o caso das escolas.

Em relação às identidades nacionais Stuart Hall destaca que elas são formadas e transformadas através da representação (HALL, p. 50). Dessa forma, a nação, mais que uma entidade política é também "algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*" (HALL, p.49, grifo no original). Com base no postulado de Hall da cultura nacional como um discurso, deve-se ressaltar que o estabelecimento daquilo que é nacional é um campo em disputa.

Desse modo, apresentadas as primeiras considerações, analisaremos a seguir a formulação da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil e posteriormente serão expostos alguns elementos do processo de refundação nacional implantado a partir da década de 1970.

ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL

A Doutrina de Segurança Nacional constituiu um conjunto teórico destinado a sustentar certa ordem político-social que visava assegurar o sistema econômico capitalista (WASSERMAN, 2004, p.27). Com origens em um cenário marcado pela Guerra Fria, a DSN incluiu concepções geopolíticas à sua base de argumentação principalmente em relação à nação e a bipolaridade. No entanto, a geopolítica possuindo uma credibilidade maior e pretensões científicas não funcionou apenas como dispêndio da DSN, ao contrário, foi utilizada pela Doutrina para tentar estabelecer certo grau de confiabilidade em seu discurso (DOCKHORN, 2002, p. 33).

Com fundamento nos postulados geopolíticos, a nação era vista como um organismo que deveria se manter em constante expansão para sobreviver. A bipolaridade, por sua vez, seria apresentada como uma permanente divisão do mundo em duas partes, composta pelos EUA e a URSS (COMBLIN, 1978, p. 23). Joseph Comblin demonstra que, para os teóricos da segurança nacional as "nações estão reagrupadas em duas alianças opostas. Uma representa o bem e a outra o mal. A primeira se chama Ocidente e a outra Comunismo" (COMBLIN, 1978, p. 31). A América Latina, sob esse entendimento, integraria o bloco ocidental, portanto, deveria partilhar de sua luta contra anti-subversiva (anti-comunista).

Entre os elementos constitutivos da DSN estão: o conceito de guerra, o inimigo/comunismo e a segurança nacional. Em relação ao conceito de guerra houve o alargamento do entendimento do conflito estritamente militar e limitado para o de guerra total e permanente. Tratava-se do desenvolvimento de uma visão de que o mundo estava em uma guerra absoluta e total contra o comunismo, e que por isso, toda a sociedade deveria ser incluída no conflito. Desse modo, a guerra seria ampliada:

> Hoje ampliou-se o conceito de guerra [...] De guerra estritamente militar passou ela, a *guerra total*, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica como guerra de exércitos, esquadras e aviações; de guerra total a *guerra global*; e de guerra global a guerra indivisível e – por que não reconhecê-lo? – permanente (COUTO E SILVA, 1967, p. 24).

Sobre isso Comblin postula que a guerra contemporânea se apresentava para a DSN na forma de Guerra Fria e, por sua condição de guerra permanente travava-se em todos os planos: militar, político, econômico, psicológico (COMBLIN, 1978, p. 39). Assim:

> [...] a guerra fria da Doutrina Truman forneceu uma chave para interpretar, daí por diante, tudo o que poderia acontecer no mundo. Cada vez que o *status quo* fosse questionado, em qualquer parte do mundo, cada vez que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, ou suscetível de tornar-se desfavorável, seria necessário ver nisso o espectro da guerra fria: a presença do dedo de Moscou (COMBLIN, 1978, p.40).

Ainda sobre o conceito de guerra, dois pontos adicionais foram integrados à versão latino-americana da DSN: o da guerra insurrecional e o da guerra revolucionária. A ameaça da subversão podia manifestar-se, segundo os constructos da doutrina, tanto

através da luta armada quanto a partir da oposição organizada (ALVES, 1984, p. 37).[9] Desse modo:

> Como a guerra revolucionária não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do comunismo internacional, ela recruta seus combatentes entre a população do "país-alvo". Por definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituída de "inimigos internos" potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados (ALVES, 1984, p. 39).

Nesse cenário, houve a incorporação da importância da guerra indireta que determinou a criação do "inimigo interno". O inimigo/outro na guerra convencional era o membro externo à nação, no entanto, dentro da ideia de guerra permanente ele foi deslocado de fora para dentro e passou a estar "infiltrado", ou seja, qualquer membro da sociedade poderia ser considerado inimigo. Assim, os teóricos da DSN latino-americanos estavam voltados ao:

> [...] crescimento de movimentos sociais de classe trabalhadora, enfatizavam a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa (ALVES, 1984, p. 33).

O "inimigo interno" para a Doutrina poderia se manifestar dentro de: organizações de esquerda, nos meios militares, nos sindicatos, em universidades e escolas, entre os jornalistas, ou seja, em qualquer tipo de organização política. A "estratégia de ação indireta" do comunismo agiria em duas frentes dentro da população, que eram assim compostas:

> O *público interno* inclui militares da ativa e da reserva ou civis que trabalham em Ministérios militares, assim como a Polícia Militar e outras formas paramilitares. O *público externo* é composto de estudantes, líderes sindicais, meios de comunicação impressos e eletrônicos, grupos sociais influentes como os intelectuais, profissionais, artistas e membros de diferentes ordens religiosas. Esta classificação também inclui setores organizados da vida política e da sociedade civil, como organizações de trabalhadores, estudantes e camponeses, além de clubes, associações de bairro etc. (ALVES, 1984, p. 39).

Inserida na lógica do "inimigo interno" a segurança nacional traduzia-se em segurança interna. Dessa forma, duas estruturas foram essenciais para a operacionalidade da DSN, em primeiro lugar a construção de um sofisticado aparato repressivo "capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população" e em segundo lugar, o desenvolvimento de uma complexa rede de informações que permitiria a identificação dos infiltrados pela ação comunista indireta (ALVES, 1984, p. 41).

Neste sentido, não são os objetivos nacionais que exprimem a vontade nacional, mas é a necessidade de assegurar a sobrevivência da nação diante de uma "guerra total"

[9] O Projeto Brasil Nunca Mais, através da análise de 695 processos políticos (7.367 nomes de réus) ocorridos entre os 1964 e 1979, demonstra que a maioria dos atingidos pela repressão eram jovens com idades iguais ou inferiores a 25 anos, de origem urbana, predominantemente de classe média e com grau universitário. Contudo, também houve registros de acusados provenientes de diversos setores sociais como: de organizações de esquerda, militares (vinculados ao projeto nacionalista do governo deposto), sindicalistas, professores, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. Em relação às acusações o maior número de ocorrência foi a participação em entidades ou movimentos sociais e em menor grau a luta armada. (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, pp. 85-87).

que define aquilo que deve ser protegido. Por outro lado, para a DSN a nação é "um ser de uma única vontade" e disso decorre que a vontade nacional é sobrevivência da nação frente ao comunismo (COMBLIN, 1978, p. 51). Em geral, os objetivos nacionais concentram-se em: integridade territorial; integridade nacional; democracia; progresso; paz social e soberania. A unidade entre esses elementos é o fato de estarem todos ameaçados pelo comunismo (COMBLIN, 1978, p. 53). No caso brasileiro figuram entre os "objetivos nacionais permanentes" expostos pelo General Golbery do Couto e Silva, os seguintes itens:

> Salvaguarda intransigente de nossa independência política, admitidas, embora, autolimitações, nunca essenciais, da soberania nacional, em benefício da cooperação e da paz internacionais; - manutenção de um estilo de vida democrático, com bases cada vez mais amplas na participação efetiva e consciente do povo; [...]-consolidação da unidade do grupo nacional, através de crescente integração social, com fundamentação nos princípios da justiça social e da moral cristã; -a incorporação efetiva de todo o território nacional [...]; -o fortalecimento equilibrado da estrutura econômica, de modo a assegurar elevados níveis de bem-estar e cultura a todo o povo, em tôdas as regiões do país, e garantindo-se o grau de auto-suficiência realmente indispensável ao pleno exercício da própria soberania nacional; -a manutenção do status quo territorial na América do Sul, contra quaisquer tendências revisionistas ou a formação de blocos regionais, políticos ou simplesmente econômicos, que possam vir a constituir ameaça à própria paz do continente; -o robustecimento da solidariedade e cooperação entre os povos da América, para o progresso geral e a defesa continental; -o fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio da igualdade jurídica dos Estados, e a crescente projeção do país no exterior com vias à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses em benefício também da própria paz internacional. (COUTO E SILVA, 1967, pp. 74-75).

Devemos analisar a imprecisão em que os termos são postos e o impacto decorrente no campo de ação que a segurança nacional desenvolve. Em primeiro lugar, a salvaguarda da independência política com a ressalva de possíveis "autolimitações" em virtude da cooperação e paz internacionais, pode indicar a subordinação aos centros de poder, pois, se para Golbery geopoliticamente o Brasil é componente do Ocidente e está por excelência ao lado dos Estados Unidos, em dado momento pode estar subordinado a este desde que isso implique na manutenção da "cooperação" entre os dois países. Portanto, justifica ao mesmo tempo, uma lógica de desenvolvimento dependente e uma subordinação política. Em segundo lugar evoca-se a manutenção de um estilo de vida democrático e não da democracia em si, o que demonstra a vinculação desse discurso a um regime autoritário.

Em "o robustecimento da solidariedade e cooperação entre os povos da América, para o progresso geral e a defesa continental" pode-se deduzir que se trata da defesa continental frente à ameaça comunista. A proposição acerca do progresso como oposto ao comunismo tomou força a partir da integração da ideia de desenvolvimento como instrumento de combate ao comunismo, terminando por integrar a partir de 1967, no Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

A vagueza no conteúdo dos objetivos nacionais corresponde a um movimento intencional, que visa, grosso modo, incorporar uma série de grupos sociais diferentes ao redor de um "objetivo em comum": a segurança da nação frente à ameaça comunista. A imprecisão do que efetivamente correspondia a DSN possibilitava sua aplicação irrestrita como

fundamento às ações repressivas dos regimes ditatoriais do Cone Sul. Portanto, o único componente que deveria ser preciso dentro das formulações da DSN era a delimitação do outro, o "inimigo", pois, sem ela não havia um conteúdo próprio ou objetivos claros. A este respeito Comblin destaca que:

> O conceito de segurança nacional tornou-se muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo. (COMBLIN, 1978, p. 55).

No caso latino-americano, houve também a incorporação da importância da guerra indireta que determinou a criação do "inimigo interno". O inimigo/outro se desloca do membro externo a nação e passa a estar "infiltrado" dentro da própria nação, com isso, qualquer membro da sociedade poderia ser considerado o inimigo. Nesta perspectiva os teóricos da ideologia de segurança nacional latino-americanos estavam voltados ao:

> Crescimento de movimentos sociais de classe trabalhadora, enfatizavam a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa (ALVES, 1989, p. 33).

Desse modo, a segurança nacional surge como instrumento da nação para defender-se da ameaça comunista, trata-se da aplicação da força de Estado para garantir sua sobrevivência, neste sentido, a segurança nacional nas trilhas da DSN é:

> A capacidade que o Estado dá a Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. [...]. Trata-se, portanto da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais. [...] *A segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares em que haja suspeita do fantasma do comunismo* (COMBLIN, 1978, pp. 54-55, grifo nosso).

Portanto, nota-se a utilização do conceito de nação pela DSN para a criação de duas ideias: o de que as nações seriam um corpo coeso e homogêneo e o de que a sobrevivência do comunismo representaria um perigo constante às nações aliadas geopoliticamente ao Ocidente. Daí a importância dos dois conceitos emprestados da geopolítica: de nação e de bipolaridade.

A criação da concepção de um consenso social a respeito dos objetivos da nação era necessária à justificativa de aplicação da segurança nacional, portanto, Comblin expõe que para base teórica da Doutrina: "a nação é vista como um todo homogêneo e dotado de uma única vontade: a partir daí pode-se facilmente deduzir a ideia de interesse nacional, [...] todos os conflitos sociais desaparecem, assim como todos os problemas da política interna" (COMBLIN, Op. cit., p. 29). A vontade passa a ser impulsionadora para a Doutrina a partir do movimento discursivo que personifica a nação como uma entidade. A nação dentro das linhas da DSN é: "a única vontade, um único projeto: ela é o desejo de ocupação e de domínio do espaço [...] ela é desejo de poder" (COMBLIN, 1978, p. 28).

Considerando as proposições da DSN pode-se perceber que a base de sua argumentação se dá justamente na concepção da nação como existente a *priori*. Para nossa reflexão, a nação é resultado de uma série de construções políticas e simbólicas, dessa forma, entende-se

que o proposto pela DSN não se trata da manifestação de uma vontade nacional, mas está relacionada ao seu processo de criação. Neste sentido, como em uma câmara escura as imagens encontram-se invertidas, a segurança nacional surge como destinada a proteger a nação, no entanto, ela é produto da ideia da nação criada pela DSN.

DESDOBRAMENTOS DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Após a vitória do discurso sobre a nação da DSN, levada a efeito através do golpe civil-militar, o Brasil passou por um processo de "refundação nacional", em que os símbolos anteriormente construídos como nacionais foram revisitados e reformulados para atender a necessidade de legitimação do regime ditatorial estabelecido. A ideia de nação postulada pela DSN no período anterior ao golpe precisava de certo conteúdo simbólico e material. A questão das comemorações e até mesmo da criação de novas festas cívicas podem ser consideradas resultados dessa demanda. Neste sentido retoma-se o proposto por Hall de que "as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *idéia* de nação tal como representada em sua cultura nacional" (HALL, p.49, grifo no original).

Assim como o primeiro movimento no século XIX, de construção de identidades nacionais, contou com grupos que articularam sua criação, podemos apontar o esforço constante de alguns intelectuais vinculados à DSN de criar uma nova ideia de nação. Para ilustrar esse movimento, apresentaremos uma breve análise de mudanças ocorridas no Brasil.

No Brasil, podemos elencar dois momentos importantes para nossa argumentação: o primeiro no início da década de 1960, marcado pela disputa discursiva sobre o que era efetivamente nacional e o segundo após o golpe quando se busca realizar uma refundação nacional. Um bom exemplo acerca da primeira fase em que imperava a disputa entre dois projetos nacionalistas é o livro de André Gama "Nossos males e seus remédios".[10] Nele encontramos uma crítica ao nacionalismo de orientação populista,[11] sua argumentação parte da visão do projeto nacionalista formulado pelo IPES/IBAD/ESG:

> O nacionalismo é próprio das colônias que desejam a sua independência. Tiradentes era nacionalista. Lutava contra os impostos e o ouro que eram mandados daqui para Portugal. Ele achava que isto devia permanecer aqui para melhorar as condições de vida dos brasileiros. [...]. Por isso Tiradentes é nosso herói nacional. Mas quando o Brasil se tornou independente há 140 anos passados, tudo aquilo acabou. [...] O nacionalismo que apareceu recentemente entre nós é ódio de tudo que não é brasileiro. É uma doença muito feia e impatriótica, porque odiar os outros não nos faz bem nenhum. Só nos faz mal. É simplesmente *uma das armas usadas para implantar o comunismo no Brasil*. [...] A máscara nacionalista pretende negar a estrangeiros

[10] O livro contou com 103.000 exemplares e compõe uma série de publicações financiadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que visava disseminar conteúdo anticomunista. Eram públicos a quem se destinava: Colégios secundários e superiores; empresas, sindicatos de trabalhadores "democráticos"; associações religiosas e civis e particulares (GAMA, 1963).

[11] Destacado pelo autor como comunista.

> a exploração de nossas riquezas naturais e dos serviços públicos. [...] *Precisamos do capital estrangeiro e é um crime impedi-lo de ajudar-nos*. Não quero dizer que todos os nacionalistas sejam comunistas, porque isto não seria verdade. Mas é verdade que os comunistas pregam o nacionalismo para prolongar a nossa pobreza, aumentar o nosso desespero e facilitar a revolução comunista. (GAMA, 1963, pp. 35-36).

Esse texto corresponde a uma série de publicações realizadas pelo IPES, durante o início da década de 1960, que objetivavam a divulgação das premissas da segurança nacional, bem como, a desestabilização do governo de João Goulart (1961-1964).[12] Note-se uma aparente rejeição ao nacionalismo de tipo libertário. O capital estrangeiro é trazido como solução aos problemas do desenvolvimento da nação, por isso, qualquer nacionalismo que vise o seu impedimento é representado como comunista. Neste sentido, para esse discurso o "capital estrangeiro" não apresenta perigo algum e a nação só pode ser espoliada pelo comunismo.

A respeito do segundo momento a partir de 1964, o discurso nacionalista baseado na DSN torna-se vitorioso, ocorre então o retorno a um passado nacional em busca de elementos que possam constituir uma nova cultura nacional. Neste cenário, as festividades tornam-se componentes simbólicos essenciais. Um exemplo disso são os eventos realizados no Brasil no ano de 1972, em meio à comemoração dos 150 anos da Independência. Primeiramente houve o traslado dos restos mortais de D. Pedro I, que como dispõe Janaína Cordeiro, representava o retorno à Pátria de seu grande herói:[13]

> O retorno de seu primeiro Imperador parecia evidenciar a força e o vigor de um país que se preparava para o início das comemorações dos 150 anos de sua Independência. De um lado do oceano, portanto, a partida do rei, a decadência do governo e a indiferença da sociedade. De outro, a volta do Imperador, o poder do governo e uma sociedade que comemorava o fato de estar vivendo um verdadeiro ***milagre, o Milagre Brasileiro***. De um lado, um *velório* sombrio e enlutado. De outro, também um *velório*, porém emocionado, cívico, que cantava com orgulho seu passado, com confiança o seu presente e com otimismo seu futuro. Enfim, um velório que cantava a *Pátria* e o retorno de seu grande *herói.* (CORDEIRO, 2012, p. 65, grifo no original).

Existe uma referência clara ao momento que se representa como de fundação inicial da nação, que neste caso é tido como a Independência do Brasil. As comemorações do ano de 1972 tendem a fazer alusão entre os dois eventos, a Independência como primeiro momento fundador e o Sesquicentenário como segundo, trata-se do projeto de refundação nacional. Note-se neste ponto que era necessário reforçar o passado comum nacional, seus heróis e datas de comemoração cívica (Tiradentes, Independência, Proclamação da República). Até mesmo a sequência das datas em meio à comemoração do sesquicentenário tem uma lógica própria: inicia-se em 21 de abril e termina em 7 de setembro, com isso objetivava-se "uma associação entre as figuras de Tiradentes e D.

[12] Não nos deteremos mais nesse ponto devido a discussão sobre a primeira fase de disputa discursiva ultrapassar os objetivos estabelecidos para este trabalho.

[13] Como postulado por José Murilo de Carvalho: "Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos" (CARVALHO, 1990, p. 55).

Pedro I" (CORDEIRO, 2012, p.100). Esse movimento corresponde ao estabelecimento de uma linha de continuidade, em que a nação, seria resultado de uma evolução natural, que a conduz rumo ao progresso.

Como aponta José Murilo de Carvalho os governos militares estabeleceram através de lei em 1965, "Tiradentes como patrono cívico da nação brasileira", bem como a obrigatoriedade de colocar seus retratos em todas as repartições públicas (CARVALHO, 1990, p. 71). Justamente há o estabelecimento de um culto cívico às figuras consagradas como nacionais.

No momento em que imperam as disputas sobre o que é nacional sobressai-se a questão do inimigo, da necessidade de proteger a nação do outro/comunismo. Desse modo, existe apenas uma vontade no presente de que a nação sobreviva e isso é posto como justificativa para o estabelecimento de uma política de guerra.

Porém a necessidade de criar consenso social após o estabelecimento da Ditadura de Segurança Nacional resulta na construção de um todo simbólico em que os elementos constituídos como nacionais são revisitados. Segue-se disso que a apropriação sobre o que é nacional ocorre em favor da manutenção de dada ordem política. Neste sentido, cabe ainda ressaltar que a utilização da força simbólica do herói nacional não se restringia apenas ao regime, sua imagem também foi apropriada pelos opositores da ditadura (Ibid.).

O que ocorre é a necessidade da formação de novos cidadãos e a consequente legitimação dos regimes ditatoriais como defensores da nação. Trata-se da formação da juventude que estava crescendo em meio ao regime ditatorial, diferente daquela da década de 1960 componentes de uma geração "influenciada pelo comunismo", ou seja, uma nova cultura nacional deveria ser construída com referentes alternativos ao que tinha sido a cultura da década de 1960 (MARCHESI, 2011, p. 571). Esse movimento reflete a busca em um passado imemorial de elementos que deem sentido e que renovem o pertencimento dos indivíduos à nação e, mais que isso, que permitam delimitar o indivíduo que é membro da nação que participa de todas essas construções simbólicas e o não membro, aquele que possui uma "ideologia" considerada de fora.

De toda forma, trata-se de um processo de formação social, seguido de adequações disciplinares, que tinham por objetivo que todos os indivíduos fossem enquadrados em um modelo idealizado de nação. Retomando o conteúdo exposto por Comblin[14], sobre um dos objetivos nacionais brasileiros, o de "integridade nacional", pode-se extrair a seguinte definição:

> Consolidar toda a comunidade nacional (língua, ascensão moral, mistura racial e supressão das desigualdades sociais) graças a um espírito de solidariedade crescente entre todos os seus membros, sem preconceitos de qualquer natureza, com uma participação consciente e ativa no esforço comum para preservar os valores que caracterizam a personalidade cultural brasileira, tradicionalmente cristã (COMBLIN, 1978, p.51).

14 Comblin aponta para o resumo dos objetivos nacionais elaborado por José Alfredo Gurgel.

Quando evoca o "espírito de solidariedade crescente entre todos os seus membros" tem-se subliminarmente a questão da vontade, do consenso já esboçado por Ernest Renan. Entretanto, isso aparece aqui como uma tentativa de homogeneização dos membros da nação e reforça a ideia de vontade nacional presente na DSN.

O que extraímos da experiência da Ditadura de Segurança Nacional brasileira é a questão do processo constitutivo do que é concebido como nação. O nacionalismo apresenta novamente seu aspecto político, a ideia nação é construída a partir de um discurso que a precede. No primeiro momento, a DSN estabelece uma ideia de nação que é a base dos postulados da segurança nacional e no segundo momento é atribuído um conteúdo a essa ideia, ambos os momentos correspondem a uma série de construções políticas e simbólicas, o que nos demonstra a inexistência de naturalidade na ideia de nação proposta pela DSN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nação é apresentada como um ser, um organismo constituído e acabado, dotado de vontade. Dessa forma, a segurança nacional surge como instrumento para assegurar a sobrevivência da nação. No entanto, essa é uma falsa realidade à medida que a nação não existe por si só, ela é uma construção política e cultural. Sendo assim, qualquer determinação que exprima a vontade nacional como espontânea não é mais que um recorte dos interesses de um ou mais setores sociais, mas que não correspondem ao todo. A base argumentativa da Doutrina de Segurança Nacional está pautada na concepção da nação como existente *a priori*, como algo eterno e imutável.

A maneira pela qual o projeto de exaltação daquilo que se postulava como nacional obteve sucesso, foi justamente através da dupla determinação entre a vontade e o medo. Se por um lado, o passado nacional era revigorado e resinificado para legitimar os regimes ditatoriais, fazendo referência a um passado comum e a vontade nacional, por outro lado através da normatividade escolar e da repressão se excluíam todos aqueles que estivessem fora deste projeto, fazendo imperar assim o medo como constitutivo do grupo social. Neste sentido, o que melhor define a nação nestes casos é o postulado de Gellner, em que a unidade do grupo se dá justamente pela junção da lealdade, identificação e adesão voluntária a coerção e ao constrangimento.

A Doutrina de Segurança Nacional forneceu a base teórico-ideológica aos regimes repressivos estabelecidos no Cone Sul na segunda metade do século XX e também conferiu o alicerce necessário ao estabelecimento de um novo tipo de identidade nacional a esses países. A apropriação de símbolos constituídos como nacionais é recorrente em diversos momentos históricos e se trata por excelência de uma atividade política. O nacionalismo corresponde à disputa discursiva em que o projeto que obtém sucesso delimita o que é concebido como nação.

Por fim, buscou-se realizar uma exposição acerca de como se deu a relação entre a ideia de nação e a segurança nacional, seguida de exemplos do processo denominado

como "refundação nacional", porém, não se puderam examinar aqui todas as manifestações desse processo nos países do Cone Sul. Portanto, este trabalho não exclui futuras abordagens dessa temática, e constitui por outro lado, uma breve análise das circunstâncias em que foi construído o discurso da segurança nacional pautado na Guerra Fria.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** 5. Ed. Petrópolis: Vozes. 1989.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um herói para República. In: **A formação das Almas.** O imaginário da república no Brasil. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 55-73.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional:** O Poder Militar na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente:** as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFF, 2012.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964 A conquista do Estado:** Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

GAMA, André. **Nossos Males e seus Remédios**. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1963.

GELLNER, Ernest. Definições; Que é uma nação? In: **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993. pp. 11-20 e 85-98.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. pp. 47-65.

HOBSBAWM, Eric J.. **Era dos extremos***:* o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Nações e Nacionalismos desde 1780**: Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MARCHESI, Aldo. Uma parte do povo uruguaio feliz, contente alegre: os caminhos culturais do consenso autoritário durante a ditadura. Trad. Maria Brum In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários:** Brasil e América Latina, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. pp. 565-595.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985):** do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tomo I. Tese de

Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. (org.) **Cone Sul em tempos de ditadura**: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil***:* Entre o Povo e a Nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RAMOS, Plínio de Abreu. **Como Agem os Grupos de Pressão?** Cadernos do Povo Brasileiro, v. 20, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

RENAN, Ernest. ¿Qué es una nación? In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). **La invención de la Nación**. Buenos Aires: Manantial, 2000. pp.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções Criadoras: as Identidades Nacionais. **Anos 90**. Porto Alegre, n.15, 2001/2002.

WASSERMAN, Cláudia. O império da Segurança Nacional: o golpe de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César A. B. (Orgs.). **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp. 27-44.

Recebido: 22/6/2017

Aceito: 2/10/2017

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS QUILOMBOS, SUAS ROÇAS E SEUS CONFLITOS NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO (1839-1878)

BRIEF CONSIDERATIONS ABOUT THE QUILOMBOS, THEIR PLANTATIONS AND ITS CONFLICTS IN THE PROVINCE OF MATO GROSSO (1839-1878)

José Walter Cracco Junior[1]

RESUMO: Este trabalho preza pela interpretação dos quilombos para além de lugares de resistência negra, indígena e de fugitivos da lei. Temos a intenção de apresentar os sujeitos operantes desse local como protagonistas de suas próprias histórias em que por meio de plantações, pequenos roçados e roças, rotas de solidariedade e assaltos a vilas, proporcionavam o florescimento de uma vida nestes espaços e se faziam serem temidos pelos condutores da "ordem" por conta de sua autossuficiência ou mesmo pela busca por ela. Assim, nossas breves reflexões, estão pautadas na leitura de alguns documentos possibilitadores de tais interpretações, além dos referenciais teóricos que nos tangenciaram nesses olhares sobre as fontes.

PALAVRAS CHAVES: Quilombos, Roças, Resistência.

ABSTRACT: This text presents an interpretation of the quilombos that goes beyond seeing them as places of black, indigenous resistance or flight of the Law. We intend to show the inhabitants of the quilombos as protagonists of their own stories through the raising of small crop plantations, routes of solidarity and house robberies in villages. Activities such as these provided the flourishing of life in these spaces and they reached to be feared by operators of "order", because their self-sufficiency, or at least the search for it. So, our brief reflections are based upon close reading of documents that enable such interpretations, in addition to the theoretical literature that oriented our perspectives on the sources.

KEY-WORDS: Quilombos, Plantations, Resistence.

INTRODUÇÃO

> Os defensores da ordem estabelecida tendem a qualificar as ideias "subversivas" de impraticáveis e irrealistas, o que aliás não os impede de combatê-las com um ardor que só se justifica pelo medo de que elas possam ser realizadas a qualquer momento (JERZY SZACHI, 1972, p.4).

[1] Graduando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas - UFMS/CPTL. Email: ze_ufms@hotmail.com

Jerzy Szachi tem toda razão quando diz que o medo move a repressão dos defensores da ordem contra os autores das ideias ditas subversivas, neste caso, os oprimidos por eles. Porém, por serem oprimidos esses sujeitos não deixam de falar, ou mesmo sussurrar. Ainda na condição em que, muitas vezes não escrevam/formalizem sua história no papel; são justamente os opressores que a escrevem. Assim, percebemos a necessidade de narrar a história com a lupa voltada a esses sujeitos.

O nosso *locus* neste estudo é o quilombo seguido dos roçados. Desta forma, este artigo tem por intuito proporcionar uma breve abordagem dos quilombos, apresentando os seus conflitos com o poder provincial e a sua relação com alguns "sujeitos ilustres" que, de maneira direta ou indireta, os cadenciava. Assim como abordar os roçados e o comércio desenvolvido pelos quilombos, ou melhor, pelos agentes sociais presentes nos quilombos na província de Mato Grosso entre os anos de 1839-1878.

O recorte temporal que realizamos se justifica a partir das fontes[2] que encontramos para compilar este trabalho. Além disso, mesmo sendo um marco que quase atravessa todo período imperial, no caso de Mato Grosso oitocentista, não encontramos tantas fontes, aliás, encontramos espalhadas em tais temporalidades elencadas acima. Portanto, se faz necessário estender os anos para que possamos investigá-las mais a fundo e suprir, por vezes, as falésias das documentações.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS QUILOMBOS E SEUS SUJEITOS NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

No início das investigações logo nos deparamos com as principais dificuldades que o tema engloba: encontrar as fontes que narram esses quilombos no Império, assim como, os referenciais teóricos que tratam de maneira pujante este contexto histórico, sobretudo em Mato Grosso oitocentista.

Nesse sentido, Symanski (2011) nos oferece algumas pistas como o nome de alguns quilombos encontrados na província de Mato Grosso, dentre eles o quilombo da "Serra Azul", "Bicho", "Guaiá-Guaiá". Além disso, conta-nos a respeito de pequenos quilombos encontrados na região do Rio Manso, Casca, Roncador e Jangada. Assim, mesmo com seu trabalho lançando luz a esses quilombos podemos perceber que este cuida somente de dizer os nomes, porém nos propicia indícios de que os quilombos estiveram lá. Para tanto, isso é de grande ajuda, uma vez que precisamos nos debruçar em cada vestígio encontrado nas fontes e passagens de alguns pesquisadores, pois cuidam de nos apresentar um norte para nossas reflexões, sobretudo possíveis locais onde estas fontes estão.

[2] Cabe observar que o contato com as fontes trabalhadas neste artigo derivou do trabalho de digitalização de parte de documentos, entre os anos de 2009 a 2015, coletados no Arquivo Público de Mato Grosso, por bolsistas, mestrandos da UFGD e de iniciação científica, da UFMS, Campus de Três Lagoas, envolvidos nos projetos do Curso de História, sob orientação da profa. Dra. Maria Celma Borges. De 2009 a 2011 o projeto teve o financiamento da FUNDECT.

Deste modo, é pertinente encará-los como porta-vozes de um conhecimento histórico que, como sabemos, necessita ser estudado, sobretudo por conta do papel que o comércio, de qualquer expressão, e as roças desempenharam na vida efetiva dos quilombos e quilombolas mato-grossenses. Dito de outra forma, considerando que "os quilombos desenvolveram práticas econômicas integradas às economias locais" (GOMES, 2005, p.382), isso nos possibilita pensar os roçados existentes dentro dos quilombos, pois foi a partir deles que se produzia parte dos alimentos necessários para consumos dos próprios quilombolas e o excedente poderia ser comercializado nas fazendas da redondeza, nas pequenas feiras da cidade, nas quitandas, enfim, em qualquer lugar incumbido de vender ou barganhar gêneros alimentícios.

O período colonial nos ajuda a pensar os quilombos sendo geradores de suas próprias existências, vivências, resistências, enfim, da sua autonomia, como sugere Volpato (1996). Não queremos com isso dizer que os quilombos são semelhantes em tempos diferentes, muito pelo contrário, se configuram como diferentes devido as questões políticas, regimentos internos, formas como os governos provinciais tratavam à ameaça dos quilombos, entre outros fatores. Todavia, mesmo com suas diferenças Volpato nos alerta que os quilombos "mantinham algumas características gerais" (1993, p.183), principalmente quando consideramos que:

> A formação dos quilombos significou muito mais do que apenas escravos fugindo para as matas e tentando escapar das perseguições. Escolhiam locais para se estabelecer, procuravam dominar florestas, reinventaram práticas econômicas e tentavam contato com outros setores da sociedade com os quais pudessem ampliar suas bases econômicas (GOMES, 2005, p.154).

Nesse âmbito, a cargo de exemplo, podemos mencionar o quilombo do Quariterêque conforme Volpato (1996), foi autossuficiente por si só na Colônia conseguindo resistir a algumas bandeiras montadas para lhe destroçar até 1795, quando foi extinguido. Diferente do Quariterê que não conseguiu chegar até o Império, o quilombo do rio Sepotuba, segundo Symanski, "foi o de maior longevidade na história de Mato Grosso, tendo sido formado ainda no período colonial" (2011, p.243), servindo ainda de abrigo para soldados desertores no período da Guerra do Paraguai. De tal forma, podemos aquilatar nossa compreensão e perceber que os espaços dos quilombos foram ocupados também por "livres pobres, desertores, criminosos e cativos marginais ao sistema escravista" (VOLPATO, 1993, p.184). Além, é claro, de povos indígenas.

À vista disso, entendemos que a pesquisa histórica deve ir ao encontro dos sujeitos presentes nestes espaços, pois além dos quilombos, das roças existirem, existem, pois, mulheres e homens, sejam brancos, negros e indígenas que as construíram e as cultivavam nestes espaços. Assim, como nos disse Marc Bloch (2001), o historiador deve farejar o homem nos acontecimentos históricos. Ousaríamos e diríamos que devemos farejar o homem e a mulher. Portanto, estamos imbuídos de entender os acontecimentos a partir de sujeitos protagonistas de suas próprias histórias, uma vez que ao fugirem de seus senhores e senhoras e chegarem aos quilombos, ou mesmo formarem esses quilombos, já estariam, mesmo que de maneira instintiva na luta pela sobrevivência, deixando pegadas de sua história.

Isto posto, entendemos que as histórias dessas pessoas não podem ser ignoradas, até mesmo deixadas serem enterradas aos esquecimentos e ao renegar desses sujeitos pelas

autoridades imperiais. Devemos, como nos disse Benjamin (1987), escovar a história a contrapelo, neste caso, remanejar este entulho que foi jogado sobre esses sujeitos como "sem razão de ser",[3] tratados à margem, em que as expedições/bandeiras, poderiam simplesmente destroçá-los, como dito num ofício que ordenava que "80 praças municiados e armados sob o comando do capitão Luciano Pereira de Souza, acompanhado do Tenente Justiniano Cândido da Cunha Barbosa e mais alferes de confiança sigam para bater o quilombo".[4]

À vista disso, devemos também perceber que o que compreendemos desses sujeitos foi relatado pelos letrados que atendiam a classes dominantes da sociedade imperial, seja de representantes do poder central enviados às províncias ou homens fortes do poder municipal, mais precisamente os grandes proprietários de terras[5]. Por conta disso, não podemos nos limitar às correspondências oficiais sem uma análise crítica, devemos ser cautelosos ao ler as fontes e ir problematizando os discursos deslegitimadores que o poder central tentava impor sobre esses sujeitos. Mais do que isso, perceber de que modo esses documentos eram produzidos e a quem se destinavam, quem se beneficiava deles. Como, por exemplo, por que o presidente da província de Mato Grosso, Estevão Ribeiro de Rezende, em 31 de maio de 1839, ordenava que o Sr. Capitão Joaquim da Silva Prado cuidasse de reunir informações sobre um quilombo que, de conhecimento do governo, se situava na região do Rio Manco, perto da fazenda Curral dos Veados, essa, pertencente ao Capitão?[6]

Ora, a resposta pode parecer óbvia, já que poderíamos dizer a que interessava ao Capitão a extinção do quilombo, pois este ficava perto de suas terras e poderia lhe causar tormentos, como já acusado pelo Presidente na correspondência. No entanto, uma questão nos intrigou: não encontramos respostas do dito Capitão ao Presidente da Província afirmando o cumprimento de suas ordens, muito menos informações que o dito quilombo teria sido "destroçado" pela expedição. Por consequência, isto é cabível de algumas interpretações como a não execução das ordens ou execução parcial, pois, como poderíamos saber se o próprio Capitão não se beneficiava com o quilombo? Seja no sentido de mão de obra[7] ou no fornecimento de gêneros alimentícios? Como men-

3 Este termo é utilizado por Maria Sylvia de Carvalho Franco em sua obra "*Homens livres na ordem escravocrata*". Não concordamos com tal afirmação da autora, uma vez que entendemos que não há como afirmar que tais sujeitos históricos, os negros e escravos, não tinham razão de ser. Muito pelo contrário, tem toda razão de ser, mas na visão do colonizador, imbuídos de seus princípios, acabavam "não tendo", muito para justificar o mecanismo da escravidão.

4 DOCUMENTO 253 – EST.08. Ofícios reservados do Presidente da Província de Mato Grosso (1871-1878)

5 Neste momento lembramos das reflexões de Luiz Felipe de Alencastro (1997) sobre os conflitos e jogos de interesse entre público e privado.

6 Província de Mato Grosso: registro de correspondência oficial com o interior da província, 1838 - 1839. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, doc.56 e.5, 4393.

7 Considerando que os quilombos abrigavam, em sua maioria, escravos fugidos, estes, segundo Wissenbach (1998), não estavam isentos de serem contratados para prestar serviços remunerados. Nesse sentido, os quilombolas, assim como desenvolviam suas redes comerciais pelas fazendas, sitos e chácaras vendendo gêneros alimentícios, poderiam, ao mesmo tempo, negociar sua mão de obra, dado que muitos dos negros eram hábeis em tarefas como carpintaria, marcenaria, construções, ferreiros, enfim. Assim, levantarmos tal indagação pode nos ajudar a pensar algumas ações de Joaquim da Silva Prado como, por exemplo, uma possível simpatia aos aquilombados, ou mesmo as respostas não dadas ao presidente da Província.

cionado no documento, Joaquim da Silva Prado tinha escravos e esses precisavam ser alimentados.

Nossas suspeitas aumentam quando arrolamos uma correspondência de tempos antes,19 de agosto de 1829, do vice-presidente da Província de Mato Grosso Jerônimo Joaquim Nunes ao Capitão Joaquim da Silva Prado lhe informando de uma expedição que estava sendo organizada e enviada contra os índios de Mato Grosso e este teria que dar os devidos suportes e encaminhar o "trilhador" para o rumo dos "gentios". Todavia, o envolvimento do Capitão, novamente se dá, pois, os "gentios que fizerão hostilidades na tropa do capitão José Coelho Lopes" estão "na vizinhança do engenho do referido capitão".[8]

Isto posto, podemos perceber que a implicação do capitão nas expedições pode se dar não por conta de incômodos, embora os índios e negros já lhe tenham causado segundo os discursos do Presidente e Vice, mas por conta da proximidade de suas terras com o quilombo ou mesmo com a localização dos povos indígenas – tratados como pragas que "infestão a estrada".[9]

Além disso, numa outra correspondência deste mesmo livro encontramos o vice-presidente da Província André Galdiz Luz, em meados de 13 de fevereiro de 1830, pedindo providências ao Capitão Joaquim da Silva Prado acerca dos indígenas e dizendo que estava enviando mais homens para expedição[10]. À vista disso, nos surge outra inquietação: porque o Capitão estava sendo cobrado por providências?

Para tal questão, é cabível enxergar que as ordens anteriores não estavam sendo cumpridas em sua totalidade, ou então as expedições poderiam estar fracassando, quiçá, por conta do não apoio empenhado do Capitão e apenas este estar servindo de apoio logístico as empreitadas, como acusa o Tenente José Theodoro de Araújo ao descrever os detalhes da bandeira que seguia para destruir os "gentios". O Tenente aponta os caminhos que a expedição deveria seguir passando por fazendas e paragens que lhes servia de reforço. Nessas paragens se incluía a fazenda do Capitão Joaquim da Silva Prado. Assim, dizia o Tenente:

> A marcha deve ser com cautela indagando as diferentes braças, que se encontrarem a direita, e a esquerda do dito rio águas acima, porque nestas paragens já é morada dos gentios, chegando porém a expedição ao lugar em que já não haja navegação para as canoas, e que não tenha tido encontro do gentio na sua marcha até aquele ponto mandará o Sr. Tenente José Theodoro de Araújo procurar dali a barra do rio Parnahiba, que desagoa no de S. Lourenço, e conhecida que seja mandará uma escolta de 30 a 40 homens dos mais suficientes seguir pela margem do Parnahiba até o Alecrim, e dali até o Engenho do Capitão Joaquim da Silva Prado aonde receberá algum municio, que lhe for preciso, voltando a reunir-se e ao alojamento.[11]

---

8 Livro 21 – EST. 05. 7407. Registro de Correspondência da Presidência da Província às Autoridades Provinciais (1829 a 1831). Cuiabá, 19 de Agosto de 1829 – Jerônimo Joaquim Nunes.

9 Livro 21 – EST. 05. 7442. Registro de Correspondência da Presidência da Província às Autoridades Provinciais (1829 a 1831). Instruções ao Tenente José Theodoro de Araújo na diligência que foi contra os índios.

10 Livro 21 – EST. 05. 7424. Registro de Correspondência da Presidência da Província às Autoridades Provinciais (1829 a 1831).

11 Livro 21 – EST. 05. 7442. Registro de Correspondência da Presidência da Província às Autoridades Provinciais (1829 a 1831). Instruções ao Tenente José Theodoro de Araújo na diligência que foi contra os índios. Cuiabá, 14 de julho de 1830.

Levando em consideração o arrolamento desses documentos, juntamente com uma análise heurística, estamos tentando sondar o envolvimento ou mesmo alguma forma de simpatia do Capitão Joaquim da Silva Prado aos agentes negros e indígenas da Província de Mato Grosso nos oitocentos. Nesse sentido, ansiamos por buscar respostas nessas fontes, pois, muitas vezes elas se cruzam, mesmo que indiretamente.

Mesmo que não encontremos as respostas, podemos buscar entender o porquê elas não se configuram como respostas, ou melhor, porque muitas vezes são silenciadas quando perguntadas sobre tais questões, por exemplo. Assim, não queremos julgar os acontecimentos, ou a figura do Capitão, pois, não cabe ao historiador julgar (BLOCH, 2001), mas sim compreender os acontecimentos históricos à luz de seu passado, e com as questões que lhe incomodam no presente, almejando tocar a vivência subjetiva dos sujeitos, sejam eles considerados ilustres ou não.

Assim sendo, não seria utópico ou espantoso o Capitão Joaquim da Silva Prado simpatizar, mesmo que indiretamente, com os negros, negras e povos indígenas. Azevedo (1987) nos aponta que essa prática ocorria em outros lugares do Império, em sua abordagem na Província do Maranhão oitocentista ao observar que:

> Alguns quilombos da região de expansão algodoeira do Maranhão cultivavam também este produto e vendiam-no aos fazendeiros, recebendo em troca ferramentas, armas e tecidos. Os proprietários, por sua vez, aceitavam estas relações de comércio e, fosse por medo dos negros ou por simpatizar com tais vizinhos (AZEVEDO, 1987, pp.45-46).

Estes atos de simpatia/negociação iam totalmente contra a legislação e o padrão social estabelecido de relação entre brancos e negros, pois as autoridades Provinciais temiam que esses espaços se transformassem em uma "sociedade na sociedade" (AZEVEDO, 1987). Assim, se articulavam as coerções a estes espaços – o que não impedia que novos quilombos fossem construídos a partir da destruição de outros.

Michel Foucault (1999) salientou que desde o século XVII se criaram fortes padrões de ordem no Ocidente estabelecidos a *priori* aos sujeitos, podendo ser entendidos como ordens existentes dentro da cultura de uma sociedade que, segundo o autor, cuidam de manter o controle e reprender qualquer ameaça de desordem, pois a própria desordem prenuncia um princípio de ordem.

Partindo dessa reflexão, o que podemos compreender sem dúvidas, é o interesse do governo em manter a ordem e, para isso, seria necessário "destroçar" os quilombos, capturar os negros e negras fujões para devolvê-los aos seus senhores, aniquilar os perigos que estes espaços causam a sociedade e, sobretudo, liberar as ameaças que rondavam as estradas com as rotas de aquilombados (GOMES, 2005). De tal modo, apreendemos que os vários quilombos de Mato Grosso enfrentavam amplas coerções das Bandeiras e outras empreitadas, isso porque segundo Volpato, "vencendo quilombos, o governador vencia um inimigo antigo e temido" (1996, p.225).

A fala do Presidente da Província Estevão Ribeiro Resende é bem sugestiva quanto a isso:

> Convemfazel-os [os quilombos] bater e destruir. Estas reuniões de escravos fugidos são más não só pelos prejuízos que occasionão a seos donos, mas também pelo perigo da segurança da vida e

> fasenda dos póvos e finalmente pelo alento que dão a fuga de outros escravos a quem oferecem guarida[12](Apud Volpato, 1993, p.186).

Todavia, mesmo com os mandos para destruição de quilombos "os senhores de escravos e as autoridades em Mato Grosso, tanto no período colonial como na etapa nacional, tiveram que conviver com os quilombos" (VOLPATO, 1993, p.184). Além do medo dos quilombos, somamos aqui as contribuições de Azevedo que nos alerta para as fugas dos negros e negras tendo como ponto final os quilombos. No entanto, até chegarem a esses espaços, precisavam sobreviver e, para tanto, muitos "saqueavam cidades e vilas" (AZEVEDO, 1987, p.206).

Além das cidades e vilas assaltadas pelos negros fujões, as fazendas, sítios e pequenas propriedades também eram assaltadas por esses e pelos quilombolas. Na região do Cuiabá o medo tomava conta dos moradores, pois

> Os habitantes do quilombo de rio manso se aproveitavam da melhor forma que puderam. A condição dos habitantes das redondezas era de medo, e as guarnições militares não se encontravam em situação de socorrer os sitiantes. Conhecedores das vantagens de que desfrutavam, os quilombolas procuravam usufruir delas o máximo que podiam (VOLPATO, 1993, p.187).

Muito por conta desse medo/pânico e também pela ameaça real que rondava as estradas, as autoridades se viam pressionadas a andarem armadas e sempre alertas para qualquer sinal de desordem. Podemos notar isso desde o Mato Grosso colonial, contexto em que,

> [...] como huns e outros pelas estradas, que costumaõ cursar [experimentam] [?] silladas de seos inimigos esperando-os para os matarem por serem todas cheyas de matos, a donde se escondem fazendo o mesmo os escravos fugidos, que unidos em Quilombos roubam, e mataõdespensareis com alguns dos sobre dittoseviandantes [...]trazerem pistollas nos Coldres para se defenderem [...] poderaõ levar pelas estradas aonde se fazem precizas para a sua deffença.[13]

Com tais características, vemos uma Província que como as demais, travava incessantes batalhas contra os negros e negras, povos indígenas, ou a qualquer pessoa que se aliasse a esses "criminosos" pelo olhar imperial. Nesse sentido, as leis e os códigos de conduta existiam e deviam ser seguidos, porém observamos escravos que lutaram por seus espaços de autonomia dentro dessa sociedade escravocrata e a formação de quilombos é um afronte tremendo aos homens da lei.

Sem dúvidas, tratar da história desses agentes históricos é perceber ainda uma contravenção do mando senhorial que lhes era imposto, é apreender o desmando, o afronte, mostrar a resistência, nem que para isso suas vidas fossem levadas. Por fim, é olhar que esses sujeitos têm vozes e elas precisam ser escutadas, interpretadas e escritas, pois o historiador, diferente do cronista, deve cuidar de explicar esses episódios da história (BENJAMIN,

12 Discurso do Presidente Estevão Ribeiro Resende, 1840.

13 Provisão expedida pelo Conselho Ultramarino ao Governador Rodrigo Cezar em 13 de agosto de 1725 – sobre se aprovar haver dado licença a algumas pessoas para trazerem pistolas pelos caminhos, e permitir continuem não se levando emolumentos, as partes pelos despacho[s]. In: Documentos Régios: 1702-1748: Códice n. 1 da Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso / estudo introdutório Maria de Fátima Costa; transcrição paleográfica Luzinete Xavier de Lima. - Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2013.

1987). E nestes episódios da história, as roças também são protagonistas, dado que, a partir delas os quilombolas retiravam a existência e os mecanismos de troca, por exemplo.

Porquanto, se faz necessário explorar ainda mais essa temática, uma vez que a entendemos como pedra angular na vida efetiva dos quilombos. Isso porque os quilombos no Brasil, segundo Gomes (2015), não tiveram um caráter de isolamento à sociedade, eles estiveram longes e presentes ao mesmo tempo; muitos se formando aos redores das cidades e outros mais afastados, mesmo assim, não os impedia de ter contatos direitos e indiretos com a sociedade. E, sem dúvidas, a "economia quilombola" era o elo de ligação entre quilombos e sociedade (GOMES, 2015, p.19).

UMA BREVE ANÁLISE DAS ROÇAS NOS QUILOMBOS E EM SEUS ARREDORES

Entendemos que a roça é "o local destinado à produção de alimentos: arroz, feijão, milho, mandioca" (SECRETO, 2005, p.408). Todavia, "o termo roça procede da operação que antecede a preparação do terreno para o cultivo, o roçado. O roçado é a operação realizada quando se trata de derribar a mata" (SECRETO, 2005, p.409). Está prática de derrubada da mata para o cultivo é utilizada desde as primeiras décadas de colonização lusa na América (LINHARES, 1979). Porém, não é exclusiva dos senhores de terras já que os quilombolas também limpavam o mato para cultivar roças. Assim, vemos que a prática de cultivar roças também transcendia aos espaços de dominação senhorial, outrossim estavam muitas vezes nele imerso, como observado por Reis e Silva (1989) ao discutirem a na brecha camponesa, por exemplo. Neste viés, percebemos que os negros e negras que fugiam para quilombos lançavam mão de cultivar seus gêneros alimentícios nesses espaços, tanto para autossuficiência quanto para comercialização/troca.

Ao analisar a correspondência[14] enviada a Joaquim da Silva Prado em 1839, percebemos que o Presidente da Província Estevão Ribeiro de Rezende cuidando de recomendar os pontos principais a serem observados na rotina do quilombo para facilitar a destruição do mesmo, descreve algumas práticas que os escravos fugidos presentes naquele quilombo realizavam, dentre elas a derrubada e queimada de matos para plantarem suas roças.[15]

Por esse ângulo, podemos perceber evidências históricas que nos proporcionam pensar a existência de roças nos quilombos, sobretudo a função que elas desenvolviam na vida efetiva dessas organizações, fornecendo gêneros alimentícios, especialmente quando se atravessava um período de luta contra toda e qualquer investida do poder provincial, sendo que era arriscado procurar comida pela mata ou ir até os rios, sob ameaça real, por exemplo. Flávio Gomes (2015) ainda nos alerta que por conta da escassez de alimentos no

[14] Província de Mato Grosso: registro de correspondência oficial com o interior da província, 1838 - 1839. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, doc.56 e.5, 4393.

[15] Neste momento, agradecemos as contribuições da Prof.ª Maria Celma Borges em seu trabalho "As roças e as suas frestas em Mato Grosso: entre a Colônia e o Império", pois, foi a partir deste que tivemos contato com essa fonte histórica, bem como à algumas discussões aqui lançadas.

período, as expedições que iam contra os quilombos tinham a intenção de destroçá-los, bem como se apropriar de suas produções agrícolas. Assim, podemos, mais uma vez, notar a expressão que a agricultura quilombola representava ora fornecendo alimento e moeda de troca para os quilombolas, ora sendo fruto de desejo de autoridades provinciais.

Ainda nessa correspondência notamos a presença de plantações e roças aos redores do dito quilombo e pelo descrito entendemos que são pequenos espaços de cultivos, "[commodidades] necessárias para a subsistência".[16] Mas, não por serem pequenas deixaram de ser vitais a aqueles moradores, pois lhes fornecia o sustento diário, ou mercadoria para conseguir suprimentos que necessitavam. Além disso, esses pequenos proprietários de sítios e chácaras, poderiam criar vínculos com os escravos aquilombados, gerando "redes de proteção e solidariedade" (GOMES, 2005, p.154).

Ribeiro e Pereira (2009) assinalam que os quilombolas também comercializavam suas mercadorias no âmbito das tavernas e no núcleo citadino. No caso de Mato Grosso oitocentista, no âmbito desse estudo, ainda não encontramos vestígios de negociações diretas entre quilombolas e núcleo citadino, o que percebemos a partir dos relatos, muito de forma subjetiva pelos documentos, é que ocorriam possíveis negociações com os fazendeiros e a criação das redes de solidariedade para poderem se proteger e se fortificar. Portanto, iremos continuar vasculhando as correspondências, ofícios, cartas, enfim, em busca dessas evidências históricas que nos ajudam a pensar essa negociação direta entre quilombolas e comerciantes urbanos.

Para tanto, também podemos considerar os apontamentos de Alencastro (1997) quando diz que o trajeto do ouro vindo de Goiás e Mato Grosso contribuíram para o surgimento de fazendas, vilas e roças, estas últimas que tanto nos interessam. Assim, iremos apreender essas fontes que cuidam do referido trajeto com o intuito de encontrar narrativas sobre as roças. Nesse sentido, este trecho do trabalho mesmo que de maneira breve, tentou lançar luz a uma discussão que precisa ser mais latente para, desta forma, entendermos melhor como os negros aquilombados utilizavam o mecanismo dos roçados para além da sua autossuficiência.

Por fim, mas não menos importante, levamos em consideração os apontamentos de Borges (2015) no que concerne aos avanços no campo de pesquisa sobre as roças e os roceiros, porém, ainda pequenos se comparado com a dimensão que esses espaços e agentes representaram na História de nosso país. No entanto, todo avanço no sentido de narrar a história dessas pessoas é bem-vindo, uma vez que "o cultivo das roças naquele momento histórico indica a produção da vida" (BORGES, 2015, p.15).

ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES

Após as reflexões expostas neste trabalho, assumimos logo de início, a dívida insolvente que o historiador tem para com o conhecimento histórico na medida em que não

[16] Idem.

conseguimos reconstruir o passado, pois ao menos sabemos se ele já esteve construído, podemos nos aproximar, por meio dos vestígios e dos documentos do que, de alguma forma, um dia foi (RICOEUR, 1997).

Destarte, investigar os quilombos e as roças é sempre um desafio, porém é instigante, uma vez que encontramos contradições nas fontes, ora nos guiando a um entendimento sobre tal acontecimento, ora desmontando todo esse entendimento que construímos com perguntas. Assim, acabam gerando o desejo do saber e as inquietações se configuraram como pedras angulares nessa empreitada de apreender os quilombos e suas roças.

No bojo desse trabalho pouco podemos concluir, mas muito podemos refletir. Nos resta ainda muitas inquietações no que diz respeito a vida efetiva dos quilombos e quilombolas ligados a Província de Mato Grosso oitocentista. Assim, este trabalho foi um compilado de algumas delas e um prenúncio que podem surgir mais.

REFERÊNCIAS

ALESCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: **História da vida privada no Brasil: Império.** (Org) ALESCASTRO, Luiz Felipe de. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. In: **Obras escolhidas**; volume 1. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BORGES, Maria Celma. **As roças e as suas frestas em Mato Grosso**: entre a Colônia e o Império. (NO PRELO)

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES. Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**:mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Editora UNESP: Editora Polis. 2005.

_____. Quilombo. In: Márcia Motta (Org.) **Dicionário da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LINHARES, Maria Yedda. A limitação do mercado interno: colônia e metrópole. In: **História do abastecimento:** uma problemática em questão (1530-1915). Brasília: Binagri, 1979.

SECRETO, Veronica. Roça. In: Márcia Motta (Org.) **Dicionário da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SYMANSKI, Luis Claudio Pereira. Quilombos. In: JESUS, Nauk Maria de (org.). Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial. Cuiabá/MT: Carlini&Caniato, 2011.

SZACHI, Jerzy. **As utopias**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1972.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito –** A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio:** história do quilombo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

RIBEIRO, Gladys Sabina. PEREIRA, Vantuil. O primeiro Reinado em revisão. In: **O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831.** (Orgs.) Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão –** Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Editora Marco Zero, Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

_____. Quilombos em Mato Grosso-Resistência negra em área de fronteira. In: **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil.São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas:** escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

Recebido: 15/5/2017
Aceito: 10/7/2017

DIREITO OU DISCURSO? REFLEXÕES SOBRE O "SONHO" DA CASA PRÓPRIA NO BRASIL E EM FORTALEZA-CE (1930-1974)

RIGHT OR SPEECH? ANALYSIS ABOUT THE "DREAM" OF HOME-OWNERSHIP IN BRAZIL AND IN FORTALEZA (1930-1974)

Angerlania da Costa Barros[1]

RESUMO: Este artigo aborda a construção ideológica e política do ideal ou "sonho" da casa própria no Brasil e de como isto influenciou e tornou-se um discurso do governo municipal de Fortaleza, ao realizar a remoção da favela Arraial Moura Brasil durante a década de 1970. Pretendemos entender como os poderes (federal, estadual e municipal) políticos criaram um discurso providencialista em torno de um dos direitos humanos, a moradia, e passaram a utilizá-lo enquanto um instrumento de convencimento da população pobre, a fim de que ela acreditasse que as políticas habitacionais preocupavam-se em garantir este direito a todos. Para tanto,utilizamos publicações dos jornais *O Povo* e *Correio do Ceará*, bem como relatórios municipais de Fortaleza acerca da retirada do Arraial Moura Brasil, contrapondo estes discursos oficiais com as falas de alguns moradores chamados de "removidos".

PALAVRAS-CHAVE: Moradia. Política habitacional. Exclusão.

ABSTRACT: This article seeks to reflect on the ideological and political construction of the ideal or "dream" of own house in Brazil and how it influenced and became a discourse of the municipal government of Fortaleza, when carrying out the removal of the "favela" Arraial Moura Brazil during the 70's. We intend to understand how the government (federal, state and municipal) powers created a providential discourse around one of the human rights, housing, and began to use it as an instrument of convincing the less well-off population, to That they believed that housing policies were concerned with securing this right for all. In this context, we used old publications from local newspaper (O Povo and Correio do Ceará) and also local documentations from Fortaleza about the removal of the community Arraial Moura Brasil. In opposite this documentation we used the relat comes from local cityzens called "removidos".

KEY-WORDS: Dwelling; Housing state policy; Exclusion.

O INSTRUMENTO E A RECOMPENSA: A CASA PRÓPRIA COMO MUDANÇA

Com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do país, em 1930, a problemática sobre a moradia assumiu novos contornos, pois, até então, não existiram programas nacionais de construção de casas populares. Para o arquiteto e urbanista Nabil Bonduki, no

[1] Mestranda em História pela Universidade Estadual do Ceará/UECE. e-mail: angel_htaa@hotmail.com

Governo Vargas, a habitação foi encarada como um [...] *elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador e, portanto, decisiva na criação do "homem novo" e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política* [...] (BONDUKI, 1998, p. 73).

De acordo com as ideias de Alfredo Bosi, em *Dialética da Colonização*, Getúlio Vargas acreditava no [...] *princípio de um Estado suficientemente forte para mediar tanto os conflitos entre os setores das classes dominantes como as tensões entre estas e os trabalhadores* [...] (BOSI, 1992, 288).Dessa forma, Vargas atuava como coordenador e disciplinador dos interesses coletivos em todos os setores sociais, econômicos e políticos.Para nós, isto explica o porquê de se planejarem medidas mais organizadas para resolver a questão habitacional, principalmente, a habitação popular, ou melhor, a habitação do trabalhador.

A provisão de casas aos pobres foi apenas um aspecto de sua atuação. Possibilitar uma moradia ao trabalhador envolvia, simultaneamente, agraciar o interesse pessoal do operário e aumentar o controle de seus patrões e do próprio Estado sobre eles, na medida em que os trabalhadores "andariam na linha" por medo de perder o emprego e a casa. Para o sociólogo Sergio de Azevedo (1988), as medidas habitacionais no Governo Vargas não primavam pelo beneficiamento das populações pobres, mas sim pela obtenção de apoio delas ao novo presidente. Em outras palavras, o principal objetivo da primeira intervenção do Estado no problema de habitação no país era conseguir a adesão de trabalhadores ao novo regime:

> A partir dessa época (1930), as políticas públicas voltadas para os setores populares visam também aumentar a margem de legitimidade do Estado. As primeiras intervenções públicas na área de habitação popular inserem-se nesse contexto e têm fundamentalmente como objetivo mostrar às populações urbanas de baixa renda a preocupação do governo com seus problemas (AZEVEDO, 1988, 107).

Uma das formas de alcançá-los foi através de um ideal (criado pelo Governo), destinado aos trabalhadores urbanos assalariados, em torno das vantagens de se ter uma casa própria. O ideal serviu como uma forma de Vargas se aproximar mais de seu principal público-alvo – o trabalhador. Para Bonduki (1988, 86), esse ideal da casa própria e as políticas habitacionais eram destinados aos trabalhadores urbanos assalariados, porque era sobre eles que o regime se apoiava. Em resumo, os operários não morariam mais em um lugar alugado e ainda se tornariam proprietários de suas casas, logo, eles veriam o quanto "o pai dos pobres" preocupava-se com eles e com a ascensão social deles. Segundo Aragão (2010, p. 17), [...] *a habitação foi peça importante no discurso conservador que pregava a importância do trabalhador em tornar-se proprietário de sua moradia e da estabilidade social que a política habitacional poderia promover* [...]. A autora comenta sobre o uso desses programas também como forma de evitar contestações dos trabalhadores contra o Estado.

Entretanto, nosso foco não é analisar o ideal em si ou os seus objetivos, mas compreender o que representava para os brasileiros ter uma moradia própria. Segundo Dilvo Peruzzo (1984), foi a partir desse ideal que a casa própria passou a ser um objeto de desejo dos trabalhadores. Pois, como comenta Bonduki (1998), a casa não representava apenas

um local de segurança familiar, mas promovia tranquilidade em relação à instabilidade do morar de aluguel e, sobretudo, conferia *status*, uma ascensão social:

> A casa representava a segurança de um abrigo permanente; a garantia de morar, a médio prazo, praticamente a custo zero; a possibilidade de conferir uma renda extra com a sublocação de cômodos no lote; a perspectiva concreta de entesourar, acumular – não de enriquecer, mas de dispor de um bem de valor muito mais alto em relação ao preço do trabalho assalariado. Ela permitia, ainda, amoldá-la aos desejos da família [...] (BONDUKI, 1988, p. 309).

Se possuir uma moradia já era almejado pelas famílias do país, imaginar-se com este sonho realizado (devido à política varguista) fez as esperanças aumentarem. Embora os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP)[2] não tivessem efetivado uma política habitacional, o que parecia distante (obter uma casa própria) aos trabalhadores, estava prestes a se concretizar. Mas o ideal também ocasionou uma ressignificação do valor simbólico da habitação. A casa própria, desde a década de 50, deixou de ser apenas um abrigo e passou a ser, como aponta Maricato (1987), uma mercadoria, além de que possuí-la transformava o simples trabalhador em um proprietário.

Assim, consequentemente, a compra da casa própria subordinou ainda mais o empregado ao patrão, pois, perder o emprego também significava perder a casa.Todavia, a moradia subordinava, principalmente, os trabalhadores ao Estado. A intenção deste, quando elaborou o ideal, foi justamente essa. Na prática, o Estado se apropriou de um bem extremamente necessário à vida humana (o qual, desde 1948, foi instituído como um dos direitos universais do homem[3]) e o transformou em um objeto de troca, de compensação e, sobretudo, de controle da população pobre e trabalhadora.

Quando a política habitacional brasileira, implantada em 1964, no Regime Militar, continuou a utilizar-se desse ideal da casa própria, os objetivos eram quase os mesmos presentes na Era Vargas: além de legitimar o regime, ele mantinha os trabalhadores focados (controlados) em comprar uma casa. Esta era o instrumento da política, ou melhor, o mecanismo utilizado pelo Estado para atrair a população ao novo governo. A criação de uma política habitacional, a nosso ver, tinha o intuito de fazer a população mais pobre acreditar que "ganhar" uma habitação era fruto de um auxílio providencial do governo e não a garantia de seu direito: *[...] se ela fosse concebida como direito, deveria beneficiar a todos e da mesma maneira [...]* (CARVALHO, 2016, p. 119). Porém, de acordo com o Carvalho (2016), o poder federal só favorecia aqueles que pertenciam aos sindicatos.

---

2 Decreto-Lei nº 22.872, de 29 de junho de 1933/ Art. 1º: "Fica criado, com a qualidade de pessoa jurídica e sede na Capital da Republica, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e destinado a conceder ao pessoal da marinha mercante nacional e classes anexas os benefícios de aposentadoria e pensões na forma estatuída neste decreto". Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=22872&tipo_norma=DEC&data=19330629&link=s. Acesso em ago. de 2016.

3 Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 10 de Dezembro de 1948. Artigo XXV. Parágrafo 1: "Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos deperda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle." Disponível em: http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf. Acesso em set. de 2014.

O programa habitacional também nascia como uma maneira de apresentar soluções frente à conjuntura econômica, política e social pela qual o país passava no início da Ditadura Militar. Existia a necessidade de desenvolver a economia brasileira, que estava bastante inflacionária e legitimar o novo governo com o apoio das massas. Com a Política, tentou-se conseguir ambos, de uma vez só. O programa veio aquecer o setor de construção civil (ramo que mais empregava mão de obra de baixa qualificação) construindo, justamente, o principal objeto de desejo desses empregados: moradias. Em suma, a casa era o instrumento. Ela ajudava no crescimento da economia, na geração de empregos e, sobretudo, garantia ao Estado o poder sobre a população pobre.

Esse poder ou controle sobre as massas surge quando os militares, nesse contexto, fazem da casa-instrumento a casa-recompensa. A moradia passou a ser um objeto de troca, ou melhor, quando havia alguma pretensão política do Estado que esbarrasse no aspecto social, como ocorreu no caso do Arraial Moura Brasil,[4] a casa era a barganha. A moradia, ao mesmo tempo, era o instrumento do Estado e a recompensa da população. Para esta, ela também era sinônimo de mudança. Pois, como afirma Maricato (1987, 26), [...] *a casa própria, mesmo quando se trata de um simples embrião de alvenaria sem revestimento, é motivo de grande segurança e sensação de progresso pessoal para o trabalhador* [...].

Em Fortaleza, isso aconteceu do mesmo modo. Percebemos que a casa própria também foi usada como uma forma de compensar os pobres dos eventuais projetos urbanos da cidade de Fortaleza, na década de 1970. A partir da análise dos jornais (*O Povo* e *Correio do Ceará*) e do exame das entrevistas de alguns removidos – palavra usada pela Prefeitura de Fortaleza para designar as pessoas que foram excluídas, retiradas de um local para outro – do Arraial Moura Brasil inferimos que a garantia de se obter uma casa própria foi um dos maiores pretextos usados pela Prefeitura de Fortaleza para convencer o povo a sair passivamente da área prometida às melhorias urbanas.

Observando a política de desfavelamento[5] da capital cearense, notamos que os administradores do município se utilizaram desse instrumento (habitação)de forma simbólica. Para melhor explicar, a Prefeitura de Fortaleza usava a promessa da casa própria, mas garantia apenas lotes – um terreno que serviria à construção da moradia. Isto é, os removidos compravam o espaço destinado à realização do sonho (a casa) e não o sonho propriamente dito. Entretanto, sendo simbólica ou não, a casa era a recompensa, o prêmio. Mesmo que ser removido fosse negativo, ela compensava o infortúnio, como podemos perceber na fala de Dona Raimunda, uma das removidas do Arraial:

> Antes de vim, eu visitei (o lote) menina, aqui era só o matagal, mas eu vim, a casa ia ser minha, né? Eu vim, não ia pagar mais aluguel. Eu sabia desses conjuntos Alvorada, Palmeiras, mas eu

[4] Chamamos Arraial Moura Brasil todas as favelas antes localizadas próximo ao litoral fortalezense, entre a Rua General Sampaio e a Rua Filomeno Gomes, na altura da Escola de Aprendizes Marinheiros. Entre elas, citamos: o Moura Brasil, a Braga Torres, o Soares Moreno e o Oitão Preto. A favela de Cinza também está incluída, pois, apesar de não fazer parte do Arraial, ela compartilhou o mesmo processo de remoção e muitos de seus ex-moradores foram deslocados para o Conjunto Marechal Rondon.

[5] O termo era utilizado pelo governo municipal de Fortaleza e se referia à prática de extinguir as áreas de moradias da população mais pobre, vulgarmente chamadas de favelas.

> preferi vim pro Rondon.Eu queria vim, ter minha casa, né? Foi uma luta, mas agora eu tenho minha casa. Eu vim porque eu ia ganhar minha casa (SILVA, 2014).[6]

As entrevistas com alguns dos antigos moradores do Arraial e da favela José Bastos apresentam-se como contraponto em relação às fontes impressas, ou melhor, elas servirão para analisarmos a prática de eliminação de zonas pobres segundo os que a vivenciaram de fato, buscando detalhes não contidos (amenizados ou omitidos) nos jornais e nos relatórios. O confronto entre as falas e as outras duas tipologias de fontes é uma tentativa *[...] de ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado [...]* (PESAVENTO, 2014, p. 64), buscando apreender nas entrevistas o quanto a *exclusão socioespacial* estava imbricada na sociedade fortalezense, de que maneira eles viam e reagiram à expulsão e qual tratamento eles receberam durante o processo. Tarefa que, segundo Pesavento, não é fácil, pois "[...] aquele que lembra não é mais o que viveu. No seu relato já há reflexão, julgamento, ressignificação do fato rememorado [...]" (PESAVENTO, 2014, p. 95).

Os entrevistados, ao serem perguntados sobre qual foi a maior vantagem de terem ido ao Conjunto Rondon, são unânimes na resposta: ter a casa própria. E quando interrogados se se sentiram excluídos, quando foram retirados do Arraial, a resposta é parecida: *Não, porque eu ia ganhar minha casa* (SILVA, 2014). Por mais que gostassem e sentissem saudade da área em que moravam ou que não quisessem ir ao conjunto, a recompensa valia à pena: *A gente sentia saudade (do Arraial), mas a casa não era minha, agora eu teria minha casa mesmo, né?* (SILVA, 2014). Por essa fala, também apreendemos que um dos fatores facilitadores da não contestação da remoção por parte dos favelados era a saída do aluguel.

Sair do aluguel também significava uma melhoria de vida. Segundo a fala de Francisco Matias, apesar do aluguel da casa em que morava no Arraial não aumentar de valor,[7] sua família aceitou mudar-se para o conjunto, a fim de não precisar mais ser inquilino: *Era melhor pagar por uma coisa (casa) nossa* (SOUZA, 2014). Todavia, um dos maiores fatores da remoção ter sido bem-sucedida (sem muitas contestações e/ou resistências) e até aceita por eles foi, além da promessa desse presente (moradia), o apoio de lideranças/representantes locais à Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), um dos órgãos responsáveis pelo "desfavelamento", para o convencimento da população:

> As lideranças locais foram conquistadas na sua quase totalidade. Experientes em negociar com os agentes externos, que sempre atuaram nas favelas (funcionários de diversos organismos da administração, políticos, assistentes sociais, etc.), conhecendo sua margem de negociação no jogo e conscientes também das limitações de suas bases de apoio, os "representantes da favela" entraram na nova jogada. Às lideranças conquistadas cabia o papel de trabalhar junto à população, visando a ganhar as vozes divergentes (VALLADARES, 1980, p. 51).

---

6 Depoimento de Raimunda Leopoldina e Silva (77 anos), moradora do Conjunto Marechal Rondon. Removida do Arraial Moura Brasil em 1973.Entrevista feita em 09 de agosto de 2014.

7 Informações de Francisco Matias de Souza (74 anos), morador atualmente do Parque Guadalajara em Jurema, próximo ao Conjunto Rondon. Foi removido do Arraial Moura Brasil em 1973. Segundo ele, o dono do imóvel em que morava não aumentava o valor de seu aluguel (entre 1964-1970), mas, muitas vezes, sua pouca renda não permitia o pagamento do mesmo. Entrevista feita em 06 de setembro de 2014.

Desconhecemos algum líder que tenha colaborado com a política de desfavelamento no Arraial Moura Brasil, mas, no contexto do Conjunto Marechal Rondon, apontamos a Dona Edith[8]. Pelo seu depoimento, ela sempre apoiou o programa de desfavelização da Prefeitura e atuou junto à FSSF e ao Centro Social Urbano (CSU)como porta-voz da população que, paulatinamente, chegava ao Conjunto Rondon. Quando perguntada sobre o porquê de ela consentir com o tal plano, sua resposta reproduz o discurso do programa e dos jornais: "Era muito bom o plano da Prefeitura de tirar as pessoas dali, ali não tinha vida, era uma favela. A gente tava era bem, vindo pra cá." (DIAS, 2014).

Os discursos da FSSF, da política de desfavelamento, e as constantes propagandas nos jornais sobre as mudanças positivas que a população teria se saísse do Arraial, fizeram muitos dos excluídos julgarem o programa justamente assim, como um benefício aos pobres. Portanto, a Dona Edith apoiava a remoção por entender a retirada dos moradores do Arraial como uma ação benéfica àquela população pobre e favelada e não como uma prática excludente. Porém, a sua opinião difere dos outros dois entrevistados.

Para Seu Francisco e Dona Raimunda, sair de seu local de moradia só teve de positivo a obtenção da casa própria. Se a Prefeitura tivesse urbanizado a favela ou construído casas para vender no próprio Arraial, eles dizem que, certamente, teriam ficado lá. Também devemos considerar que a Dona Edith não residia no Arraial, não veio ao conjunto na condição de removida e tinha (tem) uma melhor posição financeira que outros. Assim, para a Dona Edith, vir ao conjunto e ter uma casa própria não foi um símbolo de mudança ou de recompensa, visto que ela já possuía uma, antes de chegar ao Rondon. Na verdade, segundo ela, a maior vantagem de mudar-se para o Marechal Rondon foi conseguir ter tranquilidade de poder cuidar de si e dos seus filhos:

> Eu saí de lá é porque lá eu não tinha vida, não tinha pra onde, né? Não tinha uma área de lazer, não tinha nada. Me "avexei" (apressei) mesmo e até achei bom sair da beira da praia, foi a minha saúde e a saúde dos meus filhos, que lá tudo cansavam, qualquer gripezinha, tavam cansados, eles não estavam se dando com a maresia que já tava batendo no fundo das casas [...] Só aqui eu virei cidadã.Porque lá era beira de praia, uma ruazinha muito estreita, sem calçamento, sem nada, do lado do Moura Brasil que era uma grande favela, né? E ali não tinha vida, ninguém tinha vida (DIAS, 2014).

Pela fala acima, percebemos que, para a Dona Edith, a recompensa foi a mudança do espaço. Seu desejo, quando resolveu por conta própria comprar um lote da FSSF, foi sair (e tirar seus filhos) de perto daquela grande favela ou, como diziam os jornais e os planos urbanísticos,daquela desordem.Na visão de Dona Edith, os favelados ao mudar-se para o conjunto teriam uma vida melhor. De fato, com exatamente 44 anos passados, são perceptíveis as melhorias urbanas, mas quando da chegada ao Rondon, a situação dos removidos, em alguns aspectos, parecia praticamente a mesma.

[8] Uma de nossas entrevistadas, Maria Edith Ferreira Dias (85 anos), era moradora da Rua Gomes Parente, bem próximo à favela do Braga Torres, no Arraial Moura Brasil. Ela aponta que não foi removida ao Conjunto Rondon, pois veio por conta própria. Diz também que chegou ao conjunto um pouco antes que os removidos do Arraial, atuando, desde sua chegada, como líder comunitária e catequética do local. Muitos moradores removidos e antigos do Conjunto Mal. Rondon a tem como uma referência. Entrevista feita em 09 de agosto de 2014.

Existia ainda uma estratégia dos administradores municipais de disfarçar a exclusão socioespacial destes moradores: eles apresentavam três opções de escolha aos removidos, a fim de aparentar que a ida deles aos conjuntos não era uma imposição: *Não foi forçado não, tinha para o Pirambu, tinha para o Palmeiras, tinha para outros canto, né? E eu escolhi aqui (Rondon)* (DIAS, 2014). Isso também implica em dizer que não importava muito para o governo municipal saber o destino dos ocupantes do Arraial, o que eles queriam e exigiam, de fato, era o esvaziamento das áreas prometidas ao (re)ordenamento urbano. A ordem era retirar, esta era missão dada à FSSF e aos outros órgãos envolvidos. O Programa Integrado de desfavelamento pretendia extinguir trinta e dois aglomerados precários da capital até o ano de 1980 e conferia mais essa característica de solucionar os problemas do espaço citadino que o objetivo de prestar assistência aos seus habitantes pobres.

Este programa surgiu para esconder a miséria, a desordem e a feiura dos olhos da elite e trazer beleza à paisagem fortalezense para agradar seus visitantes. Outro fator dessa retirada de favelados da área central e litorânea de Fortaleza foi dividir, oficialmente, o espaço urbano entre as classes. Nos melhores locais, isto é, nos terrenos valorizados pela especulação imobiliária, por possuírem infraestrutura e serviços urbanos, ficaram os que podiam pagar. No caso do Arraial, ficou a avenida, afinal o que seria melhor para a capital: manter uma grande área indesejada pela elite e pelos governantes ou construir uma artéria que melhoraria o sistema viário, traria uma nova fisionomia para a cidade e, sobretudo, apagaria os vestígios de pobreza ali existentes?

Conforme nossas leituras, o conjunto habitacional seria o local do pobre nas cidades, pensado para, além de receber e abrigar as populações de menor poder aquisitivo, estabelecer uma ordem socioespacial. Construir conjuntos destinados às pessoas economicamente desfavorecidas na periferia de Fortaleza e/ou em outras capitais, que se pretendiam modernas, à época, era uma tentativa não só de eliminar as chamadas favelas e controlar o uso do espaço urbano, mas também de esconder a pobreza dos "olhos" ricos e turísticos.

Se os agentes destas políticas afirmavam que resolveriam o déficit habitacional pelo viés social, acabariam com o problema das "favelas" e facilitariam a compra de moradias pela população de baixa renda, eles só cumpriram a última alternativa e ainda de forma relativa. Além disto, a concessão de casas (ou lotes) aos cidadãos pobres era apresentada como um presente dos governantes e não o cumprimento de um dos deveres do Estado.

A casa, o fim do aluguel e a saída daquela desordem eram os pretextos mais utilizados pelo Programa de desfavelamento de Fortaleza, a fim de convencer os moradores do Arraial a não contestar a remoção e se sentirem premiados pela política. De fato, os removidos confirmam que o maior benefício com a ida ao conjunto foi a moradia própria. Mas, existiam outras vantagens no Conjunto Rondon, além da moradia? E o que representou para eles a construção da Avenida Leste-Oeste? Eles se sentiram integrados aos melhoramentos urbanos que ocorriam na cidade naquele período? Analisaremos essas questões a partir de agora.

O REMOVIDO E A CIDADE: HOUVE INTEGRAÇÃO?

> Não é preciso ser curioso e muito menos ser repórter. Quem passa pela Avenida Presidente Castelo Branco, nas imediações da igrejinha de Santa Teresinha, ao olhar para favela que a circunda, enxerga logo uma choça improvisada, situada em um barranco, verdadeiro contraste às margens de uma suntuosa artéria que a todos encanta e são muitos os que vão passear, por ali, a fim de "curtirem" a beleza e paisagem, proporcionada pelos verdes mares. Se de um lado o transeunte tem oportunidade de observar uma linda paisagem, sentindo também que o progresso chegou a Fortaleza, do outro lado se depara com um quadro bem diferente, que não é um atestado de progresso e sim de miséria, pessoas de uma pobreza franciscana vivendo em casas de taipa, verdadeiros tugúrios, que um vento mais forte é capaz de desfazê-las e levar seus tetos pelos ares [...] (*Correio do Ceará*, 24/10/1974, p. 8).

A notícia acima, advinda do jornal *Correio do Ceará*[9] revela muito sobre o que a avenida, recém-inaugurada,[10] representava para a cidade, ou melhor, para uma parte dela. A artéria era apresentada por este periódico como um símbolo de progresso urbano, além da garantia de apagar os vestígios de miséria e desordem do centro da capital. Levando-se em consideração o contexto ditatorial e a forte censura presente nos meios de comunicação, podemos inferir que as propagandas positivas em torno da necessidade de se construir vias eram consequência do controle midiático e do uso destes veículos como legitimadores das medidas tomadas pelos políticos.

Pela mesma publicação, notamos que a permanência de casebres próximos à avenida ainda era um incômodo, ou pior, era mais indesejada que antes, porque contrastava com a bela avenida. Mas, será que a construção desta não incomodava os antigos moradores também? Ou eles se sentiam integrados e/ou beneficiados por ela? Durante os dois anos de remoção da população do Arraial para o Conjunto Rondon e a construção da via, entre 1972 e 1974, os políticos fizeram muitas promessas, das quais a principal, a nosso ver, foi a de integração urbana dos removidos. Essa, gradativamente, aconteceria, quando o Programa Integrado de desfavelamento:

> Favorecesse às populações removidas de núcleos erradicados, condições de moradias salubres em outras áreas da cidade. Áreas essas que se adequem às suas condições socioeconômicas, principalmente, no que se refere a capacidade de aquisição dos terrenos e condiga com o interesse de crescimento de Fortaleza [...] (FORTALEZA, 1973)

Analisando esse objetivo dito "integrador", percebemos que, na prática, ele não promove integração, pelo contrário, exclui. Dar casa a quem não tem casa ou, como no caso aqui tratado, tinha apenas um barraco, trata-se de uma medida social e assistencialista. Mas, quando essa moradia é dada para satisfazer interesses urbanísticos e econômicos,

---

9 O jornal, fundado em 2 de março de 1915, traz interesse pelo noticiário da conflagração mundial, bem como pelas ocorrências da política deveras agitada de então, tornou possível, enfim, a existência no Ceará, do verdadeiro jornalismo, de cunho informativo, preservando a linha noticiosa do "Diário do Estado", devida a Álvaro da Cunha Mendes, fundador de ambos (NOBRE, 2006). Seu acervo encontra-se impresso no Instituto Histórico do Ceará, mas de maneira entrecortada, com poucos anos completos e na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (microfilmes).

10 A Avenida Leste-Oeste foi inaugurada em cinco de outubro de 1974, com um grande festejo às margens da mesma e com a presença de políticos locais e de alguns representantes do Estado, como o Ministro da Justiça, à época, Armando Ribeiro Falcão (CORREIO DO CEARÁ, 05/10/1974, p. 8).

a medida passa a ser compensatória, excludente, nunca integradora. Deram casas, ou melhor, terrenos, aos habitantes do Arraial, mas deram em lugares longínquos, distantes do que se pretendia modernizar.

Há mais segregação que integração, quando uma população já marginalizada, como os ex-moradores do Arraial Moura Brasil, é transferida a outros locais bem afastados dos espaços valorizados e equipados da cidade. A segregação torna-se pior, quando tal lugar se adequa ao nível socioeconômico dos ocupantes. Pois, promove-se, de fato, uma divisão do espaço urbano entre os ricos e os pobres. Não há como integrar no ato de retirar. Por mais que o plano tenha proporcionado aos removidos certa melhoria de vida, facilitando-lhes a tão sonhada casa própria, isso pode ser considerado uma integração se, na verdade, a intenção era afastá-los dos espaços valorizados da cidade?

Como integrar urbanamente moradores que nem eram considerados como pertencentes à capital cearense? Como esperar uma política de integração se os políticos nos culpavam pela desordem ou "desarmonia" do espaço urbano? Uma vez que, muito antes da implantação do Programa de desfavelamento, o Estado, através de levantamentos socioeconômicos, concluía que: [...] *a população das favelas de Fortaleza é originária, na sua maioria, de lugares que não a própria capital* [...] (CEARÁ, 1967, p. 41) e que esses migrantes, quer sejam recentes ou remotos, [...] *retardavam as reformas urbanas e traziam prejuízos à comunidade fortalezense* [...] (CEARÁ, 1967, p. 13).

Essa visão não era exclusividade dessa época. Neves, ao falar da intensa migração de retirantes da seca à capital, no início do século XX, mostra-nos que as autoridades também relegavam aos migrantes fugidos das secas a responsabilidade/culpa pela quebra de controle e disciplinarização do espaço urbano da cidade (NEVES, 2000).Tanto que criaram os Campos de Concentração – termo utilizado pela Diretoria de Saúde Pública do Estado do Ceará, segundo consta em um documento de 03 de junho de 1932 do acervo histórico do Arquivo Público do mesmo estado – como uma forma de afastar/isolar os "invasores" da população urbana.Fazendo um paralelo com o nosso objeto, parece-nos que os conjuntos habitacionais, assim como, os Campos de Concentração foram tentativas de intervir na desordem espacial e, também, de segregar as populações economicamente desfavorecidas.

A diferença entre eles se dá na maneira em que os segregados de cada os encarava. Pois, enquanto os moradores dos conjuntos se sentiam beneficiados com as políticas habitacionais, os retirantes, segundo a historiadora Kênia Rios, viam o "[...] curral (Campos de Concentração) como mais um caso que explicitava a forma cruel pela qual o Governo costumava, e ainda costuma, assistir os despossuídos" (RIOS, 2001, 68). Dessa maneira, Fortaleza não integrou as pessoas removidas, ela as afastou. E dizemos mais, a mesma imagem de atraso citadino que se tinha dos retirantes no começo do século passado, também se perpetuou aos habitantes do Arraial Moura Brasil na década de 70. Percebemos isso, quando os jornais afirmam que as características de miséria encontradas no Arraial já eram esperadas/imaginadas:

> A cidade crescera por todos os lados, mas não ousara descer as ladeiras da Barão do Rio Branco, Senador Pompeu e General Sampaio, como que atemorizada pelo espetáculo de miséria que lá embaixo deveria encontrar. Agora, resolveu descer (devido às demolições dos casebres

> para a construção da Avenida Leste-Oeste), e o espetáculo, salvo a inexistente agressividade presumida, era mesmo o que se imaginava (*O Povo*[11], 17/02/1973, 1).

A imprensa teve um papel importante na propagação da imagem do Arraial, apresentando-o como um local de extrema miséria e enfermidades, a fim de legitimar o desfavelamento. Mas os jornais também expressam de que forma essa favela era idealizada pela elite fortalezense e, principalmente, pelos administradores da capital: *O que apareceu aos olhos de todos não foi uma sociedade de marginais perigosos, como se supunha, mas uma estranha coleção de seres humanos carcomidos pelas doenças mais diversas, um autêntico "pátio de milagres", com aleijados, cegos, chagados e retardados* (*O Povo*, 17/02/1973, 1).

Essas imagens, não exclusivas da favela do Arraial Moura Brasil, fizeram os políticos fortalecerem ainda mais o objetivo de afastar esses problemas das áreas centrais de Fortaleza. Assim, ao longo da década de 70, o município trocou muitas favelas por avenidas e/ou grandes obras e transformou vários favelados em removidos. A cidade (física) era (re)ordenada, melhorada e embelezada na sua parte central, ao mesmo tempo que deslocava os seus antigos moradores às periferias.

Como integrar os removidos e a cidade? Se esta, ao transformá-los em removidos, já lhes tira o direito de escolher habitar onde quiserem e de usufruir de todos os benefícios urbanos existentes no Centro de Fortaleza. Talvez, para os políticos, integrá-los fosse apenas presenteá-los com uma "habitação" própria, ou melhor, com um terreno onde eles seriam proprietários de suas casas. Interessante é perceber que os ex-moradores do Arraial ficaram convencidos disso, de que estavam sendo integrados: *Só aqui eu virei cidadã, porque lá eu não tinha vida (*DIAS, 2014).

Entretanto, quando perguntados sobre o que a Avenida Leste-Oeste representava para eles, naquele período, e se ela lhes trouxe algum benefício, suas respostas são diferentes e até críticas, de certa forma. Para Francisco Matias, a [...] *avenida foi feita pros rico, tudo que fizeram lá não foi pra nós (removidos) não* (SOUZA, 2014).

Podemos perceber também, pelas falas dos entrevistados e pelas notícias dos jornais, que a via não era de todo elogios, pois, a sua construção lenta e a sua inauguração, mesmo estando incompleta, receberam muitas críticas. *Eu via aquela avenida grandona, bonita, ela foi importante, mas não terminaram ela não, tinha só uma parte pronta* (SILVA, 2014). O anúncio da realização dessa obra foi em 1971, o início da construção estava previsto para outubro de 72, mas só começou em fevereiro de 1973 e a sua inauguração, prevista para março de 1974, só ocorreu em outubro. Segundo os ex-moradores, depois de oficialmente inaugurada, ainda existiam em suas margens alguns casebres, muitos buracos e vários acabamentos a serem feitos.

---

[11] Fundado em 07 de janeiro de 1928 pelo cearense Paulo Sarasate e por Demócrito Rocha, baiano que adotou o Ceará, tendo aqui se radicado e constituído família, o jornal é atualmente o órgão de imprensa mais antigo ainda em circulação no estado do Ceará. (ALVES, 2010). Seu acervo encontra-se na hemeroteca (microfilmes) da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Espaço Estação, na Praça da Estação com Rua 24 de Maio), bem como no Instituto Histórico de Ceará, localizado na Rua Barão do Rio Branco (próximo à Avenida Duque de Caxias). Algumas notícias estão disponíveis apenas na sede do próprio Jornal, na Av. Aguanambi, 282.

Mas, voltando ao nosso questionamento, se a proposta do plano de desfavelamento era integrar ou pelo menos melhorar as condições de habitação e o modo de vida dos removidos, foi a casa própria a única opção para isto? Segundo os entrevistados, não. Para eles, um dos mais vantajosos benefícios recebidos na chegada ao conjunto foi a ajuda financeira da *Christian Children Fund* (CCF) ou Fundo Cristão para Crianças: *Para mim, o maior benefício com a vinda ao Conjunto foi ter o dinheiro da CCF* (SILVA, 2014). O órgão e a ajuda não eram ligados ao governo, pois a CCF é uma organização não governamental (ONG), que atua, desde a década de 70, na realização de trabalhos assistencialistas em comunidades carentes. Atualmente, o órgão não dá mais essa quantia mensal, o auxílio se dá apenas duas vezes por ano (no aniversário da criança e no Natal). Ela está vinculada a quatro projetos sociais no distrito de Jurema-Caucaia: Feliz Jornada e Alegria da Criança, no Rondon; Projeto Guadalajara e Tancredo Neves, no Potira.

Essa ajuda era mensal e se dava quando havia o apadrinhamento de crianças carentes por famílias estrangeiras. Os inscritos recebiam valores diferentes, dependendo da doação dos "padrinhos" e da quantidade de filhos que os beneficiados possuíam. Eles variavam de 60 a 120 cruzeiros[12].Esse auxílio, além de ser de grande utilidade para os removidos, até mesmo para pagarem os terrenos, fez com que eles se sentissem integrados, não em relação à cidade, mas em relação ao Conjunto Rondon. Além da garantia da casa própria, do fim do aluguel e dessa ajuda financeira, os removidos sentiam-se integrados e/ou beneficiados pelo desfavelamento porque estavam saindo de perto do Curral, local do Arraial onde existiam casas de prostituição: *Onde eu morava lá no Arraial, era de frente a uma casa de prostituta, não queria meus filhos, que eles crescessem ali não. Eu gostei daqui (Conjunto Rondon), por causa disso* (SILVA, 2014).

Não sabemos ao certo para onde o programa transferiu as prostitutas do Arraial, mas, através dos jornais, constata-se que elas não foram ao Conjunto Rondon.O que demonstra certa hierarquização entre os pobres e a condenação das meretrizes com base moral e religiosa. A não ida delas para o conjunto, juntamente com as outras famílias, além de remeter a uma prática moralizadora, ainda demonstra o quanto o programa de desfavelamento era excludente. Houve exclusão no ato de removê-los e, sobretudo, no ato de definir quem podia ou não participar da política. A citação abaixo mostra o quanto as famílias removidas ficaram agraciadas por não morar mais próximas a essas mulheres, confirmando a fala de Dona Raimunda acima e fortalecendo nossa ideia de exclusão e de reprovação das "mundanas":

> Com raras exceções, todos os moradores da Cinza, que vive os seus últimos momentos, estão satisfeitos com a sua remoção para outros pontos da cidade, principalmente os conjuntos Marechal Rondon e Alvorada, implantados pela Prefeitura Municipal, para alojar as famílias deslocadas daquele antro de vício, marginalização e prostituição. Para evitar que o extermínio de Cinza resulte apenas na transferência de local de uma zona de prostituição, a Prefeitura Municipal não incentiva a ida de mundanas, para esses conjuntos, onde são recebidas e assistidas unicamente as famílias que levam vida normal, muito embora tenham convivido durante anos, em plena central de prostíbulos (*Correio do Ceará*, 23/02/1973, 3).

[12] Decreto nº 73.995, de 29 de Abril de 1974. O salário mínimo era quase 377 cruzeiros. Disponível em:http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73995-29-abril-1974-422662-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 16 set. 2017.

Segundo os removidos existiram ainda outros fatores no Conjunto Rondon que, de alguma forma, acabaram convencendo-os de que estavam sendo integrados à cidade ou, pelo menos, à nova realidade (local de moradia) deles. Dois desses fatores eram o apoio e a presença de Aldaci Barbosa, uma das mais importantes superintendentes da FSSF, no conjunto:

> A Dra. Aldaci visitou muito a gente aqui, ela andava era nas casas mesmo, ela disse, prometia nas reuniões que enquanto ela existisse ela ia fazer de tudo para que isso daqui virasse uma grande cidade. Ela era uma pessoa gente fina, bem legal mesmo, até deixou muita saudade, chorava gente aqui de todos os lados quando souberam que ela tinha falecido. Ela facilitou muita coisa, ela era a mãe da pobreza (DIAS, 2014).

Depois da remoção, a FSSF e a sua Superintendente continuaram a atender aos interesses (carências) dos transferidos, através de vários programas sociais, presentes no CSU. A continuidade desse trabalho assistencial, dentro de um contexto ditatorial pelo qual o país passava, era uma forma de manter o controle sobre essa população recém-removida e, claro, possibilitar a promoção política de vários estadistas. O próprio Prefeito Vicente Fialho visitava constantemente o conjunto para reforçar a sua imagem de político [...] *preocupado com a humanização de Fortaleza e o bem-estar de sua população* [...] (*Correio do Ceará*, 12/1973, p. 2).

Porém, não foram apenas esses motivos comentados que fizeram os removidos gostarem de ter ido ao conjunto ou se conformarem com a mudança, sentindo-se premiados pela política de desfavelamento. O Conjunto Marechal Rondon, embora reproduzisse alguns problemas existentes no Arraial, os quais serão discutidos no tópico a seguir, proporcionou aos seus moradores, também, alguns momentos de lazer: *Depois construíram o Centro Comunitário, eles botaram uma televisão lá de fora pro pessoal passar o tempo, pelo menos uma distração e a gente ia, aquele pessoal que ia chegando, já tinha uma televisãozinha lá em cima da coluna, pra gente se divertir um pedacinho* (DIAS, 2014).

Se os antigos habitantes do Arraial foram integrados a algo, esse algo é o Conjunto Rondon. Primeiramente, porque eles nem estavam usufruindo completamente das melhorias advindas das transformações espaciais, pelas quais passava Fortaleza, no início da década de 1970, o que lhes integraria de fato. Na verdade, todos os benefícios recebidos, quando da remoção, relacionam-se sempre ao conjunto e, consequentemente, as mudanças positivas obtidas também. Com a chegada ao Rondon ou somente quando da saída do Arraial, eles afirmam que puderam, enfim, ter alguma tranquilidade.

Esse sossego conseguido pelas famílias transferidas resultava da garantia da casa própria, a qual eliminava a preocupação de serem despejadas a qualquer momento de suas antigas moradias e/ou de verem-nas invadidas pelo mar: *Morava pertim da praia, minha casa mesmo uma vez foi alagada pelo mar. O mar encheu e invadiu as casa tudo. Foi um sofrimento* (DIAS, 2014). Outro elemento que trazia tranquilidade, era não pertencerem mais a favela, possibilitando-lhes criar seus filhos longe das prostitutas e dos marginais, como comentado anteriormente.

Entretanto, a política de desfavelamento de Fortaleza, ao contrário de seu discurso, não integrou o removido e a cidade. Afinal, a proposta nem era essa, a ordem era retirar.

Só esta ação anulava qualquer tentativa de integração. E, quando construíram conjuntos longe do centro da cidade para receber esses excluídos, a intenção tornou-se ainda mais clara, o propósito era retirar e afastar. Segundo Maricato, apenas no começo dos anos 1980, existiram, de fato, tentativas de integrar o morador pobre à cidade, pois, a ação não compreendia mais a de removê-los:

> Se no início da década de 70 a palavra de ordem é de remoção dos favelados, no fim da década já não se fala mais nisso. O discurso oficial é de recuperação e urbanização de favelas. As invasões organizadas são toleradas e até auxiliadas, por vezes, pelas Secretarias de Promoção Social (MARICATO, 1987, p. 57).

Em Fortaleza, a remoção de várias aglomerações precárias para os conjuntos habitacionais só apagou/escondeu esses infortúnios da área mais central e litorânea de Fortaleza. Ao transferir os favelados do Arraial Moura Brasil para o Conjunto Marechal Rondon, os administradores da capital estavam apenas transferindo mais uma favela de um local valorizado e prometido ao sistema viário e ao lazer, para outros lugares bem afastados do centro. Estes, além de possuir uma infraestrutura urbana mínima, não faziam parte dos espaços mais visados pela especulação imobiliária e/ou pelo Município. Por isso, foram escolhidos para a construção de conjuntos habitacionais destinados às pessoas de baixa renda.

Os problemas existentes no Arraial Moura Brasil não foram erradicados, como se pretendia, ele foi apenas deslocado para o Conjunto Rondon. Analisaremos isso melhor, posteriormente. Como a prioridade do programa era a ordem urbana e não a questão social, a remoção apenas moveu as incômodas favelas para os conjuntos habitacionais, ao invés de eliminá-las. Mas, se a proposta era retirar para acabar com os infortúnios, a tentativa foi frustrada: *As favelas continuam marcando a paisagem, numa prova de que medidas paliativas não resolvem* (VALLADARES, 1980, p. 46). Atualmente, ainda existem muitos casebres às margens da Av. Leste-Oeste.

A política de desfavelamento proporcionou muitas mudanças aos segregados. Entre elas, citamos a estabilidade conseguida pela casa própria, a aquisição de um espaço melhor para criar seus filhos e o recebimento de uma ajuda financeira da CCF. Mas, para nós, houve mais a integração removido-conjunto que a removido-cidade. Se antes, os retirados do Arraial, por habitar no Centro da capital, vivenciavam, mesmo que de forma limitada, a cidade e algumas práticas sociais já definidas, com a remoção, eles passaram a experimentar e a criar uma nova sociabilidade, a do conjunto habitacional:

> Os moradores do Arraial Moura Brasil, que, em decorrência da modernização, se viram obrigados a deixar seu local de moradia, seu ambiente de trabalho, ignorando as relações sociais cotidianas estabelecidas, rompendo com os laços de família e vizinhança, e tiveram que se adaptar a novos costumes, outras rotinas e a encontrar novos modos de vivência e convivência com novos sujeitos e novo espaço geográfico, estabelecendo, assim, novas práticas socioespaciais (PINHEIRO, 2007, p. 80).

Entretanto, pelas entrevistas, percebemos também que os primeiros anos de existência do conjunto (1973-1974) foram marcados pela permanência de vários problemas sociais e urbanos encontrados no Arraial e o surgimento de outros. Como comenta o geógrafo Carlos Pinheiro: [...] *a segregação aqui não ficou apenas no plano espacial, pois foi muito*

mais além, uma vez que os moradores transferidos se encontravam sem transporte, sem energia e sem outros serviços básicos e ainda com a incumbência de construir suas próprias casas [...] (PINHEIRO, 2007, p. 76). Essas e outras dificuldades serão discutidas a partir de agora.

CONJUNTO MARECHAL RONDON: A PERMANÊNCIA DOS PROBLEMAS

> A Prefeitura Municipal de Fortaleza, além da indenização do barraco ao preço real e justo, oferece um terreno de 10 x 20 m nos conjuntos Marechal Rondon e Alvorada onde todos podem construir sua casa própria, desfrutando de uma infraestrutura desconhecida na favela, além de terem posto médico funcionando diariamente, com médico e enfermeiro e distribuição gratuita de medicamentos, grupo escolar municipal, chafariz com agua farta, energia elétrica na porta, transporte coletivo e toda assistência da Prefeitura Municipal. Essa transformação na vida de muitos favelados é uma conquista que muitos nunca acreditaram conseguir um dia. E todos estão muito satisfeitos com essa radical mudança, que acresce, principalmente, a sua moral (*Correio do Ceará*, 23/02/1973, 3).

Essa notícia acima, publicada em fevereiro de 1973, logo no início da construção da Av. Leste-Oeste e, consequentemente, das primeiras remoções, expressa o discurso oficial do programa de desfavelamento de Fortaleza e quais eram as promessas feitas aos removidos.Todos esses serviços urbanos citados estavam presentes no projeto e na planta de loteamento do Conjunto Habitacional Marechal Rondon,[13] mas, segundo os entrevistados, alguns deles (energia, água, transporte, grupo escolar) só foram concretizados depois da inauguração do CSU Rubens Vaz da Costa, em julho de 1974, já os outros (posto médico, saneamento, esgoto) demoraram mais para existir.

Apesar de esses equipamentos urbanos terem sido prometidos aos removidos e divulgados para a cidade, nem todos foram cumpridos. Sair do Arraial e ir ao conjunto não significou apenas mudanças positivas, pois, em muitos aspectos, nada mudou. Por isto, julgamos que os primeiros anos de ocupação do Conjunto Rondon, embora trouxessem certa promoção aos moradores, foram marcados, sobretudo, pela permanência de problemas sociais e urbanos antes presentes no Arraial Moura Brasil.

O principal objetivo dessas políticas, naquele momento, em Fortaleza, era trazer uma nova ordem urbana para a cidade. Esta, realmente, mudou, através da abertura de quatro suntuosas avenidas (Leste-Oeste, Aguanhambi, Borges de Melo e José Bastos) e da retirada de favelas e favelados de suas áreas centrais. Porém, ao compararmos a cidade e o removido para analisar quem foi mais beneficiado com a política de desfavelamento ou teve suas promessas atendidas mais rapidamente, nota-se que foi aquela quem recebeu a maior atenção dos governantes.

Assim, enquanto a cidade assumia a sua nova paisagem, os transferidos conviviam com muitas das dificuldades às quais já estavam acostumados no Arraial. Para os removidos, o

[13] Planta urbanística do Projeto Conjunto Habitacional Marechal Rondon. PMF – FSSF – SUMOV. s/d. Projeto aprovado pelo Engenheiro Pontes Vieira Filho. Documento disponível no acervo da extinta FSSF na atual HABITAFOR (Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza).

Conjunto Marechal Rondon era um novo espaço, uma nova vizinhança (relativamente) e uma nova realidade social, entretanto, reproduzia vários problemas da favela erradicada, ao mesmo tempo em que revelava alguns outros. Conforme notamos nas entrevistas, a maior semelhança entre o Rondon e o Arraial, nos primeiros anos de existência do conjunto, eram as suas estruturas físicas e sociais.

Segundo os entrevistados, a aparência física do conjunto, quando da chegada, não era tão negativa, ele tinha mais espaço que o Arraial e, por estar constituído em lotes definidos e ruas pré-estabelecidas, parecia mais organizado também. Os problemas de sua estrutura física só apareceram depois. Francisco Mathias nos conta que o conjunto só tinha mato e cobra: *Menina, quando cheguei aqui, aqui não tinha nada. Só tinha muito era mato e cobra. Aparecia umas caranguejeiras (aranha) desse tamanho também. Era mato, muito mato, eu capinava hoje, quando era de manhã já tava dessa altura de novo* (SOUZA, 2014).

De acordo com Dona Edith, o *terreno do conjunto era muito molhado* (DIAS, 2014), o que dificultava a construção das casas. A dela, por suas melhores condições financeiras, era uma das poucas casas de alvenaria no conjunto naquele momento. Segundo ela, sua moradia foi construída: [...] *cavando o alicerce dentro d'agua, aqui era tão brejado (alagadiço) que se cavasse um metro, já tinha água* [...] (DIAS, 2014) Isto, por outro lado, foi vantajoso. Como aqui não [..] *tinha água e nem luz* [...] (DIAS, 2014), uma das propostas da Prefeitura, para solucionar a falta de água encanada era a construção de cacimbas, [...] *mas quem quisesse que fizesse sua cacimba, a Prefeitura não ajudava* [...] (DIAS, 2014).

Assim, antes mesmo dos transferidos conseguirem construir um cômodo nos seus lotes, eles já faziam suas cisternas. Afinal, como diz Dona Raimunda: *Tinha que ter* (SILVA, 2014), porque o chafariz, além de ser longe, vivia lotado, mas ao menos o terreno era favorável para a construção delas. Na ausência de esgoto, as fossas também fizeram parte da maioria destas casas, porém, a falta de saneamento acarretava [...] *a proliferação de doenças como: verminose, úlceras na pele, gripes, tuberculose, difteria e doenças de origem nervosa* (MOTA, 1972, p. 21).Na casa dos três entrevistados, as cacimbas ainda existem, mas, no contexto atual, elas servem muito mais como uma forma de prevenção quando há a falta de distribuição de água no conjunto:

> Tinha que ter (cacimba). Depois disso que apareceu a água da Cagece. Ai, o pessoal disse: - Mulher, por que tu não entope essa cacimba? Eu digo: - Mulher, eu tô ficando é veia, num é doida não, e agora, quando falta água, tem muita gente, o pessoal vem buscar água é aqui. Eu não mandei entupir não, de jeito nenhum (SILVA, 2014).

Outro aspecto visual e, ao mesmo tempo, econômico que marcava a paisagem do Arraial e, igualmente, caracterizou o cenário urbano do conjunto era a qualidade das casas: "*O material de construção das casas existentes nas favelas é, em geral, de natureza inferior; a maioria dos núcleos é constituída de casebres de taipa, cobertos de palhas e, às vezes, telha*" (CEARÁ, 1967, p. 54). No Marechal Rondon, isto se repetiu, e, às vezes, até de maneira pior. Por exemplo, a moradia de Dona Raimunda lá no Arraial era de taipa, mas, no conjunto, a sua primeira casa, aliás, seu primeiro cômodo foi construído com pedaços de pano. Outros vizinhos, segundo os entrevistados, tinham casas de palha, de lona, de madeira e afins, eram poucas as de tijolo.

Os casebres continuaram a existir, demonstrando que a política não mudou/eliminou as condições inferiores das habitações. Ao contrário, ela ocasionou a continuidade e/ou a piora de moradias de baixa qualidade no conjunto. Pois, quando o público-alvo do programa ia para o Rondon, o qual, no momento, era composto por lotes e não casas, ele era colocado no alojamento improvisado pela FSSF. Lá no alojamento, no lugar em que atualmente está a Escola Santa Teresinha, eles foram constantemente pressionados pelos assistentes da Fundação para se apressar a edificar suas casas e a sair do alojamento:

> Não, não, nós se virava. Lá era assim um beco assim, cheio de quarto, no nosso quarto tinha assim, deixa eu ver, umas cinco pessoas, cinco famílias quer dizer, né? Lá, no alojamento, a assistente vivia perguntando, quando vocês vão sair? E fazer a casa? Se mudar? Isso me irritava, eu ficava brava, com raiva daquela mulher, mandando a gente sair. Eu fiquei seis meses. Um dia ela veio me perguntar de novo, quando eu ia sair. Ai quando foi de noite, eu, ai eu fiz um quarto de pano (SILVA, 2014).

A Dona Raimunda ficou seis meses no alojamento, talvez, por isso, ela era muito cobrada a construir sua casa depressa e a sair do aposento. Mas, por que a FSSF exigia isso dos removidos? Eles não percebiam ou esqueceram que essas pessoas tinham baixo poder aquisitivo para conseguir comprar um terreno e, ao mesmo tempo, poder custear a construção digna de uma moradia? A Fundação não considerou que eles tinham várias despesas com alimentação, com o pagamento do terreno e agora até com o transporte, por estarem morando longe de seus locais de trabalho? Podemos supor também que a tal exigência estava relacionada ao fato da Fundação querer findar a prestação de assistência no conjunto.

As dificuldades socioeconômicas e de habitação eram semelhantes. Ainda que agora eles tivessem mais auxílio, inclusive financeiro (CCF), em outros aspectos tudo piorou. Um exemplo foi o aumento de gastos com o transporte, pois eles ainda trabalhavam próximos ao seu antigo local de moradia: *O bom do arraial é que eu morava perto do meu trabalho, eu ia a pé pra Floriano Peixoto, pra sede da Fundação, ia pra praia, mas aqui (Rondon) também foi bom* (SILVA, 2014). Foi bom, porque segundo ela, pelo menos eles tinham como se locomover para o Centro da cidade. Porém, mudar-se para o conjunto implicou no aumento de custos com o deslocamento, algo que antes praticamente inexistia no orçamento deles.

Algumas das propostas do Programa de desfavelamento de Fortaleza eram construir conjuntos próximos às áreas de serviços urbanos, como o mercado de trabalho, e, sobretudo, com a possibilidade de ter acesso fácil aos transportes (no caso, trem e ônibus). Porém, o Conjunto Marechal Rondon atendia apenas a esta última. Esses dois meios de transportes, na década 1970, funcionavam com uma regularidade bem menor, porque ambos tinham a linha ou frota reduzida e só "rodavam" duas vezes por dia (de manhã para levá-los ao trabalho e ao entardecer para trazê-los): *O transporte era bom, tinha o trem, o ônibus, só duas vezes por dia, quem perdesse, vinha a pé, lá do Tabapuá* (SILVA, 2014).

Outro aspecto do Conjunto Rondon, quanto a sua estrutura, era a falta de iluminação, saneamento e esgoto. O primeiro problema foi resolvido depois de[...] *muito chá de cadeira na Prefeitura de Fortaleza* [...] (DIAS, 2014). A solução do segundo veio a se

concretizar apenas nos anos 2000, juntamente com a do terceiro. Entretanto, dos três, o último foi o mais lembrado como um incômodo pelos entrevistados. Através da entrevista de Dona Raimunda, percebemos que os esgotos abertos no Conjunto Rondon incomodavam bastante:

> Quando eu vim, quando eu vim, eu primeiro mandei limpar o quintal, criatura, a "ruma" de estrume misturado com "merda" aí da vizinha, dessa altura assim, uma coisa horrível. Ai eles ficaram foi tempo, botando água no rego que passava aqui por dentro do meu quintal, né? Ai eu reclamei, porque assim também não pode, né? Eu paguei pra limpar e ficar numa situação dessa? (SILVA, 2014).

Essa característica do conjunto antes existia no Arraial. Os jornais, ao falar sobre o desfavelamento da capital, comentam que a transferência dos moradores para o Rondon proporcionar-lhes-ia melhores condições de higiene. Mas, isto não ocorreu. Pois, o conjunto, além de não ter uma rede de esgoto, à época, não permitindo tal melhoria, era constituído de poucas casas com banheiros e/ou aparelhos sanitários. Ou seja, o cenário do Arraial repetiu-se no Rondon:

> Há que considerar os benefícios de ordem social para inúmeras pessoas que moram no Arraial Moura Brasil e na Cinza em condições precárias, jogando seus excrementos na rampa do lixo, em meio à fedentina que poluía cada vez mais o ambiente, por não ter as suas habitações aparelhos sanitários próprios para suas necessidades (*O Povo*, 05/10/1974, 28).

É importante ressaltar como essas questões sanitárias tão combatidas no centro das cidades, inclusive de Fortaleza, não geravam preocupação para as autoridades, quando o local se tratava de conjuntos habitacionais e de periferias. As políticas habitacionais e urbanas, a nível nacional ou local, além de excluir e segregar os pobres das cidades, também acabam negando-lhes o direito de receber os mesmos cuidados dados aos ricos. Ocorria, assim, a negligência do Estado quanto ao fornecimento de melhores condições de habitação, infraestrutura urbana, saúde e higiene para os removidos.

Não à toa, vários problemas espaciais e socioeconômicos do Arraial continuaram reproduzindo-se no Conjunto Rondon. Ora, a principal finalidade do prefeito de Fortaleza e de sua política de desfavelamento era combater os espaços de moradia dos pobres – as favelas – do Centro da capital. Se no Arraial Moura Brasil, além de não existir esgoto, saneamento e outros equipamentos urbanos, seus moradores eram considerados como o empecilho do desenvolvimento da cidade, por que deveríamos esperar que no conjunto a realidade seria outra?

Os dois primeiros anos do Conjunto Marechal Rondon foram bastante semelhantes a realidade do Arraial Moura Brasil devido à permanência de alguns problemas sociais e urbanos que perpassaram ambos, logo, isto confirma a nossa hipótese: as políticas habitacionais priorizavam a questão econômica e urbana em detrimento da questão social. As políticas habitacionais e, no nosso caso, o Programa de desfavelamento, no início da década de 70, praticamente só afastaram o incômodo (favela) das áreas centrais das cidades sem resolvê-lo, de fato. Assim, consideramos que o único fator positivo disso foi a obtenção, em parte, da casa própria pelos excluídos.

Quando afirmamos que os programas habitacionais não resolveram o problema da favela, estamos nos referindo, principalmente, à perspectiva social de seus moradores. Estes moravam nas favelas por serem excluídos socioeconomicamente da cidade, quase inexistindo alguma possibilidade de sair destes locais. Afinal, [...] *a favela representa ainda, em termos habitacionais, a possibilidade mais viável e econômica para as camadas de baixa renda* [...] (VALLADARES, 1980, 81). Quando as políticas habitacionais passaram a construir conjuntos habitacionais para estas populações, eles, na verdade, excluíram-nas ainda mais. Daí, temos o porquê de as deficiências antigas das favelas persistirem nos conjuntos.

Apesar disso, através das entrevistas, nós identificamos que os problemas do Conjunto Rondon, quer tenham sido resolvidos logo ou não, foram encarados muito pacientemente pelos removidos, porque já faziam parte do cotidiano deles. Porém, um acontecimento, foi muito malvisto e reclamado por eles: o Marechal Rondon tornar-se um bairro de Caucaia. Isto, segundo os três entrevistados, foi o pior dilema do conjunto: *O ruim é que quando eu vim pra cá, eu não vim pra Caucaia, eu vim pro Antônio Bezerra, ele (Rondon) era o último bairro do Antônio Bezerra. Depois, com o governo do Virgílio Távora com o Danilo Correia (prefeito de Caucaia), depois que eu cheguei aqui, virou Caucaia* (DIAS, 2014).

Segundo os entrevistados, o local em que foi posto o Conjunto Marechal Rondon fazia parte de Fortaleza e em meados dos anos 80 passou a ser governado pelo município de Caucaia. A desvantagem dessa mudança de esfera municipal, conforme Dona Edith, foi, além da perda de alguns benefícios dados apenas aos moradores da capital e das facilidades de acesso aos seus equipamentos urbanos, muitas vezes deficiente em outras localidades como Caucaia e outras cidades da Região Metropolitana de Fortaleza, o que considerava um "decréscimo" de status ao deixar de ser uma moradora da capital. Supomos que isso também demonstra a necessidade de continuar pertencendo a Fortaleza e uma noção de hierarquização simbólica do espaço urbano pelos próprios moradores.

Mesmo diante de todas as dificuldades presentes no Conjunto Marechal Rondon, Raimunda e Edith afirmam não terem feito escolha melhor na vida do que mudar-se para lá: *O tempo passou e hoje a gente tá vendo esse grande conjunto que eu vi se levantar tudo do nada. Vim ao conjunto foi a maior benção que eu já recebi* (SILVA, 2014). Entretanto, para Francisco, sair do Arraial nunca foi seu desejo. Segundo ele, de todas as suas perdas, quando veio transferido para o Rondon, as maiores foram a perda de sociabilidade entre ele e sua família e, sobretudo, a privação de não poder mais usufruir das opções de lazer do centro da cidade:

> Quando a gente veio pra cá, tudo ficou longe, ficou mais difícil. Lá no Arraial, quando eu tava sem trabalhar, eu ia ali na praia pescar e rapidim eu pegava peixe e ou ia vender ou ia comer. Ficou difícil de ver meu irmão, porque ele continuou morando no centro e aí ficou difícil eu ir pra lá. Eu gostava do Arraial porque era perto de tudo na cidade, eu ia andar no centro, eu ia comprar alguma coisa, muito ligeiro. E quando não tinha o que fazer, eu ia jogar bola com meus amigos, dar um mergulho no mar, passear na Praça do Ferreira [...] (SOUZA, 2014).

Assim, finalizamos este artigo ressaltando que a ida ao Conjunto Marechal Rondon foi vista como vantajosa, tanto pela garantia da casa própria quanto por hoje os removidos

desfrutarem de muitas melhorias espaciais ocorridas ao longo desses 44 anos de remoção. Entre as divergências e convergências das memórias e visões dos entrevistados acerca do (re)ordenamento urbano de Fortaleza, da construção da Avenida Leste-Oeste e da chegada ao Conjunto Rondon, destacamos que para todos o Arraial sempre vai deixar saudades, mas apenas no Rondon eles, de fato, viram a si próprios como cidadãos, porque puderam, enfim, realizar o "sonho" da casa própria. Toda a luta ou as dificuldades encontradas quando da saída do Arraial, como transporte, infraestrutura e distância do local de trabalho, atualmente são lembradas enquanto um desafio vencido, uma etapa anterior as bonanças.

Entretanto, apesar dos moradores sentirem-se beneficiados com a casa própria, fruto de muito trabalho e dedicação, pois a prefeitura não os ajudava com a construção, o Programa Integrado de desfavelamento não pode ser considerado uma política integradora e social. Além de surgir para fins urbanos e econômicos, utilizando o discurso social para convencer a população a aceitar as mudanças, o programa não se preocupou em dotar de equipamentos urbanos e de saneamento básico os conjuntos habitacionais destinados aos removidos. Em resumo, o objetivo era retirá-los, afastá-los e escondê-los, para que as áreas centrais da capital ocultassem a presença dos pobres.

REFERÊNCIAS:

ARAGÃO, Thêmis A. **Influência das políticas habitacionais na construção do espaço Urbano metropolitano de Fortaleza** - História e perspectivas. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

AZEVEDO, Sergio. Vinte e dois anos de política de Habitação Popular (1964-86):criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista Administração pública.** Rio de Janeiro, dezembro, 1988.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social.** Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CEARÁ, Governo do Estado. **As migrações para Fortaleza.** Secretaria de Administração. Fortaleza-Ceará, 1967.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Programa integrado de desfavelamento de Fortaleza:** estudo preliminar. Secretaria Municipal de Planejamento. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1973.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar:** do milagre brasileiro à crise econômica. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

MOTA, Antônia Erika S. **Uma experiência em desfavelamento:** Conjunto Marechal Rondon. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1972.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PERUZZO, Dilvo. **Habitação:** controle e espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

PINHEIRO, Carlos H. Lopes. **Desenvolvimento urbano e seus reflexos socioespaciais**: Estudo da relação entre a população e uma política de produção do espaço urbano no Arraial Moura Brasil – Fortaleza – Ceará. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração do Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

VALLADARES, Lícia do Prado**. Passa-se uma casa.** Analise do programa de remoção de Favelas do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

Recebido: 29/5/2017

Aceito: 3/10/2017

FORÇA PARA DANÇAR, FORÇA PARA LUTAR: A MÚSICA E A DANÇA COMO INSTRUMENTOS DE RESISTÊNCIA FÍSICA E POLÍTICA ENTRE POVOS INDÍGENAS

STRENGTH TO DANCE, STRENGTH TO FIGHT: MUSIC AND DANCE AS INSTRUMENTS OF PHYSICAL AND POLITICAL RESISTANCE AMONG INDIGENOUS PEOPLES

Fernando Lucas Garcia de Souza[1]

RESUMO: Este artigo pretende discutir o papel da música e da dança na construção dos corpos – individuais e coletivos – dos indígenas das etnias Guarani Kaiowa, Nhandeva, Mbyá e Chiripá, dos Bororo e dos Kĩsêdjê, buscando compreender a relação entre a resistência necessária para os longos rituais de dança e a resistência necessária às intermináveis lutas que os indígenas brasileiros são obrigados a enfrentar, na busca pela sua reprodução física e cultural.

PALAVRAS-CHAVES: Música. Corpo. Dança. Resistência.

ABSTRACT: This article intends to discuss the role of music and dance in the construction of the individual and collective bodies of the indigenous Guarani Kaiowa, Nhandeva, Mbyá and Chiripá, Bororo and Kĩsêdjê ethnic groups, seeking to understand the relationship between the resistance required for the long Rituals of dance and the necessary resistance to the endless struggles that the Brazilian natives are forced to face in their quest for their physical and cultural reproduction.

KEYWORDS: Music. Body. Dance. Resistance.

INTRODUÇÃO

> A gente dança muito quando ouve o barulho dos pistoleiros. A nossa defesa é dançar, a gente passa a noite toda. Esquenta, une a gente. E aí eles ficam com medo. Escutam nossas danças e eles vão embora. Levam com eles os nossos medos. (Indígena Guarani Kaiowá da Comunidade Apyka'i)[2]

[1] Mestrando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. E-mail: fernandogarcia.historia@gmail.com

[2] Relato coletado em junho de 2016 pela estudante de Direito da UFGD, Nathaly Munarini, em suas incursões na Comunidade Apyka'i, no contexto em que este grupo se via ameaçado de despejo das terras que reivindicavam em Dourados-MS, o que aconteceu em seguida e tem sido até o momento em que escrevo, alvo de manifestações de diversos setores da sociedade, sem no entanto, uma ação afetiva do Estado para com este grupo, que encontra-se em condições precárias de existência à beira da rodovia que corta as terras por eles reivindicadas.

Não nos é estranha a citação do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, que atesta que "sem a música a vida seria um erro". Em nossa sociedade ocidental contemporânea, a música parece possuir facetas diversas, que transitam entre a arte – na forma de uma manifestação do espírito humano, a partir da qual somos possibilitados de sondar-nos interiormente e revelar na forma de poesia cantada ou na combinação dos sons, a nossa capacidade de sentir e experienciar o mundo – até um produto de consumo, fabricado em escala industrial, repetitiva, massiva e mesmo empobrecida, para atender a demanda de uma sociedade consumidora e consumida pela alienação de seus corpos para o trabalho, que lhes confere à conta-gotas momentos de lazer diante da esmagadora rotina do cotidiano.

Há ainda, nas ditas sociedades complexas[3], especialmente – mas não somente – após os movimentos de contracultura dos anos de 1960, a utilização da música como instrumento de contestação social por parte de mulheres, jovens, negros e outros grupos socialmente marginalizados em diferentes graus, como ferramenta de oposição à ordem social que em maior ou menor medida exclui estes grupos. Neste contexto é que se organizam gêneros musicais que surgem – ou acabam por tornar-se – como parte de um movimento maior, que envolvem além da música, outras manifestações artísticas, vestimentas, vocabulários específicos e comportamentos, como o *Punk Rock*, o Samba, o *Funk*, o *Rap* e o *Blues*, que posteriormente geraria o R*ock'n Roll*.

O que pudemos observar, em um curto período em que estivemos em contato com as produções no campo da História e Historiografia Indígena no Programa de Pós-Graduação em História da UFGD e com as comunidades indígenas da região de Dourados e Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, é que a música, para estes grupos, parece também tomar dimensões de utilização e significado que ultrapassam manifestações de cunho unicamente congregacional, espiritual, religioso ou artístico, no sentido que tentamos descrever acima. O que pudemos perceber, e que tentaremos discutir neste texto, é que a música para as comunidades indígenas parece possuir um forte caráter social e político, interferindo na relação dos indivíduos dentro do grupo, e sobretudo como instrumento de resistência cultural fora dele.

Falarmos de cultura, certamente implica tomarmos em conta a ampla dimensão deste conceito, alvo de discussão dentro da Antropologia e outros campos das ciências humanas[4]. Para além de adentrarmos nesta discussão, na qual não sabemos no que poderíamos contribuir, friso apenas que objetivaremos neste texto, pensar os cantos e danças indígenas como elementos culturais, a partir da concepção de cultura discutida por Manuela Carneiro da Cunha, na qual é possível admitir "a existência de esquemas interiorizados que organizam a percepção e a ação das pessoas e que garantem um certo grau de comunicação

[3] Termo comumente utilizado na Antropologia para definir as sociedades com graus de estrutura e organização notadamente mais complexos que as sociedades ditas "primitivas", "tribais" ou "simples". Para mais, ler Peirano (1983).

[4] Para mais sobre os esforços teóricos para a definição do conceito de cultura, suas controvérsias, bem como sua amplitude, ler Laraia (2001).

com os grupos sociais, ou seja, algo do gênero do que costuma se chamar de cultura".[5] A autora atenta, citando Marshall Sahlins, para o fato de que, ainda que a Antropologia contemporânea tenha colocado objeções ao uso do termo cultura, os povos tradicionais estão "mais do que nunca celebrando sua "cultura" e utilizando-a com sucesso para obter reparações por danos políticos".[6]

Em suma, trabalharemos com a ideia da autora da existência de uma Cultura, pensando-a enquanto esta sistematização simbólica da ação e experiência humanas, e de uma "Cultura", enquanto a fabricação de uma identidade e alteridade a partir da definição de sinais diacríticos, reivindicados como tradicionais e imemorialmente herdados, ainda que possam ser constantemente fabricados, reinventados ou reelaborados – o que necessariamente não os descaracteriza, antes mostra a dinamicidade da cultura. Esta dinamicidade pode ser percebida em Almeida, ao tratar as danças Bororo:

> Por serem produtos da ação humana, as danças são reconstruídas constantemente em meio a um processo dinâmico e específico de cada cultura. A constante recriação das danças realizada pelo grupo proporciona-lhes o sentido de continuidade, podendo ser transmitida de geração em geração tendo como base suas tradições. No caso estudado, as danças e seus instrumentos foram rememorados e atualizados por seus praticantes. (ALMEIDA, 2015, p. 9)

Dito isto, façamos saber que este trabalho busca o diálogo com autores que discutem o tema da música, dos cantos e danças indígenas em etnias diversas, como os citados Bororo[7] – Mato Grosso – os Guarani Kaiowa e Nhandeva[8] – Mato Grosso do Sul – os Mbyá e Chiripá[9] – Sul e Sudeste do Brasil e os Kĩsêdjê[10] – Mato Grosso. A pluralidade destes grupos, certamente não permite pensar em uma relação uniforme deles com o corpo e com a música, como atenta Almeida:

> Esses povos possuem diversas formas de produzir a vida coletiva, pois cada contexto sociocultural é marcado pelas relações historicamente vividas, tanto no que se refere ao próprio povo, quanto a outras etnias ou grupos diversos da sociedade não indígena que se relacionam. Com isso, compreende-se que são distintas as formas de produção dos corpos e de suas práticas corporais, pois, por serem construções socioculturais, dependem das possibilidades de mediações que cada grupo vivenciou em sua história. A corporalidade construída por cada grupo é um meio de distinção, ou seja, se identificam entre si e de se diferenciar de outros grupos. (ALMEIDA, 2015, p. 1)

Deste modo, cumpre salientar que o que tentaremos aqui são analises que adotam uma perspectiva generalizante, buscando encontrar pontos comuns dentro da temática abordada – os usos políticos e sociais dos cantos e danças – porém, deixando explícito que, por tratar-se de etnias diferentes, advindas de diferentes troncos linguísticos e com

5 CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 313.

6 Idem, p. 313.

7 ALMEIDA, 2015.

8 CHAMORRO, 2004, 2011, 2012; MONTARDO, 2009.

9 MONTARDO, 2009.

10 SEEGER, 2015.

uma história diversa, um estudo mais aprofundado acerca da temática deveria esmiuçar as particularidades de cada um destes grupos, o que não é nosso objetivo neste momento, e para o que não julgamos possuir aportes teóricos suficientes.

O LUGAR CENTRAL DA PALAVRA

Como aponta Montardo, os Guarani atestam que não há possibilidade de vida na Terra se este grupo não estiver cantando e dançando. Segundo os Kaiowá, o sol é um xamã, o *Pa'iKuara*, que canta e toca seus instrumentos durante o dia. No período da noite, os homens é que são responsáveis por tocar, cantar e dançar, rito necessário para impedir que o Sol cesse de iluminar a Terra, e que esta, como um *mbjeu-guassu* (beiju grande), vire de ponta-cabeça[11]. Do mesmo modo, Seeger escreve que para os Kĩsêdjê, era por meio do canto que eles restabeleciam o bem e a beleza do mundo, e se relacionavam com ele, sendo possível assim restaurar certos tipos de ordem e criar outros, restabelecendo a "ordem correta" do cosmos.[12]

Portanto, segundo Montardo, para os Guarani, a palavra é um pilar da cultura. A autora aponta que o termo *ñe'ẽ*, que é traduzido por Palavra, é também a tradução de uma alma humana divina, podendo considerar assim uma "alma-palavra". A alma, portanto, se constitui através da palavra[13]. Deste modo, o indivíduo Guarani não é um ser que nasceria pronto, completo, mas que se constituiria no decorrer de sua existência, moldado pela palavra.

Compreender isto nos ajuda a compreender a centralidade dos cantos e danças na cultura Guarani. Uma vez que a palavra é formadora da pessoa, constituindo-a, diríamos, espiritualmente – psicológica ou subjetivamente, caso o leitor prefira os termos – a partir dos cantos, e que as danças, efetivamente participam deste processo construindo – ou moldando – o corpo dos sujeitos, então a música, na forma dos cantos e danças, seria agente formador daquele indivíduo, tanto de seu corpo quanto de sua alma. Semelhantemente, Chamorro demonstra a centralidade da música, cantada e dançada, na cultura Guarani:

> A música vocal acompanha uma teoria da palavra entre os povos falantes de guarani. A palavra enquanto princípio vital dá forma aos humanos numa estreita semelhança com as divindades. As rezas, os *guahu* e *kotyhu* são formas especiais de palavra. Elas existem desde a fundação do mundo. Os instrumentos vieram ao mundo com seus cantos. As divindades e os humanos primordiais, *yvypórarembypy*, não falam; cantam. Não caminham; dançam. Por isso quem canta e dança é mais. (CHAMORRO, 2011, p. 56)

A mesma função fundadora do indivíduo e ordenadora da sociedade – sobre este último elemento falaremos adiante – também se apresenta entre os Kĩsêdjê, estudados por Seeger:

11 MONTARDO, 2009.

12 SEEGER, 2015.

13 MONTARDO, 2009

> A cosmologia Kĩsêdjê se manifesta com especial clareza no plano da aldeia, no uso do espaço, na ornamentação e no uso do corpo. Meu argumento é que, com seu cantar, os Kĩsêdjê criavam o espaço, o tempo e a pessoa, bem como introduziam e controlavam o poder das transformações. O canto era assim um modo importante de (r)estabelecimento do cosmos em sua ordem "correta". (SEEGER, 2015, p. 255)

Mesmo o suicídio, tema caro e delicado entre os Kaiowá, que parece envolver uma complexidade de elementos culturais e políticos, como a privação da possibilidade de reprodução sociocultural deste povo, é atribuído por eles a uma crise da palavra-alma, que "não tendo meios para se desenvolver como pessoa, que segundo o modo de ser Kaiowá é um crescimento psíquico-espiritual centrado na "palavra", o jovem "cai na corda", uma alusão ao enforcamento, e estrangula seu fluído vital, sua palavra-alma".[14]

Chamorro acrescenta ainda, acerca da palavra – do cantar e do contar histórias, que se entrelaçam nos rituais musicais Guarani – que escutá-la é condição para continuar existindo, uma vez que "evocam nas pessoas o sentido original da existência e lhes propiciam a contemplação e o encontro com Seres e Realidades primordiais",[15] além de considerá-la elemento central na experiência e discurso religiosos, caracterizando-se para os Guarani em uma experiência não apenas auditiva, mas também visual.[16]

Assim, se apreendermos a dimensão do termo *ñe'ẽ* para os Guarani, torna-se compreensível o porquê de Montardo defender que, mais do que apenas *palavra*, ele deve englobar também a *dança* – movida pela *música* – em sua tradução, uma vez que combinados, estes elementos são fundamentais na constituição do ser Guarani em sua completude, física e espiritual-psicológica.[17]

A FORÇA NECESSÁRIA PARA DANÇAR: A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA CONSTRUÇÃO CORPORAL DOS INDÍGENAS

Assim como a palavra, na forma dos cantos, as danças também ocupam lugar central na cultura dos povos indígenas aqui citados. Os rituais descritos pelos autores com os quais dialogamos, mostram a importância da dança na construção e no moldar dos corpos Bororo, Kĩsêdjê e Guarani estudados. O que pudemos perceber, foi que o corpo nas sociedades tradicionais – e não apenas nelas, como percebemos ao estudar as modificações corporais nos centros urbanos[18] – é o instrumento primordial segundo o qual os sujeitos experienciam sua existência e se relacionam uns com os outros e com o mundo a sua volta. Como aponta Le Breton, a maneira como as sociedades percebem e elaboram a noção de corpo é relativa, variando de uma cultura para a outra. Segundo ele, no caso das sociedades tradicionais, não há um divórcio entre o corpo e a pessoa:

14 CHAMORRO, 2011, p. 51.
15 Idem, p.56.
16 CHAMORRO, 2004, pp. 117-118.
17 MONTARDO, 2009, p. 144.
18 GARCIA DE SOUZA, 2016.

> As concepções de corpo são tributárias das concepções de pessoa. Assim, numerosas sociedades não separam o homem do seu corpo, à maneira dualista, tão familiar ao ocidental. Nas sociedades tradicionais o corpo não se distingue da pessoa. As matérias-primas que compõem a espessura do corpo são as mesmas que dão consistência ao cosmo, à natureza. Entre o homem, o mundo e os outros, um mesmo estofo reina com motivos e cores diferentes, os quais não modificam em nada a trama comum. (LE BRETON, 2016, p. 8)

Entre os Kĩsêdjê estudados por Seeger, esta concepção de corpo fica clara. Segundo o autor, o conceito de pessoa Kĩsêdjê compreende três componentes distintos: corpo físico, identidade social e espírito, porém, percebidos em unidade na pessoa, e mais, como parte de uma conexão com outros elementos da natureza, sendo possível sua transmutação em outros animais, como Seeger narra acerca da Festa do Rato.[19] Esta possibilidade se dá a partir da perspectiva de que o corpo do sujeito é parte do todo, é atrelado à totalidade da natureza, como aponta Le Breton:

> O corpo não é concebido pelos caneques como uma forma e uma matéria isoladas do mundo; ele participa e sua totalidade de uma natureza que, ao mesmo tempo, o assimila e o banha. A ligação com o vegetal não é uma metáfora, mas uma identidade de substância. [...] Se o corpo está em ligação com o universo vegetal, entre os vivos e os mortos, não existem mais fronteiras. A morte não é concebida sob a forma do aniquilamento, ela marca o acesso a outra forma de existência, na qual o defunto pode tomar o lugar de um animal, de uma árvore ou de um espírito. (LE BRETON, 2016, pp. 19-20)

> Se considerarmos tal perspectiva, compreenderemos mais facilmente a importância da construção do corpo pela música – cantada e dançada – entre os grupos em questão. O corpo não se faz apenas um receptáculo da alma, uma vestimenta biodegradável que meramente abrigaria a pessoa, mas sim um elemento central e indissociável na experiência dos sujeitos entre eles, com os não índios, com o mundo natural e mesmo com o sobrenatural. É a partir do corpo que estas relações se estabelecem, se manifestam e se definem. Não por acaso, há uma necessidade de afirmar esta importância por meio dos rituais, como aponta Almeida:

> Entre os Bororo, as práticas corporais são materializadas na furação de orelha e lábios, na utilização de adornos, nas pinturas faciais e corporais, na escarificação, nos cortes de cabelos, nas corridas, nos jogos e nas danças e, também no futebol que contribui para a constituição da corporalidade e, por conseguinte, da identidade Bororo. Portanto, é por meio do corpo que se reconhece um Bororo. Corpo este que não pode ser compreendido desvinculado de seu contexto histórico, social e espiritual. Neste sentido, o corpo para os índios Bororo remete a totalidade de sua cultura e, por este motivo, eles intervêm em seus corpos desde o nascimento até o sepultamento definitivo. (ALMEIDA, 2015, p. 5)

Percebendo a indissociabilidade do corpo e do espírito-psique nestes grupos, atentemo-nos para a disposição empreendida na construção física destes corpos por meio das danças. Como aponta Seeger, há um elemento importante na longa duração dos cantos e danças:

> Sabemos pouco sobre as maneiras como a música e a dança podem afetar o corpo, com exceção de alguns trabalhos sobre o transe. Há, no entanto, um componente físico inegável nas artes performáticas, que ignoramos por nossa conta e risco. O canto Kĩsêdjê era uma experiência

[19] Para uma maior compreensão acerca da transmutação, ler acerca do perspectivismo ameríndio em Viveiros de Castro (2004)

> física bem como social, algo a ser feito de maneira dura e exaustiva, que resultava em uma experiência fora do comum. (SEEGER, 2015, p. 249)

Esta característica dos rituais Kĩsêdjê, de serem longos e exaustivos – Seeger fala em um evento de quinze horas de duração, durante a Festa do Rato[20] – se repete nos outros grupos estudados. Almeida, sem precisar a duração, aponta que as danças entre os Bororo exigem "grande esforço físico e sincronia de movimentos dos participantes com o ritmo dos chocalhos".[21]

Entre os Guarani, especificamente os Kaiowá estudados por Chamorro, as cerimônias do milho e do menino envolvem o *Jerosy Puku*, ou o canto longo. Estes rituais musicais demandam grande esforço – especialmente do xamã, ou rezador, que conduzem o processo ajudados pelos *Yvyra'ija*[22]– chegando a durar doze horas:

> A reza, é do ponto de vista de seu movimento, uma caminhada que dura de dez a doze horas, conforme o mês e o lugar onde acontece. Realiza-se ao redor de um pilar central da casa de reza. A marcha inicia ao anoitecer, com os homens em formação circular, liderados por um rezador, geralmente o xamã, e por seus ajudantes. Durante a reza, ninguém se detém. A caminhada e lenta como a reza e longa como a tradição que nela se evoca. A caminhada é uma incursão no tempo. (CHAMORRO, 2012, p. 219)

Chamorro aponta ainda que a dinâmica dos cantos vai se alterando e diferentes momentos e sentimentos são evocados ao longo do percurso – o termo seria precisamente este, uma vez que o ritual evoca o sentido da caminhada, tanto no que diz respeito ao percurso que rememora ou revive os episódios míticos de origem, relacionando-se com o passado como o sentido de continuidade rumo à novas terras habitadas por falantes de línguas guarani[23]. Ao amanhecer, com o fim do ritual, "o rezador é festejado por seus parentes. Seu rosto está alterado, depois de dez horas e meia de canto e caminhada".[24]

Neste mesmo sentido, ao discutir a atuação dos xamãs, Montardo aponta que nos rituais em que a música e dança se manifestam, fica claro não apenas o esforço espiritual, "mas também o esforço corporal dispensado na manutenção da comunicação com as divindades e, de outro, a importância dos cantos e da dança no processo".[25]

Portanto, é possível notar a importância da música, na forma dos cantos e danças, na construção dos corpos dos grupos citados, e inferir que os longos rituais demandam notável resistência física, promovendo assim o condicionamento corporal dos indivíduos envolvidos, requerendo aquilo que chamamos da força necessária para dançar.

---

20 SEEGER, 2015, p. 265.

21 ALMEIDA, 2015, p. 6.

22 Montardo explica que entre os Guarani – neste trecho ela trata mais especificamente dos Mbyá – os *Yvyra'ija* são os "ajudantes do ñhanderu, aqueles que já tem um pouco de força porque já tem seu canto" (MONTARDO, 2009, p. 44)

23 CHAMORRO, 2012; 2011.

24 Idem, 2012, p. 220.

25 MONTARDO, 2009, p. 31.

A FORÇA NECESSÁRIA PARA LUTAR: A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA ENQUANTO ELEMENTO POLÍTICO NAS DISPUTAS INDÍGENAS

O corpo construído a partir da música não é apenas o corpo físico, individual. Os cantos e danças possuem também o papel de construção identitária, de um corpo social.

Segundo Seeger, entre os Kĩsêdjê os cantos eram parte de um ritual coletivo, caracterizando-se como um elemento essencial na produção e na reprodução sociais. Era por meio do canto que os domínios espaciais, as durações temporais e certas formas de relações humanas eram estabelecidas. Conforme o autor, o canto mantinha relação estreita com a produção material e a identidade social, articulando as experiências de vida com os processos da sociedade[26]. Ele aponta ainda que, não sendo as outras formas verbais permitidas a todos os sujeitos, o canto era a forma através da qual eles poderiam expressar publicamente raiva, tristeza ou euforia, uma vez que o confronto verbal na arena pública era desencorajado. Estes momentos permitiam assim, nas palavras do autor, que os sujeitos alinhassem e realinhassem suas expectativas[27], o que possibilitaria a organização e reorganização do corpo social por meio dos cantos.

Da mesma maneira, entre os Bororo a música parece ocupar um papel central na organização do corpo social. Segundo Almeida, a corporalidade, construída entre outros fatores pela música, contribui para a afirmação étnica, e constituem-se em importantes objetos na compreensão da estrutura social e da personalidade da pessoa Bororo[28]. Para o autor, as danças são práticas sociais compreendidas a partir dos interesses em disputa pelos indivíduos que ocupam posições hierárquicas no grupo, constituindo assim um campo de ação política.[29] Almeida explica:

> As danças são acompanhadas dos adornos e das pinturas corporais que são propriedades clânicas e expressam em sua simbologia a cosmologia deste grupo étnico. Neste sentido, por meio das danças os Bororo mantêm a reciprocidade entre os clãs, pois os indivíduos de diferentes grupos clânicos se mobilizam para representar mitos de outros grupos, além de trocarem adornos entre as metades, outorgarem enfeites plumários, estojos penianos e prestarem serviços funerários relatados nos mitos desta etnia. Portanto, as danças envolvem um trabalho coletivo com o intuito de restabelecer a ordem de um mundo desequilibrado por algum processo social. Este labor requer uma coordenação entre os indígenas para preparação dos alimentos, dos adornos, das pinturas imprescindíveis à realização dos cantos e das danças que compõem seus ritos. (ALMEIDA, 2015, p. 8)

O texto de Almeida deixa perceber que a dança possui um forte elemento de construção do corpo social, bem como do corpo físico do indivíduo. É por meio de ritualização da experiência do grupo que as relações são estabelecidas ou restabelecidas, como pôde ser percebido anteriormente nos Kĩsêdjê estudados por Seeger. Esta ordenação e reordenação se repete entre os Bororo, ao organizarem-se coletivamente na preparação dos alimentos,

26 SEEGER, 2015, pp. 247-248.

27 Idem, p.251.

28 ALMEIDA, 2015, p. 2.

29 Idem, p.9.

adornos e pinturas que precedem a dança, bem como na relação comunitária necessária à dinâmica do ritual, uma vez que Almeida aponta que as danças Bororo são, essencialmente, coletivas[30].

Outro aspecto a ser considerado na construção do corpo social é a relação destes grupos com os não índios. Segundo Seeger, uma característica da dinamicidade cultural percebida no canto dos Kĩsêdjê, é que sua música e o peso conferido a ela, foram afetados pelas perdas de terra para os fazendeiros da região. Para o autor, o canto adquiriu uma dimensão suplementar neste processo, num contexto de luta pela sobrevivência. Seeger aponta que eventualmente, a sobrevivência dos grupos depende da maneira como eles conseguem mobilizar a opinião pública na solução de suas questões, especialmente as expropriações de terras. Diante desta situação, por vezes a estratégia possível para estes grupos é a de reivindicar uma identidade de "índio", aquela imagem cristalizada no imaginário do não índio, de um sujeito selvagem, despido de roupas e vestindo adereços de penas, e dançando. Seeger conclui:

> A música pode ser uma ferramenta especialmente útil para afirmar a identidade de um grupo, assim como a vestimenta e os estilos de discurso. Mesmo quando os estilos de vida mudam, quando a aldeia é abandonada, quando são extintos os pássaros cujas penas são necessárias para os ornamentos, quando se vestem roupas e a língua nativa cai no esquecimento, os membros do grupo podem em dada ocasião empregar o canto e a dança para afirmar o que eles mesmos gostariam de ser, e restabelecer uma continuidade com o passado. (SEEGER, 2015, p.264)

Neste complexo de relações um elemento crucial deve ser observado. A sobrevivência dos indígenas implica na necessidade de lidar com o outro, possuidor de uma racionalidade organizadora do mundo diferente da sua. A questão é que inexoravelmente, as vidas destes indígenas são decididas dentro desta racionalidade outra, à qual o indígena está submetido, quando das decisões que envolvem as esferas institucionais – ou pior, o autoritarismo e a violência dos fazendeiros que se baseiam em um senso de propriedade construído a partir de uma lógica que vê a terra, que na racionalidade das sociedades tradicionais é elemento de um todo, da qual os homens constituem uma parte intrinsecamente conectada e tributária, como uma propriedade individual, passível de ser cercada e explorada para o enriquecimento de um só sujeito.

É vendo-se diante destas relações de força notadamente desiguais, que os grupos indígenas podem ter de recorrer a "cultura", na perspectiva cunhada por Carneiro da Cunha e citada no início deste texto. Diante da necessidade de afirmar sua condição de povos tradicionais, estes grupos podem recorrer à música enquanto instrumento de luta na disputa pela garantia de condições para sua reprodução social. A este respeito, Almeida afirma:

> Em outras palavras, performatizar suas práticas corporais é assumir uma postura de intervenção estética e política no processo de interação com a sociedade não-indígena. Esse procedimento contribui para a significação dos rituais indígenas em contextos específicos que, ao seu modo,

[30] ALMEIDA, 2015, p. 7.

> atualizam a identidade de cada povo e seu modo de representar o mundo. Pois, esta outra maneira de fazer política, decorrente da valorização de seus rituais, motivam o estabelecimento de relações sociais nas sociedades envolvidas, atualizando suas crenças, normas e códigos legais, isto é, seu padrão cultural. (ALMEIDA, 2015, p.14)

Este padrão cultural atualizado, ou esta "cultura" não é, como já apontou Carneiro da Cunha, uma falsificação. Pelo contrário, é o olhar das sociedades ditas complexas que se faz ingênuo ao pensar que as tradições são sempre heranças imemoriais, que se perdem no tecido do tempo e possuem uma forma estática desde suas origens insondáveis. Pensar a tradição como algo pronto, cristalizado e imutável é ignorar a dinamicidade da cultura[31] e a autonomia dos indivíduos dentro dos grupos, é desconsiderar que os eventos se desenrolam na articulação entre a ação e a estrutura,[32] ou seja, entre aquilo que está mais estavelmente instituído e a possibilidade de reorganização dos sujeitos dentro destes cenários.

É diante das novas configurações de mundo com as quais os povos indígenas são obrigados a lidar, que suas práticas culturais vão sendo reelaboradas e adquirem novas dimensões. Um reflexo disto, como aponta Montardo, é a imprescindibilidade da presença do xamã nas reivindicações de terras Guarani, na qual este irá, por meio dos cantos e danças preparar o ambiente espiritual diante do conflito – que tende a ser político, mas por vezes torna-se armado – que pode ocorrer.[33]

Outro ponto perceptível desta mudança é descrito por Chamorro com relação ao ne'ˇengarai, originalmente uma reza dirigida a um desafeto interno, que poderia levar à morte daquela a quem é dirigida. Para a autora, é possível que atualmente:

> ...as ne'ˇengarai estejam nas ameaças proferidas contra as pessoas e instâncias do Estado que impedem ao povo Kaiowá de viver em paz, de ter acesso as terras tradicionais, de onde foram expulsos. Neste particular, as ne'ˇengarai não deixam de ser uma forma de engajamento político, de esperança. As ameaças consistem quase sempre em dizer que se os não indígenas não lhes devolverem suas terras ou não negociarem com as comunidades indígenas novas formas de convivência, eles, os não indígenas, serão atingidos pelo 'vento destruidor', *marany*, e morrerão vítimas da sua própria ambição e avareza. (CHAMORRO, 2011, p. 52)

Nota-se a reelaboração de elementos culturais diante das novas configurações geradas pelo contato com o não índio. É neste sentido que a música me parece atuar como instrumento de luta, tanto no campo simbólico, como descrito por Montardo na presença dos xamãs nas reivindicações de terras, quanto no campo prático, da utilização da música como recurso de afirmação da identidade étnica, por vezes instrumento valioso na luta pela sobrevivência física e cultural do grupo.

31 THOMPSON, 1998.

32 SHALINS, 1990.

33 MONTARDO, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que buscamos ao longo do texto, foi pensar a música, na forma dos cantos e danças, como elemento cultural e sua função na construção dos corpos indígenas – considerando aqui tanto os corpos individuais dos sujeitos quanto o corpo social, o grupo. Para tanto, buscamos o diálogo com autores que discutem o tema da música em diferentes etnias, guardando de percebermos que, por certo, há entre eles diferenças, mas que há também similitudes que podem ser levadas em consideração para a análise proposta neste espaço.

Dentre os pontos em comum, estes grupos recorrem ao discurso de que é a música ocupa um lugar fundamental na ordenação do mundo, e que é a partir de seu engajamento nesta prática que a ordem da Terra é mantida, uma vez que o abandono dos cantos e danças acarretaria no estabelecimento do caos. Esta afirmativa tem implicações variadas, que parecem ir da importância da manutenção da tradição dentro do grupo, quanto da óbvia conclusão que, se são os indígenas quem mantêm a ordem do mundo a partir de seus cantos, é imprescindível aos não índios que lhes possibilitem as condições de reprodução social e cultural – o que inclui estar assentado na terra – para que esta ordem não seja abalada.

Este e outros discursos que são reivindicados pela prática dos cantos e danças dão o tom da importância da existência e manutenção da música na cultura indígena, enquanto elemento organizador e reorganizador social dos grupos. O que nos parece, e que buscamos discutir aqui, é que a uma relação intrínseca entre a música e as disputas políticas dos indígenas, ou como propusemos, entre a resistência necessária na dança e a resistência necessária à luta política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Arthur J. M. **As danças Bororo na contemporaneidade brasileira**. Anais do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Vitória: CONBRACE, 2015.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *"***Cultura" e Cultura:** *conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais*. **In: Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CHAMORRO, Graciela. **A arte da palavra cantada na etnia Kaiowa**. Boletim 73. Societé Suisse des Americanistes. Genebra, 2011

_____. **La buena palavra:** *experiências y reflexiones religiosas de los grupos guaraníes.* Revista de Índias, v. 64, n. 230. Madrid: CSIC, 2004.

_____. **Narrar com os pés:** *uma aproximação da história oral desde a perspectiva Kaiowá*. *In*: *Trânsitos da Voz.* LEITE, Eudes F; FERNANDES, Frederico. Londrina: EDUEL, 2012.

LARAIA, Roque B. **Cultura:** *um conceito antropológico.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LE BRETON, David. **Antropologia do Corpo.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MONTARDO, Deise L. O. **Através do Mbaraka:** *música, dança e xamanismo Guarani.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

PEIRANO, Mariza G. S. **Etnocentrismo às avessas:** *o conceito de "sociedade complexa".* Dados – Revista de Ciências Sociais 26, n.1, 1983

SAHLINS, M. *I***lhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SEEGER, Anthony. **Por que cantam os Kĩsêdjê:** *uma antropologia musical de um povo amazônico.* São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

SOUZA, Fernando L. G. **A questão da ressignificação cultural da tatuagem**. Contemporâneos, Revista de Artes e Humanidades. n.15, 2016

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**. O que nos faz pensar, n. 18. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

Recebido: 26/4/2017

Aceito em: 21/6/2017

HISTÓRIA, REGIÃO E NATUREZA: DELIMITAÇÃO REGIONAL EM HISTÓRIA AMBIENTAL

HISTORY, REGION AND NATURE: REGIONAL DELIMITATION IN ENVIRONMENTAL HISTORY

Caroline Lisboa dos Santos de Lima[1]

RESUMO: Este artigo discute o conceito de região levando em consideração o diálogo existente entre a História e a Geografia. Analisa critérios relevantes para a definição de um recorte espacial baseado em elementos naturais, porém, afastado do determinismo geográfico, bem como, busca compreender a interface entre a História Regional e a História Ambiental. Por fim, a título de exemplificação, define uma região que não se restringe a um espaço delimitado política e administrativamente ou geograficamente, mas sim, pela área de influência de um rio, a partir das relações estabelecidas entre este e a sociedade que o cerca.

PALAVRAS-CHAVE: Região. História Ambiental. Determinismo Geográfico.

ABSTRACT: This article discusses the concept of region considering the existing dialogue between History and Geography. It analyzes criteria relevant to the definition of a spatial cut based on natural elements, however, away from geographic determinism, as well as, it seeks to understand the interface between Regional History and Environmental History. Finally, by way of example, it defines a region that is not restricted to a politically-administratively or geographically defined area, but rather by the area of influence of a river, based on the relations established between it and the society that surrounds it.

KEYWORDS: Region. Environmental History, Geographical, Determinism.

São muitas as discussões em torno da História Regional e da delimitação de uma região. Da mesma forma, a História Ambiental tem se mostrado promissora ao buscar a compreensão da complexa relação entre o homem e o ambiente que o cerca. Sendo assim, o presente artigo tem o propósito de discutir as articulações existentes entre História Regional e História Ambiental, utilizando-se da delimitação regional de uma pesquisa referente ao rio Passo Fundo, localizado na cidade que leva seu nome, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

O artigo é composto por quatro partes. Inicialmente, discute-se o conceito de região e a interdisciplinaridade em torno dele. Na segunda parte procura-se compreender as relações entre a História Regional e a História Ambiental. A terceira aborda alguns critérios

[1] Mestranda em História, Universidade de Passo Fundo/UPF. Bolsista Capes. E-mail: a.caroline.lisan@gmail.com

relevantes para a definição de um recorte regional baseado em elementos da natureza, ressaltando a importância de manter as análises distantes de um possível determinismo geográfico. A quarta e última parte exemplifica um recorte regional que não se restringe a um espaço delimitado política-administrativamente ou geograficamente, mas sim, pelas relações estabelecidas entre a sociedade e o rio Passo Fundo.

HISTÓRIA REGIONAL E O CONCEITO DE REGIÃO

Durante suas pesquisas, os historiadores são requisitados a fazer diversas opções que, sejam elas temáticas, teóricas ou metodológicas tornam o produto do conhecimento distinto, heterogêneo, com um caminho de possibilidades a ser trilhado. Ao escrever a história, o pesquisador inexoravelmente opta por um tema, um período e uma região a ser estudada. Ter clareza dessas definições e da escolha de conceitos é fundamental para que se possa fazer um trabalho coerente e significativo. O conceito de região vem sendo delimitado e discutido pela academia e, apesar de parecer simples, não o é, pois engloba possibilidades diversas. A primeira área do conhecimento a discutir o conceito de região foi a Geografia. A princípio, os geógrafos limitaram-se a análises a partir do conteúdo natural e, segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, dando *"demasiada importância aos fenômenos físicos"* (1998, 108). Geógrafos pertencentes a escola geográfica crítica[2] contribuíram para o avanço do tema quando consideraram que, além de estar relacionado diretamente à noção de espaço, a região deve ser entendida como produto direto da ação humana. Além dos geógrafos, outras áreas do conhecimento passaram a conceituar região. Para os economistas a região seria determinada pelos fluxos econômicos. Para os sociólogos e etnólogos seria definida por representações mentais (BOURDIEU, 1998, p. 109). A tentativa de delinear o que é uma região acabou abrangendo diversas áreas do conhecimento e é notório que, como considerou José D'Assunção Barros *"a interdisciplinaridade entre a História e a Geografia é estabelecida, entre outros aspectos, através de conceitos como "espaço", "território"* e *"região""* (2006, p. 4). Como a conceituação de região inclui a compreensão de outras definições, fez-se necessário entender o significado de espaço e território, e nesse sentido, o geógrafo Claude Raffestin deu uma importante contribuição quando estabeleceu uma distinção entre os termos que por vezes podem ser confundidos. De acordo com o autor *"o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator [...]. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator 'territorializa' o espaço"* (RAFFESTIN, 1993, p. 143). O historiador Durval Albuquerque Jr. considerou que:

> Nossos territórios existenciais são imagéticos. Eles nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contatos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura, que nos faz pensar o real como totalizações abstratas. Por isso, a história se assemelha ao teatro, onde os atores,

[2] Corrente geográfica que procurava analisar além das características físicas naturais, mas também sociais, como afirmou Visentini (2004, 223) utilizando-se da *"criticidade entendida como uma leitura do real – isto é, do espaço geográfico – que não omitia as suas tensões e contradições, tal como fazia e faz a geografia tradicional, que ajude a esclarecer a espacialidade das relações de poder e de dominação"*.

> agentes da história, só podem criar à condição de se identificarem com figuras do passado, de representarem papéis, de vestirem máscaras, elaboradas permanentemente (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 27).

Assim, o território é uma produção, feita pelos sujeitos, a partir do espaço e de suas experiências sociais. Então, a partir disso, o que é região? E como delimitá-la? De acordo com Adelar Heinsfeld são muitos os adjetivos que acompanham o vocábulo região, podendo-se falar de *"região natural", "região histórica", "região geográfica", "região econômica", "região urbana", "região homogênea", "região polarizada" [...]* (HEINSFELD, 2010, 5). Há uma ampla gama de possibilidades de delimitação regional que fogem à tradicional divisão político-administrativa, quanto a isso, Barros conclui:

> Uma determinada prática cultural [...] pode gerar um território específico que nada tenha a ver com o recorte administrativo de uma paróquia ou município, misturando pedaços de unidades paroquiais distintas ou vazando municípios. Do mesmo modo, uma realidade econômica ou de qualquer outro tipo não coincide necessariamente com a região geográfica no sentido tradicional. A crítica aos modelos de recorte regional-administrativo, ou de recortes geográficos [...] não surgiram apenas das novas buscas historiográficas, mas também de desenvolvimentos que se deram no próprio seio da Geografia Humana (BARROS, 2006, p. 13).

Portanto, para os historiadores, o conceito de região não pode ser definido sem levar em consideração sua carga histórica e sua delimitação não pode compreender apenas questões de natureza física, jurídico-administrativa ou econômica. Sobre isso, Albuquerque Jr. afirma que:

> ela (região) remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadrinhamento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber. Ela é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado. Ela remete, em última instância, a regio (rei). Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder. Pode-se dizer que ela é um ponto de concentração de relações que procuram traçar uma linha divisória entre elas e o vasto campo do diagrama de forças operantes num dado espaço. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência. A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra (ALBUQUERQUE JR., 2009, pp. 25-26).

A região, deste modo, é uma criação do indivíduo, um recorte espacial feito a partir de relações de poder, deve ser considerada como uma construção social, produto das ações, experiências e vivências de seus agentes históricos, e como um espaço social construído pelos sujeitos, é passível de inúmeros recortes de caráter administrativo, geográfico, histórico, ecológico, econômico ou mesmo psicológico, como destacou a autora María Rosa Carbonari:

> De ese modo, la región, como entidad concreta, se concibe como resultante de múltiples determinaciones y se caracteriza por una naturaleza transformada por herencias culturales y materiales y por una determinada estructura social con sus propias contradicciones. Es

> particular e nel sentido de una especificación de la totalidad espacial de la cual forma parte; es decir, es la realización de un proceso histórico general en un cuadro territorial menor, donde se combinan lo general y lo particular (CARBONARI, 2009, p. 28).

Compreende-se agora a região não apenas como um espaço territorial, mas sim um espaço social, uma construção determinada pelos mais diversos aspectos. Sendo assim, é importante ter clareza da razão e da metodologia utilizada para a delimitação de um estudo em determinado espaço regional. Como considerou Milton Santos (1997, p. 46) *"estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição"*.

POR UMA HISTÓRIA AMBIENTAL REGIONAL SEM DETERMINISMOS

A História Ambiental tem como premissa o entendimento da relação entre os seres humanos e o ambiente que os cerca e, para tal, não se detém a análise da trajetória histórica do meio biofísico, mas sim da complexa interação estabelecida entre o ambiente e o homem, e as interferências dos mais diversos agentes nesse contexto. Assim, é muito importante afastar-se de análises deterministas, análises essas que reduzem a compreensão do conjunto e simplificam as relações que se estabelecem entre as sociedades e seu meio. Nas palavras de José Augusto Pádua:

> Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica. O crescimento acadêmico recente da história ambiental, ao menos em parte, se explica exatamente por sua capacidade concreta para ampliar a análise histórica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos (PÁDUA, 2010, p. 94).

As pesquisas em História Ambiental abordam diferentes paisagens: sertões, montanhas, florestas, outros diferentes tipos de vegetações, bacias hidrográficas, praias, lagos, rios, etc., sempre procurando compreender primeiramente a constituição física natural desse ambiente, as interações humanas históricas com ele e suas consequências.

Pesquisadores como Donald Worster e Roderick Nash procuram compreender teórico e metodologicamente o fazer da História Ambiental. Outros importantes autores também se tornaram referência, a partir de seus estudos sobre o relacionamento das sociedades com o ambiente, Warren Dean é um deles. Esse historiador norte-americano pesquisou entre outros temas, a região amazônica publicando o livro *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*, de 1989, e posteriormente a Mata Atlântica na obra *Aferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira,* de 1996,em que estuda o processo de degradação desse bioma, identificando como os diversos agentes: industriais, mineradores, agricultores, índios, missionários, entre outros, contribuíram para as mudanças desse ambiente. Outra importante contribuição vem do historiador José Augusto Drummond que analisa através da obra *Devastação e preservação ambiental:os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, de 1997, as características naturais e sociais dos parques nacionais fluminenses.

A partir dos anos 2000 a historiografia brasileira passa por um processo de ampliação em relação aos temas ambientais. Com o surgimento de diversos autores que através de suas pesquisas puderam contribuir para o alargamento das análises referentes à História Ambiental e devido à grande diversidade natural brasileira, abriu-se uma grande gama de questões e debates. A este respeito Paulo Henrique Martinez afirma que:

> A História Ambiental no Brasil encerra grandes possibilidades que, desde logo, afugentam os riscos de uma "historiografia de imitação" ou de mimetismo acadêmico das modas intelectuais europeias e norte-americanas, pois contém inúmeras perspectivas de trabalho que desafiam a imaginação inventiva e a criatividade dos historiadores (MARTINEZ, 2005, p. 29).

Entre os importantes nomes a destacar, está o do especialista em história e política ambiental José Augusto Pádua que na obra de 2002, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista,* examina textos de 1786 e 1888 sobre as consequências do sistema escravista para o ambiente. Gilmar Arruda igualmente contribuí de maneira relevante através de suas obras com *Cidades e sertões: entre a história e a memória, A natureza dos rios: história, memória e territórios,* entre muitas outras que tratam das relações humanas com seu meio.

O historiador Donald Worster, um dos principais nomes da História Ambiental, compreende que ao realizar um estudo pertencente a esse campo, é necessário considerar três níveis distintos de interação:

> O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado. [...] O segundo nível da história ambiental introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o meio ambiente. Por fim, formando um terceiro nível de análise [...] vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza (WORSTER, 1991, pp. 201-202).

Portanto, é muito importante que o pesquisador que se propõe a investigar dentro do campo da História Ambiental assuma o compromisso de afastar-se de análises deterministas, análises essas que reduzem a compreensão do conjunto e simplificam as relações que se estabelecem entre as sociedades e seu meio.

Mas então, como delimitar uma região baseando-se em um elemento natural sem que somente ele determine as delimitações do espaço regional a ser estudado? Antes de propor um caminho para essa questão, é importante entender o que significa o determinismo geográfico e como ele pode afetar os estudos de História Ambiental.

O determinismo geográfico tem raízes profundas na história, tanto mundial como brasileira. Muitos autores utilizaram-se desse tipo de argumento para estabelecer a relação entre os homens e a natureza. Foram as ideias de Friedrich Ratzel, geógrafo e etnólogo alemão, considerado por muitos de seus seguidores como grande divulgador do determinismo geográfico, que embasaram as discussões sobre o tema. De acordo com Antônio Moraes:

> O principal livro de Ratzel, publicado em 1882, denomina-se Antropogeografia –fundamentos da aplicação da Geografia à História; pode-se dizer que esta obra funda a Geografia Humana. Nela, Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais

> exercem sobre a humanidade. Estas influências atuariam, primeiro na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos e, através destes, na sociedade. Em segundo lugar, a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a. E ainda nas possibilidades de contato com outros povos, gerando assim o isolamento e a mestiçagem. Ratzel realizou extensa revisão bibliográfica, sobre o tema das influências da natureza sobre o homem, e concluiu criticando as duas posições mais correntes: a que nega tal influência, e a que visa estabelecê-la de imediato (MORAES, 2005, p. 19).

Partindo desses princípios, os discípulos de Ratzel acabaram utilizando suas conclusões para fundar a doutrina baseada no que se chamou de "determinismo geográfico". De acordo com Moraes eles *"orientaram seus estudos por máximas, como "as condições naturais determinam a História, ou "o homem é um produto do meio" – empobrecendo bastante as formulações de Ratzel, que falava de influências"* (2005, p. 20). No Brasil, as discussões sobre o determinismo predominaram no debate em torno do conceito de raça. As discussões da ação do clima e do relevo sobre as populações esteve presente no pensamento geográfico brasileiro a partir do final do século XIX e início do XX. De acordo com Rafael Ribeiro:

> Dessa forma, do ponto de vista do discurso regional, podemos falar na existência de um determinismo geográfico nordestino, que acompanha até hoje o imaginário da região, apesar de teorias deterministas há muito serem rechaçadas por grande parte dos geógrafos (RIBEIRO, 1999, p. 61).

Na contramão das análises estabelecidas pelo determinismo geográfico, encontramos autores como o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, considerado o fundador da geografia francesa moderna e da corrente francesa de Geografia Humana.Crítico de Ratzel, Vidal de la Blache, de acordo com Moraes:

> Criticou a minimização do elemento humano, que aparecia como passivo nas teorias de Ratzel. Nesse sentido, defendeu o componente criativo (a liberdade) contido na ação humana que não seria apenas uma resposta às imposições do meio. Assim, valorizou a História, valendo-se de sua formação acadêmica de historiador. Aqui, residiu sem dúvida a contribuição mais importante de Vidal de La Blache para o desenvolvimento do pensamento geográfico. Entretanto, apesar de aumentar a carga humana do estudo geográfico, este autor não rompeu totalmente com uma visão naturalista, pois diz explicitamente: "a Geografia é uma ciência dos lugares, não dos homens". Desta forma, o que interessaria à análise seria o resultado da ação humana na paisagem, e não esta em si mesma. [...] Atacou a concepção fatalista e mecanicista da relação entre os homens e a natureza. Assim, atingiu diretamente a ideia da determinação da História pelas condições naturais. Vidal vai propor uma postura relativista, no trato dessa questão, dizendo que tudo o que se refere ao homem "é mediado pela contingência". Este posicionamento, aceito por seus seguidores, fez com que a Geografia francesa abandonasse qualquer intento de generalizar (MORAES, 2005, p. 24).

A partir das concepções de Vidal *"a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo dado a esta corrente por Lucien Febvre"* (MORAES, 2005, p. 24). La Blache estabeleceu um importante diálogo entre a Geografia e a História terminando por deixar:

> Influências também no pensamento dos historiadores, notadamente daqueles de língua francesa, no que toca à concepção deste com respeito à Geografia, e sua relação com a História.

> Aí, desempenharam papel destacado as colocações de Lucien Febvre. Este autor escreveu uma obra, que se tornou clássica, A Terra e a evolução humana, na qual apresenta as ideias de La Blache, confrontadas com as de Ratzel, desenvolvendo-as e defendendo-as das críticas levantadas contra a Geografia Humana, por E. Durkheim. Foi Febvre que criou os termos Determinismo e Possiblismo, assumindo integralmente o conteúdo deste último. Assim, da proposta vidalina, desdobrou-se também uma Geografia Histórica (MORAES, 2005, p. 29).

Partindo das considerações feitas tanto pelos autores deterministas quanto pelos possibilistas, é fundamental que o pesquisador que se propõe a realizar estudos de história ambiental, tenha equilíbrio na forma de abordagem que irá assumir, como esclarece o historiador José Augusto Pádua, quando produz uma pesquisa de História Ambiental:

> Não se trata [...] de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica. O crescimento acadêmico recente da história ambiental, ao menos em parte, se explica exatamente por sua capacidade concreta para ampliar a análise histórica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos (PÀDUA, 2010, p. 94).

É certo que, as condições naturais podem gerar diferentes tipos de percepções e possibilidades para as populações. Porém, também é certo que o ser humano é um ser extremamente diverso e capaz de ações e adaptações surpreendentes. Assim, não será exclusivamente a localização de um rio, de uma montanha, ou de uma floresta que irá determinar o modo de vida de populações inteiras. Não se pode negligenciar a influência que as condições naturais e os fatores geográficos podem exercer sobre as sociedades, mas não será isso o que determinará do que as pessoas serão capazes. Deve-se reconhecer sua influência, que é inegável, mas jamais permitir que o ambiente determine análises e conclusões. Pois, como muito bem escreveu Marc Bloch, o historiador não pode legitimar *"a superstição da causa única"* seja ela qual for (2001, p. 157) mas sim, procurar sempre combinar todos os elementos intrínsecos às sociedades sejam eles políticos, culturais, naturais, etc.

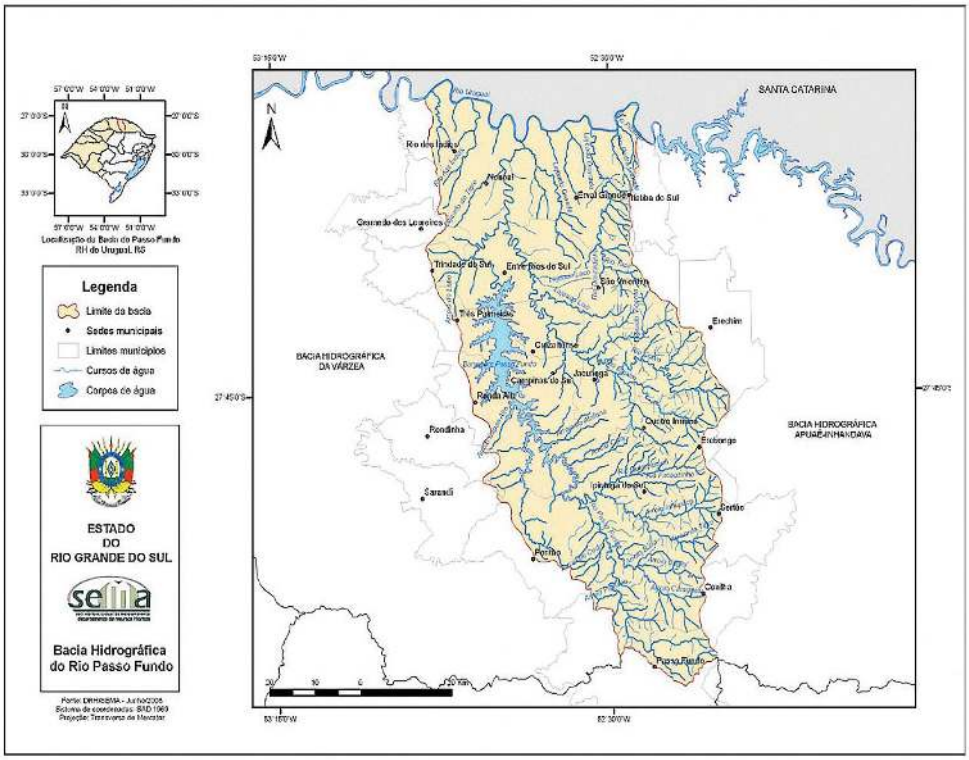
DELIMITAÇÃO REGIONAL EM UM ESTUDO DE HISTÓRIA AMBIENTAL

Muitos estudos têm surgido contendo temáticas referentes ao meio ambiente e as relações que os seres humanos estabelecem com ele, sejam sobre o solo, clima, fauna, flora, movimentos geológicos, bacias hidrográficas, etc., procuram compreender as consequências ambientais do agir humano sobre o ambiente e vice-versa. Neste artigo, apresenta-se um exemplo de delimitação regional em uma pesquisa de História Ambiental que diz respeito à relação estabelecida historicamente entre uma população e um rio, o rio Passo Fundo, localizado na cidade que leva seu nome, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O rio Passo Fundo tem sua nascente no distrito de Povinho Velho, nas proximidades com a divisa do município de Mato Castelhano. O rio integra uma importante bacia hidrográfica do estado do Rio Grande do Sul, a Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo que engloba um total de 30 municípios do estado. Compreende-se por bacia hidrográfica, como definido por Barrella:

> O conjunto de terras drenadas por um rio e seus afluentes, formada nas regiões mais altas do relevo por divisores de água, onde as águas das chuvas, ou escoam superficialmente formando os riachos e rios, ou infiltram no solo para formação de nascentes e do lençol freático (BARRELLA et. al., 2001, p. 188).

Partindo desses dados, é importante destacar que o recorte regional utilizado para o estudo não corresponde à delimitação político-administrativa do município, nem tampouco à Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo, como vê-se na Figura 1.

Figura 1: Bacia hidrográfica do rio Passo Fundo



Fonte: DRH/SEMA. Relatório anual de recursos hídricos no RS, 2007.

A pesquisa a que se refere essa delimitação regional se propõe a ampliar as abordagens e análises históricas do município de Passo Fundo levando em consideração as relações, interações e ações diretas em torno do rio. Possivelmente a necessidade de estar próximo à água, recurso natural tão importante, tenha sido um dos fatores que influenciou à fixação dos primeiros grupos humanos onde hoje encontra-se o município de Passo Fundo. Desde a ocupação do território por comunidades indígenas, passando pela chegada dos primeiros ibéricos na região, a constituição de Passo Fundo como município e até hoje, os seres humanos que fizeram parte desta paisagem influenciaram e foram influenciados por ela. Muito se escreveu sobre a história da cidade de Passo Fundo. Ao longo do tempo diversos autores procuraram compreender a formação do município a partir de análises sobre seus habitantes, sua trajetória política, seu desenvolvimento econômico, industrial, urbano, etc. Dentre estes autores podemos destacar Francisco Antonino Xavier e Oliveira

em 1908 inaugurou os estudos sobre Passo Fundo em sua série de livros intitulados *Annaes do município de Passo Fundo*, em que trata de alguns aspectos históricos, geográficos e culturais da cidade. Sobre as características hidrográficas do local já dizia:

> A riqueza hidrográfica do município é tal, que nenhuma outra região do mundo poderá em igual área apresentar maior número de cursos nem mais feliz distribuição do precioso liquido tão necessário aos três reinos da natureza. A não ser pelo espinhaço da Coxilha Geral e suas ramificações, raramente o viajante andará mais de um quilômetro sem encontrar água abundante e deliciosa, já nos arroios e rios, que em todas as direções deslizam em busca das principais artérias hidrográficas, já nos vigorosos olhos d'água que por toda a parte rebentar a ferver, como que acionados pelo calor de um fogo invisível, muitos deles sem escoadouro pela superfície do solo, e sim por condutos subterrâneos (OLIVEIRA, 1990, p. 72).

Especificamente sobre o rio Passo Fundo, o autor destacou:

> Este rio, antigamente chamado Uruguai-mirim, nasce na mesma coxilha que o do Peixe [Piraçucê], banha a cidade do mesmo nome, os Campos da Entrada, do 3º distrito [Coxilha], do Butiá, dos Quatro Irmãos, do Valinho, do Bugre, do Sarandi, do Arvoredo e o sertão do Uruguai, chegando a esse rio com um curso de cerca de 200 quilômetros. Recebe, pela margem direita, o Miranda [arroio], o Butiá, o do Facão com seu afluente Teixeira, o do Meio, o dos Pinheiros Altos, o do Carajá, o do Veado, o do Carreiro e do Erechim, que é o maior de todos e tem um curso cerca de 100 quilômetros; e, pela esquerda, o dos Moinhos, o Passo D'Areia, o Bugre, o Sarandi e da Divisa, além de outros no município de Palmeira (OLIVEIRA, 1990, p. 75).

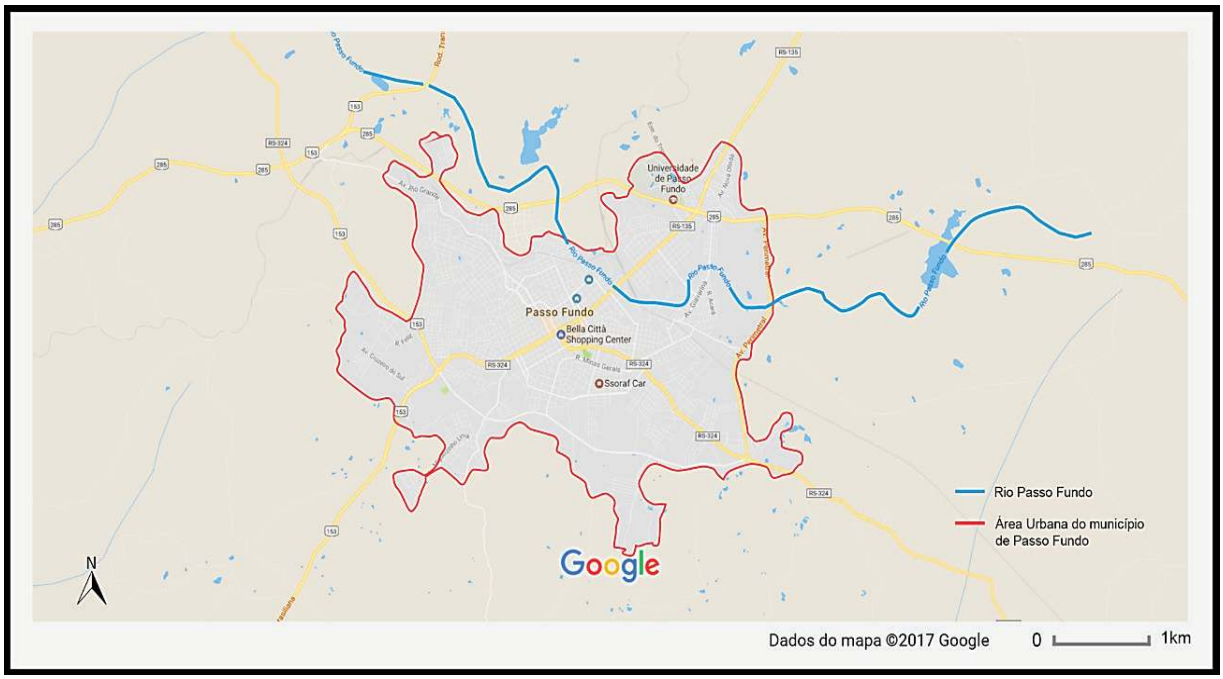
Outro autor que dedicou seu tempo aos escritos sobre Passo Fundo foi Jorge Cafruni que, em 1966 escreveu a obra *Passo Fundo das Missões*. Sobre o papel dos rios da região, destacou:

> Para a história de Passo Fundo, os rios que desempenharam um papel de relêvo, como marcos assinaladores, no panorama geográfico, são os seguintes: Rio Jacuí, Carreiro, do Peixe, da Várzea, Jacuí-mirim e respectivos afluentes; o rio Uruguai-mirim, atual Passo Fundo, era só conhecido, na época de que tratamos, pelos silvícolas, pois que os elementos civilizados o tinham apenas como arroio, conhecendo-o poucas léguas, a partir de suas nascentes, de modo que não assinalaram como ponto de referência; já o rio da Várzea, então chamado Uruguai-pitã, era, pelo contrário, alvo de citação, principalmente pelos demarcadores do século dezoito, em busca do Peperi-guaçu (CAFRUNI, 1966, p. 24).

Apesar de tratarem do rio Passo Fundo, mesmo que de maneira breve, nenhum desses autores analisa esse ambiente na perspectiva da História Ambiental, procurando compreender quais as interações humanas em torno do rio Passo Fundo. É pela busca por preencher essa lacuna historiográfica e ainda, o estudo das políticas públicas referentes ao tema que essa pesquisa se justifica. Ao avaliar as políticas públicas e os usos dados ao rio Passo Fundo no período que compreende 1934 (ano de decreto do Código de Águas brasileiro) a 2007 (ano em que o rio é declarado Patrimônio Natural e Paisagístico do município) pretende-se compreender e explicar o processo histórico de uso do rio, em que medida e de que forma interesses socioeconômicos interagiram com esse ambiente, bem como o papel que as legislações tiveram nessa trajetória. Partindo dessas proposições, o recorte regional não poderia compreender apenas aspectos político-administrativos, nem tampouco apenas naturais, pois não conseguiriam abarcar todas as relações estabelecidas

entre as sociedades e o rio nos mais diversos períodos históricos. Diante disso, a delimitação irá corresponder ao trajeto feito pelo rio Passo Fundo desde a sua nascente, às proximidades do percurso que o rio faz em direção ao norte do estado, aos locais ocupados por populações humanas que interagiram e interagem com o rio, à parte de sua bacia hidrográfica, contudo, tendo como limite a divisa do município de Passo Fundo com o município de Pontão, como mostra a Figura 2.

Figura 2: Delimitação regional utilizada para a pesquisa.



Fonte: Google Maps, 2017. Adaptado pela autora.

Assim, configurar-se-á uma região de estudo, definida não apenas pela presença do rio ou pelos limites político-administrativos do município, mas principalmente pelas interações sociais e usos humanos desse ambiente Foram dois os critérios escolhidos para definir a região que compreende a pesquisa sobre o rio Passo Fundo a partir dos conceitos fundamentais retirados da História Regional e da História Ambiental. O primeiro considera o recorte da extensão do rio desde a sua nascente, passando pelo território municipal, seja ele urbano ou rural. Esse é então, um recorte predominantemente biofísico, pois considera o trajeto feito pelo rio. Porém é importante analisar que, ao longo do tempo, principalmente na área urbana do município, esse trajeto e seu entorno sofreram alterações humanas (canalizações, pontes, edificações, etc.) de acordo com as necessidades sentidas por essas populações. Quanto a isso a autora Ilsyane do Rocio Kmitta (2010, p. 16) afirma que:

> Nesse amálgama de relações, os homens modificam a paisagem, operam transformações, reordenam o espaço ao seu redor e são modificados por ele. Tal rede de relações não se explica apenas ou somente pelo aspecto político, mas, também, pelo aspecto social, religioso, cultural e econômico.

Sendo assim, as alterações geradas pelos seres humanos no ambiente podem ser pensadas como paisagens culturais, que surgem a partir das complexas relações estabelecidas entre a sociedade e o ambiente. O segundo critério utilizado considera as relações estabelecidas entre a população e o rio, porque, como afirmou o geógrafo Milton Santos, "*o espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade*" (SANTOS, 1988, pp. 25-26). Portanto, o recorte regional para essa pesquisa definiu-se pela combinação destes dois critérios, um biofísico e outro social, estabelecidos pelo contato humano com o ambiente em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multiplicação de variadas temáticas e abordagens históricas, a partir da Escola dos Annales, fez muitos teóricos temerem o aparecimento de assuntos entendidos como "irrelevantes". Contudo, é importante destacar que não existem assuntos irrelevantes, quando relacionados com o todo, articulando suas relações especificas e abrangentes. Assim é, também, com a História Regional, é imprescindível relacioná-la com o contexto global. A autora Vera Alice Cardoso Silva muito bem destacou quero conceito de região depende da referência constante ao sistema global de relações do qual foi recortado (SILVA, 1990,43). Consequentemente, o conceito de região acaba não sendo estático, permitindo muitas possibilidades. Cabe então, ao pesquisador, compreender a abrangência desse conceito incluindo seus aspectos históricos, ecológicos, culturais, econômicos, psicológicos, etc. Além de ter clareza do que motiva a delimitação regional, também é importante que o pesquisador que procura fazer a interface entre História Regional e História Ambiental perceba, como ressaltou José Augusto Pádua, que *"a história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas"* (PÁDUA, 2010, p. 97). Sendo assim, o estudo se tornará relevante do ponto de vista histórico se tiver, como elemento central, a relação entre homem e natureza. É muito importante que o historiador leve em consideração a possibilidade de combinações entre elementos naturais e culturais, entre o mundo biofísico e a ação humana, para a constituição da realidade. Todos esses elementos naturais, sociais e culturais, políticos e econômicos estão interligados e interferem direta ou indiretamente nas relações humanas entre si e com o ambiente. Por fim, considera-se fundamental ter equilíbrio ao analisar a ligação entre os homens e a natureza, para que todos os diferentes aspectos inerentes a ela possam ser considerados em suas mais complexas influências mútuas.

REFERÊNCIAS E FONTES

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ARRUDA, Gilmar (Org.). **A natureza dos rios:**história, memória e territórios. Curitiba: UFPR, 2008.

BARRELLA, W.; PETRERE JR., M.; SMITH, W.S.; MONTAG, L.F.A. As relações entre as matas-ciliares, os rios e os peixes. In: RODRIGUES, R.R. & LEITÃO FILHO, H.F. **Matas ciliares**: Conservação e recuperação. EDUSP, 2. ed., São Paulo, pp.187-207, 2001.

BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, pp. 460-476, 2006.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da História, ou, O oficio do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

CABRAL, Diogo de Carvalho. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, pp. 133-162, 2007.

CAFRUNI, Jorge E. **Passo Fundo das Missões**: Estudo Histórico do Período Jesuítico. Passo Fundo: [s.n.], 1966.

CARBONARI, María Rosa. De como explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. **História Unisinos**. São Leopoldo, v.13, n.1, pp.19-34, 2009.

CORAZZA, Jaqueline. **Rios urbanos e o processo de urbanização**: o caso de Passo Fundo - RS. 2008. 198 f.: Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade de Passo Fundo, 2008. Disponível em: <https://secure.upf.br/pdf/2008JaquelineCorazza.pdf>. Acesso em 8 jan. 2017.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, pp. 177-197, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Departamento de Recursos Hídricos. **Relatório Anual Sobre A Situação Dos Recursos Hídricos No Estado Do Rio Grande Do Sul Edição 2007/2008**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: http://www.comiteibicui.com.br/artigos/Relatorio%20Anual%20sobre%20a%20situacao%20dos%20RH%20no%20Estado%20do%20RS%20%20edicao%202007-2008.pdf. Acesso em 04 jan. 2017.

HEINSFELD, Adelar; BATISTELA, Alessandro. (Org.). **Fazendo História Regional: Economia, espaço e sociedade**. Passo Fundo: Méritos, 2010.

KMITTA, I. R. **Experiências vividas, naturezas construídas**: Enchentes no Pantanal (Porto

Murtinho 1970-1990). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS.

LEONARDI, Víctor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15/ Editora Universidade de Brasília, 1999.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Brasil: desafios para uma história ambiental. **Nómadas**. Bogotá, n. 22, p. 26-35, 2005.

MEGALE, Januário Francisco. **Alguns "ismos" das Ciências Sociais**. Disponível em:<http://chafic.com.br/chafic/moodle/file.php/1/Biblioteca_Virtual/Temas_educacionais/Alguns_ismos_das_Ciencias_Sociais_.pdf>.Acesso em: 9 jan. 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: **Pequena História Crítica**. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005.

NASH, R. American environmental history: a new teaching frontier. **Pacific Historical Review**, n. 41, pp. 362-372, 1972.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do município de Passo Fundo**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados** São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **Plano ambiental municipal de Passo Fundo**. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Rafael Winter. Seca e Determinismo: a Gênese do Discurso do Semiárido Nordestino.**Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**.Rio de Janeiro, v. 22, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (coord.). **República em migalhas:** história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

VESENTINI, J. W. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. São Paulo: Papirus, 2004.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, v. 4, n. 8, pp. 198-215, 1991.

Recebido: 26/6/2017

Aceito: 28/9/2017

"NATURALMENTE O COLONO DEVERÁ COOPERAR": A PRODUÇÃO DO DISCURSO DE ATRASO AGRÍCOLA DE ITAPIRANGA (SC)

NATURALLY THE COLONIST SUCH COOPERATE: A PRODUCTION OF THE SPEECH OF AGRICULTURAL DELAY OF ITAPIRANGA (SC)

Douglas Orestes Franzen[1]

RESUMO: O texto analisa os discursos produzidos em Itapiranga nas décadas de 1950 e 1960 acerca das condições de produção e de vida do espaço rural. Nesse sentido, analisam-se os nuances e as perspectivas desenvolvimentistas da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, da retórica veiculada na imprensa local e nas conclusões e apontamentos presentes no Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga. O objetivo é de analisar a compreensão que se criou em relação às condições do espaço rural como sendo um dos entraves ao processo desenvolvimentista decorrente de práticas consideradas atrasadas e pouco rentáveis, discurso que se insere no complexo jogo de modernização da agricultura transcorrido no período.

PALAVRAS-CHAVE: Itapiranga, modernização da agricultura, História Regional.

ABSTRACT: The paper analyzes the discourses produced in Itapiranga in the 1950s and 1960s about the conditions of production and life of the rural space. In this sense we analyze the nuances and the development all prospects of the Municipal Commission of Economic Development, the rhetoric conveyed in the local press and the conclusions and notes present in the Economic Development Report of Itapiranga. The goal is to guess the prospect that was createdregarding the conditions of the rural space as one of the obstacles to the development process arising from practices considered backward and unprofitable, a speech that falls in the complex interplay of modernization of agriculture of that period.

KEYWORDS: Itapiranga, agriculture modernization, Regional History.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proposta do texto é de analisar os discursos produzidos por algumas esferas sociais acerca da constatação de um aparente atraso da agricultura no município de Itapiranga, bem como apresentação dos pontos que seriam os impeditivos do que se almejava como desenvolvimento e como alicerce do progresso regional, tais como práticas de manejo e cultivo consideradas atrasadas e também modos de vida colonial vistos de forma pejorativa.

[1] Doutorando em História/UPF. Professor da Fai - Faculdades de Itapiranga. E-mail: douglas_franzen@yahoo.com.br

O objetivo é colaborar na compreensão da forma como o discurso desenvolvimentista, que foi fortemente impulsionado no Brasil nos anos 1950, adentrou na comunidade local e se proliferou alertando para os aspectos que supostamente impediam ou dificultavam o desenvolvimento local. Pretende-se analisar os discursos produzidos em relação a condição da agricultura, que fomentavam uma ideia acerca de um ideal de sujeito rural, racional e plenamente inserido no que se denominava então de agricultura moderna. Concluiremos assim, que o discurso da modernização agrícola foi violento e incisivo na formação de um novo padrão agrícola, sendo um condicionante para diversas realidades que transcorreram a partir de então, a destacar a reestruturação dos padrões produtivos locais e principalmente a formação de um estereótipo acerca do homem do campo.

Nessa perspectiva, analisaremos os discursos de três esferas que foram determinantes nesse processo. A primeira esfera refere-se aos discursos produzidos pela imprensa local através dos Jornais Oeste em Marcha, Itapiranga em Marcha e Clarinadas. A segunda refere-se aos discursos e às práticas da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, entidade representativa fundada com a emancipação de Itapiranga em 1954. A terceira são os apontamentos e conclusões do Relatório Municipal de Desenvolvimento Econômico, elaborado em 1961 por uma empresa de assessoria técnica através de um levantamento socioeconômico do município. Os sujeitos sociais que compunham essas esferas eram representados por lideranças políticas locais, comerciantes e detentores de capital de investimento, pesquisadores, estudiosos e lideranças diversas da comunidade local.

A abordagem parte da análise de documentação primária, fontes documentais e jornais de abrangência local, numa perspectiva metodológica de história regional. Mesmo que os discursos e práticas tenham se limitado, em síntese, a sujeitos locais, a conjectura do discurso de modernização e progresso insere-se numa perspectiva mais abrangente, onde, segundo Reckziegel (1999), a região constituiria uma estrutura que a difere de seu entorno, sendo suas características internas determinadas e determinantes a partir de uma relação com um todo. Mas mesmo assim, suas especificidades espaciais e temporais lhe conferem um caráter próprio e diferenciado. Dessa forma se busca compreender o sentimento acerca de um progresso que se formatou localmente, mas que esteve atrelado a uma conjuntura mais ampla.

O ENTUSIASMO DESENVOLVIMENTISTA

É importante destacar que após a Segunda Guerra Mundial disseminou-se um entusiasmo desenvolvimentista a nível global. Havia a compreensão de que através de medidas econômicas e estímulos à cooperação para o desenvolvimento o cenário de prosperidade se concretizaria. Essa constatação tornou-se de certa forma natural diante dos horrores das guerras e dos reflexos da crise de 1929 na economia global. Esse cenário de prosperidade e entusiasmo com a economia é reflexo, em grande medida, de instituições de órgãos internacionais com a capacidade de regulamentar e padronizar políticas econômicas e sociais e, claro, do sentimento de um progresso decorrente do padrão de desenvolvimento

capitalista com forte influência da política norte americana e das ideias de Keynes acerca do bem-estar social e da influência da economia nas relações geopolíticas.

No entanto, interessa-nos compreender de que forma esse entusiasmo com o desenvolvimentismo se inseriu na América Latina e consequentemente no Brasil. Obviamente temos de levar em consideração a criação em 1948 da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão vinculado à ONU, com sede em Santiago, que aglutinou cientistas sociais e economistas no sentido de compreender a condição de um aparente subdesenvolvimento da América Latina e quais seriam as medidas necessárias para reverter esse quadro.

Aspecto que se pretende abordar é o contexto que se formatou a partir de então no sentido de discernir acerca de uma dependência econômica, aspecto que obviamente não gerou um consenso entre na Cepal e entre os governos latino americanos, mas que norteou as políticas econômicas e sociais no sentido de tirar o continente dessa condição de subdesenvolvimento.

Na compreensão de Pereira, o desenvolvimentismo pode ser sintetizado na perspectiva de que:

> 1) a industrialização é a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento; 2) um país não consegue industrializar-se só através dos impulsos do mercado, sendo necessária a intervenção do Estado (intervencionismo); 3) o planejamento estatal é que deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos necessários; 4) a participação do Estado na economia é benéfica, captando recursos e investindo onde o investimento privado for insuficiente. (PEREIRA, 2011, 122)

Ou seja, disseminou-se a compreensão de que os países latino-americanos para sair da condição de subdesenvolvidos, modernizassem suas relações produtivas e sua base econômica fortalecendo a indústria, estabelecendo um equilíbrio cambial entre exportações e importações e integrassem o setor agrícola às metas econômicas nacionais. Para tanto, se instaurou uma série de medidas, tornando conhecido o que se denominou de Plano de Metas, como um esforço de modernização do setor produtivo e do mercado interno. Em síntese, isso representou a disseminação de um entusiasmo com as possibilidades da pujante economia brasileira.

Isso claro reflexo da condição internacional, ocorrendo um processo de readequação e reestruturação da economia, principalmente no que tange à reconstrução dos países diretamente atingidos pelo conflito e aqueles que sentiram os efeitos colaterais da sua conjuntura como também uma integração dos países considerados subdesenvolvidos numa dinâmica econômica e geopolítica global. Podemos afirmar que a partir da segunda metade da década de 1940, mais intensamente a partir da década de 1950, criaram-se dispositivos de injeção de recursos financeiros para financiamentos de projetos de desenvolvimento dos países, através da criação de instituições financeiras como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e o Fundo Monetário Internacional – FMI, por exemplo. Essa disponibilidade de recursos para financiamento de projetos e a instauração de políticas governamentais modernizantes fomentou um relativo entusiasmo econômico no Brasil, refletindo diretamente em áreas rurais.

Grande parte dos países iniciou a partir daquele período um processo de expansão da industrialização. Este processo foi orquestrado pelos países com economias planificadas, principalmente os Estados Unidos da América. Formaram-se nesse período as bases da globalização da economia mundial, através de complexos fluxos de exportações e importações, tanto de produtos industrializados, de bens de consumo e de produtos agrícolas, bem como de bens de capital.

No Brasil a discussão quanto ao processo de modernização da economia também se tornou amplo a partir da década de 1940, principalmente no que tange ao processo de industrialização, tendo como influência destacada os estudos de Celso Furtado. Isso foi possível graças à disponibilidade de bens de capital, que foram utilizados pelo Estado para o financiamento de obras de infraestrutura, implantação de indústrias de produção de bens de consumo e modernização e expansão da agricultura.

Conforme Oliveira,

> Especialmente entre 1947 e 1954, o Brasil teve a seu favor um ciclo internacional expansivo, paralelamente a uma situação de abundância de reservas internacionais. Através da utilização das grandes reservas acumuladas durante a Guerra, logo nos primeiros anos, o país passou a implementar a segunda etapa da industrialização via substituição de importações, durante a qual foram criadas diversas indústrias. No nosso país, o período que vai de 1945 até aproximadamente 1962 representa uma fase de expansão, muito embora não tenha havido um crescimento estável do PIB, o qual, todavia, apresentou uma taxa média de crescimento da ordem de 6,8% no período, taxa esta bastante satisfatória se comparada ao desempenho do resto do mundo. (OLIVEIRA, 1989, 64)

A economia brasileira começou a ser direcionada a partir da década de 1950 para um processo de modernização, principalmente do setor industrial. Nesse sentido, incentivou-se a criação de indústrias para a produção de bens de consumo no intuito de desacelerar a política de importação desses produtos para o consumo interno. Tomaram impulsos a partir de então indústrias automobilísticas, de eletrodomésticos e de gêneros alimentícios.

Nas décadas de 1950 e 1960, havia a preocupação nacional quanto à baixa produtividade da agricultura brasileira, principalmente pela existência de latifúndios e por técnicas atrasadas de produção. Por isso surgiu a necessidade de aumentar a produção agrícola para abastecer os centros urbanos desprovidos principalmente de gêneros alimentícios, como milho, feijão, arroz e derivados de carne.

Nessa conjuntura de expansão e modernização da economia nacional, merece destaque a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE, no ano de 1952. Essa instituição de fomento, que mais tarde foi denominada de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi criada com fundos financeiros provindos de uma política de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos e também com uma modesta disponibilidade de recursos nacionais.

Nos primeiros anos de funcionamento, o BNDES estabeleceu algumas prioridades para alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro. Como as deficiências estavam justamente na questão da infraestrutura, os primeiros investimentos se destinaram a aparelhar portos e ferrovias, aumentar a capacidade de armazenamento, criar frigoríficos e

matadouros, elevar o potencial elétrico e desenvolver a agricultura e as indústrias de base. Enfim, se intensifica uma preocupação com a condição das regiões interioranas do Brasil, numa perspectiva de integração com a economia nacional e internacional.

Essa nova conjuntura da economia nacional teve reflexos sobre praticamente todo o território brasileiro, seja na expansão das fronteiras agrícolas, na modernização da agricultura ou diversificação e ampliação do setor industrial. Para nossa análise é vislumbrar que em Santa Catarina houve, da mesma forma, uma expansão do setor industrial e a modernização das práticas agrícolas.

Conforme Goularti Filho (2002), no Estado de Santa Catarina, a década de 1950 é caracterizada pela expansão do setor industrial, principalmente pelo estímulo à produção para o mercado interno. Nesse sentido, as agroindústrias catarinenses, principalmente no oeste do estado, passaram a se solidificar. Conforme o autor, a partir da década de 1950 já não era mais possível pensar a agricultura isoladamente, pois ela se tornou nesse período um ramo da indústria, seja pela industrialização de derivados da agricultura, seja pela inserção de equipamentos e produtos químicos nas propriedades.

Nossa análise buscará compreender em que medida e sob que perspectivas se constituíram os discursos acerca de um aparente atraso da cadeia produtiva local diante desse cenário brasileiro e internacional. Essa concepção se proliferou pelo país, atingindo inclusive a região oeste de Santa Catarina, onde destacamos a região de Itapiranga, nosso foco de análise. É a partir da ideia de atraso em relação a uma conjuntura macro, como veremos mais adiante, que a sociedade regional concebeu a necessidade de modernizar a economia local.

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO, DOS SUJEITOS E DO "PROBLEMA"

A região de Itapiranga, localizada no extremo oeste catarinense, foi palco de um processo de colonização iniciado em 1926, sob coordenação da Sociedade União Popular, conhecida como *Volksverein*. O município emancipou-se de Chapecó em 1954, englobando a região que corresponde atualmente aos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, bem como algumas faixas de terra dos municípios de Iporã do Oeste e Mondaí.

Idealizada para ser uma colonização de caráter étnico e confessional, sendo um dos requisitos para a compra de lotes coloniais a ascendência alemã e católica, a colônia alicerçou-se com basena formação de propriedades agrícolas de pequeno porte, em média de 25 hectares, que se desenvolveram sobre os alicerces da mão de obra familiar e da produção de cultivos para a comercialização e consumo do grupo familiar. A atividade econômica preponderante esteve vinculada à produção agrícola, seja pela comercialização dos produtos agrícolas, seja pelo fornecimento de matéria prima as tímidas iniciativas manufatureiras, bem como de produtos de consumo humano. O modesto desenvolvimento da atividade industrial e fabril esteve nas três primeiras décadas limitada basicamente à atividade madeireira, e também à fabricação de produtos de utilidade humana ou necessários para

prática agrícola. Fumo e banha eram dois produtos de considerável valor comercial, mas que somados a outros produtos de valor simbólico e financeiro constituíam uma cadeia produtiva considerável do ponto de vista financeiro.

Ao longo das três primeiras décadas de colonização a atividade agrícola esteve relacionada à expansão das zonas de cultivo, com a derrubada da mata para a abertura de novas frentes de produção. O modelo extensivo e deficitariamente sustentável, típicos das novas colonizações, era o aspecto determinante da prática agrícola, em que a concepção de excesso e exuberância da riqueza natural foi um dos aspectos que norteou a atividade durante o período. A relação homem e meio, sujeito e natureza, era determinada pela sazonalidade dos ciclos de colheita, e quando ocorria uma ruptura dessa relação, como uma seca ou excesso de chuva, ou até mesmo a ação de insetos e doenças que afetavam os animais e as plantações, ocorria relativa crise nessa relação, que a nosso ver, na maior parte do tempo tendia a ser harmoniosa, visto a capacidade de adequação das relações humanas com o meio, o aprimoramento de uma técnica produtiva ou até mesmo a adaptação dos espaços naturais a novos condicionantes.

As práticas agrícolas eram determinadas basicamente pelos ensinamentos que se acumulavam e eram transmitidos pelas gerações, sendo que a propriedade era um espaço de recriação de saberes, adequações espaço-temporais que caracterizaram uma atividade condicionada pelas estruturas naturais. Nesse sentido, diversas práticas se perpetuavam como técnicas comuns, como a queimada da roça, por exemplo, atividade antiga que Roche (1969) já relacionava à escassez do potencial produtivo das colônias agrícolas do Sul do Brasil.

As variedades produzidas, como o milho, por exemplo, tendiam a se tornar deficientes com o passar das colheitas principalmente pelo empobrecimento do solo, condicionado a inúmeras colheitas sem uma devida atenção quanto à sustentabilidade. O manejo de animais, como os suínos, estava alicerçado na comercialização de um dos poucos produtos de valor comercial para os primeiros anos da colônia: a banha. Sabemos que a produção da banha necessitava de uma técnica que estimulasse os suínos a adquirir a maior quantidade possível de peso, e, para tanto, o manejo e a alimentação desses animais respeitavam a um manejo para atingir tais fins.

A concepção acerca das condições de vida e de trabalho do colono, no sentido de difundir novas práticas e prestar assistência visando à continuidade da atividade, já era uma prática que vinha de longa data. No final do século XIX, com a realização dos Congressos Católicos, por exemplo, onde, segundo Werle (2006), buscava-se difundir discursos e práticas acerca da atividade agrícola praticada nas propriedades rurais das colônias, eram temas recorrentes aspectos como queimadas, reflorestamento, rotação de cultura, combate a pragas da lavoura, adubação verde, erosão, cuidados com a limpeza da água, assim como temáticas mais amplas envolvendo a formação de organizações de agricultores e estruturação da pequena propriedade rural.

Em Itapiranga, o primeiro Congresso Católico foi organizado em 1934, tendo a participação de em torno de 2.000 pessoas durante os quatro dias do evento. Desse Congresso,

destacamos as discussões referentes a indissolubilidade do casamento, os futuros homens, a beleza de uma virtuosa sexualidade, a força da fé dos santos mártires, a fortificação da fé entre os colonos, conjuntura da agricultura no período, questões de saúde mental e corporal, fontes de ameaça contra a fé e o bem estar do corpo e da alma das pessoas do interior, a falsa economia na educação e na leitura, fidelidade à cultura, à fé e ao modo de viver dos antepassados (WERLE, 2006).

Nessa perspectiva é importante vislumbrar de que o discurso é um processo vinculado a uma intencionalidade de verdade, ou seja, um padrão que busca se constituir através de práticas e posturas acerca de uma realidade almejada. Foucault compreende o discurso da produção da verdade como uma intencionalidade de poder, entendendo que *"temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas"* (FOUCAULT, 1979:180). Portanto, a produção do discurso de um atraso no setor agrícola como elemento bloqueador de um progresso ou de um avanço, partiu de uma perspectiva de uma intencionalidade de verdade.

É preciso destacar que a agricultura nas regiões coloniais do Sul do Brasil, foi motivo de diversos questionamentos e debates desde o século XIX acerca de práticas e manejos adequados, esgotamento do solo, racionalização da produção, geração de lucros e aumento da produtividade. Isso fica claro na nos estudos de Roche (1969), Neumann (2009) e Werle (2006). Na visão de Roche (1969), o esgotamento do solo era o pesadelo de qualquer colônia, por se tratar obviamente de um empreendimento que deveria prosperar e para evitar a emigração e o esvaziamento das regiões coloniais era necessário pensar alternativas de agricultura mais rentáveis e que tivessem uma preocupação com o esgotamento do modelo produtivo.

Ou seja, não era nenhuma novidade em grande parte das colônias agrícolas do Sul do Brasil esse desejo de modernizar ou racionalizar as relações produtivas na agricultura. O que queremos destacar é de que a partir da década de 1950 esse processo passou a ser mais incisivo e se vinculou a uma conjectura mais ampla.

A partir da década de 1950, como um alinhamento a uma tendência brasileira de desenvolvimentismo, quando o espaço agrícola e o interior do país adentraram de forma mais efetiva no rol de preocupações do Estado brasileiro como um setor "atrasado" e "carente" de políticas públicas, é que mais agentes adotam o discurso da necessidade de "desenvolver" o campo. Todo esse processo se vincula ao que convencionou chamar de Revolução Verde. Em Itapiranga, isso começa a ficar mais evidente com a emancipação do município em 1954.

E é nessa perspectiva que o texto procura contribuir, para compreender os discursos construídos acerca de um aparente "atraso" do homem agrícola e das suas técnicas de produção. As condições de vida e de trabalho no espaço agrícola passaram então a ser um foco das atenções dos sujeitos locais na perspectiva da promoção do que se imaginava ser o progresso e o desenvolvimento. Ou seja, era necessário criar alternativas para a região para fazer frente a um modelo considerado rústico sob um padrão produtivo decadente, com vistas à formação de um novo modelo agrícola. Esse modelo refletiu a tendência

brasileira de modernização e integração da agricultura à economia nacional, aspecto que Silva (1981) considera ter sido um processo doloroso e condicionante de novos paradigmas produtivos das fronteiras agrícolas do país.

A AGRICULTURA TRADICIONAL

Para fins de compreensão acreditamos ser necessária uma reflexão acerca da agricultura tradicional, ou seja, ao modelo produtivo que se caracteriza como uma condição pré-moderna, ou seja, o período que antecede ao processo modernizador verificado a partir da década de 1950. Não é possível estabelecer um marco divisório entre o que se compreende como agricultura tradicional e agricultura moderna, visto que esses dois elementos se fundem e compõe o cenário agrícola seja através de práticas, de mentalidades, de estrutura, de cadeias produtivas, de conhecimento e compreensão do espaço e do tempo. Mas para fins de análise, vamos estabelecer aqui um padrão de agricultura que caracterizou a região de Itapiranga antes do processo modernizador da década de 1950/1960/1970. Essa análise nos ajuda a elucidar sob que bases se fortalece e se baseia o discurso modernizador a qual pretendemos analisar.

Há na atividade daagricultura reciprocidades e lógicas que caracterizam a atividade no dia a dia. Diversos autores trabalham essas reciprocidades como elementos essenciais para entender a subjetividade do trabalhador do campo e sua relação com o meio. Nesse sentido, o tripé deus-homem-terra é utilizado no texto de Ellen Woortmann, e representa, conforme a autora, *"numa relação de reciprocidade entre os três polos daquele triângulo"* (WOORTMANN, 2009, 119). Poderíamos também utilizar do tripé terra-salário-família, proposto no estudo de Tedesco nas colônias italianas do Rio Grande do Sul (TEDESCO, 1998).

Essa reciprocidade entre as esferas fica mais evidente na prática da agricultura tradicional, ou seja, aquela atividade desprovida totalmente, ou em parte, de agentes externos e tecnológicos mais modernos, como produtos químicos, máquinas e tecnologias modernas. Conforme Woortmann (2009), o trabalho do colono denota respeito com a terra, com aquilo que ela pode oferecer e em especial os alimentos que ela é capaz de produzir. Em contrapartida, o trabalho da terra é receber a semente, fazer nascer e crescer a planta. O trabalho de Deus seria o de oferecer chuvas e um clima adequado, não castigando a Terra e o trabalho do Homem.

> Tem-se, portanto, como que uma "humanização" da natureza, uma concepção "etno-ecológica holista". O homem deve saber que a terra "precisa ser bem tratada", do que resulta uma forma de reciprocidade positiva. Mas, se o homem desgastar a terra, não a deixando "descansar quando ela precisa" ou não der "a vitamina que ela necessita", ela se tornará estéril; ela "se vingará" não o provendo de alimentos e, por conseguinte, deixando sua família em situação de "precisão". (WOORTMANN, 2009, 120)

Essa concepção de reciprocidade é fundamental para a concepção de como se estrutura uma propriedade na agricultura tradicional. A propriedade precisa funcionar em certa harmonia, pois um elemento depende necessariamente do outro. Quando algum componente

falhar, ou não desempenhar adequadamente sua função, fato que Woortmann (2009) denominou de consorciamento, quebra-se um ciclo do modelo produtivo da propriedade.

Assim, quando as chuvas não são regulares, as plantas não se desenvolvem adequadamente, e, consequentemente, a colheita não é boa. Nesse sentido, é afetado um ciclo, pois é afetada a alimentação da família e dos animais da propriedade. Como consequência da má colheita, é afetado também o excedente para a comercialização, o que configura pouca renda, consequentemente, a sua autoestima perante a família e a sociedade, pois ele não possui potencial de investimento e compra de utilidades para a propriedade, como roupas, alimentos e utensílios.

Na concepção de Chayanov, o produto resultante do trabalho do colono num ano ou numa colheita é determinante para a sua satisfação perante a atividade. Conforme o autor,

> o grau de auto exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. Cada rublo adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família, e em segundo lugar, do ponto de vista da penosidade com que foi obtido. (CHAYANOV, 1981, 138)

O esforço despendido por cada elemento do grupo familiar durante um ano de trabalho é medido no final da colheita, através do resultado que foi obtido. Então, quando a colheita é boa, a satisfação do agricultor é medida pela intensidade e penosidade com que ele trabalhou na lavoura. Contrariamente, quando o resultado da colheita não é bom, há a sensação de castigo divino, ou a concepção de que não houve integral dedicação no trabalho efetuado. A noção de castigo de Deus afeta o tripé que foi anteriormente discutido nas ideias de Woortmann (2009), ou seja, quando Deus manda algum castigo, através de uma seca ou de alguma peste que afetou a colheita.

Contrariamente, a intervenção divina também é vista pelo colono como a salvação de um momento de dificuldade na colheita. Como exemplo na colonização de Itapiranga, temos o ano de 1933, quando a região sofreu com um inverno rigoroso, uma seca prolongada e ainda com o ataque de gafanhotos que danificaram as plantações. Quanto a esse ano, Maria Rohde, esposa do diretor da Colonização, escreve em suas memórias uma espécie de agradecimento a Deus por ter auxiliado os colonos na salvação da colheita daquele ano:

> Na época que fomos atacados pelos gafanhotos, iniciou-se também, um período de seca prolongada, mas que agora prometia acabar com a benção molhada que vinha do céu. Isso permitiu que os agricultores voltassem suas esperanças de ganho para uma nova semeadura. E mais uma vez se evidenciou: "onde a necessidade é maior, Deus está mais próximo." Sempre de novo era assim, nas épocas de maior desânimo. Essa segunda colheita foi magnífica, apesar da geada, seca, gafanhotos e outras pragas. (ROHDE, 2011, 187)

Na concepção de Jungblut (2000), podemos caracterizar em traços gerais a agricultura tradicional praticada pelos colonos. Conforme o autor, as terras eram naturalmente férteis, o que inicialmente gerou boas colheitas. O colono trabalhava com instrumentos que exigiam muito esforço físico, como enxada, foice, arado de tração animal, máquina

manual de plantar cereais, carroça, geralmente possuía uma junta de bois e um cavalo. Plantava-se milho comum com semente não controlada, e os alimentos que eram comumente utilizados para a alimentação da família e dos animais. De valor comercial significativo, somente o fumo e a banha.

Aos olhos dos padrões modernos, tecnificados e racionalizados do cenário das décadas de 1950 e 1960, obviamente que a agricultura tradicional era vista como atrasada, pouco produtiva, desvinculada das novas exigências produtivas e de mercado e dos desejos desenvolvimentistas e progressistas do cenário brasileiro e global. Temos sempre de ter presente de que essa compreensão foi produzida com intencionalidades e variantes que caracterizaram o processo de modernização da agricultura no Brasil.

COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Diante da realidade do município de Itapiranga na década de 1950, lideranças locais iniciaram discussões para buscar alternativas econômicas e sociais com a intenção de promover o que se imaginava como o desenvolvimento ideal de Itapiranga. Essa dinâmica ficou mais aparente a partir da emancipação do município em 1954 e de alguns avanços em infraestrutura, como estradas e energia elétrica, por exemplo. Nesse sentido, formou-se a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga – Comude, caracterizando-se como uma composição de lideranças regionais *"com os objetivos de promover, coordenar e controlar a execução das sugestões do plano de desenvolvimento econômico para Itapiranga, assim como de manter vivo e atuante o espírito desenvolvimentista da população."* (HAHN, 2005, p. 65)

A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico foi uma entidade representativa dos diversos segmentos da sociedade: indústria, comércio, agricultura e administração pública. A Comude nasceu basicamente como consequência do Plano Econômico idealizado pela Administração Municipal de Itapiranga no ano de 1960. A Comissão se reunia regularmente para discutir ações de desenvolvimento econômico e social, tendo contato direto com agências de fomento e lideranças políticas estaduais. As medidas tomadas visando o desenvolvimento da região de Itapiranga a partir da década de 1960 foram praticamente todas elas idealizadas pela Comude. Era sua função decidir quais eram os setores estratégicos ou deficientes que necessitavam de investimentos, e acima de tudo, estimular a sociedade regional a participar ativamente da execução dos projetos que seriam postos em prática.

Na ata da reunião da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, datada de 30 de outubro de 1963, está registrada a vinda de um veterinário da Alemanha Ocidental para trabalhar em Itapiranga. Na mesma ata consta que foram discutidos assuntos referentes aos auxílios financeiros destinados a Cooperativa Laticínios Itapiranga e também da necessidade de melhoria da estrutura telefônica do município de Itapiranga. (COMUDE, 1963)

No entanto, é preciso ter claro que a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico surgiu também por uma exigência da Instituição de cooperação da Alemanha,

a *Misereor*, que foi grande incentivadora e financiadora dos projetos de desenvolvimento de Itapiranga. Os membros da Comude conheciam os setores que aparentemente tinham maior deficiência, tendo um contato direto com os diversos segmentos da sociedade, pois se tratava de uma entidade representativa. Como podemos perceber em fragmento de jornal local do ano de 1962, a Comude atuava em diversos segmentos da economia:

> A Comissão Municipal de Desenvolvimento, pelo seu secretário geral, nos informa que na segunda quinzena de setembro virão técnicos da firma Pearson, para dar combate à verminose em nosso município. Farão 35 a 40 demonstrações gratuitas, ou seja, mais ou menos uma em cada linha. É mais um empreendimento resultante do Planejamento feito por técnicos para o nosso município. Pedimos, pois, que os colonos se interessem para que possamos eliminar esta doença entre nossas criações. (ITAPIRANGA EM MARCHA, 31 DE AGOSTO DE 1962, p. 1)

Sobre a questão da construção de um frigorífico as lideranças locais, principalmente da classe empresarial, já sentiam no final da década de 1950 a necessidade ou a possibilidade de se construir um frigorífico em Itapiranga. Isso era uma questão que parecia bastante óbvia na época se formos analisar a logística de engorda e abate de suínos, pois a região era uma grande produtora de suínos e a grande maioria dessa produção era levada para frigoríficos distantes para serem abatidos. Esse elemento é muito importante pois revela uma condição de cadeia produtiva predecessora do projeto modernizador das décadas de 1950 e 1960, ou seja, já existia um potencial produtivo e uma disponibilidade de capital para alavancar um projeto mais ambicioso de modernização das relações produtivas locais.

Em artigo assinado por Heinrich Lenz, membro da Comude, já podemos perceber o debate da sociedade regional quanto à necessidade de se construir um frigorífico em Itapiranga. Intitulado "*Wir bauen unser Schlachthaus*", ou, nós construiremos nosso frigorífico, onde o autor relata uma reunião realizada com a presença de lideranças regionais, pedindo para a comunidade regional esquecer as desavenças do passado e se unir nesse projeto que segundo ele, seria um desejo antigo da região. (LENZ, 1961, p. 64)

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A IMPRENSA LOCAL

O discurso acerca da necessidade da modernização da agricultura e das condições de vida do colono em Itapiranga estiveram evidentes na imprensa local nas décadas de 1950 e 1960. A impressão que temos é de que as lideranças do projeto de colonização de Itapiranga e principalmente a sociedade urbana e empresarial viam o colono numa condição de atraso, falta de conhecimento e higiene na propriedade rural. Esse discurso fora assimilado pelas lideranças políticas e comerciais locais diante de um cenário mais amplo, a nível de Brasil e de Santa Catarina, que, segundo Balsan (2006), evidenciava a necessidade da agricultura aprimorar seus padrões produtivos, mesmo que esse processo afetaria as relações de produção como também os recursos naturais.

Devemos considerar o discurso da imprensa a partir de uma intencionalidade inserida no seu contexto histórico, o que em termos metodológicos e de análise para um estudo

historiográfico, de acordo com Silva e Franco (2010), remete a compreender os sujeitos no seu tempo e no seu espaço político e ideológico da sociedade.

E essa visão se tornou corriqueira nos meios de imprensa, em artigos e entrevistas que exaltavam a necessidade de se modernizar as técnicas de trabalho e de também melhorar as condições de vida na propriedade. Nos artigos referentes à modernização da prática agrícola, percebemos o incentivo à utilização de produtos químicos, por exemplo.

Em artigo publicado por João Albino Both, funcionário da Sociedade União Popular e defensor do ruralismo, do cooperativismo e da promoção cultural nas colônias alemãs do Sul do Brasil, percebemos a concepção que se arraigava em comparativo feito entre os colonos do Brasil em relação aos da Alemanha:

> O que cai em vista, realmente, é que lá se trabalha. Constata-se, por outro lado, que o povo se encontra intelectualmente preparado para tanto [...] O cooperativismo é algo de extraordinário. O sistema de cooperativas de crédito, financiamento, produção e consumo funciona mesmo! Não é como aqui, entre nós, onde infelizmente o cooperativismo está tão desacreditado. Tais informações nos deixam perplexos em face do nosso sistema primário de produção. Temos que ter presente, antes de tudo, que a Alemanha conta com uma experiência de muitos séculos mais do que nós. E, apesar das guerras que a atingiram, levantou-se, graças a uma cultura já estabilizada e profundamente arraigada na raça. Antes de nos ser motivo de desânimo, seja-nos um exemplo de coragem e iniciativa. Com fé e esperança também chegaremos aonde eles já estão. (BOTH, 1963, 02)

A expressão discursiva presente no fragmento acima, quando remete a outro país, no caso a Alemanha, busca construir parâmetros entres duas situações, que, segundo o autor encontravam-se distintas. Enquanto que na Alemanha apresentava-se uma "cultura estabilizada e profundamente arraigada na raça", em Itapiranga coexistiriam as concepções de atraso técnico e cultural. Isso parecia bastante alarmante para o autor do artigo, partindo do pressuposto de que em Itapiranga viviam descendentes de alemães.

No artigo do Jornal Itapiranga em Marcha, o tema era o combate às moscas domésticas nas propriedades rurais. O texto apresentava diversas medidas a serem tomadas para combater essa praga que supostamente infestava a região. Dentre as medidas apresentadas, sugeriu-se a pulverização das paredes, janelas e partes internas das moradias com produto químico conhecido como Mafu. Outra medida sugerida é o tratamento do esterco com produtos químicos, como o Dipterex.

Na criação de porcos também se sugeriu a aplicação de produtos químicos como os superfosfatos para melhorar o manejo dos animais. Conforme o artigo do Jornal Itapiranga em Marcha, a prática já vinha sendo desenvolvida em países da Europa, sendo o superfosfato um dos elementos de saúde e higiene dos suínos, diminuindo a incidência de canibalismo, o que resultaria em animais mais alegres. (JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA, 1962)

Em artigo publicado no Jornal Clarinadas de 15 de junho de 1958, vemos o apelo no sentido de urgentemente promover a industrialização e a modernização da agricultura de Itapiranga. Trechos do texto nos dão uma compreensão melhor desta análise feita pelo autor no período:

> Para nós, já ambientados num mundo um pouco diferente daquele que nos viu nascer, parece-nos ingente necessidade a atualização do espírito dominante em nosso meio. É preciso tirar nossa cidade da redoma que a asfixia e isola do resto do mundo, retendo-nos na realidade que já devera ser antiquada na época de nossos bisavós. Somos pela industrialização de Itapiranga, pela modernização de seus métodos agrícolas, pela atualização do pensamento que norteia nosso povo. Não nos parece justo que quando o mundo já se prepara para viagens siderais nós ainda vivamos à maneira do século passado. Quando na agricultura o mundo inteiro aderiu à cultura racionalizada, ao emprego de adubos e fertilizantes, ao uso de máquinas agrícolas, em nossa colônia ainda é o braço humano e o boi que revolvem a terra. E quando todo o Brasil sabe que a queima das matas é prejudicial à terra, em Itapiranga se preparam as roças com fogo [...] No momento em que o mundo atingiu o quarto período de sua evolução agrícola nós ainda estamos no segundo, qual seja o do emprego da enxada como principal objeto de trabalho do nosso lavoureiro. (SCHWENGBER, 1958, p. 5)

Percebemos que o autor do artigo é enfático ao argumentar sobre o atraso da economia e das práticas agrícolas. Ao afirmar que é preciso retirar Itapiranga da redoma, o autor apela para o fim das barreiras que atrasavam a economia local. Como solução, o artigo aponta algumas alternativas:

> Naturalmente o colono deverá colaborar. Ele não pode persistir teimosamente na afirmativa de que seu avô, usando os métodos que ele está empregando, foi muito bem, e estribado nisso, negar-se a adotar sistemas e processos modernos. É necessário convencê-los disso, principalmente a nova geração. A nossa indústria, se é que já podemos considerar tal, é a mesma que a Europa viu há duzentos anos atrás, na época obsoleta dos burgos, ou quiçá, já nos feudos. [...] O que não há é iniciativa, é coragem para um empreendimento de envergadura. A industrialização de suínos, cuja criação seria ainda mais incentivada e aumentada com a instalação de um moderno frigorífico é uma necessidade que se impõem. [...] Por que permitir que a nossa produção de leite e os nossos suínos sejam industrializados no Rio Grande? Não seria melhor que o fossem aqui mesmo? (SCHWENGBER, 1958, 5)

Em outra reportagem publicada no Jornal Itapiranga em Marcha, percebemos um depoimento da necessidade do povo itapiranguense pensar o futuro da região, numa referência à Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico como entidade representativa responsável por planejar as ações socioeconômicas necessárias para o progresso de Itapiranga:

> Nos últimos 10 anos a população do Brasil duplicou. [...] Li com prazer nos últimos números de "Itapiranga em Marcha", o progresso que se vai registrando nessa cidade. Itapiranga tem um futuro à vista, que os itapiranguenses desconhecem. Dentro de poucos anos poderá ser conhecida em toda a nação por cidade de fronteira e de amplos recursos ainda não explorados. Nos últimos 4 anos como o pensamento do povo tem mudado! Que será quando em breve as casas tiverem televisão? [...] O marco do progresso será sem dúvida a Comude, favorecida por empréstimos provindos da Alemanha. É preciso que todo o povo colabore nestas iniciativas, quer financeiramente, quer de ânimo e serviçal. O progresso em Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticai o que se está realizando agora, pois se não olharmos 10 anos para frente, chegaremos 100 anos atrasados. (ITAPIRANGA EM MARCHA, 1962, p. 1)

Percebemos o apelo da necessidade da população, de maneira geral, abraçar a ideia do desenvolvimento. Temos que ter presente de que a partir da emancipação de Itapiranga, mas mais precisamente a partir do final da década de 1950, criou-se uma atmosfera de um ideal de progresso para Itapiranga e mesmo esse progresso não sendo construído pelo povo

para o povo, como ilustra o depoimento, ele poderia ser idealizado e posto em prática por vias externas.

Em artigo de autoria de Vitor Reis, publicado no Jornal Oeste em Marcha de 1963, percebemos mais um apelo ao povo de Itapiranga quanto à necessidade de progredir até mesmo com a construção de uma sociedade recreativa, a exemplo do frigorífico que estava em fase de construção:

> Nesta etapa em que podemos acreditar na construção de um moderníssimo frigorífico em Itapiranga, que terá tudo de moderno, até o grito do porco será sufocado em nossa exemplar indústria por um choque elétrico. Nesta época em que queremos dar nosso brado de independência econômica. Nesta encruzilhada em que ou progredimos ou retrocedemos. Justamente nesta situação em que nos encontramos, é a última hora de construirmos algo que nos represente. Esta hora é a de construirmos a nossa Sociedade com S maiúsculo. [...] Avante. Não vacile. Para a frente! (REIS, 1963, p. 1)

A pergunta que cabe no momento é: como o colono reagia ao ler os jornais, ouvir ao rádio ou conversar com lideranças sobre a necessidade da modernização e a mudança das práticas agrícolas em sua propriedade? Depois de anos praticando uma agricultura ensinada pelos seus pais e herdada de seus antepassados, como proceder diante dessas inovações que estavam surgindo? Como ele concebia esse ideal de progresso idealizado naquele período?

No fragmento acima, o autor fala de uma encruzilhada onde Itapiranga deveria optar entre progredir ou retroceder. Mas o que representava no período progredir ou retroceder? Será que esse não era um questionamento feito unicamente por determinadas pessoas ou classes sociais diretamente interessadas na modernização da economia regional? Será que o colono estava realmente consciente de sua condição? Ele se concebia como atrasado? As práticas agrícolas na visão do colono eram atrasadas? Qual era a referência para a construção da noção de atraso?

De que forma essas novidades que surgiam na agricultura adentravam na propriedade? De que forma alteraram as relações de trabalho? Como as gerações mais novas conviviam na propriedade? São questionamentos que precisam ser levantados para que não generalizemos a ideia de que o ideal de desenvolvimento e progresso que se alastrava impulsionado principalmente pela expansão da economia brasileira e catarinense no período nasceu de forma espontânea em toda a sociedade itapiranguense. Não é nosso objetivo analisar a forma como transcorreu esse processo, há uma vasta literatura que analisa esse processo como Strieder (2000), Hoppe (2009) e Eidt (1999), mas queremos destacar de a produção desse discurso foi agressivo e consistente e nos leva a concluir, pela sua intensidade, de que atingiu de forma considerável a sociedade local.

Entendemos que o discurso produzido localmente esteve inserido numa lógica mais complexa, que afetou incisivamente o Estado de Santa Catarina nas décadas de 1950 e 1960, visto que o estado passou a ser concebido como fornecedor de matéria prima para os centros urbanos e industriais que se desenvolviam no Brasil. Esse contexto ficou ainda mais evidente na região oeste do estado, onde a produção agrícola e a formação dos complexos agroindustriais estruturaram novos padrões produtivos e nessa lógica, era

necessário que o agricultor assimilasse o conceito de modernização e de desenvolvimento almejado. Nesse sentido, os discursos eram direcionados ao homem do campo, pois ele representava um elo importante dessa cadeia produtiva.

Em Itapiranga, esse discurso progressista e desenvolvimentista ganhou eco e a imprensa representou um catalizador nesse sentido, como podemos perceber no seguinte texto: *"O progresso de Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticai o que se está realizando agora, pois se não olharmos 10 anos para frente, chegaremos 100 anos atrasados."* (ITAPIRANGA EM MARCHA, 1962 n.º 82, p. 1)

O RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA

A Instituição alemã *Misereor,* entidade de cooperação econômica disposta a financiar projetos de desenvolvimento socioeconômico, enviava regularmente a Itapiranga recursos financeiros para prospecção de atividades locais de desenvolvimento. No entanto, em decisão conjunta com a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, ficou decidido que era necessário realizar um levantamento socioeconômico que apontasse realidades, deficiências, potencialidades e possibilidades regionais no que tange a um processo de desenvolvimento econômico e social em longo prazo. Essa não foi uma constatação que surgiu a nível local, foi estimulada pela própria Misereor em parceria com instituições brasileiras que intermediavam projetos de desenvolvimento em parceria com agência de cooperação internacional. Não se pode imaginar que a comunidade local por si só tenha despertado para esse projeto modernizador, sempre houve estímulos externos aliados a interesses locais.

Nesse sentido, foi contratada uma empresa especializada em planejamento estratégico para realizar um estudo englobando dados geográficos, econômicos e sociais de Itapiranga. A Agro e Hidro Técnica S.A., localizada em São Paulo, era vinculada à empresa alemã *Agrar undHydrotechnik* com sede em *Essen*, que em parceria com o Instituto Misereor, desenvolvia projetos de fomento econômico e social em diversos países.

É preciso destacar que o estudo de levantamento socioeconômico elaborado pela empresa Agro e Hidro Técnica S.A. não revelou muitas novidades para as lideranças locais, somente fortaleceu e confirmou aspectos que já eram de conhecimento de muitos. A necessidade da construção de um frigorífico em Itapiranga, por exemplo, já era uma aspiração antiga de alguns segmentos da sociedade itapiranguense, como vimos anteriormente, visto a grande produção de suínos na região e a complexa logística de transporte e abate dessa matéria prima. Tanto é que, já em novembro de 1961, fora instituída em Itapiranga uma Comissão Provisória vistas à instalação de um frigorífico na região, muito antes da conclusão do estudo técnico.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico ajudou a apontar alguns nortes para futuros investimentos para a época, além de ser um documento oficial utilizado para pleitear recursos de órgãos governamentais e de instituições de fomento. Esse levantamento

socioeconômico representou um estudo abrangente, englobando desde dados geográficos até a identificação pormenorizada da situação econômica local.

Em artigo publicado em jornal de Itapiranga, Gabriel Keglewich, então diretor da Empresa Agro e Hidro Técnica, argumentava ser necessário sensibilizar as instituições de fomento da Alemanha com dados estatísticos e argumentos de que era preciso melhorar as condições de vida da população de Itapiranga. Conforme Keglewich, *"necessitamos comprovar com dados e argumentos sólidos a viabilidade destes projetos. Todos os habitantes da antiga Colônia de Porto Novo estão incluídos neste plano."* (KEGLEVICH, 1962, p. 1)

Nas análises que faremos na sequência acerca do referido Relatório, percebemos a insistência em comprovar com dados estatísticos a aparente condição de deficiência da economia e da população de Itapiranga. O discurso exposto argumenta que havia a intenção de sensibilizar as autoridades alemãs e também brasileiras da necessidade de financiar projetos de desenvolvimento em Itapiranga.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico apresenta inicialmente uma radiografia das condições de Itapiranga no ano de 1962, englobando aspectos como orografia, hidrografia, elementos meteorológicos, clima e revestimento florístico. Esses dados não interessam necessariamente para a presente análise, por isso não os detalharemos conforme são abordados no documento.

Somente destacamos um fragmento do documento que aborda o aspecto do relevo. Conforme o Relatório, em Itapiranga o solo pode ser classificado em categorias, a destacar os vales, as ladeiras com declives suaves, as ladeiras com declives acentuados, inclinações íngremes e rochosas. O estudo aponta que, apesar da atividade agrícola ser desenvolvida em maioria nas duas primeiras categorias, nos últimos anos, "lamentavelmente", a região estaria iniciando, devido ao aumento da população e a vontade de aumentar a produção, o cultivo nos espaços com declives acentuados. Essa conclusão nos é muito pertinente, pois comprova que no final da década de 1950 a agricultura estava sendo praticada de forma extensiva em Itapiranga. (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962)

Em relação aos dados demográficos, o Relatório aponta uma população no ano de 1962 de 14.468 habitantes, com uma densidade demográfica de 25 habitantes por quilômetro quadrado. Em relação à distribuição etária da população, o estudo aponta o baixo percentual da população (14%) com idade entre 14 e 21 anos, se comparado ao percentual com idade mais tenra, como até 6 anos de idade (26,7%) e de 6 até 14 anos (23,8%). O Relatório conclui sobre este aspecto que,

> Encontramos este fenômeno na fuga *(grifo original)* da juventude da sua terra natal devido ás dificuldades de evolução e progresso. A baixíssima porcentagem (2%) da classe acima de 50 anos de idade demonstra não só o desgaste físico resultante do trabalho penoso e primitivo na roça, mas também a falta de higiene. (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, 6)

Conforme a distribuição por sexo, no ano de 1962 a população era composta de 54,1% de homens e 45,9% de mulheres. O texto aponta um desequilíbrio na faixa etária de 14 a 21 anos, onde haveria 12% a mais de homens. O estudo conclui que a razão deste

fenômeno encontrar-se-ia na maior fuga das moças das atividades agrícolas, que seriam mais penosas nas suas formas primitivas para o físico e o espírito feminino.

Em relação à questão da formação educacional, apesar dos altos índices de educação básica, o estudo destaca a baixa porcentagem (1,7%) da população que teria uma formação profissional sendo um dos maiores males da população. *"Este fato alarmante comprova a estagnação, se não o retrocesso em comparação com a formação cultural dos chefes de família. Falta completamente o ensino profissional"* (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, 7). Com base nesta conclusão, inicia na década de 1960 a discussão quanto à necessidade da construção de uma escola técnica profissionalizante na área da agricultura.

No quesito acesso à informação, o estudo aponta que grande parcela da população teria acesso a livros em suas residências, principalmente de cunho religioso. Destacamos o quesito da leitura de jornais e revistas, sendo que 51,9% da população leriam jornais ao menos cinco vezes por mês. Este dado é muito interessante para o nosso estudo, pois os jornais locais foram utilizados para levar ao agricultor, através de artigos e reportagens, o discurso da necessidade da modernização das atividades agrícolas.

A distribuição da população quanto à atividade econômica aponta que a predominância é do setor da agricultura, englobando 82,78% da população economicamente independente. Estranhamente o estudo conclui que essa realidade é caracterizante, e reuniria todos os problemas de ordem econômica-social da região. Ou seja, com base nos apontamentos do estudo, as condições de vida e trabalho da maioria da população supostamente agrícola seriam as causas do atraso social da população.

Dos 17,2% das demais atividades econômicas, destaca-se o magistério representando no período 3,6% da população economicamente ativa. Conforme o estudo, é ressaltante a quase ausência da atividade industrial, apontando também que 44% da população era economicamente ativa, o que refletiria a laboriosidade da população. O estudo aponta também a ocupação de menores de idade nas unidades agrícolas e a falta de previdência social.

Em relação à distribuição da população, o estudo aponta que 25,3% da população vivia no espaço urbano (cidade de Itapiranga e vilas de São João, Sede Capela e Tunas), e 76,7% da população vivia no espaço rural.

Para finalizar o aspecto socioeconômico, o estudo concluiu que a maioria da população de Itapiranga vivia da agricultura em pequena escala com condições precárias, em condições do que se denominou de "isolamento" da cultura e da civilização, formatando o que se concebeu como um grupo consciente de sua condição social e econômica, *"porém com a capacidade econômica atual esgotada. Os conhecimentos e métodos aplicados na exploração da terra são desatualizados, irracionais e faltaria uma orientação."* (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, p. 15). Esse aspecto revela um posicionamento parcial do estudo, visto que anteriormente se afirmara que 51% da população lia com frequência a um jornal e afirmar que a população vivia de forma "isolada" em termos culturais remete a uma interpretação ambígua.

Nesse sentido, ganharam força os Clubes Agrícolas e os Clubes de Senhoras, que discutiam entre seus integrantes hábitos de higiene e limpeza, boa alimentação, cultivo de hortas e campanhas educativas. Esses núcleos geraram, a partir de 1971, os Clubes 4-S, estimulados pela Acaresc, entidade vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina, que juntos incentivaram a introdução de novas técnicas agrícolas e a formação dos trabalhadores rurais, desde a prática agrícola, até os costumes do cotidiano.

Segundo as conclusões discriminadas no Relatório, a formação de novos capitais era altamente prejudicada devido à inflação e ao alto custo da produção. Detectado o aumento das necessidades humanas, o crescimento da população e a lei da divisão do trabalho, o estudo aponta que não se permite mais a concentração das forças produtivas exclusivamente no setor primário.

A densidade demográfica da população de Itapiranga no período era maior que a do Estado de Santa Catarina e três vezes superior à do país. Conforme o Relatório, o crescimento populacional exigiria providências imediatas para a alocação da juventude excedente, que não encontra mais a sua existência assegurada dentro do município, o que ocasionaria um êxodo para outras regiões, terminando estes migrantes atraídos pelos centros industriais *"sem conhecimentos profissionais",* onde *"encontram a semi-miséria dos salários mínimos, e ficam à mercê das ideologias extremistas."* (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, p. 17)

Essa afirmação nos é muito reveladora, pois, quando o Relatório aponta que uma parcela das pessoas que abandonam a região para morar em centros industriais ficando à mercê dos baixos salários e das ideologias extremistas, podemos compreender que o discurso exaltado no Relatório de Desenvolvimento Econômico era direcionado justamente para sensibilizar instituições de caráter ideológico. Ou seja, o objetivo do estudo era de chamar a atenção da instituição católica *Misereor* sobre a fragilidade da população de Itapiranga e da ameaça de "ideologias extremistas" presentes no Brasil no início da década de 1960, o que nos é um elemento novo e que merece uma nova análise pela sua amplitude histórica.

Como complemento do estudo apresentado pelo Relatório, baseado nas potencialidades e deficiências da região, são elencadas propostas de execução de projetos visando o desenvolvimento socioeconômico de Itapiranga. São discriminadas diversas possibilidades e áreas de investimento, como na educação e na saúde pública, no setor de transportes, das comunicações e da energia elétrica. No entanto, o que nos interessa para o momento são as propostas de melhoramento com objetivos econômicos apresentados pelo estudo.

Como a atividade agrícola era desempenhada pela grande maioria da população no período, o estudo elencou algumas necessidades para o desenvolvimento do setor. Um dos aspectos destacados é o número de propriedades agrícolas por superfície. Conforme o Relatório, das 1.824 propriedades rurais cadastradas, 46,6% eram minifúndios com uma área menor que 20 hectares. Acerca disso, o texto chama a atenção para o fato de que no primeiro ano de colonização de Itapiranga o menor lote vendido era de 24

hectares. *"É assustador o desmembramento, resultando com 46,6% das propriedades em minifúndios com menos de 20 hectares."* (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, p. 28)

Essa conclusão reforça nossa tese de que na década de 1950 a colonização estava enfrentando uma grave crise fundiária, afetando diretamente o sistema de herança e sucessão familiar. Com a diminuição da superfície da maioria das propriedades, fruto do processo de divisão histórica entre os filhos que alcançavam a maturidade, menos jovens passaram a ter acesso a uma propriedade de superfície necessária para desenvolver a agricultura.

Outro aspecto abordado pelo Relatório reflete o rendimento mensal das famílias dos agricultores no início da década de 1960. Conforme os dados apresentados, o rendimento médio per capita era de Cr$ 5.268,00 mensais. Esse rendimento era considerado muito baixo para o período se comparado ao salário mínimo brasileiro, que no ano de 1961 era de Cr$ 13.440,00.

Em relação à atividade agrícola, constatamos que as principais culturas praticadas em Itapiranga no início da década de 1960 era o milho, mandioca, soja, feijão e fumo. As deficiências apontadas pelo Relatório em relação a essas atividades eram o baixo rendimento por área, inexistência de sementes de variedades selecionadas e garantidas, técnicas culturais rudimentares, doenças e pragas, ausência de medidas de conservação do solo e do combate à erosão, falta do tratamento do adubo orgânico e ausência de uma rotação racional de culturas.

Em relação à criação de animais, o estudo destaca a suinocultura, com nítido caráter de monocultura, participando com 73% da renda bruta no ano de 1961. Como maiores deficiências da suinocultura, o estudo destaca a baixa reprodução das porcas, alta relação de varões, criação de raças para produção de banha considerando a raça Duroc-Jersey não mais adequada com respeito à atual procura de carne, falta de melhoramentos zootécnicos, alimentação irracional, precário estado de higiene e sanidade, alto grau de verminose com constante perigo de contaminação de crianças e até adultos, localização e tamanho errados dos chiqueiros, grande mortalidade dos leitões.

Ou seja, o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga considerou que a prática da suinocultura no ano de 1961 estava extremamente atrasada e pouco rentável. Essa realidade se estendia, conforme o estudo, também a outras atividades como a bovinocultura de leite, apontando para algumas características gerais da atividade no período, como a absoluta falta de orientação ao ruralista, desconhecimento das técnicas e métodos modernos, falta de conhecimento de diagnose, prevenção e tratamento das doenças mais comuns dos animais.

É preciso destacar que nas décadas de 1950 e 1960 era muito intensa a discussão quanto à produtividade da agricultura brasileira. As políticas econômicas para esse setor e as instituições de fomento vislumbravam a necessidade de o Brasil adotar um modelo produtivo baseado em outras realidades econômicas de países com outros níveis de desenvolvimento. Então, se o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga apontava um determinado nível de atraso da agricultura local, temos de ter o cuidado de

não legitimar um discurso que buscava implantar um novo modelo econômico não só na região, mas no Brasil.

Como solução das deficiências detectadas na agricultura regional, principalmente no que tange à geração de renda, o estudo aponta a necessidade de se implantar o processo de industrialização da matéria prima produzida. Conforme o Relatório, a estrutura econômica e social, a situação geográfica e de transportes, as condições climáticas e a conjuntura dos mercados nacionais e internacionais predestinam a evolução regional da agropecuária em duas atividades principais: a suinocultura e os laticínios.

Quanto ao potencial da suinocultura, o Relatório sugere a fundação em Itapiranga de um matadouro-frigorífico. A conclusão é baseada na matéria prima produzida em larga escala na região. Conforme o estudo, no ano de 1961 o município de Itapiranga produziu 43.866 porcos para abate, dos quais foram exportados 3.294.120 kg de carne. A exportação de banha de fraca qualidade foi da ordem de 61.333 kg. Com base nesses dados e na disponibilidade de matéria prima na região próxima a Itapiranga, o estudo previu um abate diário de 250 porcos, o que por si só, já justificaria a instalação de um frigorífico (FRANZEN, 2014). Conforme o Relatório,

> Precisamos salientar, com respeito à matéria prima, a necessidade da melhoria das raças atualmente criadas, o que se procederá também em consequência dos melhores preços pagos por porcos de melhor aproveitamento. A tendência é de baixa na procura mundial da banha, substituindo-a por gordura de origem vegetal, mais sadia para o organismo humano. (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1962, 36)

Foi sugerida a substituição de suínos que produzem muita banha por raças mais produtoras de carne, como a Duroc-Jersey, cruzada com Landrasse e Berkshire. Essa conclusão é fundamentada na potencial capacidade do frigorífico em produzir produtos de maior valor de comercialização, como o presunto, defumados e outros embutidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar ao longo do texto os discursos veiculados em Itapiranga acerca das questões da modernização da agricultura e do progresso econômico do município em decorrência do processo de emancipação de 1954. Os discursos analisados foram detectados na imprensa local, nas manifestações da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico e no Relatório de Desenvolvimento Econômico.

De maneira geral o alvo desses discursos eram as deficiências do município em relação a questões produtivas e de infraestrutura, mas principalmente, os agricultores e o espaço rural do município. São consistentes os indícios nas fontes consultadas de que o meio rural e os sujeitos que nele viviam representavam um dos empecilhos no processo de desenvolvimento local. Entendemos que esse discurso se alicerçava numa perspectiva local de sujeitos sociais interessados no desenvolvimento do município, bem como, representou uma reprodução de um discurso adotado em nível de Brasil em relação à modernização e integração do espaço rural ao ideal desenvolvimentista característico do período.

Entendemos que esse discurso progressista e desenvolvimentista foi um dos alicerces para a reestruturação da estrutura agrícola de Itapiranga, condicionando o setor a adotar novas perspectivas de produção e, principalmente, na perspectiva de formar um novo sujeito agrícola. Para o que o texto pretendia, de analisar os discursos, podemos considerar de que esse processo ocasionou mudanças estruturais consideráveis nos sujeitos agrícolas, consequências que foram sentidas em décadas subsequentes, dentre as quais destacamos o êxodo rural decorrente do processo excludente dos meios de produção modernos, da crise de identidade do sujeito agrícola afetada pelo discurso violento de "atraso" e de "ignorância".

REFERÊNCIAS

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In: ***Campo-Território:*** Revista de Geografia Agrária. v. 1, nº 2, pp.123.151, ago. 2006.

BOTH, João Albino. ***Oeste em Marcha.*** Cultura e técnica que nos servem de exemplo. Itapiranga, 31 de Março de 1963, p. 2.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Org). **A questão agrária.** Tradução de Edgar Malagodi, Sandra Brizolla e José Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

EIDT, Paulino. **Porto Novo:** da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANZEN, Douglas Orestes. **Frigorífico Safrita de Itapiranga:** um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense. Porto Alegre: Letra&Vida, 2014.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HAHN, Mauro. **Capital Social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC).**121 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

HOPPE, Steffan. **Da fronteira agrícola à agroindustrialização:** o caso de São João do Oeste. 141 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2009.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo.** São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

ITAPIRANGA EM MARCHA. **Itapiranga vive uma encruzilhada histórica.** Itapiranga, 30 de Novembro de 1962, nº 82, p. 1.

ITAPIRANGA EM MARCHA. **Informa da Comude.** Itapiranga, 31 de Agosto de 1962, n.º 76, p. 1.

ITAPIRANGA EM MARCHA. **Combate às moscas domésticas nas propriedades rurais. Itapiranga**, 31 de Dezembro de 1962, nº 84, p. 1.

KEGLEWICH, Gabriel. **Itapiranga em Marcha.** Em elaboração o plano de desenvolvimento econômico do Município de Itapiranga. 15 de Fevereiro de 1962, nº 63, p. 1.

LENZ, Heinrich. **Itapiranga em Marcha**. Wir bauen unser Sclachthaus. Itapiranga, 31 de Agosto de 1961, nº 52, p. 4.

OESTE EM MARCHA. **Comude.** Itapiranga, 18 de Novembro de 1963, Itapiranga, nº 122, p. 1.

OLIVEIRA, Vera Beatriz da Silva. Os ciclos da economia brasileira. In: **Revista Análise Econômica**. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, ano 7, n º 11, pp. 63-90, 1989.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. In: **Cadernos de Desenvolvimento,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, pp.121-141, jul.-dez. 2011.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teóricas e conceituais. In: **Revista História, Debates e Tendências.** Passo Fundo, v. 1, n. 1. pp. 15-22, 1999.

REIS, Vítor. **Oeste em Marcha**. Itapiranga, constrói a sua Sociedade. Itapiranga, 22 de Junho de 1963, nº 101, p. 1.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA. São Paulo: Agro e Hidrotécnica S.A. Itapiranga, 1962. (Mimeo)

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.**Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro:** a herança dos antepassados. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

SCHWENGBER, Guido. **Clarinadas.** Itapiranga e o desenvolvimento agrícola. Itapiranga, 15 de Junho de 1958, nº 6, p. 5.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. In: **Revista História em Reflexão.** v. 4, nº 8, pp. 1-11, jul/dez 2010.

STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada:**A emergência humana do trabalhador agrícola. São Miguel do Oeste: Mclee. 2000

TEDESCO, João Carlos. **Terra, salário e família:** ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês. 398 f. Tese de doutoramento apresentado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. Campinas, 1998.

WERLE, André Carlos. **A revista de tropas do exército católico alemão:** congresso católicos na Alemanha e no Sul do Brasil. 224 f. Florianópolis: Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

WOORTMANN, Ellen. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; (et. al) (Orgs). **Diversidade do campesinato:** expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Recebido: 9/3/2017

Aceito: 21/6/2017

RESENHA: MOTA, CRISTIANE LOPES DA. **O GOLPE DE 1964 E SUAS REVERBERAÇÕES EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS.** SALVADOR, BA: SAGGA, 2016, 144 P.

Ary Albuquerque Cavalcanti Júnior[1]

Nos últimos anos o Brasil vem passando por uma série de mudanças políticas e manifestações públicas pedindo o retorno da ditadura ou de governos militares. Ainda que estarrecido com tais ações, estes acontecimentos nos permitem refletir e produzir novos estudos sobre o tema e pensar como estes estão chegando ao dito grande público.

Nessa perspectiva, lançado em 2016, resultante de sua dissertação defendida em 2013 na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), o estudo da historiadora Cristiane Mota, *O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus,* traz significativas contribuições para se pensar o quanto o período influenciou diretamente na conjuntura política e social do município baiano referido, além de uma reflexão sobre nosso atual momento político.

De início, ressalta-se o pouco número de obras sobre a Bahia no período ditatorial, tendo a obra de Mota (2016) certo ineditismo não apenas no âmbito do município, mas na historiografia baiana sobre tema. Fazendo uso de uma análise micro espacial, a autora nos permite olhares atentos à dinâmicas regionais que muitas vezes apresentam ações distintas de um modelo dito nacional, algo percebido na cidade de Santo Antônio de Jesus.

Importante mencionar que apesar do pouco número de obras queabordam a Bahia, e o Nordeste durante a ditadura, privilegiando a região Sudeste do Brasil, vem crescendo nos últimos anos. Como exemplo, destacam-se *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* de Grimaldi Zachariadhes (2009), *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971) Sandra Regina (2013) e Mulheres e Militares – testemunhos sobre o golpe de 1964 no Nordeste* de Eliane Fernandes e Rita de Cássia Araújo (2014).

No concernente à cidade trabalhada por Mota (2016), a ditadura apresentou inúmeras aplicabilidades e relações com a sociedade santantoniense, destacando o cenário político, campo este marcado por conflitos e relações de poder.

No âmbito do trato com as fontes, a autora mantém constante diálogo com as fontes oficiais a exemplo das atas da câmara de vereadores da cidade, as petições requeridas pelos vereadores, os projetos de lei, além de utilizar do recurso memorialístico e jornalístico.

1 Doutorando em História – UFGD pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. E-mail: academicoary@gmail.com

Foi a partir delas que Mota (2016) identificou o crescimento social da cidade baiana pós-década de 60, algo permitiu a criação de novas instituições e as relações de proximidade/apoio que passaram a manter com o Estado. Como descreve a autora,

> A partir da década de 60, Santo Antônio de Jesus passou a ter mais instituições a exemplo de clubes sociais, escolas, igrejas. Enfim, a sociedade tornou-se mais complexa. Ou seja, o Estado passou a se comunicar com esses setores e, em alguns momentos, indivíduos dessas instituições compunham o próprio Estado.[2]

Em seu livro, Mota (2016) divide suas reflexões em três capítulos, sendo eles respectivamente *Alianças e desacordos: a recepção ao golpe de 1964; Dissidências e conflitos: os bastidores da Arena 1 e Arena 2;* e *A farda e o hábito em defesa da ditadura: o tenente Geraldo Pessoa Sales e a Madre Maria do Rosário*. Tal divisão permite ao leitor compreender os acontecimentos e as implicações deles na sociedade santantoniense.

No primeiro capítulo, traça um panorama de como estava a cidade de Santo Antônio às vésperas do golpe civil-militar, realizando um apanhado histórico e político da cidade, algo significativo para se analisar a realidade local. Ainda neste, destaca questões partidárias, congratulações e recepções aos novos chefes de Estado militar ocorridas no município. Dessa forma, tendo em vista os impactos que a política militar gerou em diferentes níveis nos municípios brasileiros, a autora, ao escolher esta cidade, buscou observar o apoio ao Estado e as cisões políticas que ocorreram.

Ainda no primeiro capítulo Mota (2016) descreve um perfil biográfico de Antônio Fraga e Jose Trindade Lobo, os quais, segundo a autora, tiveram papel de destaque na política da cidade. Além cumprir o que propõe, a autora apresenta quanto o quadro político da cidade de Santo Antônio de Jesus era disputado e repleto de alianças, fazendo com que os personagens destacados por ela recebessem maior importância devido a suas influências políticas.

No segundo capítulo a autora destaca os conflitos entre a Ação Revolucionária Nacional (ARENA) 1 e 2, após o fim do pluripartidarismo com sanção do ato institucional (A.I) de número 2, em 1965. Mota (2016) constatou que os políticos da cidade de Santo Antônio de Jesus alternaram o poder entre as ARENAS, contudo a partir de um cenário de conflitos, demonstrando o perfil político que reverberava e as ações de uma dita oposição.

Em seu terceiro capítulo, a autora busca apresentar o posicionamento de determinadas frentes da sociedade civil, tais como professores, padres, estudantes, buscando analisar como os investimentos feitos na educação trouxeram apoio ao regime instaurado. Como destaca Mota (2016), datas cívicas e importantes para o Estado, além de exigir a participação de educadores, apresentava grande apoio e apelo de políticos, padres e autoridades, algo que de certa forma fortalecia o imagético de apoio ao governo militar, ainda que houvessem ressalvas quanto a este apoio por parte das oposições que existiam.

Neste capítulo, Mota (2016) faz uma mescla de fontes, indo da jornalística às orais, traçando perfis importantes não apenas de políticos como Antônio Fraga e Jose Trindade

[2] Mota, 2016, p. 44

Lobo, mas, de membros da sociedade civil que tiveram destaque para os caminhos que se reverberou a partir do golpe de 1964, remontando o quadro político da cidade em seu nível de importância para as decisões e influências.

No âmbito de personagens que tiveram evidência e representação para a sociedade santantoniense, a autora destaca o tenente Geraldo Pessoa Sales e a Madre Maria do Rosário de Almeida. Estes foram, segundo Mota (2016), figuras destacáveis por bravura e atos em defesa do Estado contra as forças comunistas em seus setores de atuação, os quais receberam como consta na obra, medalhas, condecoração e menções honrosas. Porém, em sua análise, ao cruzar as fontes já mencionadas, destaca os feitos e as controvérsias de tais personagens.

Outra preocupação da autora durante a obra foi destacar que, apesar dos grupos de apoio ao golpe, também havia os de oposição, demonstrando que o ato civil-militar não encontrou cem por cento de apoio, principalmente no interior, que carrega a alcunha de ser influenciado por políticas e ideologias dos grandes centros. Dessa forma, a obra de Mota (2016) nos permite pensar o enfrentamento e a recepção do golpe de 1964 na referida cidade e suas diferentes formas de enquadramento no cenário político local.

Após esta breve análise da obra de Cristiane Mota (2016), aqui a observamos como uma contribuição importante no cerne dos debates não apenas do período que apresenta, mas, também, no combate a uma historiografia que destaca apenas, ou que por muito tempo destacou, as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Além disso, apresenta em suas entrelinhas um trabalho de história dita regional e local, centrada numa análise micro espacial.

Portanto, de leitura fácil e fluida, a obra de Cristiane Mota é bem condizente com o que se propõe. Além disso, permite ao leitor observar como se utiliza das fontes para compor suas análises sobre a cidade de Santo Antônio de Jesus e sua política durante os primeiros anos pós-golpe de 1964. Dessa forma, pesquisadores que busquem um trabalho que tenta demonstrar as relações entre a conjuntura nacional e um município brasileiro durante a ditadura civil-militar, a obra aqui apresentada é interessante tanto no ponto de vista acadêmico e suas análises, quanto nas problematizações de uma história regional e local.

Recebido: 26/4/2017
Aceito em: 5/7/2017


UF
GD


HISTÓRIA
EM REFLEXÃO


UF
GD


HISTÓRIA
EM REFLEXÃO